

A complex network diagram on a dark blue background. It consists of numerous small, semi-transparent circles in various colors (white, light blue, teal, orange, green, grey) connected by thin, light blue lines. The connections form a dense, interconnected web of nodes and edges, suggesting a network or infrastructure theme.

ALGARVE

2030

Estratégia de
Desenvolvimento
Regional

ALGARVE Estratégia de 2030 Desenvolvimento Regional

Construir o futuro

Versão aprovada na reunião do Conselho Regional do Algarve
de 11 de setembro de 2020



Título: Algarve 2030 - Estratégia de Desenvolvimento Regional

Coordenação Geral: Francisco Serra

Coordenação Técnica: António Ramos | Aquiles Marreiros

Equipa técnica CCDR Algarve: Daniel Guerreiro, Isabel Beja, Rita Soares

Colaboração: Ana Luisa Silva, Ana Paula Burnay, António Travassos, Catarina Cruz, Filomena Coelho, Helga Cabrita, Josiane Martins, Maria de Lurdes Carvalho, Maria José Nunes, Paula Custódio, Paulo Bota, Sónia Sequeira, Susana Faísca, Valentina Calixto

Equipa técnica CIM-AMAL: António Oliveira das Neves (Consultor)

Contributos da Universidade do Algarve: João Pinto Guerreiro (coordenação) | Alice Newton, Ana de Freitas, Ana Lúcia Cruz, Anabela Romano, André Pacheco, Carla Antunes, Célia Quintas, Cláudia Sequeira, Francisco Calhau, João Bernardes, José Paulo Monteiro, Júlio Mendes, Manuel Margarido Tão, Manuela Guerreiro, Maria Manuela Rosa, Maria Palma Mateus, Nídia Braz, Sandra Pais

Contributos setoriais:

Administração Regional de Saúde do Algarve, Agência para o Desenvolvimento e Coesão, Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, APA – Administração da Região Hidrográfica do Algarve, Delegação Regional do Algarve do Instituto de Emprego e Formação Profissional, Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional, Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Algarve, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, Direção Regional de Cultura do Algarve, Direção Regional do Algarve do Instituto Português do Desporto e Juventude, Direção de Serviços da Região do Algarve da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Região de Turismo do Algarve, Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve

Design: Isabel Beja

Edição: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

julho de 2020

NOTA DE ABERTURA

A preparação do próximo período de programação pressupõe o desenvolvimento de um diagnóstico prospetivo que permita enquadrar a realidade regional, naquilo que são os seus constrangimentos, as suas capacidades e as oportunidades existentes ou que se podem antever. Este exercício serve de suporte à revisitação dos documentos de estratégia regional e tem naturalmente presente aquilo que são as orientações de política pública nacional e comunitária para o médio prazo, sendo por isso desenvolvido num quadro conceptual específico e num formato que se pretende sistemático.

Por outro lado, este exercício ocorre num contexto marcado pelas necessidades de transição societal (num contexto de uso eficaz e eficiente dos recursos disponíveis), como resposta aos desafios decorrentes de alterações estruturais, que necessitam de respostas integradas e urgentes e que vão desde as alterações climáticas à digitalização da economia. A questão, não sendo nova, exige agora uma abordagem mais efetiva, urgente e transversal, sendo crucial que a região se “prepare” e se posicione para a mudança, tendo presente a relevância e as exigências que estas matérias terão no “desenho” do futuro, agora questionado pela pandemia do novo coronavírus, para o qual foram disponibilizadas respostas de emergência para empresas, trabalhadores e famílias, fazendo face aos múltiplos impactes socioeconómicos, cuja real gravidade está ainda por conhecer.

Contudo, o desempenho favorável que a região registou na última década, não pode, nem deve deixar de nortear uma visão a 10 anos, focada na competitividade e sustentabilidade, tentando minimizar as fortes vulnerabilidades regionais, que o atual surto evidenciou uma vez mais. O momento exige responsabilidade acrescida por parte dos atores regionais, com vista à valorização dos ativos estratégicos, dos recursos endógenos e das competências instaladas, que não foram abaladas, e que devem ser colocadas ao serviço da estabilização e afirmação do Algarve. Comprometer uma estratégia de longo prazo com abordagens de resposta imediatista, que cabem em instrumentos próprios, já ativados, pode gerar consequências tão severas, quanto as da própria crise.

Percorrer um caminho de mudança implica a aposta numa sociedade mais capacitada, coesa e informada, com níveis mais elevados de formação e mais participativa, no seio da qual se gerem ideias, práticas e negócios inovadores que contribuam para uma economia diversificada, robusta, circular, equitativa, inclusiva e mais resiliente, suportada em talento e em recursos mais qualificados e com adequados níveis de remuneração.

Assim, este exercício baseia-se em particular em quatro dimensões:

- o processo de construção participada da estratégia regional 2030;
- o processo de auscultação de atores setoriais e institucionais, em particular na articulação com o nível intermunicipal;
- a leitura crítica do balanço das intervenções do CRESC ALGARVE 2020, em particular da sua estratégia de especialização inteligente e,
- finalmente, dos documentos produzidos e contributos recebidos de entidades com intervenção no território da Região.

Esta leitura cruzada, acarreta sempre riscos, por um lado, o de realçar temas que influenciam o dia a dia dos atores do sistema regional, e por outro, a tendência introduzida por tentativas de consensualização, que leva a descolar de escolhas concretas para abordagens mais temáticas.

Nesse sentido, tendo em conta a experiência técnica dos serviços da CCDR Algarve e a articulação com as dimensões setoriais e com o nível intermunicipal, procurou-se identificar, sempre que possível, as linhas de força que visam concretizar a estratégia.

Assumindo o desenvolvimento sustentável como desígnio macro da visão que se deseja para a região no horizonte 2030, há que procurar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mais atuais do que nunca, uma forte correlação e envolvimento transversal de todos, em linha com o amplamente ambicionado pelos participantes no processo de recolha de contributos realizado pela CCDR Algarve, no âmbito da discussão do Portugal 2030. Porém, a baixa perceção do conceito de sustentabilidade, também identificado, conduz-nos à necessidade de empreender um processo de capacitação multinível e dos diferentes atores regionais, que se assume como fundamental para atingir um desenvolvimento sustentável para a região algarvia.



Francisco Serra

Presidente da Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Algarve

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO	10
Introdução	18
I. PRINCIPAIS CONSTRANGIMENTOS DA REGIÃO (REVISITAR A ESTRATÉGIA)	21
1. Balanço 2014-2020	21
1.1 Algarve: Constrangimentos estruturais no contexto da programação	21
1.2 Linhas estratégicas de intervenção	24
1.3 Estruturação da mudança.....	25
1.4 Os primeiros sinais - Uma abordagem quantitativa.....	27
II. CONTEXTO REGIONAL – NOTAS DE UM PERCURSO	30
1. Da presunção estatística à realidade territorial	31
2. O panorama macroeconómico	36
3. O perfil demográfico.....	43
III. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ALGARVE 2030	52
1. Um processo participado	52
2. Um território em mudança	57
2.1 Uma abordagem multiescalar	57
2.2 Uma abordagem sistémica	58
2.3 Sistema urbano regional.....	63
3. Um Algarve mais inteligente	68
3.1 Inovação e competitividade	69
3.2 RIS3 Algarve 2.0.....	79
3.2.1 Contexto da investigação e inovação.....	80
3.2.2 O sistema de inovação regional	83
3.2.3 A rede de infraestruturas de ciência e tecnologia.....	84
3.2.4 A governança	85
3.2.5 Financiamento.....	88
3.2.5.1 PO CRESC Algarve 2020.....	90
3.2.5.2 INTERREG V-A POCTEP 2015-2020	95
3.2.6 Variedade relacionada.....	97
3.2.7 Dos domínios prioritários aos desafios sociais.....	98
3.2.7.1 Turismo.....	99
3.2.7.2 Mar	104
3.2.7.3 Agroalimentar	106

3.2.7.4 TIC e indústrias culturais e criativas	108
3.2.7.5 Saúde	111
3.2.7.6 Energias renováveis	113
3.2.7.7 Economia circular	115
3.2.7.8 Alterações climáticas	115
3.2.8 Abordagem sistémica da RIS3 Algarve 2.0	116
4. Um Algarve mais verde e hipocarbónico	118
4.1 Da crise à ação climática	118
4.2 A neutralidade carbónica como objetivo	119
4.3 Promover a adaptação aos efeitos das alterações climáticas	128
4.4 Economia circular: a transição necessária	137
5. Um Algarve mais conectado	143
5.1 O papel do conhecimento	148
6. Um Algarve mais social	150
6.1 Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho	150
6.2 Condições de trabalho	153
6.3 Proteção e inclusão social	160
6.4 Desafios sociais	164
7. Um Algarve mais próximo das pessoas	171
IV. A GOVERNAÇÃO DO ALGARVE 2030	179
V. VISÃO ESTRATÉGICA	185
1. Investimentos prioritários	193

Anexos

Índice de figuras

Figura 1 - Abordagem Algarve PT 2020	19
Figura 2 - Painel Social - Índice global 2014-2018	32
Figura 3 - Índice de competitividade das regiões europeias 2019	33
Figura 4 - Dimensões do Índice de competitividade das regiões europeias 2019	33
Figura 5 - Algarve - Índice de competitividade das regiões europeias 2010-2019	34
Figura 6 - Índice sintético de desenvolvimento regional (Portugal=100), NUTS III, 2017	34
Figura 7 - Índice sintético de desenvolvimento regional (Portugal=100)	35
Figura 8 - Algarve. Índice de bem-estar 2018	36
Figura 9 - Taxa de variação real do PIB (%)	37
Figura 10 - Produto Interno Bruto por habitante (PT=100)	37
Figura 11 - Percurso de convergência do PIB per capita em paridades do poder de compra 2007-2014 (UE28=100)	38
Figura 12 - Percurso de convergência do PIB per capita em paridades do poder de compra 2014-2017 (UE28=100)	38
Figura 13 - Algarve. Decomposição shift-share do crescimento do VAB a preços do ano anterior (%)	39
Figura 14 - Algarve. Variação e distribuição setorial do VAB	40
Figura 15 - Algarve. Evolução do contributo setorial para o VAB regional (%)	40
Figura 16 - Algarve. Taxa de investimento aparente (%)	42
Figura 17 - Taxa de desemprego (%)	43
Figura 18 - Evolução da População Residente no Algarve, 1981 a 2018	44
Figura 19 - Pirâmide Etária do Algarve, 2018	44
Figura 20 - População residente por grandes grupos etários, 2018	44
Figura 21 - Taxa bruta de natalidade (‰), 2001-2011-2018	45
Figura 22 - Taxa bruta de mortalidade (‰), 2001-2011-2018	46
Figura 23 - Índice de envelhecimento 1960-2011	46
Figura 24 - Percentagem de estrangeiros no total da população residente, em 2017	47
Figura 25 - Índice de dependência de idosos, em 2017	47
Figura 26 - Distribuição da população estrangeira residente por concelhos, em 2018	48
Figura 27 - Projeções demográficas por município 2040	49
Figura 28 - Projeções demográficas até 2080 – cenários	50
Figura 29 - Algarve 2030 - Áreas de atuação complementares	53
Figura 30 - Aspirações para o Algarve em 2030, numa palavra	55
Figura 31 - Mapa de vulnerabilidades regionais	56
Figura 32 - Modelo territorial da alteração do PNPOP (2017)	60
Figura 33 - Unidades Territoriais do PROT Algarve (2007)	61
Figura 34 - Sistema urbano regional	63
Figura 35 - Regional Innovation Scoreboard 2019	69
Figura 36 - Regional Innovation Scoreboard – Algarve	70
Figura 37 - Comércio Internacional de bens intra-UE28 em 2018 Importações	74
Figura 38 - Comércio Internacional de bens intra-UE28 em 2018 Exportações	74
Figura 39 - Comércio Internacional de bens intra-UE28 em 2018, por grandes categorias económicas Importações	74
Figura 40 - Comércio Internacional de bens intra-UE28 em 2018, por grandes categorias económicas Exportações	74
Figura 41 - Empresas do sector TIC 2017	75
Figura 42 - Desempenho Inovador das PME do Algarve - Médias Avaliação Componentes Inovação	77
Figura 43 - Domínios emergentes e consolidados da RIS3 Algarve	79
Figura 44 - Despesas em I&D no Algarve	81
Figura 45 - Inovação nas PME do Algarve	81
Figura 46 - Especialização do conhecimento produzido na UAlg em 2012-2016 por domínio científico	82
Figura 47 - Total de projetos da UALG 2012-2018 por área científica	82

Figura 48 - Ecossistema de Inovação regional do Algarve	83
Figura 49 - Infraestruturas C&T no Algarve	85
Figura 50 - Modelo de Governança RIS3 Algarve	87
Figura 51 - Número de projetos aprovados por Programa, com alinhamento na RIS3 Algarve	89
Figura 52 - Fundo aprovado por Programa, com alinhamento na RIS3 Algarve	89
Figura 53 - Peso relativo de cada Programa nos domínios da RIS3 Algarve.....	89
Figura 54 - Número de operações aprovadas por Eixo Prioritário	90
Figura 55 - Fundo aprovado por Eixo Prioritário	90
Figura 56 - Número de projetos e fundo aprovado por Concelho	91
Figura 57 - Número de projetos com alinhamento RIS3 Algarve por Eixo Prioritário	91
Figura 58 - Fundo aprovado com alinhamento RIS3 Algarve por Eixo Prioritário	91
Figura 59 - Número de projetos por domínio RIS3 Algarve	92
Figura 60 - Fundo aprovado por domínio RIS3 Algarve	92
Figura 61 - Número de projetos e Fundo aprovado por domínio RIS3 Algarve nos Eixos 1 e 2	93
Figura 62 - Número de projetos e Fundo aprovado por domínio RIS3 Algarve nos Eixos 5 e 6	93
Figura 63 - Número de projetos SAICT e fundo aprovado por domínio RIS3 Algarve	93
Figura 64 - Número de Projetos e Incentivo aprovado por Sistema de incentivo	94
Figura 65 - Número de projetos por dimensão das empresas	95
Figura 66 - Articulação das prioridades inseridas nas RIS3 do Algarve, Alentejo e Andaluzia	96
Figura 67 - Número de projetos e fundo aprovado no POCTEP V-A, por domínio RIS3 Algarve	96
Figura 68 - Variedade Relacionada	97
Figura 69 - Número de projetos por domínio RIS3 Algarve (total e multidomínio)	98
Figura 70 - Projetos SIAC da Universidade do Algarve	98
Figura 71 - Cruzamento dos domínios RIS3 Algarve com os desafios societais	99
Figura 72 - Indicadores de desempenho da procura turística do Algarve	99
Figura 73 - Visão e Eixos de atuação do Turismo do Algarve	100
Figura 74 - Ativos estratégicos do Turismo do Algarve	100
Figura 75 - Classificação dos produtos/segmentos turísticos do Algarve	101
Figura 76 - Matriz de classificação dos mercados turísticos	102
Figura 77 - Metas 2023 para o Turismo do Algarve	102
Figura 78 - RIS3 Algarve 2.0 – abordagem multidimensional	116
Figura 79 - Algarve - Distribuição do consumo de energia elétrica em 2017 (% fora do círculo) e taxa de variação 2011-2017 (% interior do círculo), por categoria de consumo	121
Figura 80 - Algarve. Distribuição do consumo de energia elétrica em 2017, por setor e atividade	121
Figura 81 - Algarve. Evolução da potência instalada e da produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis	122
Figura 82 - Algarve. Centrais de produção de energia a partir de fontes renováveis	122
Figura 83 - Peso (mil t) da mercadoria em transporte nacional nos veículos pesados de mercadorias, por local de origem e destino da mercadoria	124
Figura 84 - Estações de carregamento de veículos elétricos	124
Figura 85 - Bike Friendly Index 2018.....	126
Figura 86 - Evolução dos dias com temperatura mínima $\geq 20^{\circ}$ e máxima $\geq 30^{\circ}$ na estação de Faro	129
Figura 87 - Evolução dos dias secos consecutivos na estação de Faro	129
Figura 88 - Índice de aridez 1980-2010	130
Figura 89 - Distribuição do consumo de água no Algarve	132
Figura 90 - Algarve. Água distribuída na rede pública	132
Figura 91 - Perdas nos sistemas de abastecimento de água	132
Figura 92 - Pressupostos e estratégias de economia circular	138
Figura 93 - Resumo do metabolismo regional em 2016	139
Figura 94 - Consumo interno de materiais no Algarve, 2016 (unid:1000 t)	140
Figura 95 - Algarve. Resíduos urbanos recolhidos e tipo de material reciclável, 2018	141

<i>Figura 96 - Movimento de passageiros (em milhões), no Aeroporto Internacional de Faro</i>	143
<i>Figura 97 - Movimento de passageiros (em milhares), carreira fluvial Vila Real de Santo António – Ayamonte</i>	144
<i>Figura 98 - Tráfego médio diário (em milhares) na Ponte Internacional do Guadiana</i>	145
<i>Figura 99 - Movimento de passageiros (em milhares) na carreira rodoviária Lagos – Sevilha</i>	145
<i>Figura 100 - Indicadores principais do Pilar Social – igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho</i>	150
<i>Figura 101 - Taxa de abandono precoce de educação e formação</i>	151
<i>Figura 102 - Taxa de jovens com idade entre os 15 e 34 anos que não estão empregados, nem em educação ou formação</i> ..	152
<i>Figura 103 - Desigualdade S80/S20, PT e NUTS II, 2018</i>	153
<i>Figura 104 - Taxa de pobreza ou exclusão social, PT e NUTS II, 2019</i>	153
<i>Figura 105 - Indicadores principais do Pilar Social – condições de trabalho</i>	154
<i>Figura 106 - Taxa de emprego (%)</i>	154
<i>Figura 107 - Taxa de desemprego (%)</i>	156
<i>Figura 108 – Remunerações em 2018, por sexo</i>	158
<i>Figura 109 - Rendimento salarial médio mensal líquido</i>	159
<i>Figura 110 - Indicadores principais do Pilar Social – proteção e inclusão social</i>	160
<i>Figura 111 - Distribuição territorial dos equipamentos sociais, por distrito (A) e concelho (B), 2018</i>	162
<i>Figura 112 - Acesso ao serviço de Internet em banda larga em local fixo por cada 100 habitantes</i>	164
<i>Figura 113 - Agregados domésticos privados com ligação à Internet através de banda larga</i>	164
<i>Figura 114 - Taxa real de escolarização 2016 e Diplomados por 1000/hab 2015</i>	166
<i>Figura 115 - Acessibilidade aos Serviços de Interesse Geral, 2017</i>	167
<i>Figura 116 - Visão Estratégica Algarve 2030</i>	186

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Algarve é uma região com características distintas, quer do ponto de vista territorial, pela **diversidade concentrada** que apresenta, quer administrativo, pela coincidência escalar de âmbito regional (NUT II) e sub-regional (NUT III).

Conjuntamente, o Algarve diferencia-se ainda por apresentar uma resposta mais acentuada aos ciclos económicos, reagindo de forma mais negativa do que o País em momentos de retração e registando maior dinamismo nos períodos favoráveis, o que se reflete no PIB, no emprego e nas condições de vida das famílias.

Recentemente, entre 2014 e 2017, o PIB regional apresentou por três vezes a taxa de variação mais elevada das NUTS II, facto que sucedeu pela primeira vez em quatro anos consecutivos. Neste período, o crescimento anual da economia algarvia superou, em média, 1,8 pontos percentuais a variação do Produto português, elevando para 4,6% o contributo regional para o PIB nacional, o valor mais elevado das duas últimas décadas.

Este ótimo desempenho, que se previa poder desacelerar ligeiramente nos próximos anos, tendo presente a curva da economia portuguesa, alguns sinais da economia europeia, em particular a alemã, e os possíveis efeitos decorrentes da saída do Reino Unido da UE, dois mercados importantes para o Algarve, é agora confrontado com o impacto do surto pandémico da COVID 19, a diferentes escalas, que se reflete já de forma muito pronunciada na região, ao nível do crescimento e do emprego, em coerência com o comportamento sistémico descrito.

Para além disso, permanecem estrangulamentos, sendo crucial que as Políticas Públicas, com ou sem suporte dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), continuem a apoiar ativamente a implementação de soluções, aumentando até a sua intensidade, de modo a caminharmos para uma Região mais equilibrada, competitiva, inteligente, inclusiva e sustentável.

Para a delimitação da estratégia regional estabeleceu-se um racional de alinhamento com os Objetivos de Política da Coesão pós-2020 (OP1 - Uma Europa mais inteligente; OP2 - uma Europa mais verde e hipocarbónica, OP3 - uma Europa mais conectada; OP4 - uma Europa mais social e OP5 - uma Europa mais próxima dos cidadãos) e com as Agendas Temáticas do Portugal 2030, tendo presente a racionalidade e coerência das intervenções à luz das orientações do PNPOT e a relação com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

O presente documento procurou sistematizar linhas de intervenção consideradas prioritárias nos diferentes contributos recebidos, não deixando de assumir temas estratégicos para o Algarve, independentemente do enquadramento financeiro ou da escala adequada de intervenção. Trata-se de uma abordagem concertada, integrada e intersectorial, coordenada no quadro de competências da CCDR Algarve, estabelecendo uma leitura comum e partilhada, em que emerge a dimensão municipal por via da estreita articulação com a Comunidade Intermunicipal no Algarve (CIM-AMAL).

Neste exercício acentuaram-se os processos de **participação pública**, com amplo envolvimento dos atores regionais, donde resultou a perceção coletiva sobre as principais vulnerabilidades de âmbito social, ambiental, económico e de governança.

As **vulnerabilidades sociais** identificadas centraram-se em duas frentes. Por um lado, as preocupações com as características do mercado de trabalho resultantes do tecido produtivo regional, com a falta de habitação e algumas lacunas na integração de minorias, sobretudo nos polos urbanos do litoral compreendidos entre Portimão e Olhão. Por outro, o despovoamento e o elevado índice de envelhecimento, com incidência em toda a serra algarvia, mas com maior incidência no Nordeste Algarvio, no concelho de Alcoutim e no interior do concelho de Tavira, constituem fatores de urgente correção, determinantes para o futuro desta parte do território.

As maiores **vulnerabilidades económicas** centraram-se também na zona serrana, de Aljezur a Alcoutim, registando-se uma forte expressão no interior dos concelhos de Monchique, Silves, Loulé, Tavira e Alcoutim. A baixa densidade demográfica e empresarial destes territórios induz baixos níveis de atratividade e de empregabilidade, motivando fraco dinamismo económico, devendo por isso ser objeto de redobrados esforços de investimento com alteração de modelo de desenvolvimento.

Nas **vulnerabilidades ambientais**, a forte pressão urbanística, demográfica, empresarial e turística no litoral, motivou a incidência de escolhas na faixa costeira, salientando-se as preocupações com valores patrimoniais ambientais merecedores de elevados índices de proteção e salvaguarda, como a Ria Formosa ou a orla costeira compreendida entre Portimão e Albufeira, assim como a costa Vicentina, a serra do Caldeirão e, com menor intensidade, a serra de Monchique e o vale do Guadiana.

Neste conjunto de situações, evidenciam-se vulnerabilidades exógenas relacionadas com riscos e ameaças, desde a dinâmica do litoral, à erosão costeira ou à subida do nível médio das águas do mar, aos incêndios florestais ou ao assoreamento do rio Guadiana. Existem ainda aquelas que derivam da ação antrópica, relacionadas com opções de ordenamento do território, com reflexo na expansão de espaços urbanizados, na intensidade e qualidade da exploração dos recursos naturais, nas capacidades de carga, traduzindo-se em conflitualidade de uso entre diferentes tipos de atividades económicas.

Face a estas vulnerabilidades, mantêm-se velhos desafios e estabelecem-se outros novos, com o propósito de continuar a promover a coesão territorial e social e a competitividade, em suma, o desenvolvimento regional, para os quais o Algarve propõe neste documento um **modelo territorial** de suporte que viabilize a sua inserção competitiva em escalas superiores, numa abordagem, que se crê inovadora, que encare problemáticas, sem se deixar condicionar, em absoluto por limites administrativos, potenciando assim oportunidades de cooperação com outras geografias.

A localização privilegiada do Algarve constitui uma oportunidade para o seu posicionamento como polo de articulação funcional entre o Mediterrâneo e o Atlântico, carecendo da concretização de uma plataforma logística regional que favoreça a sua inserção competitiva na escala ibérica e europeia.

À semelhança do País, a população e as atividades económicas concentram-se maioritariamente no litoral e no setor terciário. Contudo, no Algarve, esta concentração é fortemente influenciada pelo grande volume de população flutuante gerado pelo turismo, acentuando a pressão sobre o território, sobre os recursos, as infraestruturas e os equipamentos. Os Serviços apresentam regionalmente uma expressão mais vincada, 87% do VAB e 79% do emprego, contra 75% e 68% no País.

A distribuição da população evidencia fenómenos de **litoralização e concentração urbana**. A faixa de 2 Km contados a partir da linha de costa (9% do território regional) acolhe 48,5% da população algarvia, a mesma proporção que reside nas 11 cidades do Algarve. Em oposição, cerca de 27% da população reside em 80% do território regional, fruto do êxodo do interior para o litoral, com uma economia rural frágil e reflexos nos níveis de investimento e atratividade, aos quais não é alheia a falta de serviços e de equipamentos coletivos, numa sub-região cada vez mais desfavorável em relação ao litoral. A disparidade concelhia nos indicadores demográficos traduz a coexistência da mais elevada taxa bruta de mortalidade do País, em Alcoutim (31,6) e da terceira mais elevada taxa bruta de natalidade, registada no concelho de Albufeira (11,7).

Os efeitos no território causados pelas **mudanças sociodemográficas** que implicam perda populacional, uma estrutura demográfica envelhecida e, em consequência, diminuição da população jovem e ativa, repercutir-se-ão em novas dimensões, como as estruturas familiares, sociais e económicas, ao nível das necessidades de equipamentos e serviços, nos referenciais de formação profissional, no mercado de trabalho e na inevitável pressão sobre os ecossistemas sociais e naturais.

Apesar de todas as dificuldades, as mesmas dimensões poderão ser potenciadoras de oportunidades associadas ao perfil demográfico atrás descrito, promovendo formas de envelhecimento ativo e criação de novos serviços e qualificações, correspondendo aos desígnios do pilar social europeu, num quadro promotor de coesão e cobertura de respostas sociais. O reconhecimento do Algarve como sítio de referência para o envelhecimento ativo constitui uma oportunidade, em particular no segmento da economia *grisalha*, potenciando igualmente fatores de inovação e complementaridade entre os setores da saúde e do turismo.

O **desafio demográfico** é uma preocupação global que, na região, carece de uma abordagem integrada face às significativas diferenças registadas entre um litoral já muito ocupado e um interior fortemente despovoado, embora ambos os territórios evidenciem níveis de envelhecimento preocupantes.

Se as cidades e as **políticas urbanas** devem assumir-se como elemento-chave da organização territorial, impondo-se como espaços concretos e densos de intervenção e inovação e de construção de novas trajetórias coletivas, os territórios de baixa densidade devem assumir-se como espaço de equilíbrio e elemento charneira de uma organização mais coesa do território e dos seus sistemas produtivos, impondo-se uma interligação funcional entre o litoral urbano e o interior para aproveitar eficientemente recursos que materializem novas oportunidades de desenvolvimento, promovendo maiores níveis de coesão.

A estabilização de um **sistema urbano regional policêntrico** exige que se reforcem subsistemas sustentados em mobilidades, interações e parcerias de base territorial - interurbanas e rurais - urbanas, devendo os mesmos garantir uma distribuição de serviços e uma oferta de equipamentos que promovam a diversificação e a complementaridade funcional, bem como a equidade territorial. Exige ainda a oferta e o acesso aos serviços para a promoção da qualidade de vida e para a atração e fixação de novos residentes, contribuindo para a sustentabilidade, nomeadamente das unidades territoriais de fraca densidade urbana, já identificadas anteriormente.

Para esse fim, destaca-se o papel dos **serviços de interesse geral** que, com a alteração do PNPOT, ganham relevância estratégica reforçada, sobretudo na forma como devem ajudar a

desenhar o próprio modelo territorial, em resposta e convergência com os novos desafios que resultam das opções estratégicas apresentadas neste documento, conectados com a demografia, o clima e as soluções que as tecnologias poderão vir a providenciar, avaliados em eficácia, custo/benefício e equidade. Estes serviços afirmar-se-ão como fatores intrínsecos de competitividade, juntamente com os recursos e os ativos locais, com as amenidades e espaços cuidados, com uma programação cultural diversificada e abrangente, contribuindo para atrair e fixar investimento, emprego e população.

Não sendo possível financiar “tudo em todo o lado”, importa encontrar racionais de rede que assegurem as funções do estado e, em última instância, possam servir todos. Definir estes racionais impõe uma visão esclarecida sobre o papel desempenhado pela rede urbana, atendendo a dimensões associadas aos novos desafios colocados às diferentes unidades do território, sendo essencial reforçar a capacitação dos agentes sociais para as funções de governança territorial que viabilizem um desenvolvimento regional mais integrador.

A necessidade de qualificações mais adequadas ao perfil demográfico deve motivar o recurso às medidas ativas de emprego e aos incentivos à mobilidade geográfica para atrair profissionais para a região, mas também a oferta de formação adequada, para qualificação profissional assente em competências (*hard e soft*), privilegiando percursos formativos que possam acelerar processos de intensificação da especialização inteligente, quer nos setores consolidados, quer nos emergentes, contribuindo também para fomentar a escolarização e combater o ainda acentuado nível de abandono escolar.

A região encontra-se perante um impasse: não havendo **recursos humanos**, em quantidade e qualidade, disponíveis para responder às necessidades dos setores de mão-de-obra intensiva que integram o atual padrão de especialização regional, e não conseguindo captar ou reter novas competências para os setores emergentes, com maior intensidade tecnológica, torna-se cada vez mais premente encontrar mecanismos para ultrapassar estas dificuldades e, assim, obter uma maior diversificação da atividade económica.

A região deve adotar uma lógica de **inteligência territorial**, em que iniciativas como a plataforma RIA - Região Inteligente Algarve, o Pólo Tecnológico e o Algarve *Smart Destination Digital Innovation Hub*, ajudem a renovar e diversificar o perfil produtivo, contribuindo para atrair empresas e profissionais altamente qualificados.

A **RIS3 Algarve** deve apoiar escolhas promotoras da competitividade, quer nos domínios de especialização consolidados ou complementares, quer nos desafios societais mais recentemente incluídos nas agendas internacionais, que de forma transversal proporcionam oportunidades de afirmação e valorização dos recursos e profissionais da região. A presença dos atores regionais em redes de infraestruturas de ciência e tecnologia, com assinalável peso dos setores do Mar e das Energias Renováveis, traduz um caminho de competitividade e reconhecimento, pelos pares, que deve ser continuamente incentivado, catalisando também a atração de novos talentos e de profissionais qualificados.

Da interação sistémica e multidimensional entre os domínios de especialização inteligente regional, os **desafios societais** identificados e as agendas da FCT cujas temáticas capitalizam o potencial de conhecimento e I&D instalado, propõe-se o quadro conceptual da RIS3 Algarve 2.0, robustecida pela ciência e tecnologia e por atores cada vez mais capacitados, com mais interação entre o meio

empresarial e os centros de investigação, numa recíproca transferência de *know how*, imperiosa para a competitividade regional.

A Universidade do Algarve tem um papel crucial na animação do **ecossistema de inovação**, na capacitação e estímulo empreendedor do tecido económico da região, em particular nos domínios de especialização inteligente e na mudança de paradigma económico. Ao mesmo tempo que urge fomentar uma participação mais ativa dos atores regionais em *clusters* temáticos ou redes colaborativas.

A mudança de paradigma passa igualmente pela digitalização transversal à globalidade dos setores de atividade, mas significa também, transitar para uma economia circular, o que pressupõe a necessidade de alterar modelos de produção e consumo, nomeadamente no que se refere à energia e à utilização de recursos e materiais, reavaliar a intervenção no território e a ocupação e uso do solo, alterar opções e práticas associadas, nomeadamente, à floresta, agricultura, construção ou transportes e consolidar a capacidade de resposta a riscos e ameaças. Para tal é necessário envolver e comprometer diferentes níveis de governação, cidades, empresas, escolas, famílias e cidadãos.

Em particular no **Turismo**, importa acelerar o contínuo processo de qualificação de ativos e renovar a composição de produtos, baseados em experiências, que respondam aos novos paradigmas de procura para captar segmentos e mercados mais exigentes.

Mas importa internacionalizar para além do destino turístico, reforçando as cadeias de valor dos produtos e serviços desenvolvidos na região, contribuindo para minorar o défice da nossa **balança comercial** de bens que evidencia uma forte dependência do mercado espanhol. Esta concentração coloca a região numa situação muito vulnerável a fenómenos externos, pelo que diversificar mercados e atenuar tal situação deverá constituir um desígnio estratégico num quadro mais alargado de conectividade empresarial, de produtores e produtos.

A **resiliência territorial** depende de escolhas, sendo fundamental conduzir os setores social e económico a processos que impliquem um menor consumo de recursos, e opções e compras mais sustentáveis, promotoras dos circuitos curtos e dos princípios da dieta mediterrânica, contribuindo para a redução da pegada ecológica regional e para o compromisso com a neutralidade carbónica.

O incremento do teletrabalho, acompanhado por processos de desmaterialização e digitalização (na educação, saúde e administração pública em geral), favorecerá a diminuição de movimentos pendulares, numa região com problemas de conectividade no domínio dos transportes públicos e com elevada dependência do transporte particular.

Num quadro acelerado de **alterações climáticas** é essencial reforçar a ação em termos de mitigação, mas é igualmente imperioso avançar-se para a implementação de medidas concretas de adaptação, com a consciência de que as mesmas não podem ser proteladas. Todo este processo implica uma corresponsabilização e uma abordagem obrigatoriamente transversal no que se refere aos agentes da mudança, às áreas a considerar e aos meios a mobilizar.

A região reúne competências e escala adequadas para se afirmar como um **laboratório de sustentabilidade**, para testar soluções com caráter demonstrador, por exemplo ao nível energético, com vista à obtenção de maior eficiência, mediante recurso a fontes renováveis,

favorecendo abordagens mais circulares, mais envolventes com os cidadãos e mais criativas, em linha com o Pacto Ecológico Europeu.

O vasto território com algum estatuto de proteção (áreas protegidas e Rede Natura 2000) constitui um ativo estratégico para a promoção da biodiversidade, da qualidade de vida regional e afirmação de um destino turístico qualificado e diferenciador. É fundamental dar um salto qualitativo na valorização territorial, com vista ao desenvolvimento sustentável e competitivo do Algarve, numa lógica incremental de **transição ecológica** de longo prazo.

O Objetivo de Política 5 (COM) introduz uma expectativa muito relevante, pela possibilidade de desenhar novos instrumentos, com geometrias variadas e com capacidade de mobilizar verbas e tipologias dos restantes Objetivos de Política. O Algarve deve, com base nessa abertura, ousar e equacionar fazer diferente, cruzando dimensões experimentais e não formais, para as quais importa encontrar espaço de diálogo e, sobretudo, tomadores diligentes que sejam capazes de implementar um **modelo de governança** assente em novas geografias, em função de velhos e novos desafios, para a promoção da coesão territorial.

A **capacitação institucional** é um fator determinante para a governança da estratégia e para favorecer uma abordagem próxima e promotora da coesão territorial, através de uma adequada gestão dos planos de ação e instrumentos territoriais, aliando às componentes que são da clara esfera municipal, aquelas que são do âmbito empresarial e do sistema científico e tecnológico, para atingir um desenvolvimento regional integrado, sustentável e competitivo.

Tal passa pelo empoderamento dos níveis formais, numa articulação multinível entre o papel liderante e coordenador da NUT II assumido pela CCDR Algarve, o papel de gestão de proximidade ao nível da NUT III, liderado pela CIM-AMAL e ainda o relevante papel de animação territorial a desempenhar pelas entidades gestoras dos Grupos de Ação Local (GAL), complementados com dimensões não formais, à escala supra NUTS II (por exemplo com o Alentejo ou com a Andaluzia) ou infra NUTS III, obrigando a identificar territórios piloto, questões estruturantes, novos atores e novos modelos de governança.

Constitui exemplo a proposta de **Intervenção Territorial Integrada (ITI)** com a Região do Alentejo, em torno dos desafios da água, que visa promover ações concertadas de aumento da resiliência dos ecossistemas aos efeitos das alterações climáticas, associando a proteção e valorização dos corredores ecológicos, a redução ou minimização de vulnerabilidades e riscos resultantes de fenómenos extremos e a promoção de intervenções e atividades económicas sustentáveis, pela gestão eficiente no uso da água, pela otimização e eficiência nos sistemas de captação e distribuição, e pela promoção da reutilização de águas residuais, assegurando o bom estado ecológico das massas de água.

A disponibilidade hídrica centra uma parte considerável da discussão a 10 anos, não só na oferta como na procura, pelo que a ITI Água deverá contribuir para promover e atrair investimento inovador e demonstrador, coincidente com as especificidades e as atividades predominantes nos territórios das sub-regiões abrangidas, valorizar e densificar as cadeias de valor dos recursos e/ou produtos locais, através da incorporação de fatores de inovação que estimulem a promoção e atraiam novos residentes, qualificados e empreendedores, para reverter os graduais processos de perda registados.

Numa gestão inovadora potenciam-se abordagens temáticas, inter-regionais e transfronteiriças que, *per sí*, respondam aos desafios sociais, permitindo ganhar escala e eficiência, contribuindo para aumentar níveis de desempenho e de convergência e potenciando um modelo de gestão baseado em dimensões de plurifundo, promotoras de perceções e aferição dos impactos das políticas públicas a escalas diferenciadoras, eventualmente mais próximas e consentâneas com as especificidades locais, supramunicipais, intra e inter-regionais.

Os financiamentos da política de coesão não esgotam as fontes disponíveis, mas nas últimas três décadas, acabaram por ter um papel determinante para consolidar e afirmar a competitividade e a qualidade de vida na região. Sabendo que o próximo período de programação se manifesta particularmente desafiante para a região do Algarve, a **dimensão financiamento** não pode, nem deve, ser descurada da governança da *Estratégia Algarve 2030*.

Uma identificação clara das prioridades regionais e um planeamento adequado constituem um bom ponto de partida para evidenciar e quantificar o racional orçamental para fazer face às necessidades sentidas.

Neste âmbito, urge identificar os instrumentos a mobilizar, para que, numa lógica de continuidade, os exercícios realizados no atual período de programação, possam concretizar plenamente, nomeadamente pela revisitação dos atuais planos de ação - PADRE - *Plano de Ação de Desenvolvimento dos Recursos Endógenos* e do PAMUS - *Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável*; dos PARU - *Planos de Ação de Regeneração Urbana*; dos PAICD - *Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas*, mas também no desenvolvimento de um *Plano de Valorização da Ria Formosa*, que promova um laboratório de práticas sustentáveis, com caráter piloto e demonstrador.

Estes elementos estruturantes carecem da sólida **construção de parcerias** e da mobilização de recursos, segundo prioridades focadas na qualificação do território e na afirmação da capacidade competitiva dos ativos regionais, procurando minimizar os riscos associados à especialização regional, muito dependente do setor dos serviços, com especial relevância para o complexo das atividades turísticas.

O território regional, base de todas as dinâmicas e sistemas, deve organizar-se para responder de forma inclusiva, abraçando os desafios sociais que hoje se colocam. As pessoas constituem o foco de toda a estratégia para a próxima década, que visa, acima de tudo, garantir a sua qualidade de vida.

A competitividade, a sustentabilidade e a inteligência regional passam assim pela delineação de uma estratégia que envolva todas as dimensões da economia e da sociedade, pressupondo uma elevada qualidade do ambiente, da paisagem, das infraestruturas e dos equipamentos urbanos, mobilizando uma visão para um território com diferenças muito significativas a nível regional e assumir as comunidades, em toda a sua diversidade e riqueza, como o destino das políticas públicas.

É neste contexto que se preconiza a **visão estratégica** para o Algarve 2030: uma região reconhecida internacionalmente pela qualidade de vida e identidade, dotado de atores capacitados para fazer face aos novos desafios, por via de escolhas sustentáveis, conducentes a uma região +inteligente, +verde e hipocarbónica, +conectada, +social e +próxima das pessoas, desígnios a alcançar com a concretização dos seguintes objetivos específicos.

OP1 : Um Algarve mais inteligente

Consolidar o ecossistema de inovação como fator de competitividade

Estimular a digitalização da economia em particular nos domínios de Especialização Inteligente (RIS3)

Reforçar a colaboração entre os produtores de conhecimento e o tecido empresarial

Acelerar a transição de processos de produção de bens e serviços, numa lógica mais circular

Diversificar mercados para atenuar a dependência da balança comercial e turística

Fomentar consumos locais através de parcerias entre os setores do turismo, da agricultura e Pesca

OP2 : Um Algarve mais verde e hipocarbónico

Promover a descarbonização e a transição energética (mobilidade, energias renováveis e eficiência energética)

Aumentar a resiliência territorial, económica e social aos novos desafios climáticos

Preservar os ecossistemas e os recursos naturais e fomentar a eficiência hídrica e a economia circular

Ativar os territórios com proteção ambiental na afirmação da qualidade de vida e de um turismo com práticas mais sustentáveis

Potenciar a mobilidade suave através da adaptação dos centros urbanos, com perfis mais inclusivos e seguros

OP3 : Um Algarve mais conectado

Promover a intermodalidade afirmando o potencial da região como eixo de articulação funcional

Reforçar a capacidade liderante em redes internacionais de infraestruturas e conhecimento

Aproveitar o reconhecimento da marca Algarve para potenciar a internacionalização de produtos e serviços

OP4: Um Algarve mais social

Inovar nas respostas e nos serviços de interesse geral para enfrentar os desafios demográficos numa região assimétrica

Promover a inclusão, a literacia e a capacitação digital da população por forma a acelerar a transição digital da economia e a afirmação da região no quadro da sociedade do conhecimento

Estruturar as redes de qualificação, públicas e privadas, de nível médio e superior, por forma a reforçar as sinergias e complementaridades e alimentar as necessidades emergentes nos domínios RIS3

Potenciar os fatores de atratividade de jovens e profissionais altamente qualificados, tendo em vista a reversão da tendência demográfica negativa e a melhoria dos fatores de competitividade regional

Investir na qualidade do emprego, ajustando a uma região que promove padrões elevados de qualidade de vida

OP5 : Um Algarve mais próximo das pessoas

Consolidar o sistema urbano policêntrico para promoção da coesão territorial e inserção competitiva da região em escalas macro

Valorizar e qualificar o território, as pessoas e os recursos endógenos para afirmar um desenvolvimento regional integrado

Induzir práticas de inteligência territorial, através de escolhas mais eficientes, sustentáveis e promotoras de produção local de conhecimento

Responder aos desafios sociais através de novas geografias, novos atores e novas abordagens de governança

Introdução

O Algarve possui singularidades territorial-administrativas que, no contexto do planeamento e programação do desenvolvimento regional, ganham relevância pela expectativa de poder contribuir para fixar uma visão integradora e de longo prazo para o futuro da Região, na qual os protagonistas do território (públicos, associativos e privados) se revejam ao desenvolver as suas estratégias de investimento e de gestão de ativos, concertando um nível regional (NUT II) e sub-regional (NUT III) que é territorialmente coincidente. É neste quadro que urge desenhar uma **estratégia integrada**, que abrange uma leitura comum, participada pelos diferentes setores e onde emerge a dimensão municipal por via da articulação com a única comunidade intermunicipal no Algarve.

Porém, o arranque do novo período de programação, reveste-se de algumas diferenças face a exercícios anteriores. Em primeiro lugar, a Comissão Europeia não apresentou o seu referencial estratégico (ao contrário do exercício 2014-2020), concentrando-se antes em focar-se nas suas agendas e Objetivos de Política, expressas nas **Recomendações do Semestre Europeu** dirigidas a Portugal (Anexo D, com foco nas condicionantes estruturais e nas orientações de investimento).

Em segundo lugar, Portugal, decidiu (ao contrário de outros períodos) não avançar com exercícios de programação e prospetiva pesados, mas antes, **revisitar os exercícios anteriores** e ajustá-los às alterações de conjuntura e às tendências de paradigma, baseando-se num conjunto de propostas e prioridades, validadas a nível nacional em reuniões setoriais, que se consubstanciam em quatro agendas temáticas e 19 domínios prioritários (em estreita ligação com os pilares do Plano Nacional de Reformas 2016-2023). Nesta revisitação, numa abordagem estratégica crítica e evolutiva, o Algarve centrou-se no Plano de Ação Regional (PAR) e na Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3 Algarve), ambas da responsabilidade da CCDR Algarve e na EIDT da CIM AMAL (Plano Intermunicipal Algarve 2020), bem como nos posteriores instrumentos territoriais e planos de ação desenvolvidos no âmbito da implementação do atual Programa Operacional Regional, seguindo as orientações referenciadas pelos responsáveis dos ministérios do Planeamento e da Coesão Territorial. As Estratégias de Especialização Inteligente (Nacional e Regional) veem reforçado o seu papel estruturante, agregador e diferenciador, para a promoção da competitividade territorial, que eleva a necessidade de promover abordagens adaptativas, segundo prioridades a estabelecer, determinadas pelas escolhas efetuadas nas diferentes escalas, que importará complementar e evidenciar num quadro de variedade relacionada dos domínios de especialização mobilizados.

Finalmente, e em linha com o trabalho realizado ao longo do processo de construção e implementação do programa 2014-2020, acentuaram-se os **processos de participação pública** regionais e a audição dos setores e da sociedade civil na preparação e alinhamento com os objetivos nacionais e europeus para 2030 (exercício concretizado ao nível das NUTS II e III), expressos nos documentos “Contributo Regional para a Estratégia Nacional PT 2030” (maio 2018) da responsabilidade da CCDR Algarve e o documento “O Algarve pós 2020 na Perspetiva dos Municípios” da responsabilidade da CIM-AMAL.

A montante, os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030** da ONU ganham relevância estratégica e são indissociáveis de qualquer que seja o caminho a empreender para a região do Algarve. Todas as escolhas e opções devem nortear-se em linha com esses objetivos e com as metas preconizadas, encontrando o Algarve o seu posicionamento e a sua quota-parte, de forma

empenhada e corresponsável. Para tal, importará contribuir para o aumento da perceção do conceito de sustentabilidade, que se traduzirá territorialmente na qualidade de vida registada na região, e sentida de forma mais ou menos evidente, em termos sociais, económicos, ambientais e na própria governança.

Reforça-se ainda que, no atual período de programação (2014-2020), a Região do Algarve operacionalizou uma abordagem relativamente diferenciada de opções face às restantes regiões, quer no foco estratégico, quer na mobilização de instrumentos. Pelo que a revisitação tem que ter em conta esta dimensão. Tendo em conta a coincidência territorial NUTS II e III, a região entendeu elaborar uma estratégia, alinhando opções a partir da abordagem intermunicipal e multimunicipal, complementada para efeitos de financiamento, com elementos estruturantes dos contributos recolhidos (conforme encontramos no texto do Programa Operacional).

Figura 1 - Abordagem Algarve PT2020



Fonte: Elaboração própria

Deste modo, o presente documento procurou sistematizar linhas de intervenção dos diferentes contributos regionais, fundamentando, sempre que possível, com indicadores pertinentes, as linhas de constrangimento registadas, não deixando de assumir temas estratégicos para o Algarve, independentemente do enquadramento financeiro ou da escala adequada de intervenção.

A complex network diagram on a dark blue background. It consists of numerous small, semi-transparent circular nodes in various colors (light blue, teal, green, orange, grey, white) connected by thin, light blue lines. The nodes are scattered across the frame, creating a dense web of connections.

I. Principais constrangimentos da região (revisitar a estratégia)

I. PRINCIPAIS CONSTRANGIMENTOS DA REGIÃO (REVISITAR A ESTRATÉGIA)

1. Balanço 2014-2020

O Programa Operacional CRESC Algarve 2020 foi programado num contexto de forte instabilidade, encontrando-se a Região a atravessar uma das mais acentuadas crises desde o processo de adesão. Neste cenário, ficou evidente a fraca capacidade de resiliência em contexto de crise, em particular pela forte especialização e concentração do emprego e da economia no setor turístico.

*programação
2014-2020
marcada por
contexto de crise*

O diagnóstico feito na altura evidenciava alguns constrangimentos e um conjunto de tendências que, tendo uma natureza estrutural, se acentuaram em contexto conjuntural de crise.

A mobilização dos Objetivos Temáticos e a intensidade de afetação de recursos às Prioridades de Investimento e tipologias mobilizadas procurava, respeitando as restrições regulamentares, superar estrangulamentos e acelerar processos de transformação socioeconómicos, capazes de dinamizar a região e incrementar o seu contributo para os objetivos definidos no contexto do contributo nacional para as metas europeias de 2020.

Neste momento importa valorizar os progressos alcançados, nomeadamente em termos do mercado laboral, e o esforço induzido pelas apostas feitas no sentido de mobilizar atores, projetos, investigação e investimento no sentido da transformação do Algarve numa região mais Inteligente, mais Sustentável e mais Inclusiva.

1.1 Algarve: Constrangimentos Estruturais no contexto da programação

No diagnóstico realizado, com base em processos participados envolvendo os *stakeholders* regionais relevantes, identificavam-se como principais estrangulamentos:

- um modelo de desenvolvimento caracterizado por uma estrutura económica fortemente especializada, mas muito dependente de atividades cuja competitividade assenta em variáveis e decisões maioritariamente exógenas à *Região*;
- um tecido económico e empresarial cujo perfil de recursos humanos apresenta alguma rigidez perante os mecanismos de mudança;
- à semelhança da maioria das regiões turísticas costeiras, a dinâmica económica está sujeita a um forte pendor sazonal;
- fortes constrangimentos no domínio da transferência de conhecimento para o mercado;

*principais es-
trangulamentos
derivam do perfil
produtivo regional*

Este desempenho tinha como consequência direta:

- volumes crescentes de desemprego (dos mais elevados do País), atingindo valores nunca registados (cerca de 20% no 4º trimestre de 2012 e 17% em 2013);
- uma preocupante tendência para o aumento do desemprego de longa duração;

- uma incidência particular do desemprego entre os jovens;
- défices acentuados de qualificação escolar (e também profissional). A proporção de população ativa sem escolaridade ou com escolaridade igual ou inferior ao 3.º ciclo do ensino básico ainda representava em 2012 cerca de 57% e a percentagem de população empregada por conta de outrem com formação superior era de 20,3% (média nacional: 22,6%);
- importa ainda referir que a percentagem de população do grupo etário dos 30-34 anos, com ensino superior ou equiparado, representava apenas 24,7% em 2013, valor muito distante da meta de 40% assumida por Portugal.

Tendo presente a dimensão multifundo do Programa Operacional e o facto de, enquanto região de transição, os beneficiários e as intervenções se encontrarem limitados ao PO Regional para acesso ao FEDER e ao FSE, o Algarve identificou como foco de intervenção três grandes áreas, essenciais para superação dos seus constrangimentos:

*PO Regional com
três grandes
áreas de
intervenção*

A) Ao nível do *Emprego, da Competitividade e da Inovação*:

*emprego,
competitividade e
inovação*

- A região não apresentava capacidade de absorver o excedente de mão-de-obra dos setores em ajustamento.

Como principais estrangulamentos identificados no âmbito do diagnóstico e do contacto com os atores locais e regionais (públicos, privados, associações e sindicatos) assinala-se, nomeadamente:

- Défices significativos de qualificação da população residente, e do emprego, com repercussões na qualidade do emprego disponível;
 - tecido produtivo pouco diferenciado, assente em atividades económicas intensivas em trabalho e/ou de menor valor acrescentado (produção primária);
 - desadequação entre o perfil dos desempregados e a oferta de trabalho, quer por via da baixa qualificação dos desempregados, quer da fraca atratividade e qualidade dos empregos disponíveis;
- Incapacidade de gerar massa crítica relevante, quer no lado da procura, quer no lado da oferta.

Como principais estrangulamentos assinalava-se, na sequência do trabalho efetuado:

- falha de capacidade e massa crítica;
- falhas de infraestruturas tecnológicas de promoção e inovação e de articulação dos agentes públicos e privados em C&T;
- falhas de interação/conexão interna entre atores;
- excesso de especialização da estrutura económica;
- desajustamentos entre a oferta e a procura de inovação e investigação;
- perda de atratividade internacional do destino Algarve;

B) Ao nível da *Inclusão e da Educação*:

*inclusão e
educação*

- Neste âmbito, constatava-se que a crise acentuou a fragilidade da estrutura das empresas e das famílias, sobretudo pelo aumento do desemprego e, conseqüentemente, dos fenómenos de pobreza e exclusão social. Aos tradicionais desafios, associados às assimetrias Litoral/Interior, acresciam então os que derivaram da incapacidade do modelo económico (em contexto de crise) gerar emprego, em particular para as novas classes de exclusão.

Ainda assim, assinalavam-se como importantes debilidades persistentes:

- ausência de cooperação entre associações, com duplicação de oferta e de funções em alguns domínios e carências noutras, e ausência de respostas integradas;
- crescimento do número de indivíduos em situação de risco e de exclusão social, com aumento de requerentes do rendimento social de inserção (RSI) e de sem-abrigo, com o conseqüente aumento do índice de pobreza;
- lacunas significativas de serviços e equipamentos na oferta para grupos específicos (nas áreas da saúde, em particular a saúde mental e a deficiência, do apoio aos idosos, envelhecimento ativo, pré-escolar, entre outros);
- elevado abandono escolar precoce de educação e formação, persistindo algumas lacunas na rede, no que respeita à eliminação do regime duplo (EB1), e degradação nas condições de funcionamento de alguns equipamentos (EBI).

C) Ao nível da *Sustentabilidade e da Coesão Territorial*:

*sustentabilidade e
coesão territorial*

- Identificavam-se como constrangimentos três desafios fundamentais:

- combate às disparidades territoriais com atenção aos territórios de baixa densidade e comunidades vulneráveis em meio urbano e rural;
- reforço da competitividade territorial, assente num contexto de incremento de desenvolvimento mais sustentável e eficiente em termos energéticos, bem como na qualidade das experiências a oferecer pelo território para residentes e visitantes;
- reforço da afirmação da estrutura urbana em particular nas vertentes da eficiência e qualidade do espaço público, da atratividade socioeconómica e da mobilidade sustentável.

O diagnóstico efetuado nestes domínios mereceu particular atenção na preparação do atual período de programação, confirmando a manutenção de parte dos constrangimentos. Deste debate, mereceram destaque:

- A dinâmica urbana, nomeadamente:

- a desvalorização dos centros históricos para atividades económicas e atração de residentes, com uma reduzida expressão de intervenções de reabilitação urbana e deficiente articulação entre ações públicas e privadas;
- a deficiente estruturação da rede urbana regional; no que respeita à articulação interna das várias centralidades de cada centro urbano, e à organização de redes sub-regionais com escala para reforço da competitividade externa de Região, apesar de algumas boas experiências já iniciadas;
- a dificuldade de desenvolver políticas integradas e formas de governação urbana envolvendo distintos domínios de intervenção;

*frágeis dinâmicas
territoriais entre
os centros
urbanos e com os
territórios de
baixa densidade*

- e os territórios de Baixa Densidade que apresentavam:
 - défice de dinamismo económico e de fluxos de informação que se traduzem numa menor dinâmica de procura aos sistemas de incentivos e em níveis inferiores de rentabilidade dos investimentos devido à exiguidade e limitações do mercado;
 - carácter familiar e informal em grande número de atividades económicas com deficiente cultura inovadora e trabalho em rede;
 - escassez de condições de suporte para atrair novos habitantes (ex. jovens casais) reforçando a tendência de redução da população, com consequente redução da massa crítica;

Durante a elaboração da estratégia 2014-2020 caracterizou-se o ponto de partida do Algarve face ao contexto da Europa 2020.

No momento do arranque da implementação do PO, o Algarve apresentava um desempenho inferior à média nacional em 3 dos 4 indicadores com informação disponível.

desempenho regional inferior ao país no contexto dos indicadores Europa 2020

- A taxa de emprego regional do grupo etário dos 20 aos 64 anos era de 66,3%, representando o segundo valor mais elevado das NUTS II portuguesas. Ainda que não se trate de indicador Europa 2020, a questão do emprego no Algarve não poderia ser dissociada da vertente “desemprego” na medida em que a região registava, há 3 anos consecutivos, a taxa mais elevada do País, tendo a mesma atingido 17% em 2013;
- A Investigação e Desenvolvimento continuavam a ser áreas com défice de investimento, quer no País, quer no Algarve. Efetivamente, em 2010 e 2011 a despesa efetuada em I&D na região não ultrapassava 0,45% do Produto, o que divergia significativamente da média nacional e europeia;
- Na década anterior à preparação do PO observou-se um recuo expressivo da taxa de abandono precoce de educação e formação (em cerca de 20 p.p.); contudo, a referida taxa (21,6%) continuava a apresentar o segundo valor mais elevado das regiões do Continente.
- No caso da população dos 30 aos 34 anos com ensino superior, a sua proporção não ultrapassava 24,7% em 2013, o que posicionava a região sensivelmente a meio da “tabela” no conjunto das NUTS II.

1.2 Linhas Estratégicas de Intervenção

Face aos constrangimentos e às linhas de força identificados, estruturou-se a intervenção do PO CRESC Algarve 2020 em cinco pilares, na lógica de articulação dos domínios chave:

CRESC Algarve 2020 com cinco pilares de intervenção

- *Inovação e Diversificação* – Alargar a base económica empresarial, reforçando o emprego qualificado e reduzindo o impacto sazonal;
- *Competitividade Internacional* – Reforçar as cadeias de valor das atividades consolidadas e emergentes identificadas pela RIS3 regional;

- *Valorização Territorial* – Reforçar o papel do território como fator competitivo e diferenciador, afirmando a identidade regional e valorizando os recursos culturais e naturais de excelência;
- *Coesão e Inclusão* – Reduzir as disparidades e assimetrias territoriais existentes, intervindo conjuntamente nas dimensões económica, social e ambiental e na articulação e complementaridade da rede urbana entre si e com os territórios de Baixa Densidade;
- *Capacitação para a Empregabilidade* – Ajustar e reorientar as competências regionais para a empregabilidade e criar condições para a emergência de respostas criativas e inovadoras, quer no âmbito social e de proximidade, quer na lógica da redução dos custos de contexto.

Em torno destes pilares, a Região definiu então 8 objetivos mobilizadores para 2020:

- aumentar em 18% o contributo do PIB Regional, alcançando a representatividade de 5% do PIB nacional;
- alcançar em 2020 o estatuto de região “*innovation follower*”;
- diminuir a taxa de desemprego para valor inferior a 85% da média nacional;
- aumentar em 10% a população abrangida por formação qualificante;
- reduzir em 5 p.p. a taxa de abandono precoce de formação e educação, valorizando ofertas formativas com elevada empregabilidade;
- caminhar para uma “Região Carbono Zero”;
- reduzir em 10% o consumo de energia elétrica do tipo doméstico e público, o que pressupõe reduções anuais médias de 1,5%;
- reduzir as assimetrias entre litoral e interior, aumentando em 5% o número de postos de trabalho nos territórios mais desfavorecidos/de baixa densidade.

oito objetivos regionais mobilizadores para 2020

1.3 Estruturação da Mudança

Tendo em conta os estrangulamentos e as limitações identificadas, a Região assumiu como estratégia de mudança as seguintes dimensões de aposta nos domínios chave de Intervenção:

❖ *Crescimento Inteligente*

A dimensão do Crescimento Inteligente foi assumida como o principal desafio para a Região. Nesse contexto, desenvolveu-se de forma autónoma uma Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3 Algarve) onde se incluem as linhas de operacionalização do Plano Regional de Inovação. A RIS3 regional procurava assegurar os seguintes objetivos:

- O reforço das capacidades individuais e coletivas, com vista a atingir dimensão crítica, produção de conhecimento e dinâmica empresarial capaz de acrescentar valor aos produtos e serviços regionais, de forma a promover capacidade de competir à escala global;
- A promoção da diversificação da base económica regional;

estruturação da mudança assente no crescimento inteligente, sustentável e inclusivo

- A promoção de redes de cooperação e reforço da transferência de conhecimento entre o sistema de investigação, o meio empresarial e o mercado;
- O incremento da investigação aplicada e da inovação com ênfase nos resultados;
- O melhor aproveitamento dos recursos naturais da região, potenciado pela variedade relacionada entre os diversos setores de especialização regional e pelo reforço das cadeias de valor promovidas pela dinâmica do setor turístico.

❖ *Crescimento Sustentável*

O território viu reforçado, neste exercício, o foco das abordagens integradas e da Estratégia Comum Europeia que (re)afirmava e intensificava os desafios que se colocam em torno das alterações climáticas e da necessidade de se caminhar para uma economia de baixo teor carbónico. Neste sentido, eram prioritárias as temáticas do Crescimento Verde, da Eficiência Energética, das Energias Renováveis e da Mobilidade Sustentável.

O processo de programação procurou assegurar condições para o desenvolvimento de um modelo de ocupação do território mais equilibrado entre as atividades humanas e a estrutura biofísica de suporte, base estratégica dos ecossistemas modificados pelo homem.

Pretendia-se assim atingir os seguintes objetivos:

- Reforçar a identidade cultural da região, como fator de competitividade e atratividade turística e de população mais jovem e qualificada;
- Assegurar a valorização e boa gestão dos recursos ambientais;
- Contribuir para o combate às alterações climáticas, reduzindo as emissões de CO₂ e dos consumos energéticos, através da utilização de fontes energeticamente mais sustentáveis e do aumento da eficiência energética;
- Promover as adaptações, físicas e de serviços, necessárias à mudança de comportamentos, nomeadamente em matéria de mobilidade sustentável, com vista ao aumento da utilização de transportes coletivos e dos modos suaves;
- Reforçar as redes urbanas para a competitividade e inovação de carácter supramunicipal;
- Incrementar as ações de reabilitação urbana e inclusão social, numa lógica de promover a qualidade ambiental, a integração social e a articulação entre atuações públicas e privadas;
- Assegurar intervenções integradas nos Territórios de Baixa Densidade, através da articulação regional da utilização e valorização dos recursos endógenos e do incremento da oferta de incentivos à promoção das atividades económicas de base local.

❖ *Crescimento Inclusivo e Capacitação*

De acordo com os indicadores sociais disponíveis à data, o desafio da Inclusão colocado pela Estratégia 2020 encontrava a Região num momento crítico. As questões da pobreza e inclusão, o ajustamento das capacitações para os novos desafios do desenvolvimento inteligente (*novas competências para novos empregos*) e os níveis preocupantes de desemprego, obrigaram a encarar esta intervenção transversal com uma nova abordagem multifundo e multinível. Pretendia-se assim assegurar os seguintes objetivos:

- diminuir a taxa de desemprego;
- aumentar a incorporação de ativos qualificados e com formação avançada no meio empresarial;
- aumentar a capacidade de resposta das estruturas regionais face às situações crescentes de vulnerabilidade social;
- garantir uma oferta formativa/educativa focada na empregabilidade;
- aumentar as capacidades institucionais e da administração com vista à melhoria da eficiência do serviço público.

1.4 Os primeiros sinais - uma abordagem quantitativa

Nos anos mais recentes a região registou um contexto muito particular, o que permitiu uma participação e envolvimento de entidades mais consciente da necessidade de intervenções estruturais no seu perfil socioeconómico. Cientes que muitos dos objetivos mobilizadores definidos são de cariz macro, suportados por dinâmicas que só transversalmente sofrem influência direta dos fundos, considera-se que os mesmos permitem aferir as linhas de tendência da Região. Uma leitura mais direta dos efeitos do PO advirá do exercício de avaliação intercalar a desencadear no segundo semestre de 2020.

*sinais desiguais
na evolução
recente dos
objetivos
regionais
mobilizadores*

- O contributo do PIB regional para o PIB nacional aumentou de 4,24% (em 2012) para 4,6% (em 2017). Evolução relevante, quando ocorre num contexto de evolução positiva de Portugal;
- A taxa de desemprego diminuiu significativamente, não tendo ultrapassado 7,1% em 2019. No entanto, com exceção de 2016, o Algarve ainda não conseguiu estabilizar a taxa regional em valor inferior a 85% da média nacional, como preconizado. Em 2019 a taxa de desemprego no Algarve foi mais elevada do que a média nacional, importando realçar o contexto de desemprego decrescente no País (e a sazonalidade na variação da taxa de desemprego ao longo do ano);
- No que se refere à taxa de abandono precoce da educação e formação, tem-se verificado algumas oscilações positivas e negativas ao longo dos últimos anos; de acordo com os dados mais recentes (2019) o abandono atingiu 19,9% em 2019, ou seja, + 0,6 pp do que em 2012, sendo fundamental continuar a investir e reequacionando a aplicação das políticas públicas nesta área;
- O consumo de energia elétrica nos setores doméstico e público diminuiu de forma significativa entre 2013 e 2015, superando a meta definida. Esta redução derivou em parte do momento económico menos bom. No entanto, nos 2 anos seguintes, apesar da retoma da economia, manteve-se a tendência de redução, embora com um ritmo inferior (6%), pelo que importa continuar o esforço e as medidas de sensibilização;
- No caso do objetivo de alcançar o estatuto de região “*innovation follower*” assinala-se que, de acordo com os dados mais recentes do *Regional Innovation Scoreboard*, o Algarve melhorou a sua classificação de “moderada menos”, em 2017, para “moderada” em 2019.

A avaliação breve do desempenho da região face às metas Europa 2020 diz-nos ainda que:

- no mercado de emprego inverteu-se a tendência dos últimos anos, ainda que se mantenham os problemas estruturais identificados. A taxa de emprego 20-64 anos alcançou 78,1% em 2019, sendo mais elevada do que a média nacional e europeia e superando já a meta Europa 2020;
- nos últimos 2 anos registou-se um ligeiro crescimento da taxa de abandono precoce da educação e formação, que se fixou em 20,1% em 2018, mantendo-se bastante acima da média nacional e europeia;
- uma das consequências da crise foi a saída de jovens licenciados da região. Contudo, a proporção da população dos 30-34 anos com ensino superior tem subido nos últimos três anos e em 2019 alcançou 31,2%, ainda algo distante da meta europeia;
- a proporção de despesa em I&D no PIB tem vindo a diminuir desde 2012. Em 2017, o valor regional (0,30%) era inferior ao da situação de partida, muito aquém da meta definida;
- ainda que não tenha sido definida regionalmente uma meta associada à pobreza, nomeadamente relativa à diminuição do número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social, recentemente passou a estar disponível informação com desagregação ao nível das NUTS II. Entende-se por isso ser de interesse assinalar que a taxa regional de risco de pobreza (após transferências sociais) alcançou 18,7% em 2019, sendo ligeiramente mais elevada do que no País (17,2%).

Não existe informação regionalizada para os indicadores relacionados com as metas definidas para as emissões de GEE, eficiência energética e quota das renováveis no consumo de energia.

Esta evolução, e a superação da grande maioria dos indicadores do quadro de desempenho, coloca em evidência que a performance da região, pese embora tenha sido abalada durante o período do quadro de programação por uma profunda crise, tem tido uma evolução favorável. Contudo, permanecem estrangulamentos, a que as Políticas Públicas, com ou sem suporte dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), devem continuar o percurso iniciado, mantendo a capacidade de intervenção, de modo a caminhar para uma Região mais equilibrada, mais competitiva, mais inteligente, mais inclusiva e sustentável.



II. Contexto regional.

Notas de um percurso

II. CONTEXTO REGIONAL – NOTAS DE UM PERCURSO

O Algarve é uma região com características distintas. Como referiu Jorge Gaspar na sua obra “As Regiões de Portugal”, é possível, imaginar aqui uma espécie de pequeno Portugal, invertido na horizontal, com o litoral a sul e o interior a norte.

A organização administrativa do território faz com que, em diversos casos, um único concelho se estenda do litoral ao interior, fazendo fronteira com o Alentejo. Embora com uma área relativamente reduzida – cerca de 5000 km² e um comprimento máximo Norte-Sul de 63 quilómetros, a região apresenta uma grande diversidade morfológica, ambiental e paisagística, demográfica e económica, originando territórios diferenciados e disparidades intra-regionais bastante acentuadas.

região com características heterogéneas e díspares

À semelhança do País, a população e as atividades económicas concentram-se maioritariamente no litoral e no setor terciário. Contudo, no Algarve, esta concentração é fortemente influenciada pelo grande volume de população flutuante, originando maior pressão sobre o território, sobre os recursos, as infraestruturas e equipamentos, condicionando também outros elementos de natureza imaterial. Do mesmo modo, os Serviços apresentam regionalmente uma expressão muito mais vincada, 87% do VAB e 79% do emprego, contra 75% e 68% no País, respetivamente¹, e um crescimento mais pronunciado.

concentração territorial no litoral e setorial no turismo e atividades conexas

A atividade turística marca a realidade socioeconómica algarvia, conduzindo a uma sobre especialização que se tem acentuado. De facto, só o alojamento e restauração e as atividades imobiliárias geram quase 41% do VAB². Se a estas adicionarmos o comércio, teremos 53% da economia dependente de três atividades, sujeitas às flutuações sazonais da procura, influenciada por diversos fatores exógenos.

O Algarve diferencia-se ainda por apresentar uma resposta mais acentuada aos ciclos económicos, reagindo de forma mais negativa do que o País em momentos de retração e registando maior dinamismo nos períodos favoráveis. Esta realidade está bem patente na evolução real do PIB: entre 2009 e 2012 a região registou por duas vezes o decréscimo mais acentuado do Produto e em 2013 a segunda maior contração; entre 2014 e 2017 o crescimento da economia regional foi por três vezes o mais elevado do País, e o segundo mais elevado num dos períodos. Nas duas situações observaram-se valores significativamente superiores à média nacional.

flutuações conjunturais mais expressivas que no país

Para além dos reflexos óbvios no emprego e condições de vida das famílias, estas flutuações económicas têm impacto na demografia regional. Os fluxos migratórios, sobretudo associados ao mercado de trabalho, têm influenciado claramente a dinâmica demográfica ao longo do tempo. Sempre que se regista um crescimento populacional este decorre do saldo migratório favorável, uma vez que o saldo natural é, desde 1992, tendencialmente negativo³.

Nos anos da crise, a taxa de desemprego atingiu valores mais elevados do que no País (em particular a taxa de desemprego dos jovens) e muitos nacionais e estrangeiros em idade ativa deixaram a região. Apesar da recuperação económica dos últimos anos ser assinalável e

¹ VAB – cálculo com base nos valores provisórios de 2017; Emprego – cálculo com base nos valores 2016. Fonte: Contas Regionais (Base 2011), INE

² VAB – dados por setor referem-se a 2017 (provisórios); dados por atividades referem-se a 2016

³ Exceto no período 2004-2010

da taxa de crescimento migratório ter voltado a “terreno” positivo, os valores atuais estão longe dos registados nas duas décadas anteriores, não sendo suficientes para garantir acréscimo populacional e o volume de mão de obra necessária nalgumas áreas.

Assinale-se também que, mais recentemente, em resultado da implementação de medidas para captação e facilitação de investimento estrangeiro, se observou um reforço do segmento dos estrangeiros que procuram a região para aqui passarem parte do ano ou o período de reforma. Também neste caso o Algarve se diferencia: o distrito de Faro regista o segundo maior número de estrangeiros residentes, que correspondem a quase 18%⁴ da população residente.

Pese embora o bom desempenho económico atual e a evolução positiva em diversas áreas ao longo das últimas décadas, a região continua a apresentar diversos problemas estruturais que influenciam o seu nível de resiliência, nomeadamente a concentração num núcleo restrito de atividades, dependência de fluxos externos de capitais e pessoas, a pequena dimensão do mercado interno permanente, as características do setor e agentes empresariais, a quase inexistência de indústrias transformadoras de alta e média tecnologia e inconsistência das cadeias de valor assentes nas produções locais, a fraca aposta na inovação e a deficiente valorização dos recursos humanos qualificados.

problemas estruturais associados à sobre especialização e ao perfil demográfico

Paralelamente, mantêm-se os desafios demográficos associados ao envelhecimento e renovação das gerações, à sustentação dos territórios do interior, à pressão urbanística, à escolaridade e qualificação das pessoas, ao mesmo tempo que subsistem problemas sociais e uma cada vez maior pressão sobre os recursos.

1. Da presunção estatística à realidade territorial

O PIB continua a apresentar-se como o indicador mais utilizado para a comparabilidade entre regiões, como referencial do seu aparente grau de desenvolvimento, no universo das abordagens de políticas regionais e de coesão (da academia às organizações). Surgem, porém, um conjunto de índices e indicadores, mais ou menos compósitos, que colocam em relevo limitações estruturais que não permitem níveis de desenvolvimento e de bem-estar compatíveis com a riqueza regional presumida (o próprio Parlamento Europeu incluiu o Algarve no grupo das *Lagging Region*⁵, demonstrando que o desenvolvimento tem sido lento face ao contexto e ao patamar de riqueza apurada e aos processos de convergência com a média do desenvolvimento europeu). Não será por isso estranho que a análise de um conjunto transversal e alargado de indicadores nos dê uma visão algo contraditória da realidade regional.

inclusão do Algarve nas “lagging region”

De facto, por um lado, alguns indicadores macroeconómicos associados às Contas Regionais colocam o Algarve numa posição mais favorável do que as restantes NUTS II, exceto a Área Metropolitana de Lisboa, quando relativizados pela população ou emprego. É o caso do PIB *per capita*, que é determinante no enquadramento das regiões para acesso aos fundos da coesão, do rendimento primário bruto e disponível das famílias e da produtividade aparente do trabalho (neste último caso, surgindo a região em 3º lugar). O mesmo sucede com o indicador *per capita* do Poder de Compra Concelhio.

“enviesamento” per capita

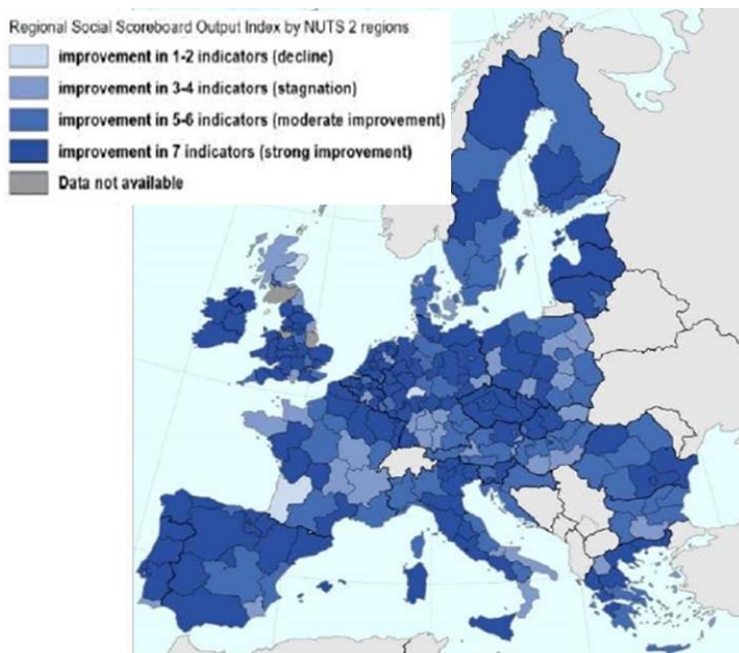
⁴ Cálculo efetuado com base nos dados de 2018 do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

⁵ https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/lagging_regions%20report_en.pdf

Por outro lado, diversos outros indicadores apresentam a região com um desempenho ou evolução menos favorável. Refira-se o Índice global do Painel Social das Regiões Europeias⁶, que avalia a evolução das regiões na área do emprego, educação e igualdade de género. No período 2014-2018, o Algarve surge na classe “estagnação”, ao contrário das restantes regiões portuguesas que apresentam “melhoria moderada”.

estagnação regional no painel social europeu

Figura 2 - Painel Social - Índice global 2014 - 2018



Fonte: Comité Europeu das Regiões

No caso do Índice de Competitividade das Regiões Europeias 2019 (ICR)⁷ o Algarve posiciona-se na mesma classe das restantes regiões portuguesas, bastante abaixo da média europeia. O ICR integra 3 sub-índices ou pilares e em todos a região apresenta um desempenho menos favorável do que a UE28 e Portugal. O pilar Básico é aquele em que apresenta maior convergência com a Europa, aumentando a diferença no caso do pilar “Eficiência” e, sobretudo, no da “Inovação”.

fraco desempenho no índice de competitividade das regiões europeias

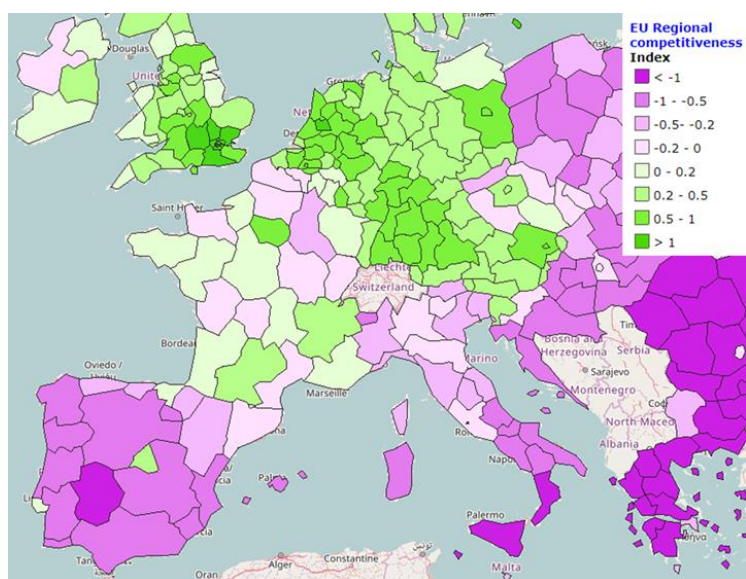
Se compararmos entre si as onze dimensões subjacentes aos três pilares, verifica-se que a região obtém melhor pontuação na “educação básica”, “eficiência do mercado de trabalho”, “saúde” e “maturidade tecnológica” e pior pontuação na “inovação”, na “sofisticação do negócio”, na “educação superior e aprendizagem ao longo da vida” e na “estabilidade macroeconómica”.

O desempenho regional face à média da UE aponta para diferenças mais substantivas no caso da dimensão “inovação”, “estabilidade macroeconómica” e “educação superior e aprendizagem ao longo da vida”. No entanto o seu desempenho tem vindo a piorar desde 2010, ano em que a DG Regio lançou o índice, estando próximo de atingir um nível significativo de deterioração (variação 2016-2019).

⁶ Social Scoreboard Output Index, in “European Regional Social Scoreboard”, Setembro 2019, Comité Europeu das Regiões

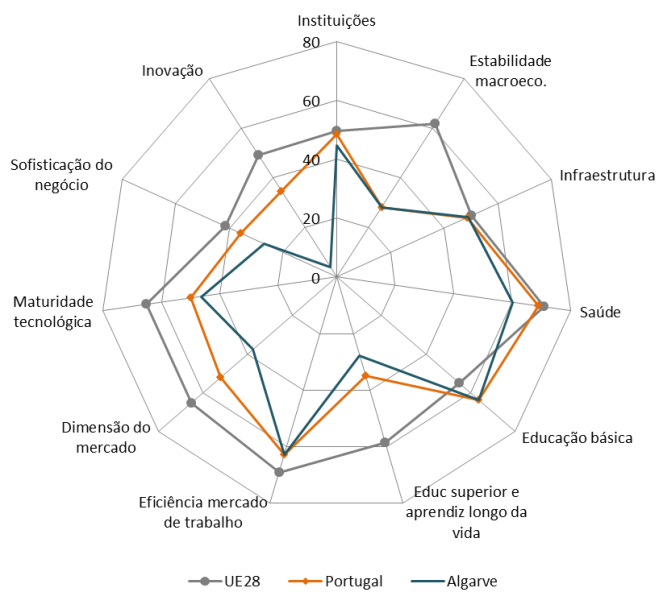
⁷ European Regional Competitiveness Index 2019, Comissão Europeia

Figura 3 - Índice de competitividade das regiões europeias 2019



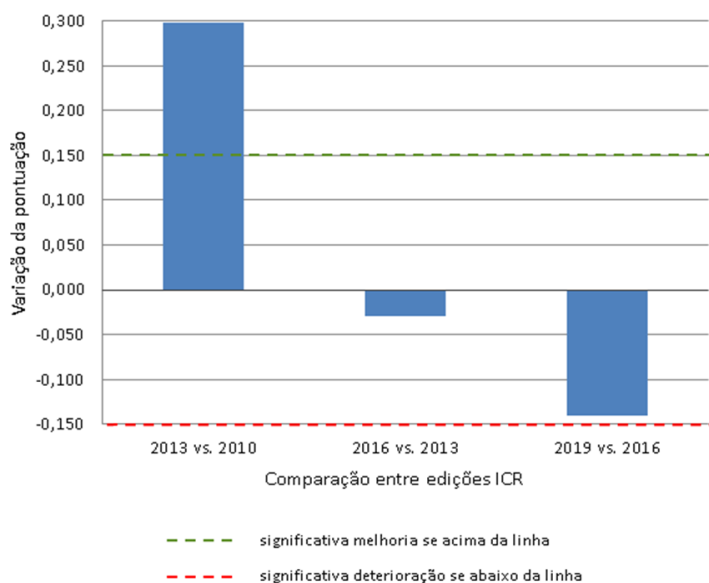
Fonte: Comissão Europeia

Figura 4 - Dimensões do Índice de competitividade das regiões europeias. 2019



Fonte: Comissão Europeia

Figura 5 - Algarve. Índice de competitividade das regiões europeias, variação 2010-2019

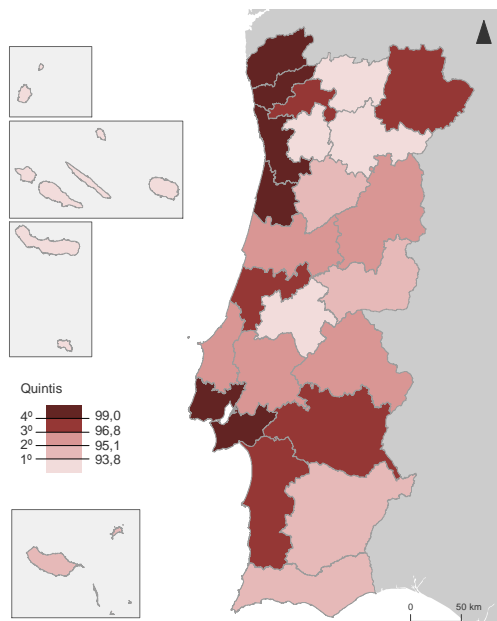


Fonte: Comissão Europeia

O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional indica também a estagnação da performance regional, considerando que, entre 2011 e 2017, o Algarve manteve constante a 5ª posição, entre as 7 NUTS II portuguesas, apesar de se ter registado uma melhoria do índice global (+1,27 pontos percentuais).

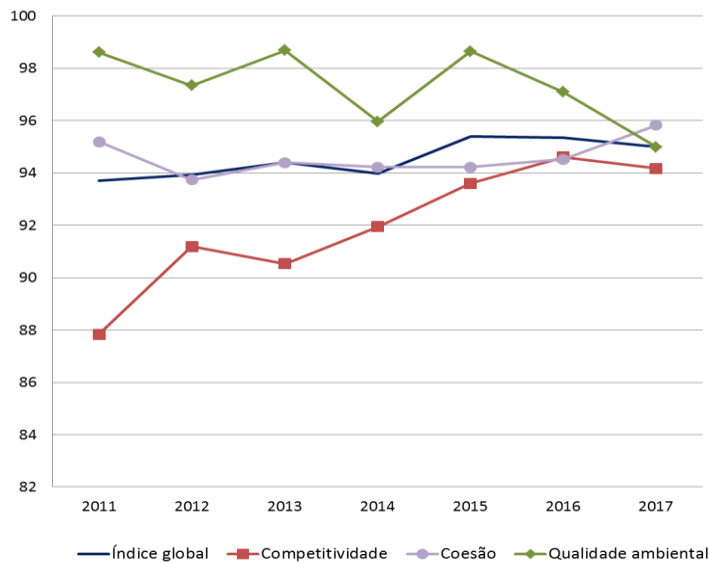
estagnação no índice sintético de desenvolvimento regional

Figura 6 - Índice sintético de desenvolvimento regional (Portugal = 100), NUTS III, 2017



Fonte: INE

Figura 7 - Índice sintético de desenvolvimento regional (Portugal=100)



Fonte: INE

De 2011 a 2017 a evolução é bastante positiva na componente “competitividade” (+6,34pp), que conduziu a região do 5º para o 3º lugar do ranking nacional. A componente “coesão” (+0,63pp) também apresentou evolução favorável, mas mais modesta, enquanto na dimensão “qualidade ambiental” (-3,61pp) se assistiu a uma descida do desempenho, quando em 2011 apresentava a maior convergência com a média nacional. Contudo, a região algarvia é uma das duas NUTS II que apresentam as três sub-dimensões do ISDR abaixo da média nacional.

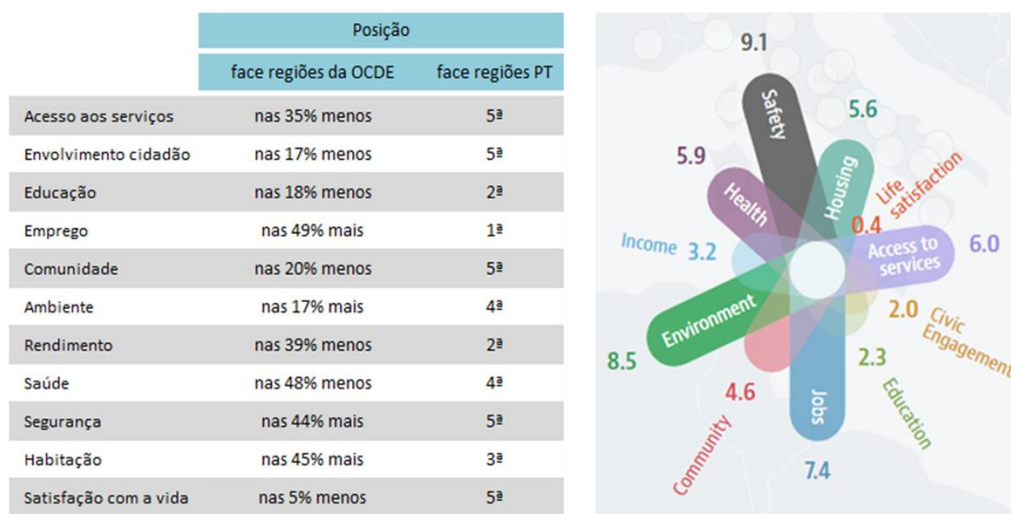
No entanto, se atendermos aos resultados apresentados pelo índice de bem-estar da OCDE⁸, que apresenta uma abordagem diferente dos restantes índices, verifica-se um panorama diverso, conforme a comparação seja efetuada com as outras regiões portuguesas ou no contexto das regiões da OCDE. No entanto, considerando a escala utilizada (1-10), o Algarve apresenta uma classificação acima da média em 5 das 11 componentes que formam o índice.

desempenho equilibrado no Índice de bem-estar da OCDE

As “divergências” que aqui se apresentaram apontam, naturalmente, para a necessidade de explorar a informação disponível de forma mais aprofundada e justificam a defesa de um novo formato de categorização das tipologias de regiões europeias, que não se baseie apenas num indicador de crescimento económico, antes considere um índice composto ou um conjunto mais alargado de indicadores que permita aferir o nível de desenvolvimento de cada região, incluindo também nessa avaliação a componente “sustentabilidade”.

⁸ O Índice de Bem-estar da OCDE tem na sua base um conjunto diverso de indicadores, mas cuja data de referência é bastante alargada, incluindo dados de 2010 a 2017. No caso da habitação, por exemplo, os dados são de 2011.

Figura 8 - Algarve. Índice de bem-estar 2018



Fonte: OCDE

2. O panorama macroeconómico

Após ter atravessado um período particularmente difícil, o Algarve retomou o crescimento económico em 2014, registando desde então uma variação real do Produto Interno Bruto (PIB) bastante acima da média nacional.

Ainda que, como já referido, seja comum o Algarve apresentar uma taxa de variação do PIB mais elevada do que o País em alturas de maior dinâmica económica, é a primeira vez, desde 1996, que tal sucede três vezes num período de quatro anos consecutivos. Efetivamente, em 2014, 2016 e 2017⁹ apresentou mesmo o crescimento mais elevado das NUTS II portuguesas. Entre 2014 e 2017 o crescimento anual do PIB algarvio superou em média, 1,8 pontos percentuais o aumento do Produto português. Como consequência, realce-se que o contributo regional para o PIB nacional alcançou 4,6%, a proporção mais elevada nas últimas duas décadas.

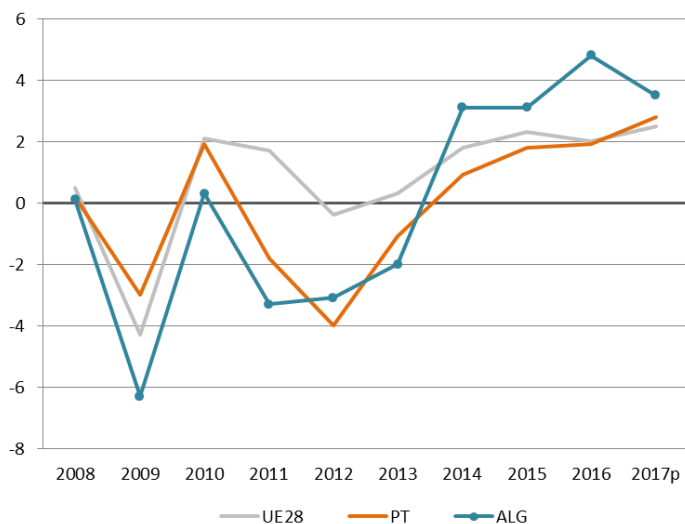
retoma com sinais positivos na variação do PIB regional e no seu contributo para PIB nacional

Refira-se ainda a possibilidade da taxa de variação de 2017¹⁰ vir a ser revista em alta, sendo expectável que 2018 apresente também bons resultados. No entanto, é previsível que o ritmo de crescimento desacelere ligeiramente nos anos seguintes, tendo presente a curva da economia portuguesa, alguns sinais da economia europeia, em particular a alemã, e os possíveis efeitos decorrentes da saída do Reino Unido da UE, dois mercados importantes para o Algarve. Acresce agora o ainda desconhecido impacto do surto pandémico do COVID 19, nas suas diferentes escalas, da regional à global, que se refletirá certamente, no crescimento e no emprego.

⁹ 2017 - dados provisórios

¹⁰ O INE disponibilizou recentemente os valores provisórios para 2018 e uma revisão retrospectiva dos valores de 2017 e 2016. Contudo, trata-se de uma nova série das Contas Regionais, que tem como ano Base 2016, não sendo tecnicamente aconselhável efetuar análises comparativas e evolutivas entre séries diferentes.

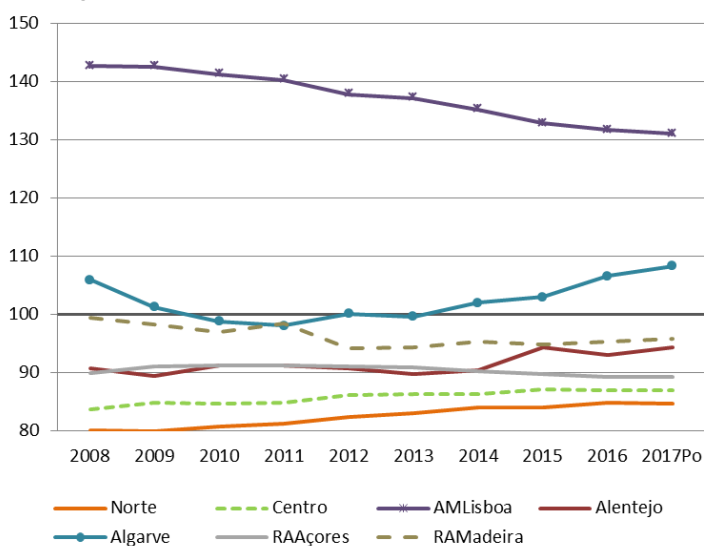
Figura 9 - Taxa de variação real do PIB (%)



Fonte: Contas Regionais (Base 2011), INE

O PIB *per capita* que, exceto em 2010 e 2011, foi sempre superior ao do País, alcançou os 20.500€ em 2017, correspondendo agora a 108% da média nacional. No entanto, assinala-se que em meados da década anterior a região já havia apresentado um índice com valor semelhante e que a população residente, de acordo com as estimativas, se encontra em queda há vários anos, o que também influencia o resultado.

Figura 10 - Produto Interno Bruto por habitante (PT=100)



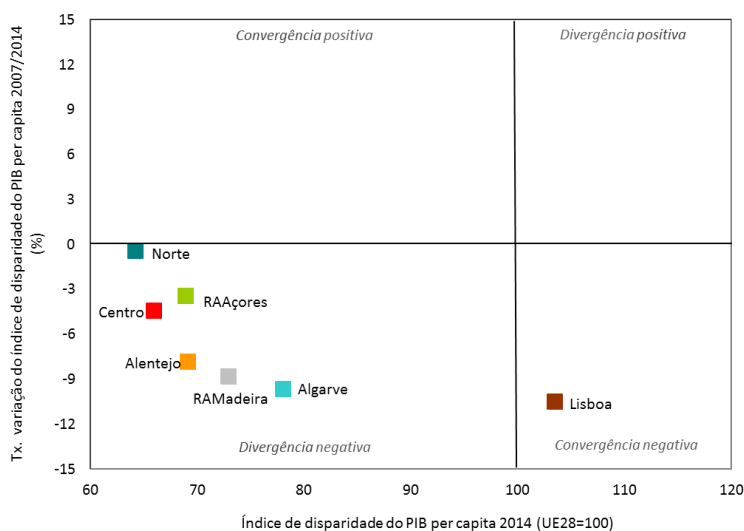
Fonte: Contas Regionais (Base 2011), INE

Apesar do desempenho favorável dos últimos anos, constata-se que, comparativamente à média dos 28 Estados Membros, o Algarve, tal como a maioria das regiões portuguesas, apresenta agora uma disparidade mais acentuada do que a registada entre 2000 e 2007, quando chegou a atingir 87% da média UE28.

*acentuada
disparidade do PIB
per capita face à
UE28*

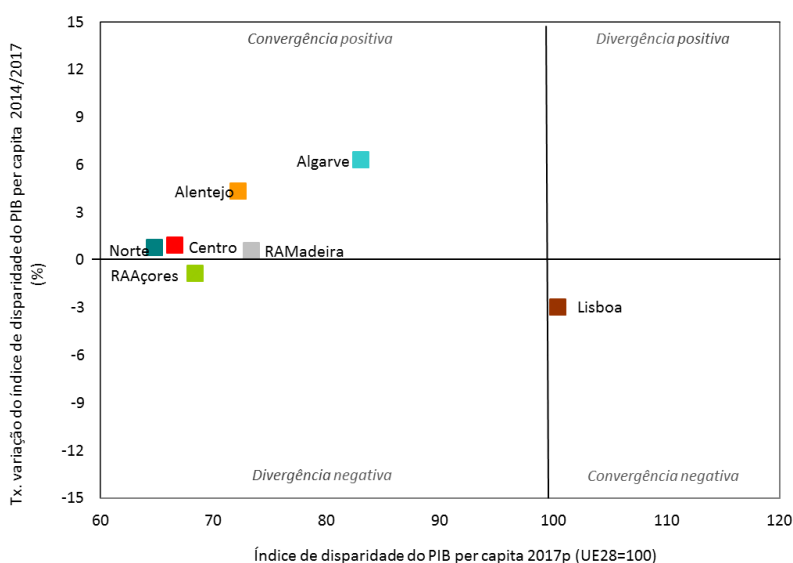
Entre 2007 e 2014 todas as regiões portuguesas que apresentavam um PIB *per capita* (em paridades do poder de compra) inferior à média europeia aumentam essa diferença, num percurso de divergência negativa, em que o Algarve sobressai. O processo inverte-se no período de 2014 a 2017 e a maioria dessas mesmas regiões, excluindo a Região Autónoma dos Açores, exibem uma trajetória de convergência positiva onde, mais uma vez, o Algarve surge em posição de destaque.

Figura 11 - Percurso de convergência do PIB per capita em paridades do poder de compra 2007-2014 (UE28=100)



Fonte: elaboração própria com base em Contas Regionais (Base 2011), INE

Figura 12 - Percurso de convergência do PIB per capita em paridades do poder de compra 2014-2017 (UE28=100)



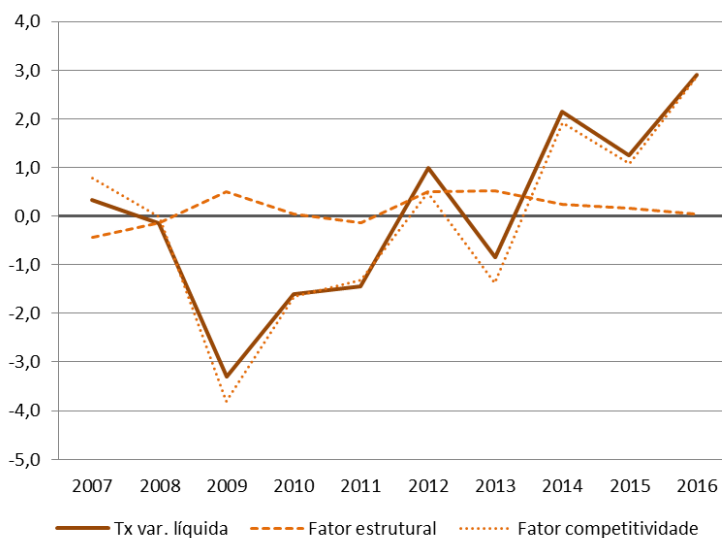
Fonte: elaboração própria com base em Contas Regionais (Base 2011), INE

Para uma perspetiva mais detalhada da evolução da economia regional importa ter presente a informação disponível mais recente relativa ao Valor Acrescentado Bruto (VAB). A análise da decomposição *shift-share* do crescimento do VAB permite quantificar e compreender melhor os fatores ou condições específicas da estrutura produtiva regional. Uma análise breve ao período 2007-2016 evidencia a maior estabilidade do fator estrutural, com um desempenho e dinamismo habitualmente mais elevado do que no País, traduzindo um peso superior do setor mais dinâmico na região. Nos últimos três anos, contudo, o fator competitividade destacou-se, tendo o seu contributo sido relevante para o aumento da taxa de variação líquida.

variação favorável do VAB, sobretudo na componente competitividade

Embora a componente “especialização” presente, normalmente, uma influência mais positiva no fator competitividade, em 2015 e 2016 a componente “diferenciação” ganhou preponderância. Refira-se ainda que, de 2014 a 2016, o Algarve e o Norte foram as únicas regiões a apresentar consecutivamente valores positivos no fator estrutural e no fator competitividade, com a região algarvia a registar taxas de variação líquida bem mais positivas.

Figura 13 - Algarve. Decomposição *shift-share* do crescimento do VAB a preços do ano anterior (%)



Fonte: Contas Nacionais (Base 2011), INE

Como se sabe, a recuperação económica assentou sobretudo na dinâmica de algumas das atividades dos Serviços, setor que continua a consolidar a sua importância na economia algarvia e que origina atualmente 87% do VAB regional (informação detalhada no anexo 1) e 80% do emprego total. O setor secundário, que chegou a representar quase 16% do VAB nos anos anteriores à recessão, queda-se atualmente pelos 10%, gerando 11,5% do emprego. A agricultura, produção animal, floresta e pescas que já contribuíram com 8% para o VAB regional, não ultrapassam agora 2,9%, contribuindo para 9,5% do emprego.

elevada concentração do contributo económico setorial nos serviços

No período 2007-2017 verificaram-se, naturalmente, evoluções diferenciadas no VAB de cada setor, com o secundário (análise em preços correntes), muito influenciado pela construção, a ser particularmente afetado pela crise. Embora apresentando novamente crescimento a partir de 2014, que certamente será reforçado nos próximos anos, o VAB do setor continua ainda distante dos valores absolutos alcançados anteriormente.

O setor primário, apesar de ter apresentado algum decréscimo em anos intermédios, registou uma taxa de variação global positiva, mas não suficiente para evitar a perda de peso na economia regional. Durante o período recessivo verificou-se algum “retorno à agricultura”, nomeadamente por parte de pessoas mais jovens que, face à perda do emprego, apostaram na atividade, frequentemente com o apoio do FEADER. Por outro lado, assistiu-se também ao investimento em novas culturas, mais rentáveis e com maior apetência exportadora, algumas de cariz intensivo, de regadio e com uma diferente estrutura fundiária. Ainda que o VAB do setor esteja em recuperação e que seja expectável um crescimento mais intenso nos próximos anos, mantém-se abaixo dos valores do final da década de 90, início de 2000.

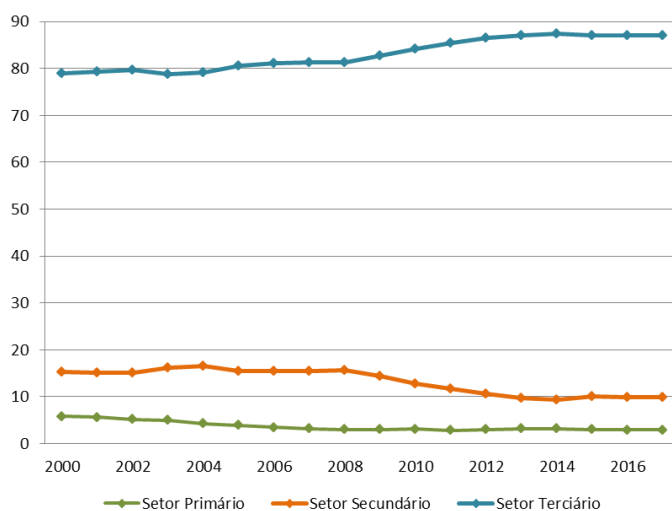
Figura 14 - Algarve. Variação e distribuição setorial do VAB

	setor I	setor II	setor III
Taxa de variação (%) ¹⁾			
2007/2017	8,8	-24,5	26,1
2007/2014	1,4	-40,5	6,2
2014-2017	7,3	26,9	18,7
Contributo para VAB regional (%)			
2007	3,1	15,5	81,3
2014	3,2	9,3	87,4
2017	2,9	10,0	87,1

1) com base em preços correntes

Fonte: Contas Regionais (Base 2011), INE

Figura 15 - Algarve. Evolução do contributo setorial para o VAB regional (%)



Fonte: Contas Regionais (Base 2011), INE

Considerando a importância dos Serviços para a retoma da economia, importa fazer uma análise breve dos ramos de atividade que geram maior volume de VAB¹¹, no período 2014-2016¹².

- Alojamento e restauração: 23,8% do VAB regional em 2016. A variação média anual do VAB deste ramo alcançou quase 10%. Esta atividade foi responsável por 40,3% do acréscimo acumulado do VAB nestes 3 anos. Gera quase 21% do emprego total.
- Atividades imobiliárias: 17% do VAB regional em 2016. O VAB destas atividades registou um crescimento médio anual de 2,7% tendo contribuído para 8,9% do acréscimo acumulado do VAB no período. Contribui para cerca de 1,7% do emprego total.
- Comércio a retalho e por grosso; reparação de veículos automóveis: 12,5% do VAB regional em 2016. Este ramo registou um crescimento médio anual de 4,7% e contribuiu para 11% do acréscimo acumulado do VAB em 2014, 2015 e 2016. Origina 16,3% do emprego.
- Embora com um contributo muito menos significativo para o VAB, entre os 5 e os 6% em cada caso, refira-se a ligeira diminuição do VAB da “Administração pública e Defesa Nacional; segurança social obrigatória” e da “Educação”, contrastando com o aumento médio anual de 4,5% observado na “Saúde humana e ação social”, nesse período. Assinale-se que a “produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio”, ainda que represente apenas 1,9% do VAB regional, foi o ramo com maior taxa de variação média anual (26,1%) nos últimos três anos, fruto de uma flutuação anormal em 2015.

A produtividade (aparente) do trabalho tem vindo a evoluir favoravelmente, mantendo-se, salvo raras exceções, sempre acima da média nacional. Em 2017 atingiu os 36,9 mil euros (35,1 mil € em Portugal), tendo-se observado, nos anos mais recentes, uma consolidação da diferença face à média do País.

*evolução favorável
da produtividade*

Apesar da recuperação económica notável, a taxa de investimento, isto é, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em percentagem do PIB, mantém-se muito baixa (15,5% em 2017), sobretudo se comparada com as taxas registadas até 2008, quando rondavam 36%, em média. O Algarve é, atualmente, a NUTS II do Continente com o valor mais baixo neste indicador e, simultaneamente, a região onde se observou uma quebra mais drástica, em comparação àquele ano de base.

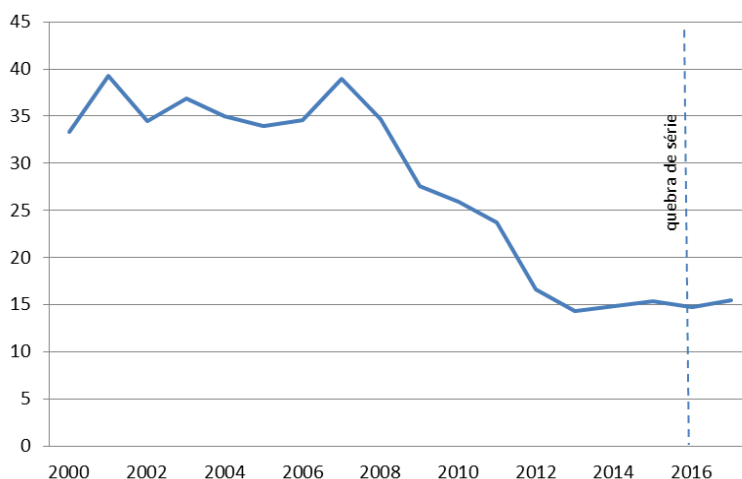
*baixa taxa de
investimento*

Esta situação poderá ser explicada, parcialmente, pelo crescimento mais acelerado do PIB algarvio, sustentado pelo aumento do consumo interno e exportações, essencialmente de serviços. Por outro lado, tendo presente que o acesso ao crédito já não se encontra tão condicionado, que os níveis de confiança melhoraram substancialmente e que em algumas atividades se continua a assistir ao aumento do investimento, é plausível esperar que este indicador venha a apresentar uma subida mais marcada em 2018 e 2019.

¹¹ VAB a preços correntes

¹² 2016 é o último ano para o qual estão disponíveis os dados do VAB para os 21 ramos de atividade económica (Contas Regionais – Base 2011)

Figura 16 - Algarve. Taxa de investimento aparente (%)



Fonte: INE

Em 2016 a FBCF foi equivalente apenas a 42% do valor máximo registado durante a década de 2000.

As atividades imobiliárias continuam a ser preponderantes na FBCF regional, cerca de 41%, ainda que o volume de investimento atual seja bastante inferior ao do passado e o contributo para o valor global tenha atingido anteriormente patamares mais elevados.

O ramo de atividade que inclui o comércio, os transportes e armazenagem e o alojamento e restauração origina quase 22% da FBCF total, contributo similar ao registado nalguns anos pré-crise, ainda que o valor absoluto do investimento nestas atividades fosse mais elevado. Assinale-se que este é único ramo de atividade em que o investimento cresce de forma contínua desde 2013.

No caso do conjunto de atividades que incluem a Administração pública e Defesa Nacional, segurança social obrigatória, educação, saúde humana e ação social o investimento representa 11%, percentagem também inferior à de anos anteriores.

O setor primário apresenta uma tendência de reforço da FBCF, quer em termos absolutos, quer relativos, ainda que em 2016 não tenha ultrapassado 3,5% do investimento total ocorrido na região. Refira-se que as atividades financeiras e de seguros foram o único ramo em que se verificou desinvestimento.

As exportações regionais são, sobretudo, serviços. As exportações de bens representam apenas 2,1% do PIB e têm como principal destino Espanha. Em 2019, atingiram 206 milhões de euros, tendo aumentado 48%, em termos nominais, em relação a 2011.

*peso acentuado
dos serviços nas
exportações
regionais*

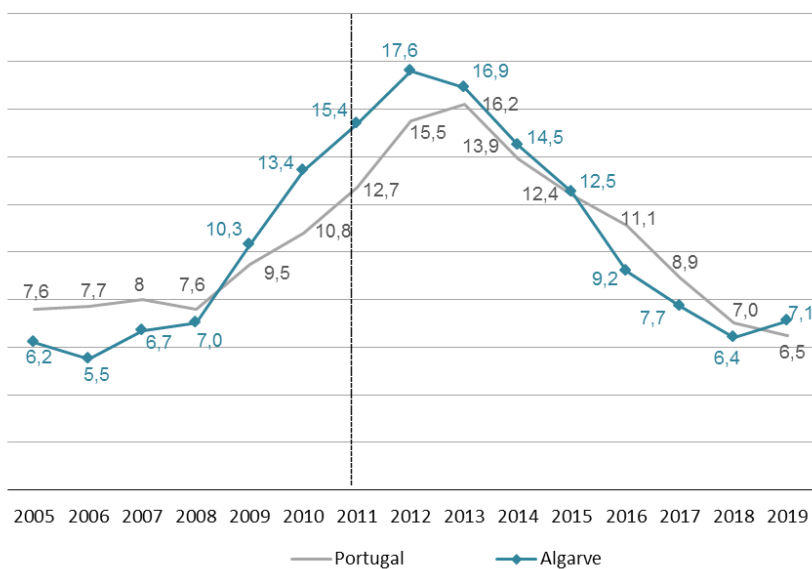
A composição das exportações de bens alterou-se significativamente neste período. No início da década a região exportava principalmente “animais vivos e produtos do reino animal” (27,5% do total), seguindo-se os “produtos do reino vegetal” (18,3%). A partir de 2014 esta relação inverteu-se e as exportações desta última classe começaram a ganhar preponderância, representando atualmente 53% das exportações regionais, enquanto os produtos do reino animal desceram para 15%.

Assinale-se a evolução positiva das exportações de bens de alta tecnologia¹³ face ao total de exportações de bens, de 2,3% em 2011, para 6,6% no último ano, com o Algarve a apresentar uma proporção superior à média nacional (5,2%).

O dinamismo dos últimos anos proporcionou a recuperação significativa no mercado de trabalho e diminuição expressiva da taxa de desemprego. Relembre-se que, durante o período recessivo, o Algarve enfrentou sérios problemas: a taxa de desemprego atingiu quase 18% e a taxa de desemprego dos jovens uns marcantes 41%, em 2012. No ano seguinte iniciou-se tendência descendente, ainda que a taxa de desemprego se tenha mantido na casa dos dois dígitos e acima da média nacional até 2015. Em 2019 voltou a registar-se uma inversão da curva, em contraciclo com o País, e a taxa subiu para 7,1%.

diminuição expressiva da taxa de desemprego

Figura 17 - Taxa de desemprego (%)



Fonte: Estatísticas do Emprego, INE

3. Perfil demográfico

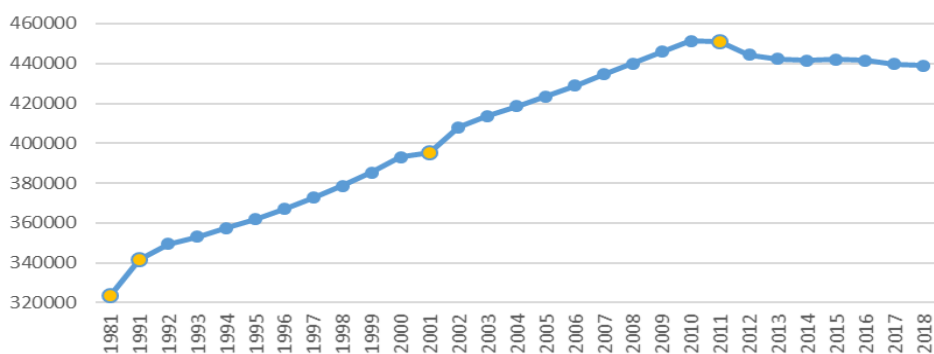
A tendência de crescimento da população residente no Algarve registada até final da primeira década do século XXI, inverteu-se em 2011, iniciando um percurso de declínio populacional que se mantém. A pirâmide etária da região, duplamente envelhecida (na base e topo), evidencia dificuldades de rejuvenescimento da população residente.

declínio populacional e dificuldade de rejuvenescimento

Numa análise da distribuição da população residente por grandes grupos etários, registam-se disparidades territoriais muito expressivas, com Albufeira a afirmar-se como o concelho mais jovem da região e Alcoutim, no extremo oposto, como o concelho mais envelhecido.

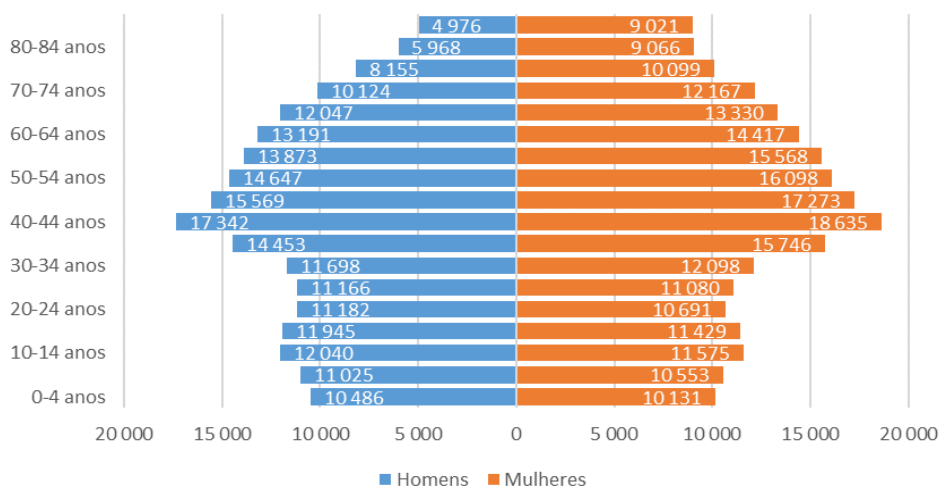
¹³ Produtos técnicos cuja fabricação envolve uma elevada intensidade de I&D. Inclui os seguintes produtos: aeroespacial, armamento, computadores/equipamento de escritório, instrumentos científicos, máquinas elétricas, máquinas não elétricas, eletrónicos/telecomunicações, farmacêuticos e químicos.

Figura 18 - Evolução da população residente no Algarve, 1981 a 2018



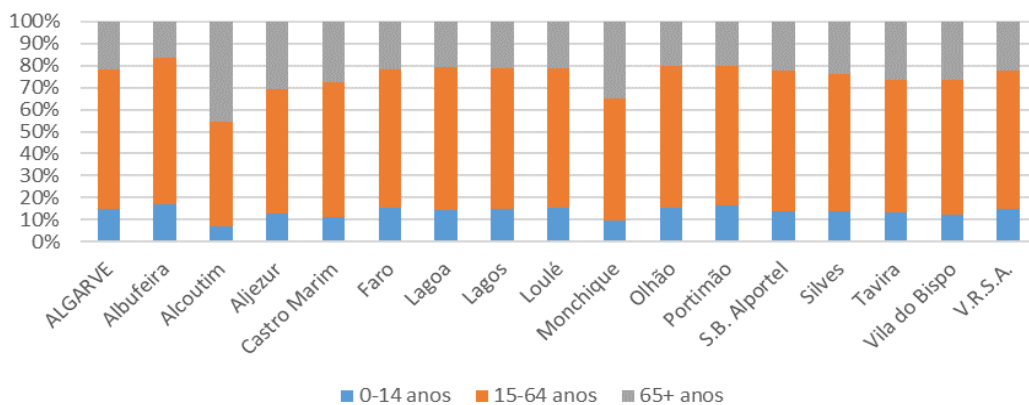
Fonte: INE – Censos 1981, 1991, 2001, 2011, resultados definitivos; INE - Estimativas anuais da população residente (14-06-2019) in Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Algarve 2020-2024

Figura 19 - Pirâmide etária do Algarve, 2018



Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente (14-06-2019) in Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Algarve 2020-2024

Figura 20 - População residente por grandes grupos etários, 2018



Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente (14-06-2019) in Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Algarve 2020-2024

As assimetrias urbano/rural e litoral/interior são temas recorrentes, mas que persistem na região. Tais disparidades no que concerne à distribuição da população podem ser caracterizadas do seguinte modo: no litoral algarvio nos últimos 30 anos ocorreu um crescimento populacional significativo, onde reside agora mais de 2/3 da população. Se em 1981 a população residente no litoral representava 64,7%, em 2011, data do último recenseamento, a proporção foi reforçada para 73,2%. Em sentido inverso, o Barrocal e a Serra registaram quebras, respetivamente, de 21,3% para 19,5% e de 14% para 7,3%.

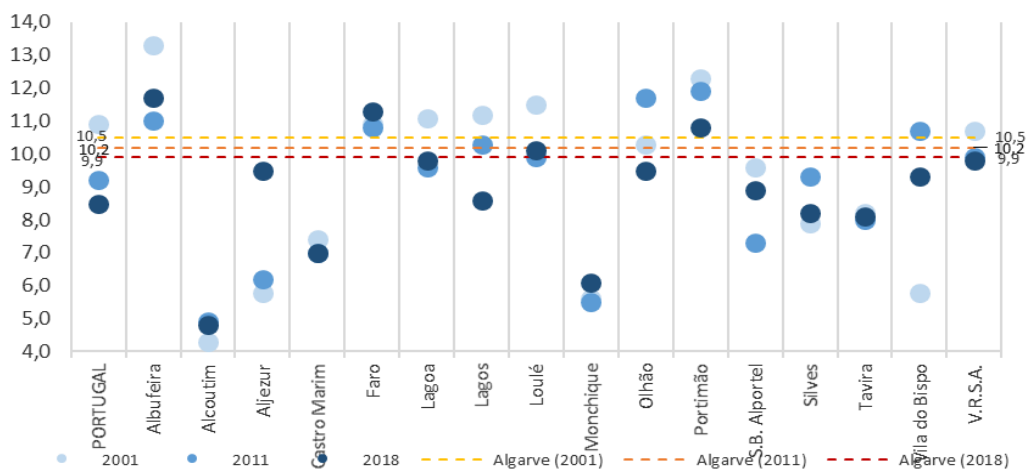
distribuição populacional assimétrica: quase 50% da população em apenas 9% do território

Numa leitura complementar da distribuição da população, que registava no ano 2011 uma densidade populacional de 88 hab/km², verifica-se que 70 % da população reside em áreas predominantemente urbanas (APU) que traduzem uma acentuada assimetria entre os 303 hab/km² e os 23 hab/km² registados nas áreas predominantemente rurais (APR).

Na realidade, cerca de 27% da população algarvia vive em 80% do território regional, caracterizado por fracas densidades populacionais, despovoamento e envelhecimento, com uma economia rural pouco virada para o mercado e com níveis de riqueza muito abaixo da média regional, mas também com padrões de serviços e equipamentos coletivos desfavoráveis em termos relativos. Em oposição a faixa de 2 Km contados a partir da linha de costa (9% do território regional) acolhe 48,5% da população, a mesma proporção que reside nas 11 cidades do Algarve.

Em 2018 a região do Algarve registava 9,9 nascimentos por mil habitantes, confirmando que a retoma dos anos anteriores não foi ainda suficiente para chegar a níveis de 2001 e 2011. Acima da média, e cumulativamente com uma evolução favorável entre 2011 e 2018, encontram-se apenas os concelhos de Albufeira, Faro e Loulé.

Figura 21 -Taxa bruta de natalidade (%o), 2001-2011-2018

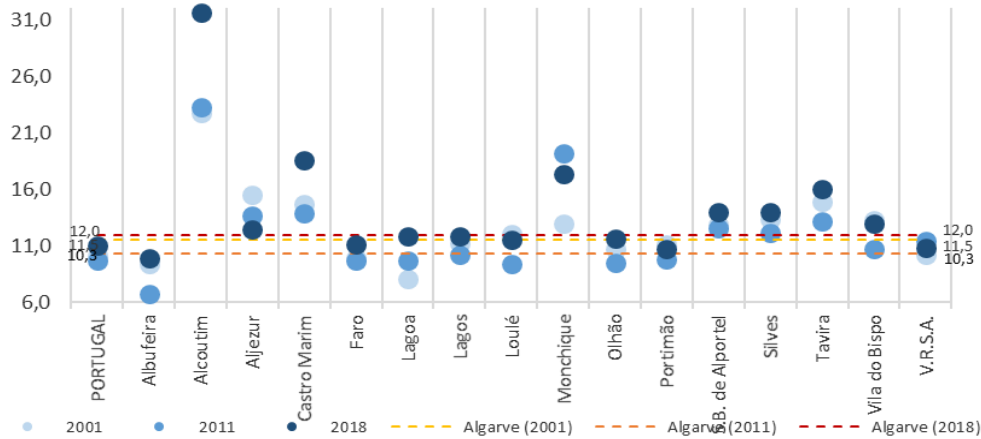


Fonte: INE - Estatísticas de Nados-Vivos; INE - Estimativas anuais da população residente (14-06-2019) in Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Algarve 2020-2024

Observando a taxa bruta de mortalidade, a região regista em 2018, 12 mortes por mil habitantes, valor superior ao País (11 mortes), agravando face ao momento censitário de 2011 (10,3 morte na região). O concelho de Alcoutim quase triplica o valor regional e assume no contexto nacional o maior registo de mortalidade (31,6 por mil).

disparidades concelhias na natalidade e na mortalidade

Figura 22 - Taxa bruta de mortalidade (‰), 2001-2011-2018



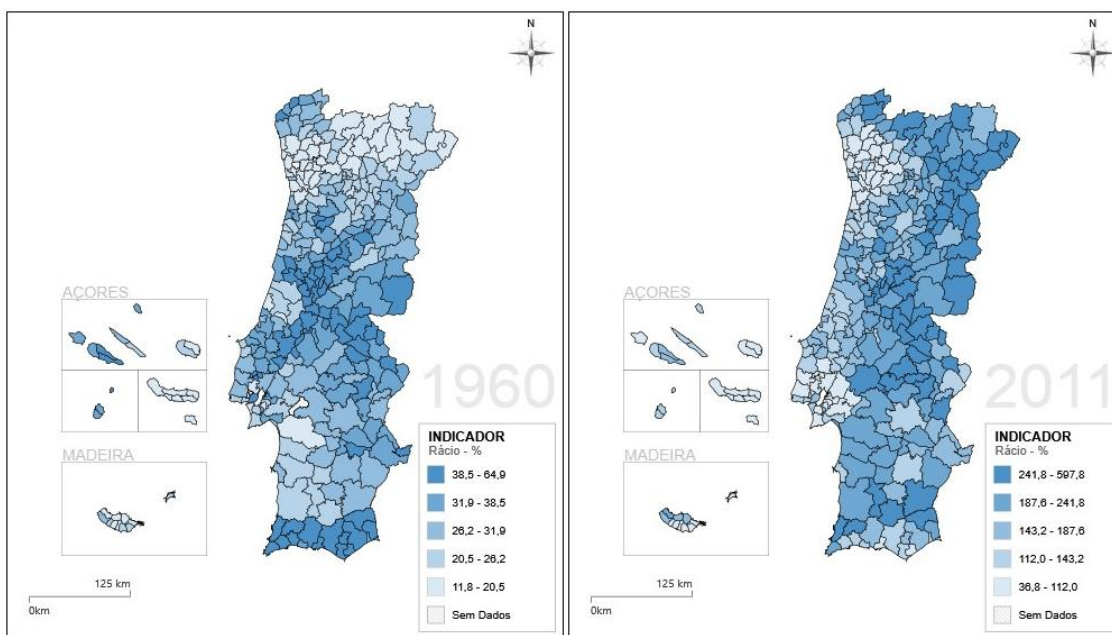
Fonte: INE - Estatísticas de Óbitos; INE - Estimativas anuais da população residente (15-06-2018); INE – Indicadores Demográficos *in* Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Algarve 2020-2024

A disparidade concelhia nos indicadores demográficos na região traduz a coexistência simultânea da mais elevada taxa bruta de mortalidade do País, como vimos, em Alcoutim (31,6) e da terceira mais elevada taxa bruta de natalidade, registada no concelho de Albufeira (11,7).

A tendência de envelhecimento registada desde os anos 60 do século passado, embora constituindo um dado transversal ao País, é mais acentuada nos territórios de baixa densidade. Olhando para os valores reportados ao intervalo temporal entre 2011 e 2015, verifica-se que cerca de 95% dos municípios portugueses sofreram um progressivo processo de envelhecimento, e com perspetiva de agravamento nas próximas décadas.

progressivo envelhecimento da população, sobretudo nos territórios de baixa densidade

Figura 23 - Índice de envelhecimento 1960-2011

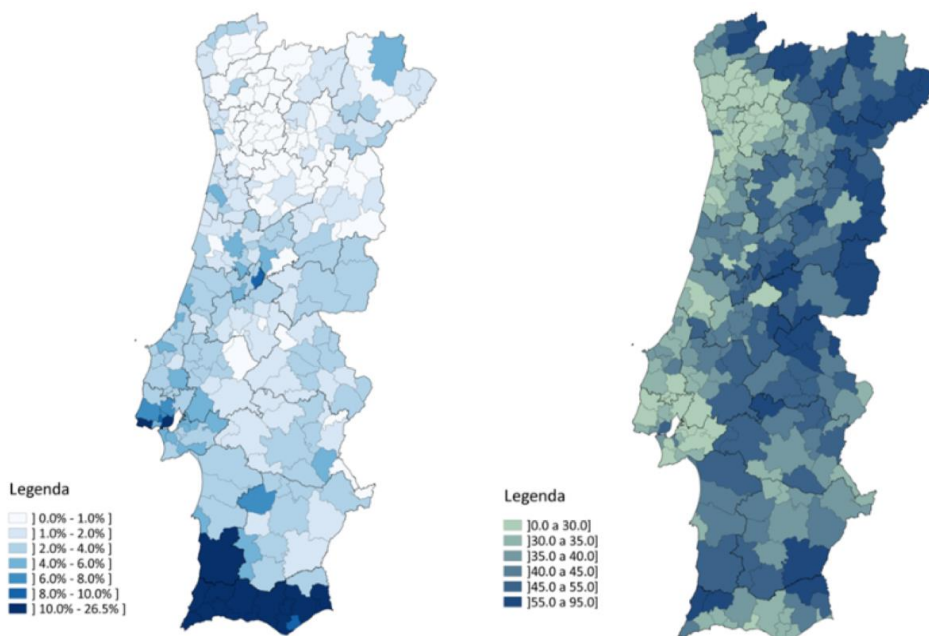


Fonte: INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População in PORDATA;

Paralelamente, num plano comparativo europeu, Portugal destaca-se como um dos países que mais concorre para a incidência deste fenómeno. Na União Europeia, em 2015, existiam 123 idosos para cada 100 crianças/jovens, ao passo que em Portugal, em 2016, de acordo com o INE, esse valor ascendia os 151 idosos por cada 100 jovens:

Fazendo uma relação com a imigração e comparando os 2 mapas abaixo, observa-se que não há uma sobreposição direta entre os municípios mais envelhecidos do País e os municípios onde os estrangeiros assumem maior importância relativa, denotando que a imigração, até à data, não tem permitido atenuar o despovoamento do interior¹⁴, evidenciando a falta de atividades económicas e emprego nesses territórios.

Figuras 24 e 25 - Percentagem de estrangeiros no total da população residente, em 2017 (esq.^a) e Índice de dependência de idosos, em 2017 (dt.^a)



Fonte: INE

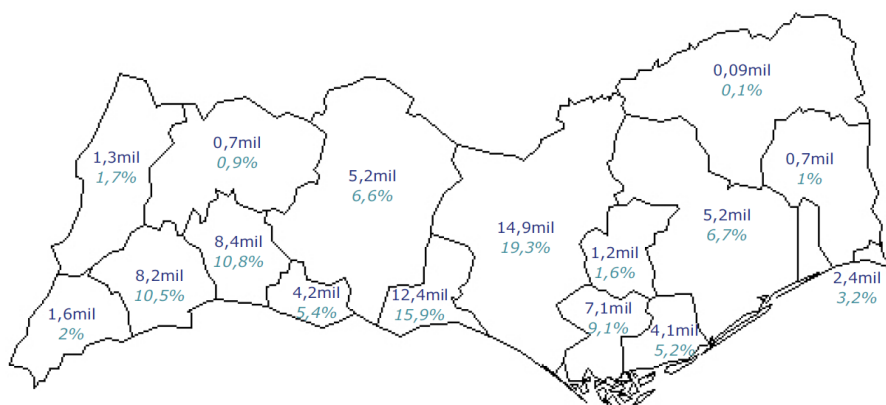
Na região, o contributo dos residentes estrangeiros, 77.489 pessoas em 2018, tem sido importante em termos demográficos, nomeadamente para a manutenção do saldo migratório positivo e para a renovação geracional, mas também para animar a economia regional, colmatando a falta de mão-de-obra nalguns períodos e/ou setores, alocando investimento e dinamismo, na ação estabelecida sobre os padrões de uso de equipamentos e sobre atividades (nómadas digitais), sobretudo nos centros urbanos e, pontualmente, nos territórios em perda.

Residem no Algarve pessoas de 152 nacionalidades. O Reino Unido e o Brasil são os países com maior número de cidadãos residentes, cerca de 14,2 mil, no primeiro caso, e 9,7 mil no segundo. Se a estes adicionarmos os cidadãos da Roménia, Ucrânia e França, únicas comunidades com mais de 5 mil residentes, alcança-se 54% do total de estrangeiros com autorização de residência.

dinâmica crescente de residentes estrangeiros na região (mais de 150 nacionalidades)

¹⁴ Observatório das migrações: <https://www.om.acm.gov.pt/-/3--8>

Figura 26 - Algarve. Distribuição da população estrangeira residente por concelhos, em 2018



Fonte: CCDR Algarve; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

É ainda interessante assinalar que, entre as 20 nacionalidades com maior número de residentes, os chineses, moldavos, russos, guineenses, romenos e brasileiros são os que apresentam uma proporção mais elevada de crianças e jovens. De acordo com os dados do INE, entre 2011 e 2018 os bebés filhos de mães estrangeiras com autorização de residência representaram 19,4% das 33.024 crianças nascidas nesse período. A este propósito refira-se o contributo dos estrangeiros residentes para a renovação geracional, matéria que constitui um desafio para o País e para o Algarve. De facto, os nados-vivos de mães estrangeiras residentes na região têm contribuído para elevar a taxa de natalidade.

renovação geracional, residentes estrangeiros com 20% dos nascimentos da última década

Face às recentes preocupações com a sustentabilidade demográfica, revisitou-se o artigo de Roca e Leitão (2006¹⁵) que conclui, em 2001, já não existir sustentabilidade demográfica no Algarve, tanto em termos quantitativos como qualitativos, nomeadamente nos concelhos de Alcoutim, Aljezur, Monchique e Vila do Bispo. Estavam também em risco os concelhos de Vila Real de Santo António, Castro Marim, Tavira, Olhão, Silves, Portimão e Lagos. Todavia, nesse grupo houve duas tendências favoráveis: (i) saldos migratórios positivos, mas que não foram suficientemente fortes para compensar o crescimento natural negativo ou o crescente envelhecimento, e, (ii) o aumento considerável de população mais instruída e qualificada. Regionalmente, permite-nos uma leitura supraconcelhia preocupante, incidente, não só, nos territórios de baixa densidade, como na frente urbana litoral.

De acordo com as projeções demográficas para 2040, que suportaram a alteração do PNPOP (Castro, 2015), Portugal precisa de uma política nacional integrada e persistente de pelo menos duas décadas, que leve empresas, jovens imigrantes e serviços para o interior, invertendo a tendência de despovoamento. Para o autor, “falar de incentivos à natalidade não chega, porque as crianças que vão nascer agora só resolverão o problema daqui a mais de 20 anos. Também não é suficiente dar incentivos fiscais a empresas, porque a deslocação destas para territórios de baixa densidade exige a deslocação de jovens que possam trabalhar. As políticas já implementadas nalguns sítios, e com sucesso, são aquelas que atraem empresas, pessoas e serviços, simultaneamente e de forma concertada, pois caso contrário, corre-se o risco de atrair pessoas para sítios onde não há emprego e criar empregos em sítios onde não há pessoas”.¹⁶

projeções demográficas favoráveis, mas com desempenhos concelhios distintos

¹⁵ “Sustentabilidade Demográfica e Desenvolvimento dos Concelhos Portugueses” GEOINOVA; Nº 12 de Maria Roca e Nuno Leitão

¹⁶ Entrevista dada à Agência Lusa a 09 de dezembro de 2018

Figura 27 - Projeções demográficas por município 2040

• **Resultados para os municípios do Interior**

Os dez municípios com
MAIOR GANHO de população em 2040

Os dez municípios com
MAIOR PERDA de população em 2040

% Variação da população total	Município
42,1	Entroncamento
30,0	Lousã
17,3	Vila Real
10,3	Bragança
10,2	Vila Nova de Poiares
9,1	Viseu
6,8	Sines
2,1	Vila de Rei
1,6	Grândola
0,9	Beja

% Variação da população total	Município
-59,3	Alcoutim
-51,6	Monchique
-48,3	Penamacor
-46,8	Vila Velha de Ródão
-46,7	Idanha-a-Nova
-43,0	Castanheira de Pêra
-41,8	Meda
-40,4	Almeida
-39,1	Figueiró dos Vinhos
-37,8	Chamusca

• **Resultados para os municípios do Litoral**

Os dez municípios com
MAIOR GANHO de população em 2040

Os dez municípios com
MAIOR PERDA de população em 2040

% Variação da população total	Município
96,3	Mafra
78,6	Alcochete
68,5	Sesimbra
65,2	Benavente
60,3	Albufeira
52,6	Montijo
51,6	Arruda dos Vinhos
41	Condeixa-a-Nova
32,4	Maia
29,3	Sobral de Monte Agraço

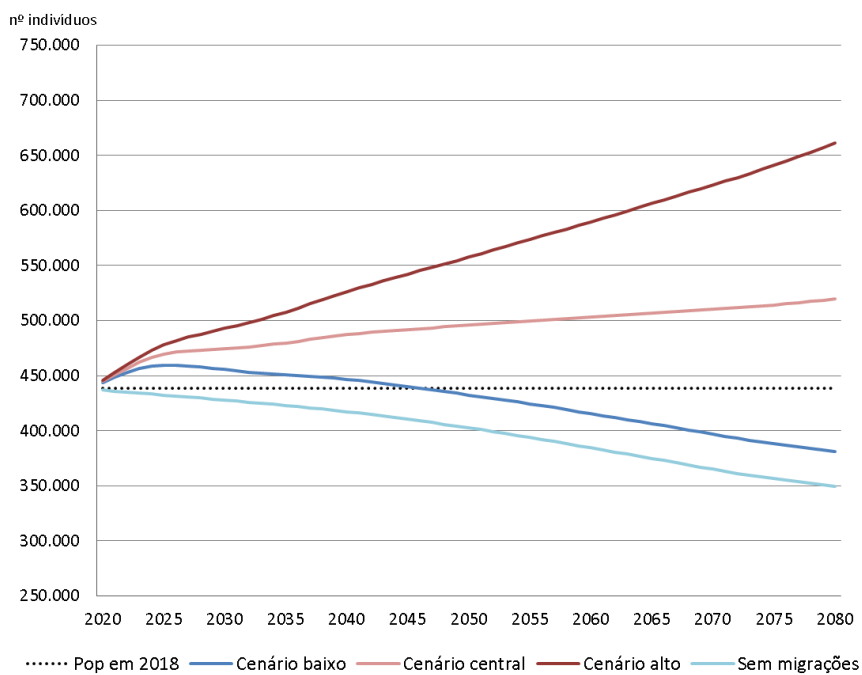
% Variação da população total	Município
-42,8	Vila do Bispo
-35,5	Castro Marim
-35,3	Barreiro
-35,1	Porto
-31,7	Moita
-30,9	Tavira
-26,9	Espinho
-26,2	Lisboa
-26,1	Amadora
-25,2	Nazaré

Fonte: Elaboração própria com base em Castro, 2015

Na projeção demográfica do Instituto Nacional de Estatística para a população residente em 2080, Portugal deverá passar dos atuais 10,3 milhões de habitantes para apenas 8,2 milhões, considerando um cenário central, e passará a ter 300 idosos por cada 100 jovens, tornando-se num dos países mais envelhecidos do mundo.

No caso do Algarve, a revisão mais recente das projeções da população apresenta agora um cenário central positivo, com um crescimento constante até 2080, perspetivando que a população atinja 475 mil indivíduos em 2030 e 496 mil em 2050, com o saldo migratório a influenciar positivamente esta evolução. Contudo, qualquer que seja o cenário considerado, a estrutura etária da população populacional sofrerá uma alteração, acentuando-se o fenómeno de envelhecimento já em curso. No cenário central, estima-se que o número de idosos por cada jovem aumente para 166 em 2030 e 213 em 2050. O índice de sustentabilidade potencial poderá diminuir para 250 e 178 pessoas em idade ativa por cada idoso, em 2030 e 2050, respetivamente, quando atualmente é de 290.

Figura 28 – Algarve. Projeções demográficas até 2080 - cenários



Fonte: INE, Projeções da população residente

O desafio demográfico é uma preocupação global que, na região, carece de uma abordagem integrada face às significativas diferenças registadas entre um litoral excessivamente ocupado e um interior fortemente despovoado, mas com ambos os territórios a observar níveis de envelhecimento preocupantes.

A network diagram on a dark blue background, consisting of numerous small, semi-transparent nodes in various colors (teal, light blue, orange, green, grey) connected by thin, light blue lines. The nodes are scattered across the page, creating a complex web of connections.

III. Estratégia de desenvolvimento

ALGARVE 2030

III. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ALGARVE 2030

Para a construção da estratégia regional do Algarve para a próxima década, o território assume particular relevância, determinando o papel diferenciado das unidades territoriais, bem como as funções de cada um dos centros no sistema urbano, nomeadamente na sua interação sistémica e policêntrica, num quadro de afetação de serviços de interesse geral e na promoção da competitividade, conforme prevê o *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território* (PNPOT).

Para uma leitura coerente com as orientações emanadas pelos documentos de âmbito europeu e nacional, optou-se por efetuar uma abordagem alinhada com os cinco Objetivos de Política presentes nas *Recomendações do Semestre Europeu dirigidas a Portugal* (COM) - OP1 uma Europa mais inteligente; OP2 uma Europa mais verde e hipocarbónica; OP3 uma Europa mais conectada; OP4 uma Europa mais social e OP5 uma Europa mais próxima dos cidadãos. Mas também com as prioridades horizontais e territoriais da *Estratégia Portugal 2030* (PT2030) - 1. as pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade; 2. Inovação e qualificações como motores de desenvolvimento; 3. um País competitivo externamente e coeso internamente e 4. um País sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos. Este racional, viabilizou uma organização que congrega elementos de diagnóstico para as temáticas inerentes aos diferentes Objetivos de Política, evidenciando necessidades de intervenção e apostas a prosseguir na próxima década, em cada um deles, numa lógica reforçada de intervenção concertada entre o nível regional (NUT II) e sub-regional (NUT III).

As Estratégias de Especialização Inteligente ganham uma dimensão fundamental, que de forma integrada, estabelecem opções e desafios sociais concordantes com os objetivos de desenvolvimento sustentável 2030, para os quais a região deve mobilizar-se.

1. Um processo participado

No âmbito da construção dum contributo regional para a *Estratégia Portugal 2030*, a CCDR Algarve construiu uma visão prospetiva e corresponsável, baseada num amplo processo de participação pública, que contemplou a realização de seis sessões descentralizadas no território algarvio, que envolveram quase três centenas de participantes, representantes institucionais e da sociedade civil, que resultaram em cerca de 1300 contributos.

*participação ativa
dos atores
regionais na
construção da
estratégia 2030*

Além dos domínios transversais que à data integravam a *Estratégia Portugal 2030* (inovação e conhecimento; à qualificação, formação e emprego e à sustentabilidade demográfica e dos domínios territoriais incidentes na energia e alterações climáticas; na economia do mar; nas redes e mercados externos; na competitividade e coesão dos territórios de baixa densidade e na agricultura e florestas) os participantes nas sessões identificaram cinco áreas de atuação e preocupação complementares: governança, qualidade de vida, disponibilidade hídrica, conectividade e património, que traduzem as aspirações regionais.

Figura 29 - Algarve 2030 - Áreas de atuação complementares



Fonte: CCDR Algarve (2018)

A governança dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constitui um fator crítico à prossecução de uma estratégia que se deseja eficiente e profícua para o País e para as regiões, com vista ao estrito cumprimento do estabelecido nos domínios/objetivos delineados, mas que não fique totalmente presa à sua disponibilidade. Há que ver o desenvolvimento regional além dos apoios comunitários.

Nesse sentido, com base nas experiências e práticas estabelecidas nos períodos de programação anteriores e com base nos velhos e novos desafios para promoção da coesão territorial e social, competitividade e desenvolvimento regional, foi proposto o estabelecimento de uma abordagem plurifundo, inter-regional e transfronteiriça, que constituirá, só por si, uma abordagem inovadora ao nível da gestão, mas também da perceção e aferição dos impactos das políticas públicas a escalas diferenciadoras, eventualmente mais próximas e consentâneas com as especificidades locais, supramunicipais, intra e inter-regionais.

*governança com
abordagem pluri-
fundo e
cooperação
multiescalar*

Em linha com este esforço de cooperação multiescalar, urge continuar a trabalhar na aproximação da população e atores regionais à União Europeia, às suas instituições e às oportunidades que enquadram, maximizando a concertação dos FEEI aos desígnios comuns e partilhados, assentes em processos de interação desburocratizados, simplificados e *user friendly*. As barreiras comunicacionais não podem limitar as oportunidades de conhecimento, apoio e desenvolvimento, devendo para tal apostar-se em soluções promotoras de igualdade de acesso e benefício.

Processualmente, o caminho a seguir deve ser o da simplificação, quer do ponto de vista da gestão (*BackOffice*), quer do ponto de vista dos beneficiários, quer ainda da comunicação entre ambos, caminho já empreendido no atual quadro de programação financeira, mas sem os resultados operacionais previstos. É fundamental encontrar soluções desmaterializadas com suporte e segurança jurídica adequada, favorecendo os processos de interação entre as entidades gestoras e os beneficiários. A promoção de uma participação cívica ativa, deve igualmente consubstanciar um desígnio de confiança e corresponsabilização, entre todas as partes a envolver.

No sentido lato a qualidade de vida traduz, simultaneamente, uma aspiração e uma preocupação transversal, quer para a comunidade local, quer para os desígnios de competitividade inerentes ao tecido económico regional, em particular na perceção dos ativos que convergem e contribuem para a dinâmica de oferta e procura do setor do turismo, impondo questões como a segurança, o ambiente urbano, a diversidade e qualidade dos serviços disponíveis, as oportunidades de emprego ou o reconhecimento e valorização profissional, que conjuntamente motivam boas perspetivas de futuro e contribuem para fixar e atrair novos residentes e turistas.

*qualidade de vida
como desígnio
regional*

Para esta questão, importa contribuir para o aumento da perceção do conceito de sustentabilidade por parte de todos os atores locais e população em geral, pois embora amplamente referenciado, este conceito carece de uma abordagem integrada e transversal no contexto social, económico, ambiental e de governança, para uma consequente promoção da qualidade de vida na região.

A gestão sustentável do recurso água, em quantidade e qualidade, e em todos os setores de atividade económica, foi amplamente referenciada. No atual contexto de vulnerabilidade regional às alterações climáticas, a disponibilidade hídrica, muitas vezes afetada por longos períodos de escassez, conduzindo a fenómenos de seca e desertificação, evidencia a necessidade de programar de forma atempada as soluções de armazenamento, tratamento e utilização racional e eficiente da água, numa região que observa uma amplitude de consumos sazonais com extremos acentuados.

*disponibilidade
hídrica e uso
eficiente da água*

Neste âmbito, levantaram-se ainda questões inerentes ao tratamento e reutilização de águas residuais, por via do desenvolvimento de soluções técnicas conducentes à implementação de “fábricas de água” ou para incitar o desenvolvimento de processos de dessalinização que contribuam para um balanço hídrico mais favorável à região e à sua (re)utilização, por exemplo, em atividades de rega no contexto agrícola, turístico (golfe) e/ou noutros. Estas ações contribuem para a promoção de uma economia circular e instigam consumos mais responsáveis.

A mobilidade constituiu talvez, a questão mais recorrente na globalidade das sessões de participação pública, quer do ponto de vista da problemática da oferta, qualidade e intermodalidade, quer do ponto de vista da importância e urgência a atribuir em termos de domínios/objetivos alternativos ou complementares, quer ainda ao nível das medidas de política a implementar com vista à prossecução do desenvolvimento regional.

*deficiente
mobilidade e
conectividade*

Embora de difícil resolução, esta questão assume particular importância na região, sobretudo face à problemática, que contempla, não só infraestruturas, as redes e a cobertura das mesmas, como as competências de gestão, a integração modal e bilhética e outras dimensões, que importam com o ponto anterior da qualidade de vida, mas também com o desempenho do tecido económico. Neste ponto são veementemente reclamadas intervenções na EN 125, na eletrificação da ferrovia ou na ligação ferroviária de Faro ao aeroporto.

A conectividade regional, desígnio da melhoria da mobilidade, será porventura, um dos principais fatores críticos observados no Algarve e para o qual, as expectativas da região estão elevadas no horizonte 2030, além das já contempladas soluções mitigadoras da emissão de carbono, da promoção da utilização de modos suaves ou da adoção de fontes de energia limpas.

Por fim, ao nível do património e cultura registam-se preocupações com a preservação da memória coletiva, por via da salvaguarda, proteção, valorização, interpretação e fruição dos valores patrimoniais em presença, sejam estes de índole natural ou construídos, materiais ou imateriais, reforçando a identidade e sustentabilidade regional integrada, mas também a atratividade do Algarve. Complementarmente, ao nível cultural, evidenciaram-se questões que vão desde a promoção e programação cultural diversificada e de qualidade, à criação e formação de públicos, até à criação artística de base local, contribuindo também para a valorização da identidade, dos recursos e dos profissionais do setor.

Os recursos patrimoniais e culturais, aliados aos recursos endógenos e às especificidades turísticas da região podem potenciar o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, suportado pelo conhecimento produzido na Universidade do Algarve e pelo crescente tecido empresarial focado nestas áreas.

A perceção regional face a estas novas temáticas, traduz a importância e, simultaneamente, a urgência de as olhar de forma transversal e responsável ao nível das medidas de política pública nacionais que possam mitigar as problemáticas que assolam o Algarve e elevar o compromisso estratégico de obter um desenvolvimento sustentável, amplamente desejado pelos atores regionais.

Figura 30 - Aspirações para o Algarve em 2030 numa palavra



Fonte: CCDR Algarve

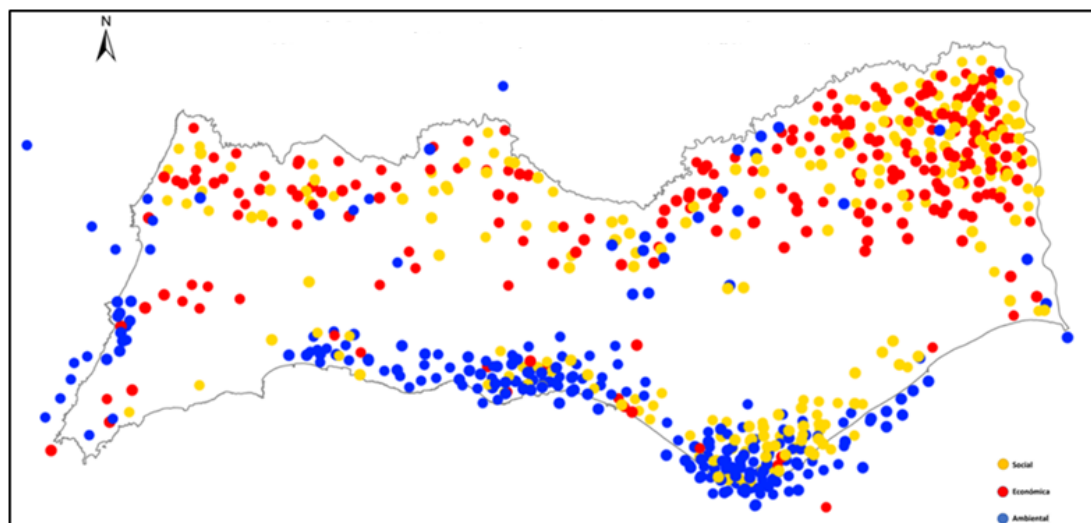
No final de cada sessão os participantes foram convidados a identificar os territórios que consideravam mais vulneráveis do ponto de vista social, económico e ambiental.

vulnerabilidades
regionais na ótica
dos atores
regionais

Do ponto de vista social, os participantes centraram as suas opções em duas vertentes, que espelham diferentes vulnerabilidades sociais. Regista-se um grande foco de concentração litoral com polos em Portimão, Albufeira, Quarteira-Vilamoura e sobretudo Faro e Olhão, com problemáticas centradas na empregabilidade derivadas dos perfis produtivos locais, na habitação e na integração de minorias.

Por outro lado, um corredor que cobre toda a serra algarvia, que apresenta uma forte pressão no Nordeste, nomeadamente no concelho de Alcoutim, mas também o interior do concelho de Tavira, onde o despovoamento e o elevado índice de envelhecimento, contribuem para uma perceção de maior vulnerabilidade social deste território, constituindo um fator determinante para a sua sustentabilidade, não só demográfica, como económica e ambiental.

Figura 31 - Mapa de vulnerabilidades regionais



Fonte: CCDR Algarve

Em linha com a leitura anterior, as maiores vulnerabilidades económicas centram-se na zona serrana, de Aljezur a Alcoutim, registando-se uma forte expressão no interior dos concelhos de Monchique, Silves, Loulé e Tavira, e uma vez mais, a evidente preocupação com o território alcoutenejo. A baixa densidade demográfica e empresarial destes territórios, marca e impõe baixos níveis de atratividade e de empregabilidade, motivando dinâmicas pouco expressivas, evidentes na escolha da maioria dos participantes nas sessões.

Ao nível ambiental, a forte pressão urbanística, demográfica, empresarial e turística no litoral, motivou a incidência de escolhas na faixa costeira, salientando-se as preocupações com valores patrimoniais ambientais com elevados índices de proteção e salvaguarda, como a Ria Formosa ou a orla costeira compreendida entre Portimão e Albufeira, assim como a costa Vicentina, a serra do Caldeirão e com menor intensidade a serra de Monchique e o vale do Guadiana. Neste leque de opções, evidenciam-se vulnerabilidades ambientais que se prendem com riscos e ameaças diferenciadas, desde a dinâmica do litoral (arenoso ou rochoso), a erosão costeira ou a subida do nível médio da água do mar, aos incêndios florestais ou ao assoreamento do Guadiana. Mas também aquelas que derivam da ação antrópica, nomeadamente das opções de ordenamento do território, da pressão urbana e turística, da sobre exploração dos recursos, da falta de dimensionamento da capacidade de carga, do ordenamento florestal ou a conflitualidade de atividades económicas instaladas ou em estudo, sendo relevante as preocupações com a exploração de hidrocarbonetos na região, em particular na costa leste atlântica, à data, na ordem do dia.

A perceção gerada por este mapa de vulnerabilidades, constitui um bom mote para a definição de um modelo territorial para o Algarve e para a definição estratégica, não determinista, das opções a tomar para um desenvolvimento regional sustentável no horizonte 2030.

2. Um território em mudança

A recente alteração do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) teve como objetivos a elaboração do novo programa de ação para o horizonte 2030, constituindo o referencial estratégico da territorialização das políticas públicas e da programação de investimentos territoriais financiados por programas nacionais e comunitários¹⁷.

*PNPOT alterado
em 2018*

2.1 Uma abordagem multiescalar

Enquanto frente atlântica da União Europeia, Portugal ganha relevância no espaço-charneira relativo ao Mediterrâneo (Norte de África, rotas Suez-Gibraltar-Mar do Norte) e ao Atlântico.

Nos termos do PNPOT, Portugal pretende assegurar que a economia nacional sairá reforçada, apostando no mar como um dos seus principais ativos para o desenvolvimento.

A atlanticidade de Portugal é responsável pelo grande reconhecimento e procura internacional do País. A elevada extensão de linha de costa, com praias, paisagens e locais de elevado valor natural, favorece o desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer diversas, designadamente balnear, náutica e de natureza, ocupando o Algarve um papel significativo nessa frente e podendo aproveitar o seu elevado reconhecimento internacional enquanto destino turístico.

*o país e a região
num contexto
global*

A inserção do Algarve em escalas macro, em particular na mobilização e aplicação de fundos de cooperação territorial europeia na concretização da sua estratégia regional, permitirá alavancar o apoio a iniciativas e temáticas, que extravasam fronteiras e limitações de distância/proximidade, que acabam reforçadas em abordagens reticulares, de capacitação mútua, de aprendizagem recíproca, de partilha de boas práticas, de *benchmarking* e *benchlearning*, promotoras de sinergias indutoras de competitividade e sustentabilidade territorial.

Poderá igualmente potenciar a exploração de oportunidades e a participação liderante em redes e programas de cooperação e de infraestruturas de I&D, bem como pela afirmação da região como localização competitiva de funções terciárias. O potencial, a estrutura e as dinâmicas do sistema urbano serão decisivos para a qualificação da oferta de serviços e para a implantação de atividades inovadoras que reforcem a competitividade internacional da economia do Algarve.

Face a velhos e novos desafios para promoção da coesão territorial e social, da competitividade e do desenvolvimento regional, o Algarve carece de um modelo territorial que viabilize a sua inserção competitiva em escalas superiores, numa abordagem territorial inovadora que encare problemáticas, sem atender exclusivamente aos limites administrativos e potenciando a cooperação em novas geografias.

Em linha com este esforço de cooperação multiescalar, urge continuar a trabalhar na aproximação da população e atores regionais à União Europeia, às suas instituições e às oportunidades que enquadram, maximizando a concertação dos FEEI aos desígnios comuns

*cooperação
territorial europeia
multiescalar*

¹⁷ Proposta de alteração do PNPOT relativo à Estratégia e Modelo Territorial – versão para discussão pública (DGT, 2018)

e partilhados, assentes em processos de interação desburocratizados, simplificados e amigos do utilizador, promotores da política regional e de coesão europeia, podendo o Centro de Informação Europe Direct (CIED), sediado na CCDR Algarve, reforçar o conhecimento e promover oportunidades no espaço europeu. As barreiras comunicacionais não podem limitar as oportunidades de conhecimento, apoio e desenvolvimento, devendo para tal apostar-se em soluções promotoras de igualdade de acesso e benefício.

2.2 Uma abordagem sistémica

Nos documentos de planeamento estratégico, territorial e programático (com expressão territorial), o Algarve tem registado tendências de organização espacial, que não traduzem uma leitura contínua no tempo, uma tendência ou uma colagem a qualquer visão ou ciclo político específico. Da interpretação das configurações espaciais apresentadas para o sistema urbano regional, emergem duas leituras distintas: i) a passagem de uma visão bipolar para uma visão linear e ii) a passagem de modelos polinucleados para policêntricos.

A visão bipolar reúne o maior número de representações e pressupõe a organização do sistema urbano assente em dois polos sediados em Faro e Portimão. A intrusão de outras centralidades, nomeadamente de Albufeira e Loulé, como pontos de interseção, estruturação e articulação territorial, tendem a visões polinucleadas e tendencialmente lineares. Neste âmbito, configuram-se sistemas urbanos que compreendem geografia variável entre Lagos e Olhão, e entre a primeira e Vila Real de Santo António, abarcando assim, toda a frente urbana e urbano-turística litoral da região. É da promoção da interação entre os diferentes centros, urbanos e da sua relação com os restantes nós da rede, que se efetuará o *upgrade* de uma visão polinucleada, para uma visão policêntrica, quer do ponto de vista territorial, quer do ponto de vista funcional, favorecida por corredores de conectividade que estruturam perfis de complementaridade, trabalho conjunto e uma maior integração regional em contextos e escalas superiores. Um funcionamento mais sistémico da região, no seu todo, contrariará a evidência da ausência de um centro urbano regional de dimensão crítica, que consiga, *per sí*, assegurar um papel agregador e de articulação regional¹⁸.

diferentes visões do sistema urbano do Algarve

No modelo territorial proposto para o País, o PNPOT regista uma abordagem diferenciadora, organizando-se em torno de 4 sistemas territoriais (o sistema natural, o sistema urbano, o sistema socioeconómico e o sistema de conectividades), aliados a vulnerabilidades territoriais que resultam das mudanças críticas identificadas ao nível climático e ambiental, sociodemográfico, tecnológico, económico e social. O desdobramento do modelo territorial em sistemas, evidencia de forma mais clara os desafios sociais e potencia novas formas de olhar e planear o território, estabelecendo uma métrica para processos futuros, por exemplo ao nível dos PROT, da programação dos fundos ou na reavaliação das Estratégias de Especialização Inteligente (RIS3), por forma a evitar preconceitos e induzir leituras erróneas, do e no território, nas suas múltiplas dimensões.

sistemas territoriais e vulnerabilidades territoriais no PNPOT

Por exemplo, o capital natural surge demasiado agregado ao contexto rural, o que é limitador das opções de valorização e competitividade territorial, não traduzindo dimensão crítica e impacto de atividades tão distintas, como o turismo, que por exemplo no caso do Algarve é altamente consumidor e utilizador dos recursos naturais, não só enquanto elemento de suporte, como enquanto ativo turístico diferenciador.

capital natural e diversidade biológica como fatores de competitividade territorial

¹⁸ Representações do sistema urbano algarvio: uma síntese, Atas do 8º Congresso da Geografia Portuguesa, A. Marreiros, 2011

A consideração da diversidade biológica, enquanto ativo estratégico, revela múltiplas funções: por um lado, a de proteção dos seus valores intrínsecos e dos serviços ecossistémicos que presta, por outro, a da sua valoração social e económica, que decorre dos benefícios resultantes da atividade económica gerada. As áreas classificadas funcionam em rede e com interconexões que têm de ser salvaguardadas dada a relevância da restante área para o desígnio da conservação da natureza. As áreas protegidas e classificadas do Algarve devem ser assumidas como ativos estratégicos do território e constituir um dos vetores fundamentais da política de conservação da natureza e biodiversidade a prosseguir na Região, tanto na componente terrestre como na marítima, com destaque para o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e a Rede Natura 2000 da ZPE da Costa Sudoeste ou a Ria Formosa, enfatizando o preconizado na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, 7 de maio de 2018).

A estruturação do sistema urbano regional, prevista no Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT) de 2007, não difere de forma assinalável do PNPT, nomeadamente no que se refere às aglomerações urbanas principais que coincidem com os centros urbanos regionais previstos.

Já os centros urbanos do interior encontram melhor concretização à escala regional, estando integrados em eixos de articulação, embora se admita que possam merecer outra abordagem aquando da revisão do PROT.

Assim, o sistema urbano regional visa reforçar uma abordagem policêntrica, que deve liderar a construção do desenvolvimento urbano e promover a articulação entre territórios, fomentando relações interurbanas e rurais-urbanas, de forma a atenuar as desigualdades socioeconómicas nas quatro Unidades Territoriais (UT) terrestres que compõem o território regional, delimitadas na sequência do estudo dos diferentes padrões de ocupação do solo. São elas as UT do Litoral Sul e Barrocal, da Costa Vicentina, do Baixo Guadiana e da Serra, que revelam problemas distintos, evidenciam dinâmicas territoriais instaladas e sistemas de apropriação do espaço pelas diferentes atividades humanas, as quais constituem a base espacial de organização do modelo territorial.

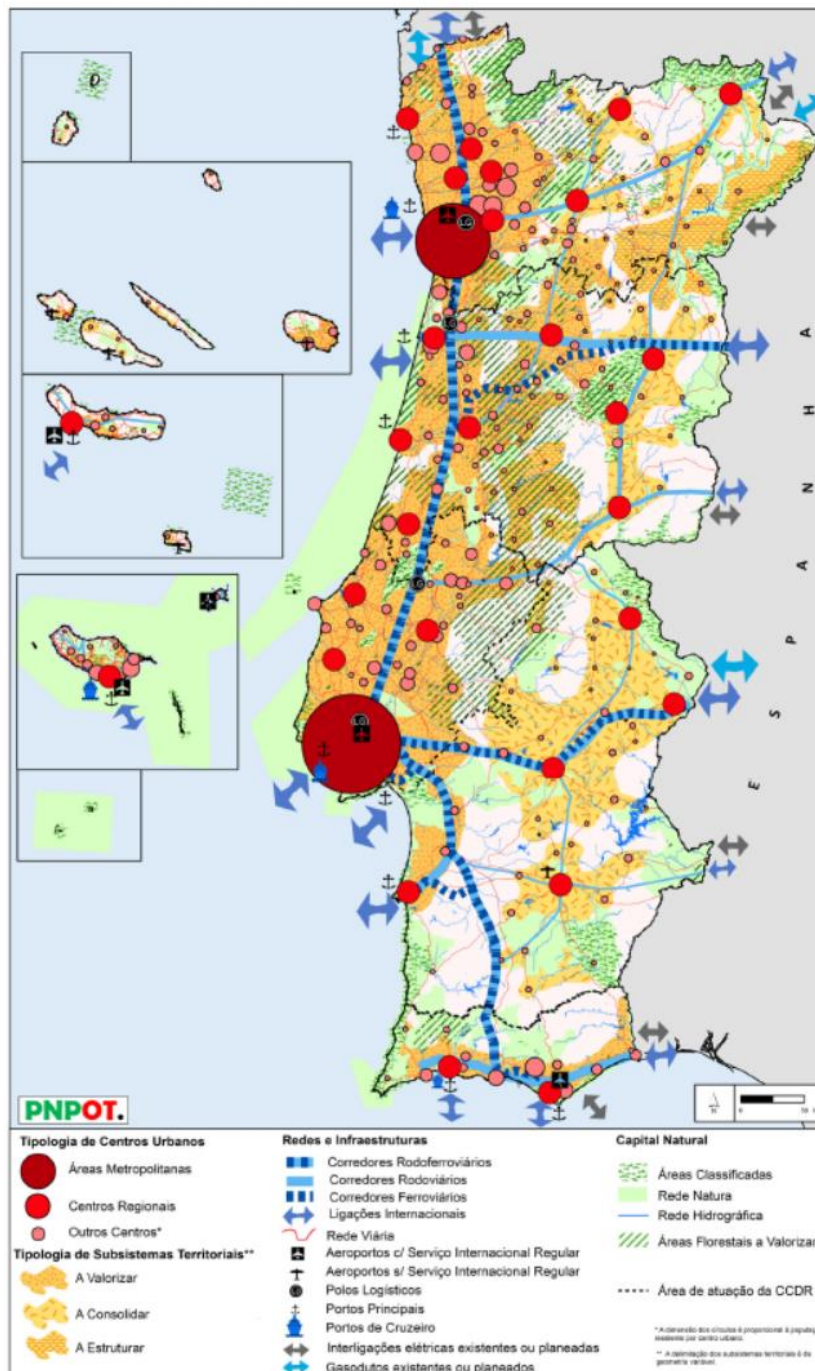
*policentrismo
para atenuar
assimetrias entre
as unidades
territoriais do
PROT*

Todavia, a estabilização de um sistema urbano regional policêntrico exige que se registem subsistemas sustentados em mobilidades, interações e parcerias de base territorial – interurbanas e rurais-urbanas, devendo garantir uma distribuição de serviços e uma oferta de equipamentos que promova a diversificação e a complementaridade funcional, bem como a equidade territorial. Exige ainda a oferta e o acesso aos serviços para a promoção da qualidade de vida e para a atração/fixação de novos residentes, contribuindo para a sustentabilidade, consolidação e estruturação territorial, nomeadamente das unidades territoriais de fraca densidade urbana, com um nível de oferta de serviços relativamente escasso e com baixa dimensão populacional e económica, atingidos por fenómenos de perda demográfica e envelhecimento da população, designadamente nas UT da Costa Vicentina, do Baixo Guadiana e da Serra.

A mobilidade e a estruturação da oferta de equipamentos e serviços nestas áreas são fundamentais para garantir níveis razoáveis de equidade territorial, tornando-se essencial organizá-los em função da natureza do padrão a incrementar (o utente desloca-se ao serviço ou os serviços deslocam-se aos utentes) e das infraestruturas a mobilizar, designadamente

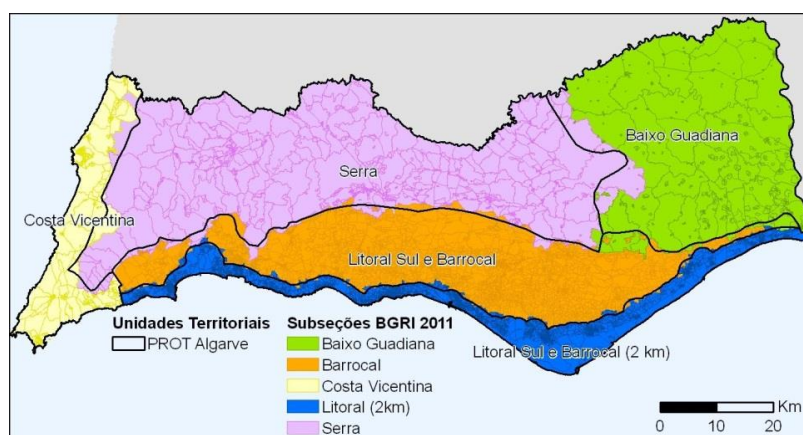
através da mobilidade física ou digital, tornando-se decisivo conferir aos territórios lugares de oportunidade e de qualidade de vida. Estas UT permitem espacializar as medidas e ações em que se materializa a estratégia, constituindo uma referência geográfica para as diferenciações introduzidas nos diversos sistemas estruturantes e normas orientadoras, às quais dever-se-ão atribuir funções distintas e diferente nível de provimento de serviços de interesse geral.

Figura 32 - Modelo territorial da alteração do PNPOT (2017)



Fonte: PNPOT

Figura 33 - Unidades Territoriais do PROT Algarve (2007)



Fonte: CCDR Algarve

A UT Litoral Sul e Barrocal estende-se de Lagos a Vila Real de Santo António e da orla costeira até próximo do limite norte do Barrocal, concentrando a larga maioria da população, das atividades económicas e do alojamento de primeira e segunda residência da Região. Constituiu-se assim uma única unidade territorial, dada a relativa homogeneidade quanto às características de ocupação humana recente, bem como a convergência de vários problemas e conflitualidades relevantes que daí decorrem. Na perspetiva de um modelo policêntrico, emergem nesta UT, os principais nós da rede, bem como a concentração das principais infraestruturas e equipamentos qualificantes e diferenciadores do e no território, em que o Barrocal pode assumir um papel preponderante na interação com as restantes UT.

UT Litoral Sul e Barrocal

O litoral é o elemento mais marcante da Região, conjugando uma elevada sensibilidade ecológica com a implantação da maioria dos aglomerados urbanos de grande dimensão, a que corresponde também a concentração das atividades económicas motoras do desenvolvimento regional.

As ameaças ambientais face às alterações climáticas, com fortes impactes nos ecossistemas, na qualidade da água, na saúde humana e nas atividades económicas, tornam muito vulnerável a zona costeira da região, expondo-a a fenómenos como a erosão, a alteração do hidrodinamismo de zonas lagunares, a intrusão salina, as inundações, a subida do nível médio do mar, assumindo especial relevância a gestão integrada desta unidade, no sentido de reduzir os impactes dos eventos climáticos extremos e aumentar a capacidade adaptativa e a resiliência da região.

Esta elevada concentração de população, de empresas, de empregos, de equipamentos, de infraestruturas e de serviços, impacta na capacidade de carga e na sustentabilidade de sistemas e redes. O reforço da terciarização não tem sido acompanhado ao nível da qualificação das atividades terciárias e do território, um traço de evolução da economia regional que alerta para as tensões existentes em matéria de qualificação do território que se estendem das necessidades de manutenção/conservação e renovação de infraestruturas turísticas e de qualificação urbana, às necessidades de requalificação da rede viária.

A UT Costa Vicentina integra parte dos concelhos de Vila do Bispo e de Aljezur, correspondente ao território litoral poente, onde os valores naturais e paisagísticos a

UT Costa Vicentina

proteger assumem uma expressão considerável, caracteriza-se ainda pelas insuficientes acessibilidades entre os centros urbanos e pelo fraco dinamismo económico, estando afastada em relação aos centros nevrálgicos da região.

A UT Baixo Guadiana corresponde sensivelmente ao interior dos concelhos de Vila Real de Santo António, Castro Marim e Tavira e à parte do concelho de Alcoutim não integrada na Serra do Caldeirão. Esta UT apresenta-se com uma forte identidade que provém da presença do Rio e da fisiografia da respetiva Bacia Hidrográfica, sendo de assinalar a grande suscetibilidade à desertificação e ao despovoamento, bem como a quase inexistente base económica e produtiva. Embora se estructure morfologicamente em função do Guadiana, verificam-se grandes assimetrias entre o setor Norte e o setor Sul.

*UT Baixo
Guadiana*

A UT da Serra localiza-se no centro – interior do Algarve, a norte do Litoral Sul e Barrocal, estendendo-se desde a Costa Vicentina, a Oeste, até ao Baixo Guadiana, a Este, incluindo-se os relevos do Espinhaço de Cão, de Monchique, da Meia Serra (Silves) e do Caldeirão, territórios onde têm vindo a registar-se elevados índices de despovoamento. Nesta unidade predominam as atividades agrícolas, pecuárias e florestais e regista-se, em geral, um fraco dinamismo económico.

UT da Serra

Das diferenças evidenciadas resulta a necessidade de recuperar Objetivos de Política que têm sido declinados fundamentalmente nas várias abordagens estratégicas do desenvolvimento regional, sobretudo no contexto da programação dos fundos comunitários. Estão neste caso os objetivos ligados à diversificação da base económica, à qualificação de infraestruturas e equipamentos, na ótica da coesão social, e à capacitação das instituições regionais. Mas também acolher num patamar mais exigente de prioridade, objetivos que derivam das orientações da Política de Coesão, que respondem a dimensões-problema e necessidades de intervenção que assumem, já no presente, uma pertinência inescapável, como sejam o ordenamento do território e a qualificação urbana e a ação climática, a mobilidade e a transição energética.

Evidencia-se por exemplo a habitação na política de coesão social e territorial e a sua interseção com as questões económicas (atração de mão-de-obra, empresas e investimentos), justifica o seu aprofundamento no quadro de uma agenda urbana para a Região, numa perspetiva mais abrangente em termos de população alvo e soluções, ultrapassando a perspetiva limitada que associa a promoção pública da habitação à assistência social. Todavia, face ao carácter urbano da Região e ao tipo de povoamento, onde existem manchas urbanas contínuas que se estendem por territórios de diferentes concelhos, há vantagem em pensar as necessidades e soluções de forma integrada, garantindo respostas intermunicipais adequadas a uma cobertura territorial equilibrada.

*resposta
intermunicipal para
a habitação*

Tem-se observado também o imenso potencial dos centros históricos e urbanos cujos processos de valorização se iniciaram no passado. Os territórios que têm valorizado os seus recursos, têm permitido um reforço da identidade local e de atratividade turística inquestionável.

*património, cultura
e turismo como
vetores de
valorização
territorial*

Associando a agenda de valorização do património cultural (domínio da cultura) com o seu potencial de atratividade do território (agenda do turismo), a regeneração de centros históricos poderá criar valor socioeconómico atraindo mais visitantes e com isso contribuindo para a dinamização económica, conjugando os múltiplos recursos endógenos resultantes do património cultural, material e imaterial.

Acrescem, ainda, as questões relativas à qualidade ambiental e aos valores ambientais que constituem valores insuficientemente integrados como uma mais-valia da região. A título de exemplo, nunca foram consolidados modelos de aproveitamento e valorização económica das áreas protegidas, induzindo apoios às atividades agrícolas e outras que propiciem mais-valias decorrentes da realidade física de uma região que conta com inúmeros territórios com estatuto de proteção.

Trata-se de um leque vasto de objetivos, com escolhas mais exigentes, centradas na qualificação das envolventes (ecossistemas) e na facilitação/melhoria de custos de contexto, conjugando atuações e investimento económico por parte da esfera pública e privada que o sistema urbano deve acolher e incentivar.

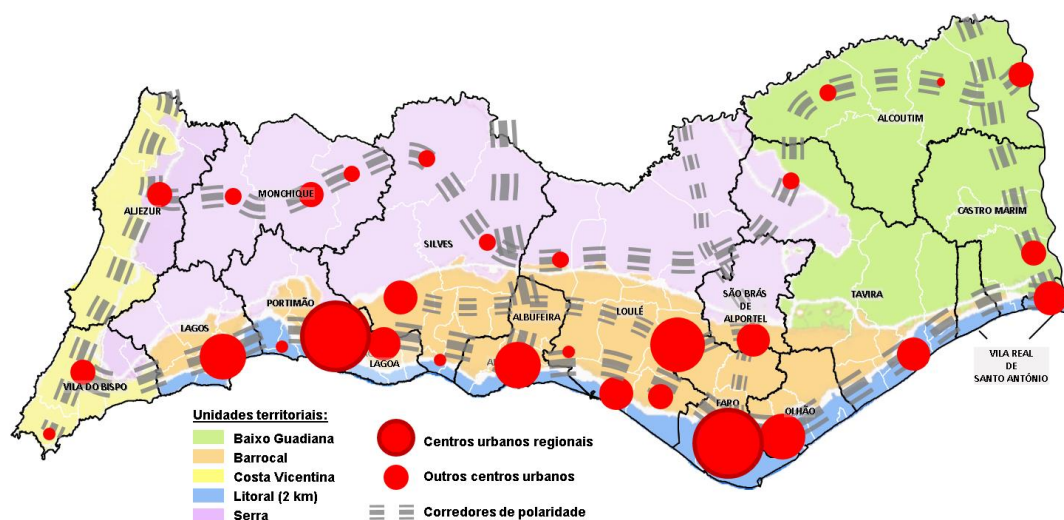
2.3 Sistema urbano regional

O sistema urbano regional, à semelhança do definido pelo PNPOT para o nível nacional, deverá estruturar-se na conjugação dos centros urbanos de âmbito regional e outros centros urbanos aos quais acrescem os corredores de polaridade, adotados da terminologia do PROT Algarve.

sistema urbano regional com centros funcionais e corredores de polaridade

Identificam-se assim os dois centros urbanos regionais, que correspondem a Faro e a Portimão, que estruturam a organização do território, garantem uma oferta diversificada de funções urbanas e destacam-se pela concentração de população residente, pela importância da sua base económica e atratividade das suas funções urbanas.

Figura 34 - Sistema urbano regional



Fonte: elaboração própria

Os outros centros urbanos, que articulam relacionamentos de interconexão e de proximidade, que são o suporte básico à organização do território, na prestação de serviços de interesse geral, e são compostos pelas seguintes centralidades: Loulé, Albufeira e Olhão, secundados por uma frente linear, quase contínua, entre Lagos e Vila Real de Santo António, integrando Lagoa e Tavira.

Importa salientar que entre ambos, existe uma forte interação, nomeadamente nas áreas de influência de Faro, sobretudo com Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Quarteira, Almancil e Tavira, bem como de Portimão com Lagoa, Lagos, Silves e Monchique. Destaca-se ainda Albufeira, que dada a centralidade regional e convergência das principais vias rodo e ferroviárias que ligam a região a Lisboa, polariza a articulação entre os dois centros regionais e detém a sua própria área de influência, sobretudo com os nós dos concelhos limítrofes de Silves e Loulé. Vila Real de Santo António articula de forma muito vincada com Castro Marim e Tavira, beneficiando igualmente da potencial cooperação com a Andaluzia, no eixo do Guadiana.

Assim, além dos centros urbanos identificados, emergem corredores de polaridade que proporcionam o desenvolvimento de eixos favoráveis à cooperação e à integração dos centros, entre si, e na estruturação das próprias unidades territoriais, nomeadamente no:

- eixo de articulação central de Albufeira - Guia, fazendo a articulação com a aglomeração do Algarve Central com Faro - Loulé - Olhão e do Barlavento com Portimão - Lagos - Lagoa e entre a região e o resto do País;
- eixo de articulação do Barrocal com Silves - Loulé - São Brás de Alportel, com um papel relevante e de equilíbrio na articulação dos espaços e centros do interior com os polos urbanos do litoral, em particular através da inserção nas duas principais aglomerações urbanas da Região;
- eixo de articulação do triângulo vicentino com Aljezur - Vila do Bispo - Sagres - Lagos, que deverá apoiar a dinamização do território do sudoeste da Região, com papel semelhante ao eixo do Guadiana com Vila Real de Santo António - Castro Marim - Alcoutim, mas no quadrante oposto;
- eixo de articulação transversal serrano assente na rede urbana secundária e na promoção e valorização dos centros tradicionais do interior (sedes de concelho ou de freguesia), localizados em cadeia ao longo de um eixo que percorre transversalmente o território em que urge reforçar os serviços de proximidade, integrando Alcoutim - Pereiro - Martim Longo - Cachopo - Benafim - Alte - São Bartolomeu de Messines - São Marcos da Serra - Alferce - Monchique - Marmeleite - Aljezur.

Já em 2007, o PROT evidenciava a necessidade de dotar estes centros de um conjunto adequado de equipamentos e serviços à população e de suporte ao aparecimento de novas dinâmicas socioeconómicas ou ao incremento das existentes. Estes pequenos centros deverão articular-se entre si, ancorando-se nos centros mais próximos de maior dimensão e dinamismo, nomeadamente os do eixo de articulação do Barrocal (Silves/ Loulé/ São Brás de Alportel).

A estruturação destes eixos em corredores pressupõe, como vimos, a intensificação das ligações de conectividade entre os principais centros urbanos, reforçando a cooperação para a coesão territorial, visando sobretudo o reforço das complementaridades económicas, sociais e ambientais (por exemplo, pela valorização da rede hidrográfica), potenciadoras de benefícios para todas as áreas, permitindo, portanto, alcançar melhores níveis de eficiência e eficácia na gestão das políticas públicas e na implementação de estratégias.

Urge olhar para as diferenças registadas entre as UT, sobretudo entre o Litoral e Barrocal e as restantes, para constatar que as intervenções das políticas públicas não contrariaram as

tendências de sobre especialização da economia regional no turismo, evidente nas mais variadas implicações no ordenamento do território, na capacidade de carga de sistemas e redes de suporte material e expressando manifestas deseconomias de aglomeração.

De igual forma, não é ainda possível aferir o impacto, no Algarve, das mais de duas centenas de medidas, legisladas e decretadas pelo governo no âmbito do Plano de Valorização do Interior (2018), que tem por objetivo concretizar medidas de discriminação positiva e de incentivo ao desenvolvimento dos territórios de baixa densidade, visando a fixação da população, a diminuição das assimetrias, a coesão e a competitividade territorial, pese o facto de nem todas serem passíveis de aplicar na região.

Para os territórios de Baixa Densidade, o debate tem que sair da uniformização de um interior, e sobretudo de um interior “quase litoral”, concentrado apenas em questões de coesão, e passar a uma identificação de diferentes interiores, que acrescentem à coesão, de forma sustentável, os processos de convergência e de atratividade (competitividade). Temos que definir o que queremos e que função e papel reservamos para estes territórios, mas também, há que garantir à população que reside, ou pretende viver nestes territórios, mecanismos de equidade, qualidade e frequência no acesso às funções do estado¹⁹.

*coesão e
convergência para
os territórios de
baixa densidade*

O território tem recursos potenciais, com capacidade de carga variada, que não podem ser negligenciados. A racionalização do desenvolvimento das potencialidades associadas aos recursos, exige, no entanto, um contingente mínimo de recursos humanos em idade ativa e com capacidade aquisitiva para garantir níveis de procura que assegurem mínimos de sustentabilidade.

Se por um lado as cidades e as políticas urbanas devem assumir-se, como elemento-chave da organização territorial de estruturas consolidadas, impondo-se como espaços concretos e densos de invenção e inovação e de construção de novas trajetórias coletivas, os territórios de baixa densidade, devem assumir-se como espaço de equilíbrio e elemento-chave da organização do território e dos seus sistemas produtivos, com capacidade de potencializar recursos e oportunidades. A interligação funcional entre ambos é fundamental.

Para esse fim, destaca-se o papel dos serviços de interesse geral que, com a alteração do PNPT, ganham relevância estratégica reforçada, sobretudo na forma como devem ajudar a desenhar o modelo territorial, em resposta e convergência com os novos desafios que resultam dos perfis de alteração vigentes, conectados com a demografia, clima e as soluções que as tecnologias poderão vir a providenciar, avaliados em eficácia, custo/benefício e equidade. Os previsíveis efeitos territoriais causados pelas mudanças sociodemográficas com perda populacional, com uma estrutura demográfica envelhecida e diminuição da população jovem e ativa, repercutir-se-ão em novas dimensões, como as estruturas familiares, sociais e económicas, ao nível das necessidades de equipamentos e serviços, nos perfis de formação profissional, no mercado de trabalho e na inevitável pressão sobre os sistemas sociais. De igual forma, as mesmas dimensões, poderão ser potenciadoras de oportunidades associadas ao novo perfil demográfico, ao envelhecimento ativo e à geração de novas profissões e serviços, correspondendo aos desígnios do pilar social europeu.

*serviços de
interesse geral dão
mote à organização
territorial e
funcional*

¹⁹ Quando “fala” o território? O papel do PNPT na matriz territorial da programação regional dos fundos - O caso da região do Algarve in *Public Policy Portuguese Journal*, Volume 4, Number 2; Universidade de Évora, A. Ramos e A. Marreiros, 2019

A abordagem em silo setorial, cruzada com a definição de necessidades na escala local, faz com que se confunda, de alguma forma, dimensões de coesão com dimensões de cobertura. Não sendo possível financiar “tudo em todo o lado”, importa encontrar racionais de rede que assegurem as funções do estado e em última instância possam servir todos. Definir estes racionais, impõe uma visão esclarecida sobre o papel desempenhado pela rede urbana, atendendo a dimensões associadas aos novos desafios colocados aos diferentes territórios, sendo essencial capacitar atores para as funções de governança territorial, que viabilizem um desenvolvimento regional integrado assente nos 5 objetivos de política, que estruturam a abordagem estratégica para a próxima década, consubstanciado num Algarve +inteligente, +conectado, +verde e hipocarbónico, +social e + próximo das pessoas.

The background features a complex network of nodes and connections. The nodes are represented by small, semi-transparent circles in various colors including light blue, teal, green, orange, and white. These nodes are interconnected by thin, light blue lines, creating a web-like structure that fills the entire frame. The overall aesthetic is clean and modern, typical of a digital or data-themed presentation.

Um Algarve mais inteligente

3. Um Algarve mais inteligente

Nas *Recomendações do Semestre Europeu dirigidas a Portugal* (COM), o Objetivo de Política 1 preconiza uma Europa mais inteligente, graças à inovação, à digitalização, à transformação económica e ao apoio às pequenas e médias empresas. Neste âmbito o Algarve assume a RIS3 regional, como referencial para a promoção da competitividade territorial, associada, quer ao dinamismo do setor produtivo, quer ao potencial e excelência da I&D instalada.

Se para o atual quadro financeiro plurianual a Comissão Europeia (CE) definiu um conjunto de condicionalidades Ex Ante para que todas as regiões elaborassem uma *Estratégia de Especialização Inteligente* para enquadrar o acesso aos fundos comunitários, para o próximo período de programação (2021-2027) a CE definiu um conjunto de “*Enabling Conditions*”, que atentem a “Boa governação numa Estratégia de Especialização Inteligente”. Assim, o cumprimento dessa condição carece de uma análise atualizada dos obstáculos à difusão da inovação, incluindo a digitalização; a identificação de uma instituição ou organismo responsável pela sua gestão; a existência de instrumentos de acompanhamento e avaliação para medir o desempenho relativamente à concretização dos objetivos da estratégia; o funcionamento eficaz do processo de descoberta empresarial; a definição de ações necessárias para melhorar os sistemas de investigação e inovação; a delimitação de ações tendentes à transição industrial; e medidas de cooperação internacional. A evidência de tais condições suporta o processo de revisão da RIS3 Regional em curso, integrando parte da presente estratégia.

*enabling conditions
associadas à
revisitação da RIS3*

A alteração do PNPOT, numa abordagem sistémica, referencia também caminhos para a revisão das RIS3, mas peca por, no sistema socioeconómico, agarrar demasiado a especialização inteligente à dimensão tecnológica e em função das principais aglomerações urbanas, retirando espaço para o surgimento de inteligência territorial, que estimule processos de variedade relacionada dos diferentes setores de atividade e a interação e complementaridade sinérgica dos diferentes territórios urbanos e rurais. Tal abordagem, ao invés de promover a competitividade e coesão, poderá reforçar perfis territoriais divergentes, acentuando assimetrias e contrariando os objetivos que o próprio PNPOT defende e que a RIS3 Regional pode estimular.

*inteligência
territorial com base
na variedade
relacionada*

O mote para o desenvolvimento e formalização da revisão das RIS3 na Europa ocorreu precisamente em Faro, no âmbito do *Peer Review* realizado no dia 18 de maio de 2019, uma organização conjunta da CCDR Algarve e da *Joint Research Centre* (JRC) da Comissão Europeia, sediada em Sevilha.

Na revisão da RIS3 Algarve importa estabelecer uma leitura objetiva, crítica e sistémica, não só do processo, como do percurso, desde a sua construção até à sua implementação, em curso, procurando encontrar as evidências da mudança registada nas diferentes dimensões: no ecossistema de inovação, nas infraestruturas, na resiliência dos setores e das cadeias de valor e na afirmação competitiva dos domínios e *stakeholders* em contextos escalares e reticulares suprarregionais, relevantes para a promoção da investigação e inovação do Algarve.

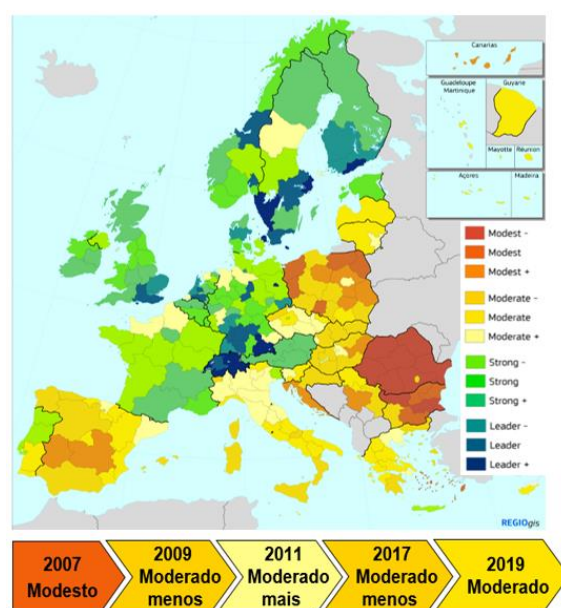
O relatório da Avaliação da Implementação das Estratégias Nacional e Regionais de Investigação para uma Especialização Inteligente (AD&C, 2019) destaca o processo “bem-sucedido de elaboração das EREI”, realçando que “a sua preparação transportou para o processo de implementação uma grande diversidade de stakeholders, alargando consideravelmente a perceção do tecido institucional e empresarial quanto às implicações da nova abordagem, cobrindo um todo coerente e com características sistémicas (ecossistemas de inovação)”, que urge agora evidenciar.

3.1 Inovação e Competitividade

O desempenho da inovação regional é apurado pela análise e avaliação de indicadores estatísticos em áreas fundamentais para avaliar o comportamento comparativo dos sistemas de inovação. As variáveis em análise referem-se muitas vezes à medição do que acontece no núcleo do sistema, às atividades de inovação e também às estruturas institucionais regionais e nacionais, por exemplo, à concorrência do produto no mercado, ao mercado de trabalho, ao sistema de investigação, ao nível económico e de crescimento ou ao nível de educação.

Um importante exemplo de comparação da inovação é o exercício do *Painel Europeu da Inovação* (PEI) com o *Regional Innovation Scoreboard*. O PEI estabelece uma comparação anual do desempenho dos Estados-Membros, de outros países europeus e vizinhos regionais em matéria de inovação, mas a comparação regional é menos frequente e menos pormenorizada, devido à falta generalizada de dados sobre a inovação a nível regional. O *Regional Innovation Scoreboard* vem preencher esta lacuna, apresentando dados estatísticos sobre o desempenho das regiões em matéria de inovação.

Figura 35 - Regional Innovation Scoreboard 2019



Fonte: Comissão Europeia

A maioria dos Estados-Membros da União Europeia tem regiões com diferentes níveis de desempenho da inovação, porque este varia mais a nível regional do que a nível nacional. A região do Algarve foi identificada no grupo das regiões que, no quadro 2007-2013, apresentava reduzida capacidade de absorver fundos estruturais para as dimensões prioritárias da Inovação, Investigação e Desenvolvimento Tecnológico.

O *Scoreboard 2019* organiza 238 regiões (de 23 países da EU, Noruega, Sérvia e Suíça) em quatro grupos: o primeiro engloba 38 regiões, as “líderes em inovação”, o segundo 73, as “inovadoras fortes”, num terceiro grupo incluem-se 98 como “inovadoras moderadas” e no quarto 29 regiões, consideradas como “inovadoras modestas”.

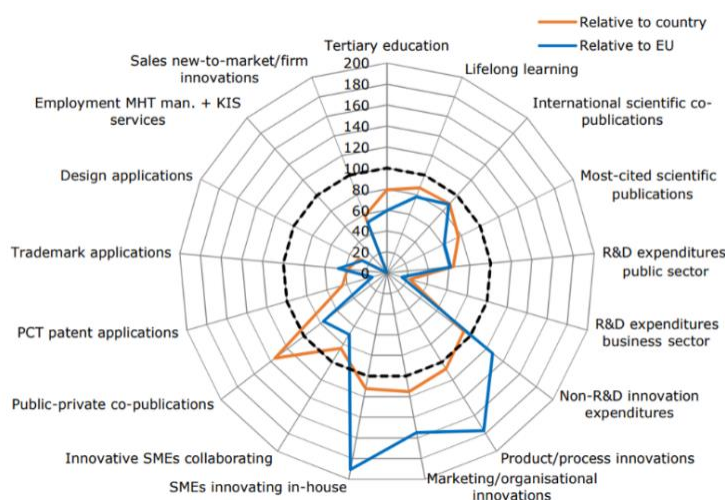
No *Regional Innovation Scoreboard* de 2019 o Algarve atingiu um nível moderado (*Moderate Innovator*), tendo obtido um desempenho superior à média europeia em alguns indicadores, nomeadamente na inovação *in-house*, na inovação do marketing/organizacional, na inovação do produto/processo e nas despesas com inovação exceto I&D.

Algarve com classificação moderate innovator no regional innovation scoreboard 2019

No entanto, apesar da evolução registada até 2019 (o Algarve cresceu 2,7%), o contexto de Inovação e Investigação no Algarve e a capacitação dos seus recursos continua a apresentar várias limitações, que são maioritariamente sistémicas. A forte especialização no turismo e a predominância de microempresas, dificulta a estruturação de massa crítica relevante nas instituições regionais de C&T. Além da carência de infraestruturas tecnológicas de promoção da inovação, a região regista muitas dificuldades no estímulo a um ambiente favorável à emergência de I&D, observando-se um défice de financiamento e taxas de apoio bastante inferiores às atribuídas nas regiões de convergência.

As falhas de “mercado” impedem os agentes privados de investirem em I&D e fazerem uma utilização adequada dos mecanismos de propriedade industrial. É essencial a promoção da inovação e a articulação de agentes públicos e privados em C&T, de forma a atrair para a região diferentes tipos de agentes da inovação para enriquecer o sistema regional de inovação.

Figura 36 - Regional Innovation Scoreboard 2019 - Algarve



Fonte: Comissão Europeia

Por outro lado, é preciso concentrar esforços na conexão interna entre os atores, especialmente na cooperação entre as empresas, e nas ligações entre os produtores de conhecimento e as empresas de forma a fortalecer e dinamizar o sistema regional de inovação. Se tivermos em consideração os indicadores utilizados pelo *Regional Innovation Scoreboard* 2019, são evidentes outros défices da região algarvia em algumas atividades de inovação. Os índices revelam, em particular, uma capacidade limitada em termos dos gastos privados em I&D, baixos níveis de emprego na indústria e serviços de média-alta e alta tecnologia, de conhecimento intensivo, de patentes EPO e co-publicações público-privadas.

Usando a tipologia da OCDE, o Algarve é uma região “*non S&T-driven*”, com uma economia orientada para os serviços e baseada nos recursos naturais, em especial o Mar.

região “non S&T driven”

O foco estratégico deve centrar-se na captura de valor usando o conhecimento, a investigação e inovação regional baseada nos recursos existentes, procurando a maximização das vantagens atuais e apoiando a transformação da economia regional. A RIS3 regional deve fortalecer e aprofundar as relações existentes e procurar estender a conectividade entre setores e dentro de cada cadeia de valor, aproveitando o potencial turístico e de massa crítica, reforçada pela procura turística, pela disponibilidade de infraestruturas, de recursos humanos e de empresas nestas áreas, e pelo potencial inexplorado oferecido pelas TIC e por outras tecnologias chave.

Em suma, o Algarve é uma região em progresso ao nível da inovação, no contexto nacional e europeu, destacando-se pela inovação *in-house*, inovações do produto/processo, inovação no marketing e nas despesas em inovação não I&D. Contudo ainda apresenta elevados défices em I&D com foco no mercado e nos resultados; em investimento em I&D (comparando com outras regiões portuguesas e europeias) e em condições de suporte para estimular a inovação e o empreendedorismo.

apesar dos progressos, registam-se elevados défices em I&D

A inovação promove o desenvolvimento e o emprego através da melhoria da eficácia dos processos económicos e amplia o conjunto de oportunidades num território específico, induzindo a diferenciação e estímulo de produções de maior valor acrescentado. Esta questão é particularmente relevante para uma região como o Algarve, cuja economia assenta maioritariamente nos serviços especializados do setor turístico, sendo crucial considerar um conceito lato de inovação.

O contexto inovador compreende todos os fatores e atores que moldam processos inovadores, das empresas às organizações públicas. O objetivo principal de cada sistema de inovação é acelerar a sua dinâmica de inovação. Num nível mais amplo, os sistemas de inovação podem ser vistos como ferramentas de políticas que visam promover a convergência e um desenvolvimento regional mais sustentável e resiliente ancorado no conhecimento.

Numa abordagem sistémica, a dimensão regional é particularmente útil para compreender a natureza contingente da inovação e intervenção política. Não há uma política “*one size fits all*”, ou uma combinação de instrumentos de política, disponíveis e aplicáveis de igual forma a todos os casos, porque as regiões e países são muito diversos.

Os sistemas regionais de inovação podem ser instrumentos normativos para a construção de vantagens regionais num contexto em que as condições pré-existentes definam os objetivos de intervenção necessários e também os conjuntos de oportunidades e complementaridades.

O foco regional dos sistemas de inovação, que a RIS3 exige, é particularmente relevante porque a aglomeração e diferentes tipos de proximidade são dimensões cruciais, acelerando a aprendizagem institucional e o capital social. Essas discussões estão associadas à “*variedade relacionada*”, num delicado equilíbrio entre proximidade e a distância cognitiva entre os setores de uma região em que é necessário saber como espalhar o conhecimento de forma eficaz entre os mesmos. As empresas locais neste contexto têm maiores oportunidades de aprendizagem, maior variedade em todos os setores relacionados numa região e maior conexão com os setores.

O conceito de inovação sistêmica a nível regional está a recuperar a ênfase nas empresas como locais de inovação e atenuando o papel das universidades e outras organizações públicas de investigação como únicos agentes ativos na inovação, consolidando a abordagem da hélice quádrupla e o quadro da “*universidade empreendedora*”, elevando as expectativas e colocando as universidades e os atores da ciência académica como pontos focais para promover a inovação.

*emergência de
novos atores no
sistema de
inovação regional*

Em Portugal, o *Programa Nacional de Reformas 2016-2022*, atualizado em 2018, definiu a estratégia a médio prazo do Governo português para o desenvolvimento do País, tendo apresentado respostas aos principais desafios económicos e sociais, entre os quais o da qualificação dos portugueses e da promoção da inovação na economia nacional. No decurso da sua execução foram publicados vários documentos tendentes a impulsionar e a potenciar as oportunidades geradas.

No capítulo da inovação empresarial, esses desafios passavam por 4 grandes áreas:

- Lançar um ecossistema de apoio ao empreendedorismo, sobretudo tecnológico, com incidência particular nos aspetos de financiamento e internacionalização, traduzido no *Programa Startup Portugal* (revisto em julho de 2018);
- Estimular a internacionalização da economia portuguesa, através do aumento das exportações e a integração das empresas em cadeias de valor internacionais de maior valor acrescentado, por meio do *Programa Internacionalizar 2018-2019*, que tinha como principal meta atingir um volume de exportações equivalente a 50 % do PIB na primeira metade da década 2020-30.
- Acelerar a transição digital da economia e da sociedade em geral, através da generalização do conhecimento sobre os conceitos-base da digitalização, da capacitação de empresas e fomento das competências digitais e finalmente a adoção de processos industriais transformativos, nomeadamente com recurso a tecnologias emergentes, por via do *Programa Indústria 4.0* (segunda fase apresentada em julho de 2019) e a *Iniciativa Nacional Competências Digitais* (INCoDe.2030).
- Reforçar a articulação entre o sistema científico e tecnológico e o tecido empresarial, como forma de transferir e integrar inovação e conhecimento nos processos produtivos, induzindo maior valor acrescentado aos produtos nacionais e, por sua vez, aumentando a competitividade global das empresas, através do *Programa Interface*, de 2016, que estabeleceu três tipologias de organismos: os centros de interface tecnológico, os *clusters* de competitividade e os laboratórios colaborativos.

Por outro lado, ao nível da promoção da sociedade do conhecimento, definiram-se dois grandes desafios:

- Melhorar a capacidade científica e tecnológica do País, com vista a gerar maior competitividade da economia portuguesa, através do aumento do investimento, sobretudo privado, em investigação e desenvolvimento (I&D). A obtenção dum investimento global em I&D de 3 % até 2030, com uma parcela relativa de 1/3 de despesa pública e 2/3 de despesa privada, foi uma das metas estabelecidas pela *Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial para Portugal 2018-2030*.
- Valorizar e estimular o emprego qualificado, sobretudo científico, incluindo o desenvolvimento das carreiras, através da implementação de agendas de investigação e inovação. Para este efeito advoga-se a continuidade do *Programa de Estímulo ao Emprego Científico* e o apoio à contratação de investigadores doutorados por empresas.

No Algarve, os resultados foram díspares, registando-se desenvolvimentos positivos, mas, sobretudo, a revelar carência de impactos efetivos em prol da competitividade empresarial e da sociedade do conhecimento.

Como exemplo refira-se que, em 2017, embora a taxa de natalidade de empresas na região seja similar à média do Continente, a proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia é bastante inferior (1,09% face a 2,09%). Este facto pode justificar-se pela estrutura empresarial assente no setor do alojamento, restauração e similares (representa cerca de 20% das empresas regionais), a que se junta o comércio e as atividades administrativas em segunda linha, que são setores normalmente associados a trabalho menos qualificado e sem envolvimento tecnológico significativo.

Uma referência ainda para a débil participação regional no contexto da ação *Turismo 4.0*, quer no *Programa FIT - Fostering Innovation in Tourism* (saliente-se os concursos e ações de apoio a *startups* da Territórios Criativos), na dinâmica do *NEST – Centro de Inovação do Turismo* ou nos programas de internacionalização das tecnologias de turismo.

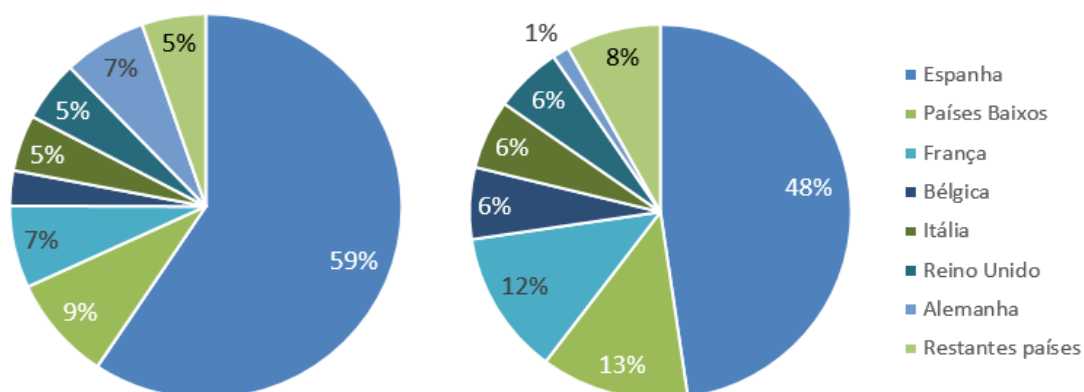
Algarve no contexto dos programas nacionais de promoção da competitividade

A inovação e competitividade são ainda condições cruciais para fomentar a internacionalização, particularmente no que se relaciona com a exportação de mercadorias, área em que o Algarve tem pouca expressão a nível nacional e que representa apenas cerca de 2% do PIB regional.

Os dados mais recentes sobre a evolução do comércio internacional de bens na região indicam um crescimento das exportações, embora o aumento das importações tenha sido bastante superior no período 2014-2019. Espanha é o principal parceiro comercial do Algarve, tanto ao nível das importações (59%) como das exportações (48%). O país vizinho, juntamente com os Países Baixos e França concentram 75% do total de importações e 73% das exportações. Esta concentração coloca a região numa situação muito vulnerável a fenómenos externos e de dependência, pelo que diversificar mercados e atenuar tal situação deverá constituir um desígnio estratégico num quadro largo de conectividade empresarial, de produtores e produtos.

aposta na diversificação dos mercados de exportação

Figuras 37 e 38 - Comércio Internacional de bens intra-UE28 em 2018
 Importações (esqª) e Exportações (dtª)

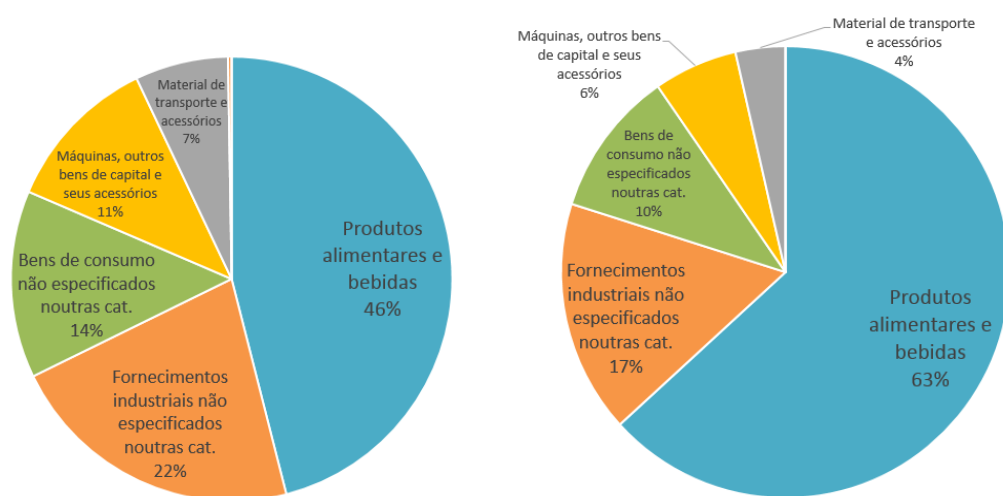


Fonte: INE

As principais mercadorias exportadas a partir da região, considerando o seu valor acumulado entre 2011 e 2019, são os “produtos do reino vegetal” – com preponderância crescente, seguidos dos “animais vivos e produtos do reino animal”, representando no conjunto 59% das exportações por grandes grupos de bens. Em termos de grandes categorias económicas, destaque para os “Produtos alimentares e bebidas” que representam 46% das importações e 63% das exportações.

Não deve ser descurado no OP 3 o potencial e reconhecimento do destino turístico Algarve, amplamente premiado, para alavancar a visibilidade externa de produtos de qualidade (citrinos, vinho, frutos secos, doçaria, flor do sal e mariscos), podendo ampliar a afirmação internacional de outros sectores económicos.

Figuras 39 e 40 - Comércio Internacional de bens intra-UE28 em 2018, por grandes categorias económicas: Importações (esqª) e Exportações (dtª)



Fonte: INE

Na recente Avaliação Diagnóstico do Potencial de Internacionalização da Região, elaborado no âmbito do Projeto Internacionalizar + Algarve (co-financiado pelo PO CRESC Algarve 2020), destaca-se a pequena dimensão e fraca capacitação das empresas (em recursos humanos e financeiros), bem como a exígua base produtiva regional, como fatores que condicionam a competitividade e crescimento das exportações na região. Outro aspeto realçado no estudo refere-se à excessiva concentração das exportações para Espanha, quando um dos objetivos do Programa Internacionalizar apontava para a diversificação dos mercados de exportação.

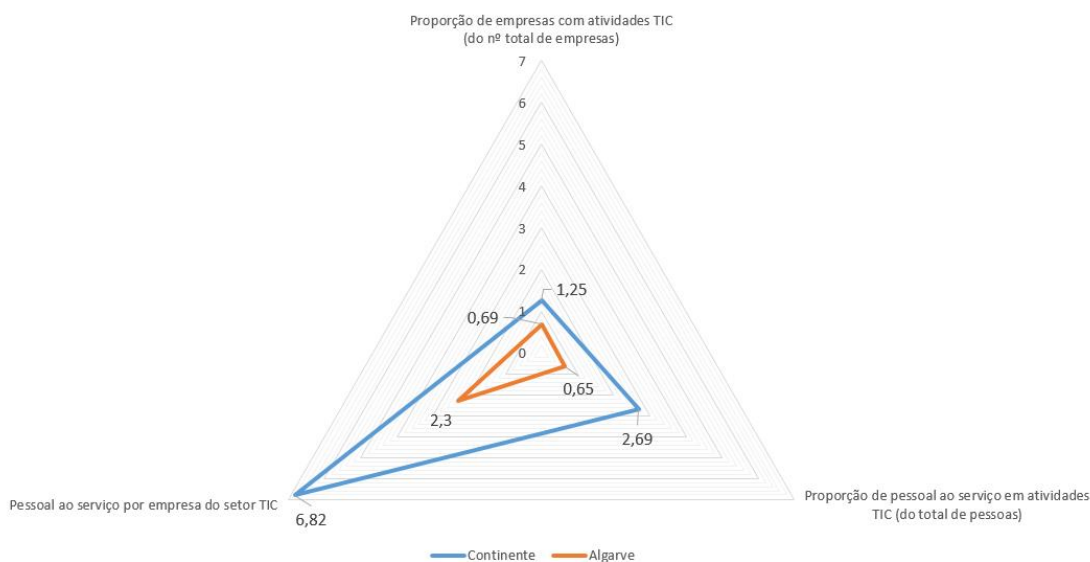
O referido projeto, embora limitado às áreas de baixa densidade, introduziu com sucesso processos inovadores de capacitação e de redes colaborativas para a exportação, assim como promoveu encontros B2B com prospetores internacionais. Pelo contrário, outras ações apoiadas no domínio das plataformas digitais de aceleração das exportações regionais, não tiveram, ainda, o mesmo impacto positivo.

No que respeita aos objetivos de digitalização da economia, é importante referir que, segundo dados de 2017 (INE), o Algarve apresenta valores bastante inferiores aos do Continente em diversas variáveis relativas às empresas e tecnologias de informação e comunicação (TIC).

digitalização da economia com desempenho inferior ao país

De facto, a densidade de empresas TIC na região é baixa, comparativamente com a média do Continente, tendo reflexos na proporção de pessoas ao serviço afeto a esse setor. Por outro lado, a dimensão destas empresas é também muito inferior na região, quer em termos de volume de negócio (103 mil euros, face ao valor nacional que supera 1 milhão de euros) quer de pessoal ao serviço, o que pode significar falta de capacidade competitiva, menores recursos financeiros e carência de talentos.

Figura 41 - Empresas do sector TIC 2017



Fonte: INE

O Algarve STP, por seu lado, viu a sua proposta de implementação dum *Digital Innovation Hub* (DIH) na região, centrado no desenvolvimento de destinos turísticos inteligentes, aprovada pela Comissão Europeia. O objetivo do DIH é agregar competências no campo digital, incluindo através da cooperação internacional com outros centros, que permitam a maior competitividade das empresas nos processos, nos produtos e nos serviços, utilizando tecnologias digitais, e o recurso a financiamentos.

reforço de
competências:
digitais digital
innovation hub e
blockchain

Referência ainda ao CRIA (UAlg), parceiro do projeto *Peers2Blockchain*, financiado pelo *Programa H2020*, que visa promover junto das PME, oportunidades de colaboração internacional e partilha de boas práticas ao nível da utilização da tecnologia *Blockchain*.

A frágil ligação entre as empresas e as instituições que produzem conhecimento, nomeadamente os centros I&D das universidades, tem sido apontada como um entrave ao desenvolvimento da economia portuguesa e, em sintonia, da economia do Algarve. Assim, vários documentos estratégicos traçaram como objetivo o reforço da colaboração empresa-I&D, resultando na transferência de tecnologia e inovação para o setor produtivo, nomeadamente o *Programa Interface*.

insuficiente
colaboração
empresa-I&D

No Algarve basicamente tem sido o CRIA a exercer esse tipo de função mediadora, conectando os investigadores e respetivos centros aos empresários regionais com estratégias mais inovadoras, recorrendo a fundos disponibilizados sobretudo pelo PO regional e pelos programas de Cooperação Territorial Europeia. No entanto, a sua atividade não é reconhecida formalmente como *Centro de Interface Tecnológico* (CIT), o que lhe daria acesso ao financiamento dum programa plurianual e apoio à contratação de recursos humanos. Também o *Centro de Ciências do Mar* (CCMAR), constituiu recentemente uma central de serviços e tecnologias (*Business unit*), com objetivos similares, mas fora do contexto formal dos CIT.

Quanto aos *clusters* de competitividade, previstos pelo programa Interface, existe uma reduzida participação regional nos mesmos. A título de exemplo refira-se o envolvimento das empresas Conserveira do Sul e da Necton no *Portuguese Agro Food Cluster*, da Algardata no *Cluster Tice.pt* e da Sparos, do CCMAR, da Sunconcept, entre outros, no *Cluster Mar Português*, gerido pelo Fórum Oceano.

clusters de
competitividade

Ao nível dos *Laboratórios Colaborativos* (CoLAB) no Algarve, apenas foi constituído o *GreenCoLAB - Laboratório Colaborativo para o Desenvolvimento de Tecnologias e Produtos Verdes do Oceano*, numa iniciativa do CCMAR, com a participação da Necton e Sparos.

laboratórios
colaborativos

Ainda nesta temática, no contexto da estratégia nacional para a investigação e inovação agroalimentar e florestal, foram criadas duas tipologias de redes, em que existe participação regional, nomeadamente os *Centros de Competências*, que contribuem para a transferência de conhecimento e tecnologia para a economia real, sobre a Dieta Mediterrânica e sobre a Luta contra a Desertificação, com envolvimento e coordenação regional, respetivamente, em Tavira e Alcoutim; e os *Grupos Operacionais* (GO), redes colaborativas com projetos de inovação que respondem a problemas concretos ou oportunidades. Refira-se os GO relacionados com os frutos vermelhos, a batata doce, os citrinos e as frutas exóticas/tropicais.

centros de
competência e
grupos
operacionais

Relativamente ao investimento em I&D, as ambiciosas metas que têm vindo a ser traçadas por documentos estratégicos nacionais, quanto ao investimento privado, face ao panorama apresentado, revestem-se de maior dificuldade ao nível regional, como evidencia o *Regional Innovation Scoreboard*.

As unidades de I&D da Universidade do Algarve, sobretudo o CCMAR, são efetivamente a grande origem de investimento em investigação na região, regularmente financiado com recurso a programas europeus (Horizon 2020) e também ao programa operacional regional. Aliás, o CCMAR reforçou em 2016 a sua estratégia internacional ao ser designado coordenador do nó nacional do *Laboratório Europeu de Recursos Biológicos Marinhos* (EMBRC), uma infraestrutura de investigação dedicada à exploração e conservação de recursos e ambiente marinhos, que responde às necessidades de investigação nas ciências do mar na Europa.

A nível empresarial, existem na região duas empresas com relevo nacional no capítulo do investimento em I&D, a Sparos e a Necton, precisamente as empresas parceiras do único CoLAB existente na região, conforme referido.

No âmbito do *Projeto INOVA ALGARVE 2020 - Programa de Estímulo ao Desenvolvimento de Atividades de Inovação nas PME do Algarve*, foi desenvolvido pela Associação Empresarial da Região do Algarve (NERA) e pela Comunidade Intermunicipal do Algarve (CIM-AMAL), um *Barómetro para a Inovação das PME do Algarve* (BIALG), com o objetivo de avaliar o potencial de inovação das PME da região.

Neste propósito foi conduzido um inquérito quantitativo às empresas da região com atuação nos seis domínios da RIS3 Algarve, ao qual responderam 151 empresas, que os promotores consideram uma amostra representativa para a análise e conclusões obtidas. Deste inquérito resultou o exercício de autodiagnóstico empresarial que integra o “Estudo do Potencial de Inovação das PME do Algarve” (março de 2018).

Figura 42 - Desempenho Inovador das PME do Algarve - Médias Avaliação Componentes Inovação

	N	Desvio Padrão	Média total	Médias por Setor					
				Turismo	Mar	Agro alimentar	TIC e Ind. Cult e Criativas	Energias Renováveis	Saúde, bem-estar e c. vida
COMPONENTE 1 - PERFIL INTERNO PARA A INOVAÇÃO	135	,755	3,45	3,26	3,85	3,07	3,81	3,52	3,28
AMBIENTE E CULTURA ORGANIZACIONAL PARA A INOVAÇÃO	135	,750	3,76	3,60	4,10	3,40	4,10	3,81	3,58
RECURSOS HUMANOS, FÍSICOS, TECNOLÓGICOS E FINANCEIROS	125	,811	3,39	3,15	3,90	3,06	3,64	3,50	3,27
COMPETÊNCIAS PARA A INOVAÇÃO	124	,882	3,19	3,03	3,56	2,64	3,63	3,29	2,97
COMPONENTE 2 - RELAÇÃO COM O MEIO ENVOLVENTE PARA A INOVAÇÃO	122	,799	2,98	2,92	3,29	2,63	3,16	3,08	2,70
RELAÇÃO COM O SISTEMA CIENTÍFICO TECNOLÓGICO (SCT) E AGENTES DE INOVAÇÃO	120	1,278	2,62	2,59	3,05	2,56	2,39	2,96	2,33
RELAÇÃO COM O MEIO ENVOLVENTE PRÓXIMO (CLIENTES, FORNECEDORES E CONSULTORES)	122	,854	3,42	3,43	3,46	2,88	3,85	3,33	3,15
SISTEMA FINANCEIRO E DE FINANCIAMENTO PARA A INOVAÇÃO	119	1,031	2,55	2,42	3,14	2,31	2,64	2,70	2,20
COMPONENTE 3 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE INOVAÇÃO	122	,859	3,01	2,88	3,41	2,58	3,26	3,06	2,88
DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE INOVAÇÃO	122	,927	3,14	3,05	3,55	2,71	3,41	3,05	3,03
FONTES DE INOVAÇÃO E INFORMAÇÃO	120	,927	3,27	3,17	3,50	2,71	3,65	3,35	3,06
PATENTES E MÉTODOS DE PROTEÇÃO	118	1,112	2,40	2,17	3,00	2,14	2,56	2,60	2,13
COMPONENTE 4 - RESULTADOS DAS ATIVIDADES DE INOVAÇÃO	118	,887	3,09	2,95	3,51	2,80	3,27	3,01	2,89
RESULTADO DA ATIVIDADE DE INOVAÇÃO	118	,901	3,00	2,88	3,46	2,73	3,17	2,87	2,84
RESULTADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS	117	1,054	3,12	2,95	3,56	2,80	3,29	3,11	2,93
RESULTADOS DE MERCADO E SOCIEDADE	115	1,033	3,36	3,24	3,64	3,04	3,59	3,36	3,04

Escala 1 – Não cumprir; 5 – Cumpre com Excelência

■ Indicador / Setor com Avaliação mais Positiva ■ Indicador / Setor com Avaliação mais Negativa

Fonte: Elaboração própria com base em NERA e AMAL (2018)

Sectorialmente, o estudo apresenta um conjunto de reflexões para cada um dos domínios de especialização da RIS3 Algarve, em que importa salientar:

- O *Mar* encontra-se num ciclo de adaptação alicerçado em projetos inovadores;
- O *Turismo* apresenta graves debilidades ao nível da inovação;
- O *Agroalimentar* encontra-se descapitalizado de recursos tecnológicos e humanos, requerendo intervenção na componente do Perfil Interno;
- A *Saúde, Bem-estar e Ciências da Vida* tem recursos humanos altamente especializados, mas necessita de competências internas para a inovação na sua estrutura organizacional;
- As *Energias Renováveis* têm capacidade para dinâmicas de inovação, mas carecem de coordenação setorial, sendo urgente formalizar o *cluster* e as relações entre os diversos atores;
- As *TIC e Industrias Culturais e Criativas* possuem carácter tecnológico que impulsiona a inovação, mas, no entanto, urge estimular a visão e o planeamento estratégico das empresas e a sua relação com a envolvente.

Também ao nível da administração pública regista-se nos últimos anos um percurso evolutivo em prol da inteligência e de uma gestão mais próxima dos cidadãos e das empresas, no sentido da modernização e simplificação administrativa, potenciando uma efetiva agenda para a digitalização.

esforço da administração pública na modernização administrativa, capacitação institucional e literacia digital

A competitividade da região tem subjacente uma aposta continua na modernização administrativa e capacitação da administração pública. A melhoria das condições de contexto, quer para a atividade empresarial, quer para o dia-a-dia do cidadão, continua a ser uma prioridade quando se pretende reforçar o desempenho regional ao nível da digitalização.

Ao longo do QREN e do PT 2020 têm vindo a ser realizados importantes investimentos nesta área que importa consolidar no próximo período de programação. Será necessário colmatar lacunas ainda existentes e demonstradas por alguma ineficiência administrativa verificada, dar resposta a novas necessidades de simplificação e desmaterialização, bem como responder a novas exigências decorrentes de alterações legislativas e de descentralização de competências.

A par do investimento em TIC, tendo em vista a oferta de serviços mais desmaterializados e alicerçados em modelos de prestação de serviço mais descentralizados e eficazes, será necessário continuar a apostar na formação/qualificação dos recursos humanos tornando-os mais aptos e capazes de se adaptarem a novas realidades e modelos de funcionamento da administração. Também do lado dos cidadãos será necessário encontrar soluções para uma maior dinamização e qualificação da procura (*e-skills*), reduzindo-se o ainda elevado grau de iliteracia digital, materializado nas ainda baixas percentagens de indivíduos que utilizam meios eletrónicos para interagir com as entidades públicas.

A região deverá continuar a apostar numa administração pública mais eficiente, qualificada, transparente e orientada para responder às necessidades das empresas e cidadãos, capaz de se adaptar à mudança e enfrentar novos desafios societais.

3.2 RIS3 Algarve 2.0

Com este contexto de inovação, balizado pelo panorama macroeconómico regional, reúne-se o racional crítico para suportar o processo de revisitação da RIS3 Algarve, atinente aos novos desafios sociais e à promoção da competitividade regional.

A Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente do Algarve (RIS3 Algarve) data de 2015 e resultou dos diferentes contributos recebidos no âmbito da participação ativa de mais de 120 entidades (públicas e privadas), que numa abordagem multinível e multiescala se envolveram num debate dinâmico, num processo *bottom up*, com coordenação *top down*, onde foram definidos os conceitos relevantes para a política regional de inovação. Este exercício pressupunha a realização de escolhas, que no caso do Algarve incidiram nos seguintes domínios de especialização inteligente: Turismo, Mar, Agroalimentar, Energias Renováveis, Saúde e Ciências da Vida, TIC e ICC.

Figura 43 - Domínios emergentes e consolidados da RIS3 Algarve



Fonte: Elaboração própria

O *Turismo*, porque é, naturalmente, a área dominante da economia regional, ainda que careça de reformas que lhe permitam acrescentar valor e tornar-se mais sustentável (no seu ciclo de produção e na manutenção dos postos de trabalho), apoiando simultaneamente outras atividades no seu processo de crescimento ou de revitalização. Este setor, pelo peso que tem na economia regional e dado o conjunto imenso de atividades que gravitam em seu redor, tem um papel estruturante e uma responsabilidade acrescida na estratégia, quer pela sua dinâmica própria, quer pela sua capacidade e responsabilidade social para com a região para fomentar a dinamização de outros setores, estabelecendo relações multivariadas e incorporando bens e serviços de origem local/regional na sua cadeia de valor.

setores
consolidados

Mas também o setor do *Mar*, que para além de ser a área dominante da especialização científica regional, com um peso crescente de conhecimento aplicado, tem um potencial imenso ainda por explorar, sobretudo no que respeita à transferência de conhecimento para o mercado. É uma área com vasto potencial e com ativos empresariais na região, incluindo em atividades relacionadas com o turismo e para a qual persistem constrangimentos no circuito de transferência de conhecimento e na valorização dos recursos já identificados na “*Agenda Regional do Mar*” (2008).

As restantes cadeias de valor, os designados setores emergentes (*Agroalimentar, Energias Renováveis, Saúde, TIC e ICC*) apesar de terem uma participação menos marcada na economia e nas empresas regionais, foram consideradas prioritárias, dada a sua dinâmica e o seu potencial para diversificar a economia da região.

Tendo em conta as características socioeconómicas e territoriais do Algarve, nomeadamente os aspetos relacionados com a capacidade de gestão e massa crítica relevante, a aposta na diversificação e internacionalização da economia regional deverá sempre considerar crucial o papel da investigação e da inovação e a sua valorização, bem como a aposta em nichos de mercado como fatores essenciais no processo de diferenciação e valorização à escala global que se pretende promover.

3.2.1 Contexto da Investigação e Inovação

Em 2020 perdura grande parte das falhas sistémicas da inovação regional sinalizadas em 2015.

As falhas de “*mercado*” impedem os agentes privados de investirem em I&D e fazerem uma utilização adequada dos mecanismos de propriedade industrial. Mas a principal falha do lado do mercado refere-se às “*Capacidades*” e está relacionada com a limitada cultura empreendedora, especialmente de conhecimentos baseados nas empresas locais, que têm capacidade limitada para absorver e beneficiar da investigação, além da população residente carecer de competências avançadas.

A segunda falha refere uma limitação de infraestrutura. Apesar das iniciativas públicas e privadas empreendidas, a região carece de infraestruturas tecnológicas de promoção da inovação e articulação de agentes públicos e privados em C&T. Isso impede a existência de vários tipos de agentes da inovação que devem preencher um sistema regional de inovação dinâmico, como agências de inovação, animadores de *cluster* e aceleradoras. Aqui, o papel da Universidade é particularmente importante, mas muitas vezes difícil de coordenar. Para aumentar a atratividade fora das fronteiras nacionais e para a retenção de talento é necessária uma estratégia regional de investigação clara para a Universidade e a identificação de áreas de interesse comum, em linha com uma visão para o Algarve em 2030.

Continuamos com um défice significativo ao nível das estruturas de interface e de apoio à transferência de conhecimento das Universidades e centros de ciência e tecnologia para as empresas, alguma descoordenação no que respeita aos diversos instrumentos de política pública e elevado défice de organização, capacitação e massa crítica na região.

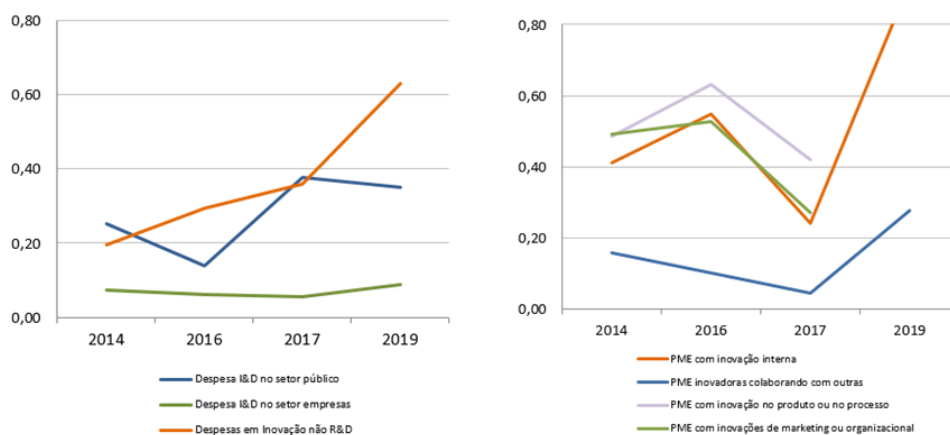
limitação de infra-estrutura, transferência de conhecimento, investimento em I&D e falta de conexão entre atores

Estes problemas devem ser minimizados de forma a tornar mais eficaz e eficiente a execução do próximo período de programação, nomeadamente melhorando os resultados da investigação aplicada, fomentando a competitividade, o investimento em I&D, melhores empregos e remunerações, visando a criação de melhores condições socioeconómicas. Para o efeito é fundamental a atribuição de taxas de financiamento mais apelativas para a criação de mecanismos de transferência e valorização de conhecimento e que sejam capazes de promover e beneficiar da ligação entre as entidades não empresariais dos sistemas de I&I e as entidades empresariais, no sentido de incrementar a partilha de

conhecimento que seja convertido em inovação, refletida na competitividade das empresas em particular, em torno dos domínios de especialização da RIS3 Regional.

A terceira limitação é a falta de conexão interna entre os atores, especialmente a pouca cooperação entre as empresas e as ligações limitadas entre os produtores de conhecimento, nomeadamente a Universidade do Algarve e as empresas, sobretudo as do turismo, o principal setor de especialização da região. Externamente, os diferentes tipos de atores estão relativamente bem conectados e têm ligações a redes internacionais relevantes.

Figuras 44 e 45 - Despesas em I&D no Algarve (esq^a) e Inovação nas PME no Algarve (dt^a)



Fonte: Comissão Europeia, Regional Innovation Scoreboard

Também é de destacar que o excesso de especialização da estrutura económica do Algarve no turismo tem-se revelado um estrangulamento, pois o setor não está geralmente conotado com uma perspetiva de inovação tecnológica. Testemunho desse facto, no quadro 2007-2013, foi o facto de não ter existido nenhuma candidatura do setor ao financiamento do I&DT, fator que não alterou substancialmente no atual programa.

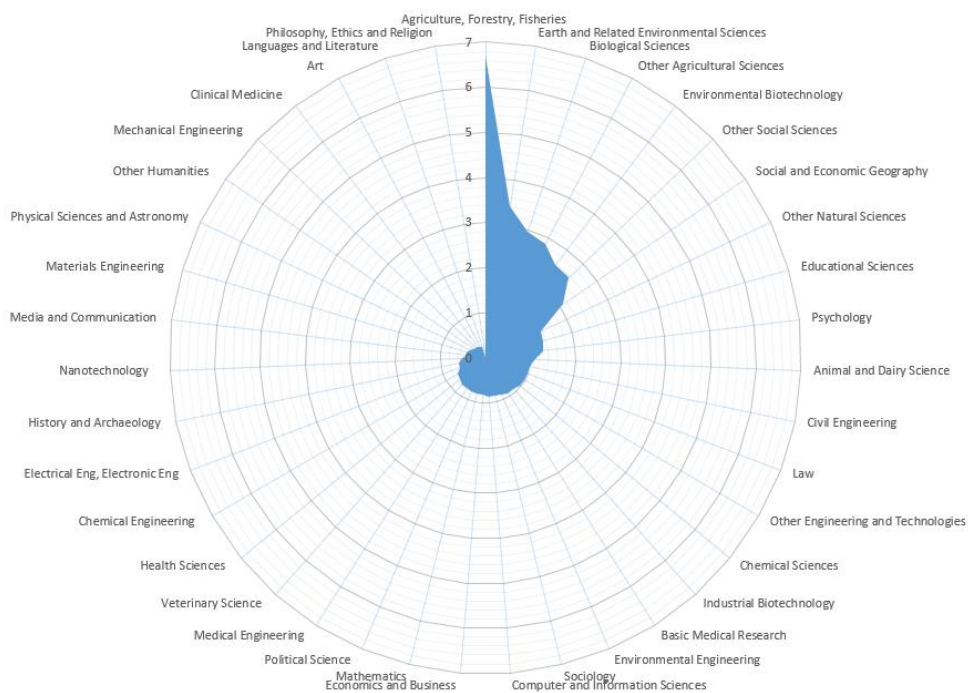
A evolução da despesa em I&D, comumente considerado um bom indicador para os esforços de investigação e um início da inovação, mostra-nos que o Algarve parte de um nível bem abaixo da linha de base nacional e que se encontra muito longe das metas da UE que propõe alcançar uma despesa em I&D correspondente a 3% do PIB, em 2020. Em paralelo, o baixo nível de I&D é acompanhado por uma taxa de crescimento inferior à média nacional, nos últimos anos. Podemos somar a esta situação duas características: a concentração da execução das despesas no setor do Ensino Superior, em especial, na Universidade do Algarve, e o facto do financiamento ser maioritariamente proveniente de fontes públicas.

Não obstante esses problemas, em termos de produção de conhecimento, se levarmos em consideração o quadro de pessoal permanente, a Universidade do Algarve evidencia um bom desempenho, atestado num estudo da FCT, em que integra a lista de 29 instituições portuguesas incluídas no *SCImago Institutions Rankings* (SIR), como entidades com pelo menos uma centena de publicações na *Scopus*. A Universidade do Algarve posiciona-se no primeiro terço da lista nacional, relativamente à percentagem de publicações de alta qualidade e no meio da tabela, se considerarmos a percentagem de publicações de excelência.

O desempenho da Universidade do Algarve também pode ser avaliado usando dados da *Web of Science* para as áreas de produção de conhecimento, o qual revela que a especialização regional incide nos recursos naturais existentes. Por sua vez, os projetos de investigação & desenvolvimento incidem principalmente na área das ciências da terra, do mar e do ambiente, atestando uma forte correlação com os domínios da RIS3 regional em mais de 50% dos casos.

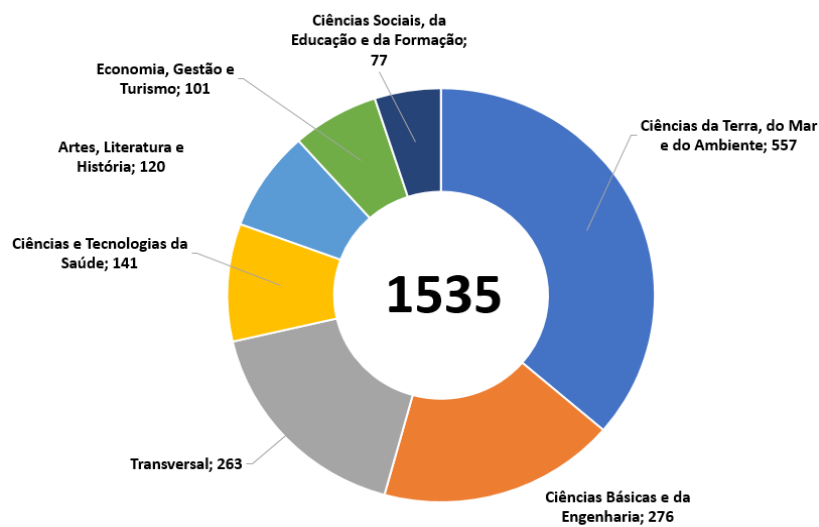
produção científica regional influenciada pelos recursos naturais

Figura 46 - Especialização do conhecimento produzido na UAlg em 2012-2016 por domínio científico



Fonte: WoS e Authenticus

Figura 47 - Total de projetos da UAlg 2012-2018, por área científica



Fonte: Elaboração própria com dados UAlg

3.2.2 O Sistema de Inovação Regional

O débil e incompleto sistema de inovação da região do Algarve tem progredido e conta, atualmente, ou num futuro próximo, com novos atores e novas infraestruturas. Mais concretamente, foi criada a marca ALGARVE TECH HUB que congrega a Associação Algarve STP (*Systems and Technology Partnership*) e a Associação Algarve Evolution (com 35 associados privados) com uma forte participação de empresas tecnológicas, e que serão responsáveis pela dinamização do novo Polo Tecnológico do Algarve que será inaugurado no início de 2021.

futuro polo tecnológico do Algarve com forte ligação ao mercado

Ao potencial de conhecimento gerado na Universidade do Algarve, pelos centros de investigação, investigadores e alunos, e ao talento ou empreendedorismo fora da mesma, temos uma oferta crescente ao nível das infraestruturas, com destaque para uma rede de incubadoras que abrange toda a região, espaços de *co-working*, ninhos de empresas e ainda parques e áreas de acolhimento empresarial, com o suporte de uma rede de gabinetes de apoio ao empreendedor, sobretudo de base municipal.

Para completar e reforçar o ecossistema regional é fundamental criar ainda, condições para um futuro parque de ciência e tecnologia, bem como a integração de aceleradoras de ideias, que constitui um dos principais “*gaps*” identificados. Urge igualmente encontrar instrumentos de financiamento para *startups*, nomeadamente capital-semente, de massa crítica, de talento e de novos investidores tecnológicos.

Também de salientar alguma incipiência do ecossistema empreendedor local, que tem vindo a ser estimulado pela divisão de empreendedorismo e transferência de tecnologia da Universidade do Algarve (CRIA) e, mais recentemente, pela *Startup* Portimão, pelo Loulé Design Lab e, como vimos, por redes de empresas TIC, designadamente a Associação *Algarve Evolution*, a qual tem como missão promover e fazer crescer o empreendedorismo tecnológico e atrair talento e investidores de referência para a região.

papel do CRIA no ecossistema empreendedor

Figura 48 - Ecossistema de Inovação Regional do Algarve



Fonte: Elaboração própria

Corroborando esta leitura, o relatório da Avaliação da Implementação das Estratégias Nacional e Regionais de Investigação para uma Especialização Inteligente sinaliza que “...nos casos de Sistemas Regionais de Inovação de menor maturação e com maiores constrangimentos de especialização produtiva, os processos de elaboração das EREI conduziram também a um contexto institucional favorável à consolidação dos respetivos Sistemas Regionais de Inovação (SIR).”.

Acrescenta ainda que, um ecossistema de inovação imaturo ou incompleto, representa um GAP geracional no incremento da aceleração de ideias e projetos e na capacidade de gerar investimento, quando em confronto com outras regiões com SIR maduros, mas, os progressos alcançados, a partir das plataformas de inovação, das redes de colaboração e do Conselho de Inovação Regional do Algarve (CIRA), mesmo que do ponto de vista absoluto, possam parecer menos relevantes, são um salto qualitativo relevante para o Algarve.

*CIRA constitui
salto qualitativo*

3.2.3 A rede de infraestruturas de Ciência e Tecnologia

No mapeamento às infraestruturas de C&T do Algarve (2017), foram identificados e visitados 15 espaços inseridos na categoria de Centros de Incubação, e que podem ser classificados nas seguintes tipologias: centros de negócios, *co-working*, ninhos de empresas, incubadora de empresas, incubadora de empresas de base tecnológica e pré-incubação. De salientar que algumas estruturas da região apresentam mais do que uma das referidas tipologias.

*grande
dinamismo na
oferta de
infraestruturas de
C&T*

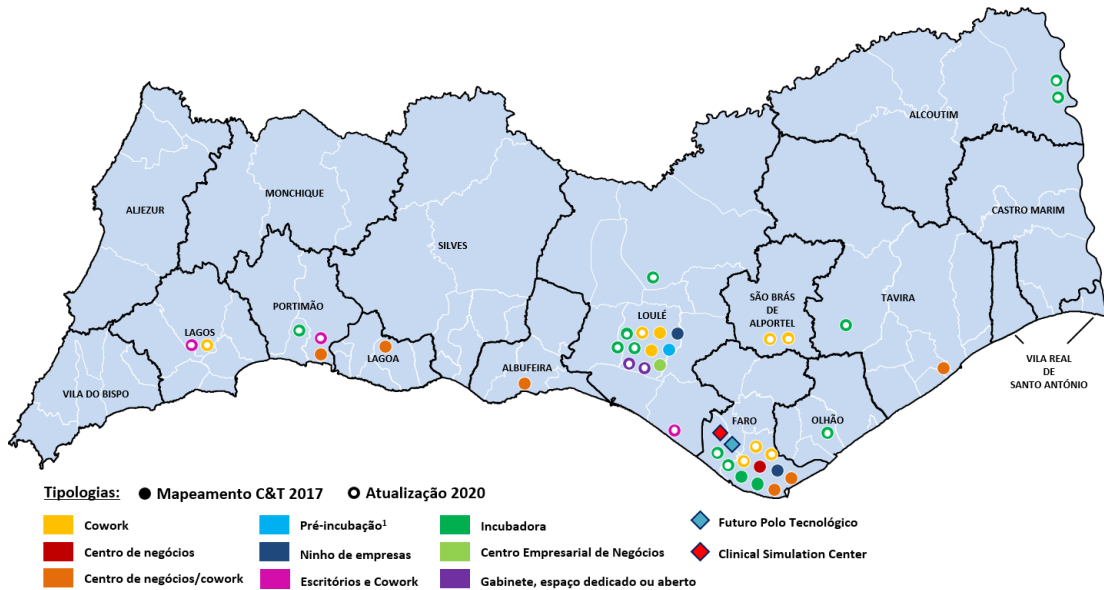
Esses espaços encontravam-se distribuídos por 7 concelhos do Algarve (Albufeira, Castro Marim, Faro, Lagoa, Loulé, Portimão e Tavira) e na sua maioria resultaram de investimentos privados (apenas três espaços eram municipais e dois espaços são apoiados por entidades públicas).

Desde a realização do mapeamento, assistiu-se a um grande dinamismo ao nível deste tipo de infraestruturas na região, concretamente mais 25 novos espaços para empresas e empreendedores, sendo de destacar 7 espaços de *coworking*, 5 *escritórios/cowork*, 11 incubadoras, 1 incubadora/*cowork* e 1 incubadora/centro de negócios (ver anexo 2). Esses espaços recém-abertos, ou programados, encontram-se distribuídos por 8 concelhos do Algarve (Alcoutim, Faro, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel e Tavira) e na sua maioria resultam de investimentos privados, alargando a oferta e cobertura territorial destas infraestruturas na região. De realçar o facto de ainda existirem 6 concelhos sem qualquer espaço para empresas nas tipologias supramencionadas.

Destaca-se neste âmbito o reforço de infraestruturas temáticas, ligadas às indústrias culturais e criativas (ICC) que derivam essencialmente do projeto Magalhães ICC apoiado pelo INTERREG V-A - POCTEP, com 2 polos em Alcoutim, 1 em Santa Catarina da Fonte do Bispo e 4 no concelho de Loulé (na cidade e em Alte, Tôr e Querença).

De realçar o trabalho desenvolvido pelo CRIA, bem como a estruturação em curso da Rede Regional de Incubadoras do Algarve, dinamizada pela Associação Algarve STP que tem como associados a ANJE Algarve, os Municípios de Faro e Loulé e a Universidade do Algarve. A Rede foi lançada no segundo semestre de 2019 e tem como objetivo introduzir alguma governança no ecossistema empreendedor (mapeamento de empresas incubadas, calendário comum de eventos, formação, workshops, entre outras atividades).

Figura 49 - Infraestruturas C&T no Algarve



Fonte: Elaboração própria

O aprofundamento da participação dos Municípios neste tipo de projetos, bem como o reforço das componentes de serviços qualificados nas Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) do Algarve sob a sua gestão, constitui um importante desafio para melhorar o desempenho económico, a competitividade e atratividade territorial dos municípios do Algarve.

Tendo por base a experiência do *Projeto REVIT* que resultou na requalificação do Centro Empresarial de Loulé, posteriormente replicado nas Áreas Empresariais de Lagos, Tavira e Vilamoura, ficou demonstrado o que pode e deve ser feito e que devemos apostar no alargamento territorial dos projetos de (re)qualificação das mesmas, estabelecendo prioridades de afetação de espaços qualificados a atividades dos domínios relevantes da RIS3 Algarve, assim como, promover a articulação com as infraestruturas de inovação da Região.

papel dos municípios na estruturação de redes e serviços para empresas e empreendedores

Neste âmbito o *Projeto INVESTALGARVE – Rede Regional de Parcerias de Apoio ao Desenvolvimento Económico da Região do Algarve*, operacional desde 2015 numa iniciativa da AMAL, aprofundou o efeito rede entre agentes institucionais, associativos e académicos regionais e favoreceu o surgimento de gabinetes municipais de apoio ao empreendedorismo. No entanto carece de visibilidade e, principalmente, de um aprofundamento do carácter agregador de serviços associado a um ecossistema empresarial.

3.2.4 A Governança

A implementação efetiva da estratégia de especialização inteligente no Algarve implicou a adoção de um modelo de governança que envolveu os atores de forma contínua na definição de prioridades, na reavaliação da estratégia e na definição de como devem ser aplicados os instrumentos de políticas.

A governação regional respeitou o modelo de hélice quádrupla²⁰. Envolveu empresas, instituições de ensino, de investigação e de desenvolvimento, entidades públicas de planeamento e de gestão de políticas de I&I e utilizadores de inovação ou entidades representativas da dimensão da procura e dos consumidores de inovação, os chamados “*utilizadores avançados*”.

Este modelo assentou no princípio da “*liderança colaborativa*”, implicando um processo de decisão suficientemente flexível que permitiu a cada ator envolvido a possibilidade de desempenhar um papel pró-ativo, assumindo a liderança em certos projetos ou temas, de acordo com as suas competências e com o seu conhecimento.

modelo de governança assente numa liderança colaborativa com representantes da hélice quádrupla

O modelo de governança da RIS3 Algarve articulou-se com os princípios e as disposições gerais para a governação dos programas e estratégias, fazendo realçar a centralidade do princípio da subsidiariedade e da governação a vários níveis, promovendo a articulação entre os diferentes níveis de governação central, regional e local, e potenciando a experiência e os conhecimentos técnicos dos intervenientes relevantes, no pressuposto que as instituições, os agentes e as intervenções mais próximas dos problemas e das oportunidades, são os protagonistas e responsáveis mais eficientes e eficazes.

A região do Algarve tentou promover a mobilização de diferentes fontes de financiamento e encontrar soluções para maximizar a participação em programas de matriz nacional, mas também reforçar a participação em linhas de financiamento europeias/internacionais ou nos programas de cooperação territorial, assim como a integração competitiva em redes internacionais de investigação e infraestruturas nos domínios relevantes para a RIS3 regional.

A presença em redes internacionais é um fator crítico e o mapeamento dessas redes é um exercício em curso junto de todos os atores regionais, sendo de destacar os centros de investigação da UAIG com níveis de participação muito relevantes, nomeadamente o CCMAR, o CIMA, o CBMR e o CInTurs.

O quadro de governança da inovação, investigação e de desenvolvimento tecnológico no Algarve que se revelou disfuncional e incompleto no passado, deve continuar a apostar num modelo baseado no compromisso, na partilha entre as partes e focado numa maior proximidade às necessidades dos potenciais beneficiários da inovação e da I&D.

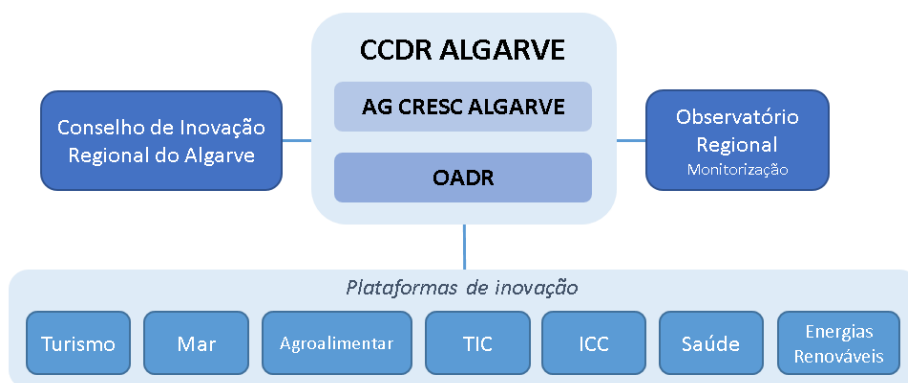
Neste modelo, deve sublinhar-se o carácter interdependente, aberto e evolutivo do sistema regional de inovação, e reforçar a necessidade de incluir fóruns de discussão e de concertação estratégica bem como de fomentar políticas multissetoriais e multinível, que assumam a forma de parcerias entre a iniciativa pública e privada.

A afirmação do desenvolvimento regional, promovido pela investigação científica e tecnológica e pela inovação, foi assim assumida por todos como fator de potenciação do valor dos ativos de excelência e das mais-valias locais. O maior envolvimento dos atores na governança da RIS3 regional permitiu um processo baseado em informação relevante e uma maior mobilização de todos os atores para a concretização da visão, objetivos e mecanismos propostos para a região.

²⁰ Estabelecido no “Guide on Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation (RIS3 Guide)”, elaborado pela Smart Specialisation Platform da Comissão Europeia, constituindo um processo de descoberta empreendedora.

O Conselho de Inovação Regional do Algarve (CIRA) foi criado sob proposta da Presidência da CCDR Algarve, tendo sido apreciado em Conselho Regional a 13/02/2015, resultando na aprovação da sua constituição bem como das suas competências. A primeira reunião do CIRA realizou-se no dia 16/12/2016 nas instalações da CCDR Algarve, tendo reunido posteriormente por mais 3 ocasiões (20/11/2017 em Faro e 14/11/2018 em Albufeira 10/03/2020 na Universidade do Algarve). Na última reunião foi apresentada a abordagem sistémica inerente à RIS3 Algarve ora revisitada.

Figura 50 - Modelo de Governança RIS3 Algarve



Fonte: elaboração própria

Do Conselho de Inovação Regional do Algarve (CIRA) fazem parte 78 membros efetivos, dos quais 30 são empresas (38%), 13 são entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (17%), 34 são entidades públicas, associações e outras (44%) e ainda uma comunidade intermunicipal (1%).

Deste Conselho resultou a decisão de constituição de 7 grupos de trabalho das plataformas de inovação, mais uma do que o previsto, dada a desagregação de plataformas de TIC e ICC. A resposta dos membros às convocatórias para as reuniões formais foi bastante positiva, tendo envolvido 148 participantes, com a seguinte distribuição por tipologia de entidade: empresas (25%), entidades do SCTN (27%), entidades públicas, associações e outras (42%) e comunidade intermunicipal (6%). Em termos do trabalho desenvolvido, além das 3 reuniões do CIRA, das 15 reuniões formais das plataformas e das 27 reuniões informais com diversos parceiros nacionais e internacionais, cada plataforma evoluiu de forma distinta, devido às próprias dinâmicas dos intervenientes. No entanto, registam-se resultados na maioria das plataformas, onde se destaca:

- Observatório Regional para o Turismo Sustentável do Algarve (reconhecido no final de 2019 pela OMT);
- Termos de Referência para a Região Inteligente Algarve (2018);
- Projeto da Região Inteligente Algarve (candidatura aprovada em dezembro 2019);
- Estratégia Regional para a Energia – *Smart Grids* (2017);
- Projeto CULATRA 2030 (apoio do Secretariado da Clean Energy for EU Islands, 2019);
- Algarve *Reference Site* para o Envelhecimento Ativo e Saudável (candidatura e obtenção de reconhecimento em 2019);
- *Digital Innovation Hub - Smart Destination* (registo e estado *Full Operational* em 2019).

plena
concretização do
modelo de
governança da
RIS3 Algarve

3.2.5 Financiamento

A RIS3 Algarve não tem na sua natureza uma dotação financeira própria. Apesar de constituir um instrumento focado no contributo que a área do conhecimento pode devolver à sociedade, o seu alcance vai muito para além do impacto na economia ou nas empresas, pelo que importa conciliar neste contexto um *policy mix* de instrumentos setoriais e transversais, que traduzam uma orientação global e partilhada, que se identifique com os princípios da estratégia e que seja capaz de mobilizar os diversos agentes e fundos, em torno da prossecução dos seus objetivos.

Nesse sentido, o instrumento base de suporte da RIS3 do Algarve é o Programa Operacional Regional, que incorpora as prioridades definidas e prevê a clara articulação entre estas e os seus eixos/linhas estratégicas. Por sua vez, esta relação entre objetivos estruturantes e fontes de financiamento impõe um forte foco na articulação, quer com a iniciativa privada, quer com outras fontes públicas nacionais e comunitárias, de forma a garantir a coerência com os grandes desafios sociais que se colocam, sendo particularmente relevantes para o sucesso desta estratégia os Programas Operacionais Temáticos e outros fundos nacionais, bem como os Programas e Iniciativas Europeias.

Embora os programas da cooperação territorial tenham dotações limitadas face ao número de regiões abrangidas, a sua relevância para a implementação da RIS3 pode ser muito elevada, na medida em que potencia dimensões como o *networking* entre regiões (redes de inovação e de *clusters*), complementaridades ao nível de ações, infraestruturas e competências, plataformas de internacionalização cruzada para as PME, disseminação de boas práticas e plataformas de *policy learning*.

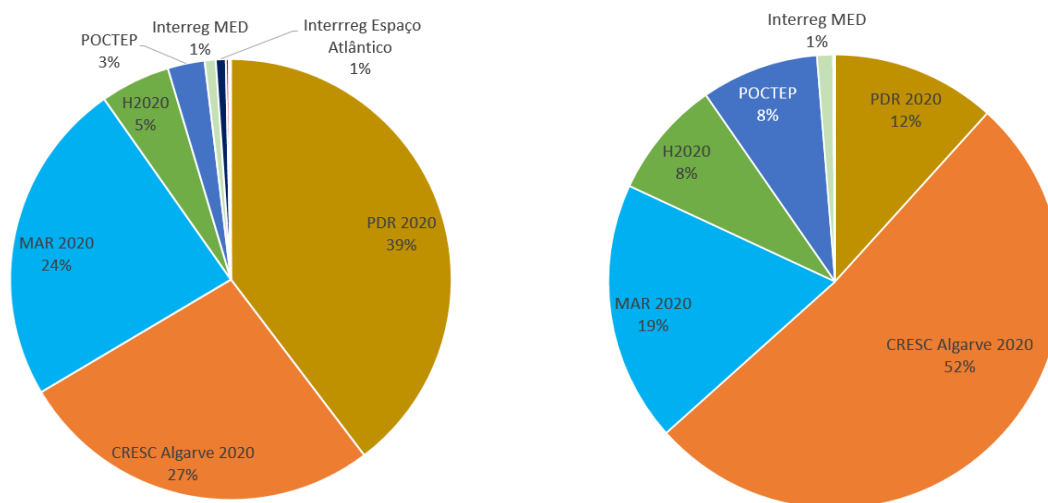
No conjunto de projetos apoiados na Região do Algarve com possibilidade de alinhamento com os domínios da RIS3 Algarve verifica-se que a implementação da RIS3 Algarve mobilizou, até ao momento, diferentes fontes de financiamento, nomeadamente em dez programas distintos.

De um universo de 2431 projetos aprovados nesses programas, cerca de 56%, que correspondem a 1366 projetos, encontram-se, nos seus objetivos, devidamente alinhados com os domínios de especialização inteligente da RIS3 Algarve. No seu conjunto, representam um total de fundo aprovado de 179 milhões de euros, sendo preponderante o apoio dos programas *mainstream*, desde logo o programa operacional regional e os programas operacionais temáticos Mar 2020 e PDR 2020.

1366 projetos
alinhados com
domínios RIS3
Algarve (180 ME
de fundo)

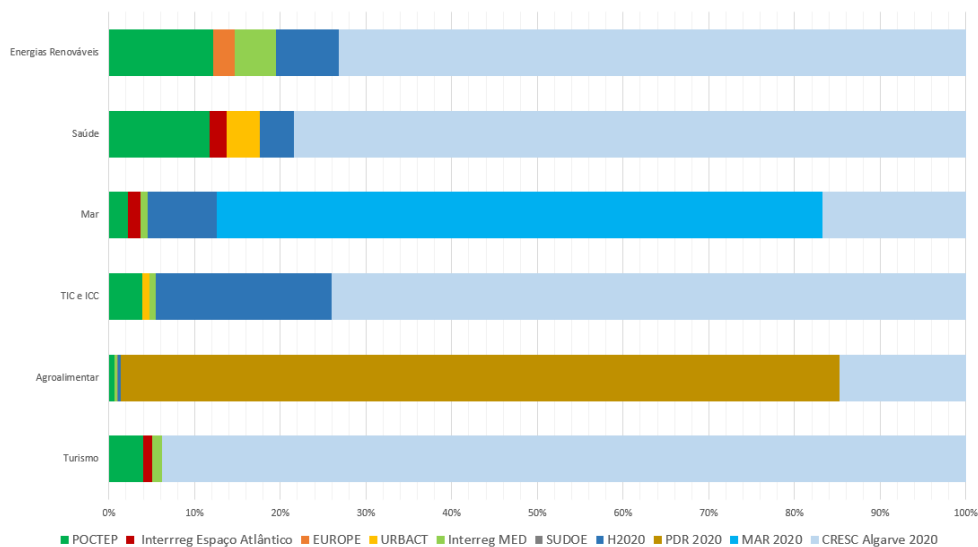
Considerando o contributo de cada programa de financiamento para os domínios da RIS3 Algarve em número de projetos, destaca-se a transversalidade do apoio do PO Regional aos diferentes domínios e a natural relevância do PDR 2020 no Agroalimentar e do PO Mar 2020 nas pescas e aquicultura.

Figuras 51 e 52 - Número de projetos (esq^a) e fundo (dt^a) aprovado por Programa, com alinhamento na RIS3 Algarve



Fonte: Elaboração própria

Figura 53 - Peso relativo de cada Programa nos domínios da RIS3 Algarve (n.º de projetos)



Fonte: Elaboração própria

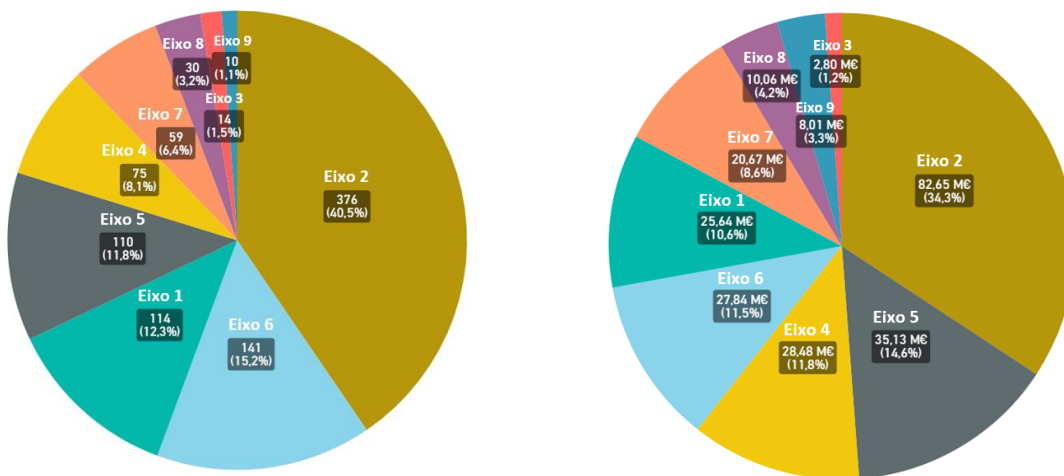
Esta análise é aprofundada ao nível dos dois programas com gestão regional, nomeadamente o PO CRESC Algarve 2020 e o POCTEP V-A, ambos com autoridades de gestão ou coordenação sediada na CCDR Algarve.

3.2.5.1 PO CRESC Algarve 2020

Até ao final de 2019 foram abertos mais de 250 avisos de concurso no âmbito do PO CRESC Algarve 2020, dos quais resultaram 929 operações aprovadas (até 31/12/2019). Cerca de 80% das operações distribuem-se pelos eixos com maior alinhamento à RIS3 (Eixos 1, 2, 5 e 6), sendo o *Eixo 2 - internacionalização e competitividade empresarial*, orientado para a internacionalização, a competitividade empresarial e o empreendedorismo qualificado, o mais representativo com cerca de 40% do total, seguido do *Eixo 6 - coesão social e territorial*, visando a coesão social e territorial, com cerca de 15%. Até 31/12/2020 foram aprovadas operações com um custo total elegível superior a 411 M€ e um fundo aprovado de 240 M€ (correspondendo a 75% de FEDER e 25% de FSE).

Na distribuição do fundo aprovado, o Eixo 2 destaca-se com cerca de 34% e o Eixo 5 - investir no emprego, centrado no apoio ao emprego, com quase 15%, representando ambos praticamente 50% do fundo total aprovado. Pese embora esta distribuição entre fundos, urge encontrar mecanismos de maior ligação entre os apoios do FSE aos domínios RIS3.

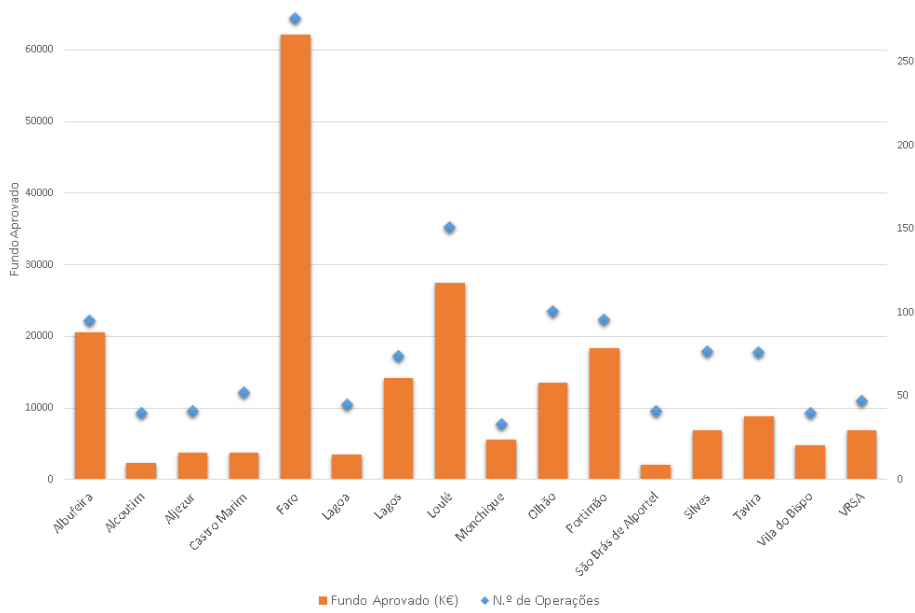
Figura 54 e 55 - Número de projetos (esq^a) e fundo aprovado (dt^a) por Eixo Prioritário



Fonte: Autoridade de Gestão do PO Algarve

Analisando a distribuição geográfica dos projetos aprovados, 21% concentram-se num único concelho, Faro, atingindo os 56% do total se adicionarmos os concelhos de Loulé, Olhão, Portimão e Albufeira. Em termos de fundo aprovado, cerca de 30% do total concentra-se na capital algarvia. Se a Faro juntarmos Loulé, Albufeira Portimão, Lagos e Olhão alcança-se 76% das aprovações. Esta concentração não é alheia ao fato de Faro sediar a capital de distrito, onde se localizam as principais entidades com âmbito regional (Universidade, CIM, Direções Regionais). O concelho de Monchique regista o menor número de projetos aprovados, e os concelhos de São Brás de Alportel e Alcoutim o mais baixo montante do fundo aprovado. A análise ao alinhamento com os domínios prioritários da RIS3 Algarve traduziu-se em 366 operações do universo de candidaturas aprovadas pelo PO Algarve 2020, com um total de fundo aprovado de cerca de 92,5 M€.

Figura 56 - Número de projetos e fundo aprovado por concelho



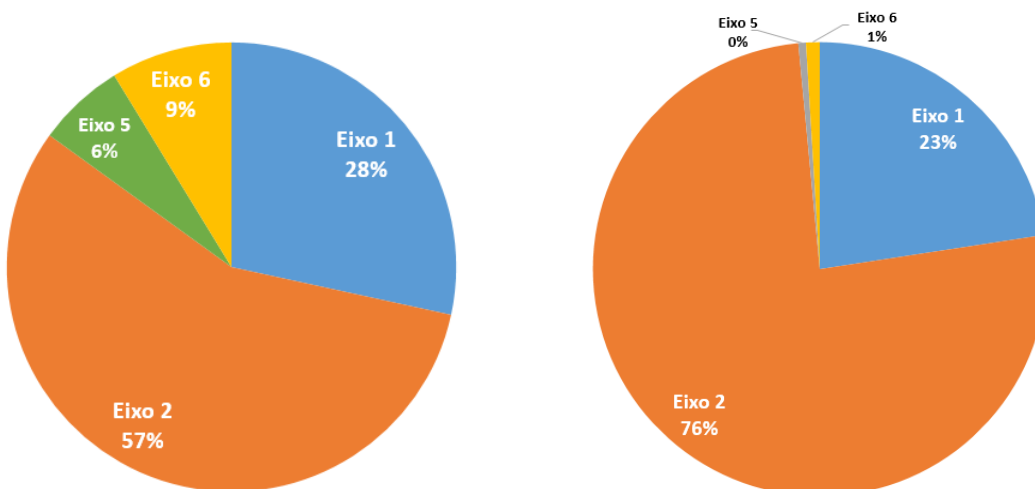
Fonte: Autoridade de Gestão do PO Algarve

De realçar que os *Eixos 1 – promover a investigação e a inovação e 2 - internacionalização e competitividade empresarial* concentram 85% dos projetos aprovados com alinhamento e os Eixos 5 e 6 representam apenas 15%. Já em termos de fundo aprovado, os Eixos 1 e 2 representam 99%, com destaque para o Eixo 2 com 76% do total.

Nos eixos 1 e 2 foram aprovadas 490 operações até ao final de 2019, das quais 311 operações foram alvo de análise de alinhamento total ou parcial nos domínios da RIS3 Algarve, pelo que a RIS3 Regional influenciou 63% desses projetos. No caso do Eixo 1 o enquadramento nos domínios da RIS3 Algarve é condição de admissibilidade, pelo que o alinhamento é total, enquanto no Eixo 2 esse enquadramento é aferido na análise de mérito, sendo um dos critérios que influencia positivamente a pontuação da mesma (alinhamento parcial).

PO Regional com 63% dos projetos alinhados com RIS3

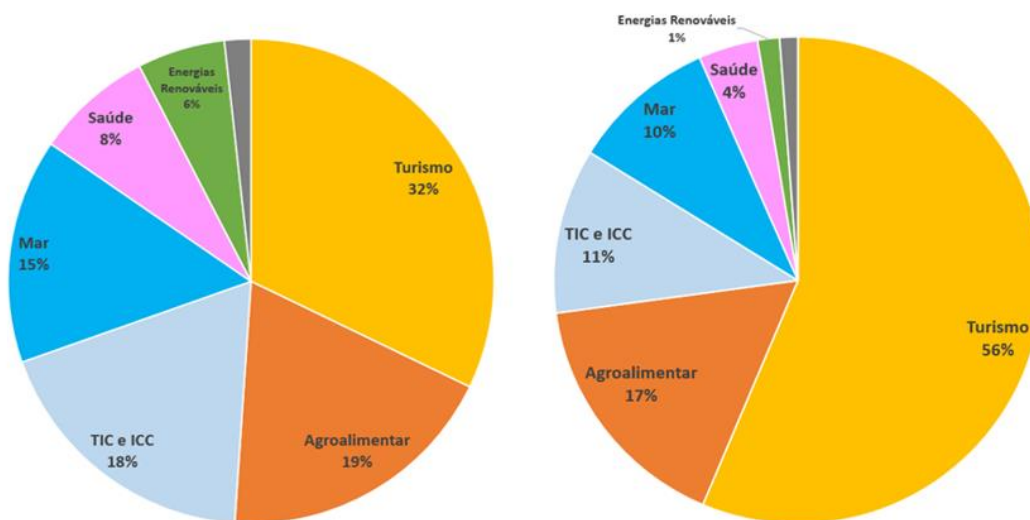
Figura 57 e 58 - Número de projetos (esqª) e fundo aprovado (dtª) com alinhamento RIS3 Algarve, por Eixo Prioritário



Fonte: Autoridade de Gestão do PO Algarve

Da análise ao enquadramento dessas candidaturas na RIS3 regional obteve-se o peso de cada domínio, sendo o *Turismo* naturalmente preponderante, com cerca de 32%, seguido do *Agroalimentar* e *TIC e ICC*, com 19% e 18% respetivamente. O *Mar* tem um peso de 15% das candidaturas aprovadas, enquanto a *Saúde* e as *Energias Renováveis* representam cerca de 8% e 6%. Assinale-se que os domínios do *Turismo* e do *Agroalimentar* representam em conjunto 51% do total de projetos enquadrados na RIS3 Algarve.

Figura 59 e 60 - Número de projetos (esq^a) e fundo aprovado (dt^a) por domínio RIS3 Algarve



Fonte: Autoridade de Gestão do PO Algarve

O *Turismo* representa 56% do total de fundo aprovado, seguido dos domínios *Agroalimentar* com 17%, *TIC e ICC* com 11% e o *Mar* com 10%. De salientar que os domínios do *Turismo* e do *Agroalimentar* representam em conjunto 73% do total do fundo aprovado nos projetos enquadrados na RIS3 Algarve.

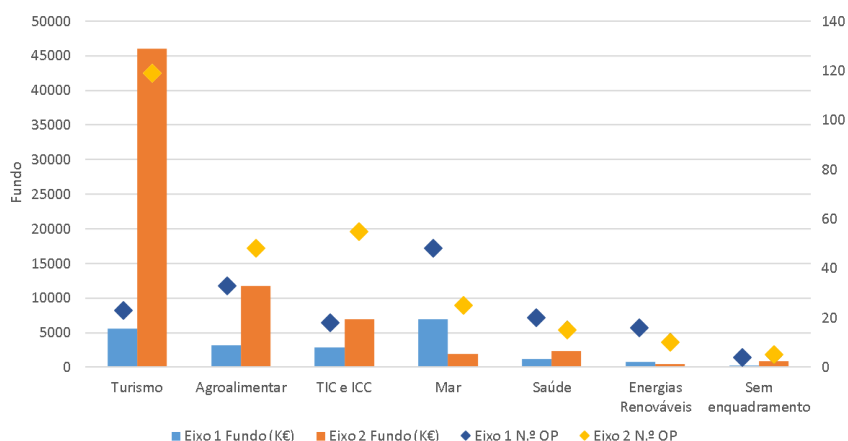
Analisando o número de candidaturas e o fundo aprovado por Eixo e por domínio, saliente-se que, no Eixo 1, o volume de projetos no domínio *Mar* é superior aos restantes e que no Eixo 2 se observa um peso significativo do *Turismo* em n.º de projetos e fundo aprovado. No Eixo 5, destaque para o domínio *TIC e ICC* no número de projetos e fundo aprovado, enquanto no Eixo 6 se regista um peso significativo do *Turismo* em ambas as dimensões.

Se atendermos exclusivamente à execução dos Sistemas de Incentivos (SI) (Eixos 1 e 2), que apresentam uma maior relação com a RIS3 regional, contabilizam-se 409 projetos aprovados, envolvendo 79,8 milhões de euros de fundo, que comprometem a quase totalidade da dotação indicativa de cerca de 85 milhões de euros, para as tipologias SI I&DT, SI Inovação, SI Qualificação e Internacionalização das PME.

quase 80 M€ dos sistemas de incentivos para projetos RIS3

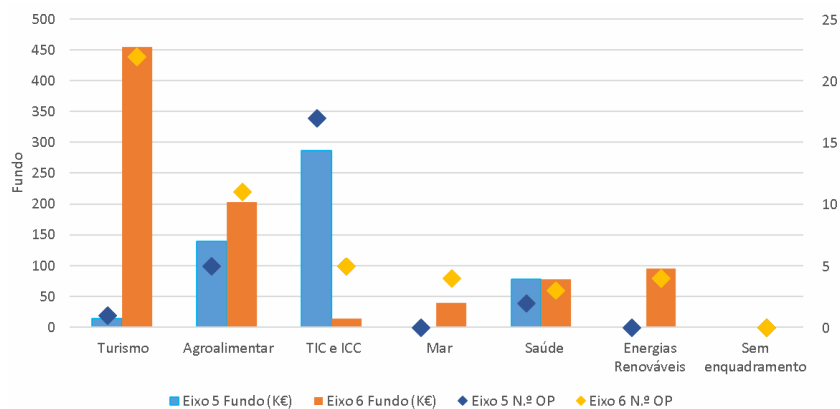
A ciência (Eixo 1) regista 60 projetos apoiados, dos quais 7 infraestruturas, 2 Programas de Atividades Conjuntas (PAC) e 51 projetos de investigação, totalizando 18,1 milhões de euros de custo total elegível e 10 milhões de fundo aprovado.

Figura 61 - Número de projetos e fundo aprovado por domínio RIS Algarve, nos Eixos 1 e 2



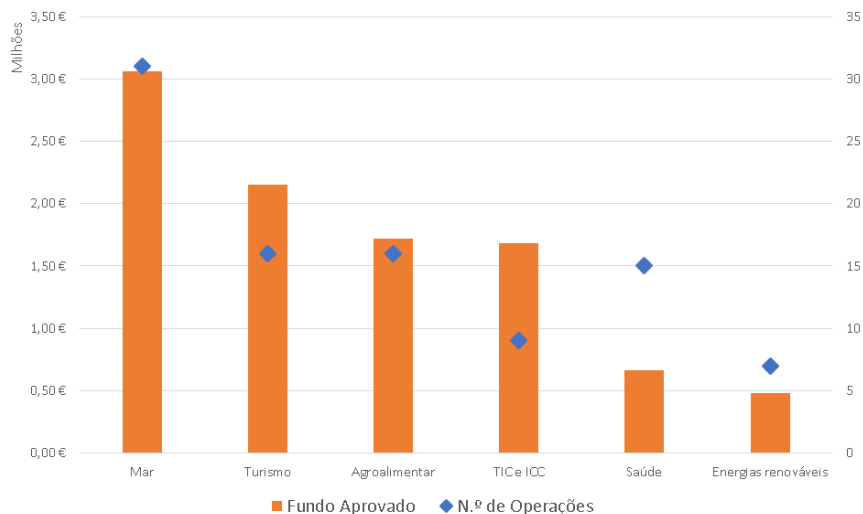
Fonte: Autoridade de Gestão do PO Algarve

Figura 62 - Número de projetos e fundo aprovado por domínio RIS3 Algarve, nos Eixos 5 e 6



Fonte: Autoridade de Gestão do PO Algarve

Figura 63 - Número de projetos SAICT e fundo aprovado por domínio RIS3 Algarve



Fonte: Autoridade de Gestão do PO Algarve

Na estrutura por SI identifica-se claramente uma sobre representação dos projetos aprovados no SI Qualificação e Internacionalização PME, (incluindo aquelas com contrato de adesão nos projetos conjuntos) e uma sub-representação do SI I&DT.

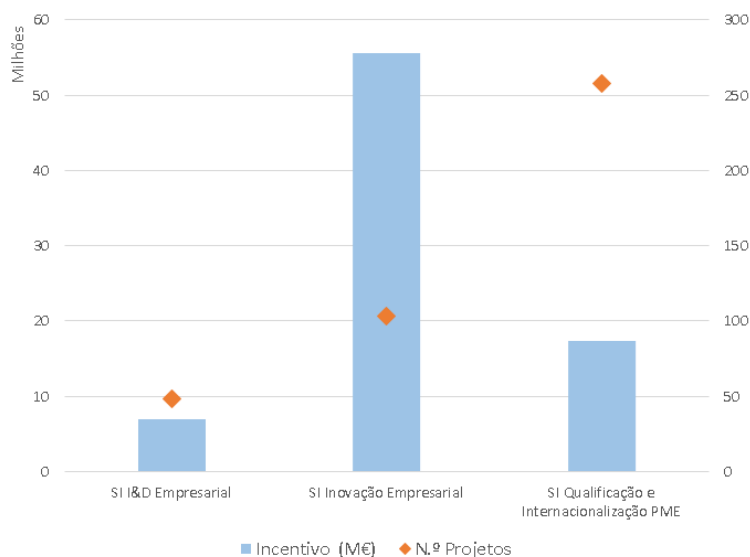
No SI Qualificação PME, as condições de elegibilidade das operações apontam claramente para atividades económicas que visam a produção de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis, relevando o reforço das capacidades de organização e gestão das PME (PI 3.3 - A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades).

No SI Inovação, no caso específico da Inovação Não PME, a elegibilidade das operações depende ainda do seu contributo para a PI 1.2 - Promoção do investimento das empresas em inovação, exigindo-se que os projetos promovidos por grandes empresas tenham um impacto mais estruturante na economia regional. Já na Inovação PME, segue-se o racional da PI 3.3, de reforço da capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços.

No SI I&DT as condições de elegibilidade das operações apontam incisivamente para o objetivo específico da PI 1.2, sendo condição de acesso o enquadramento dos projetos no âmbito da ENEI ou EREI.

À semelhança do período de programação anterior, o SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo, que visa gerar impacto e adicionalidade em projetos empresariais associados a uma elevada intensidade inovadora, permanece o instrumento com maior expressão financeira nos SI, representando 25% dos projetos apoiados, 72,3% do investimento elegível e 69,5% do incentivo concedido, respetivamente 124,2 e 55,6 milhões de euros.

Figura 64 - Número de projetos e incentivo aprovado, por Sistema de Incentivo



Fonte: Autoridade de Gestão do PO Algarve

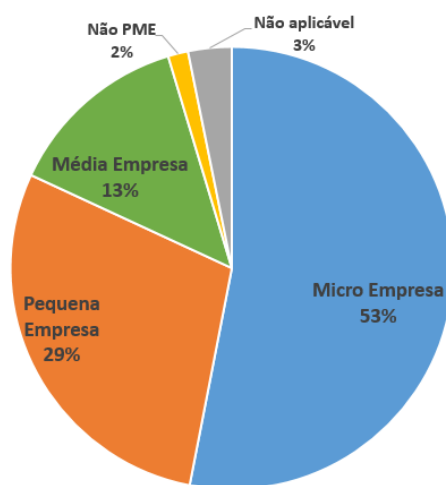
No caso das PME, o SI Qualificação PME complementa o apoio ao investimento modernizador e inovador, através de um conjunto de dimensões / fatores imateriais de qualificação para a competitividade, respondendo às necessidades identificadas de uma

maior capacitação das PME em estratégias de negócio mais avançadas e no desenvolvimento de produtos e serviços. O SI Qualificação PME permanece como o instrumento com uma menor expressão financeira (21,5% e 21% do investimento elegível e do incentivo concedido).

O Sistema de I&D tecnológico apoiou 48 projetos, que representam 6% do investimento elegível e 8% do incentivo concedido (respetivamente 10,5 e 6,8 milhões de euros).

Desagregando a apreciação sobre a adequação do desenho dos SI no PO Algarve pelo perfil dos beneficiários regista-se que a segmentação dos promotores por localização evidencia um resultado expectável e concentração nos concelhos de Faro e Loulé.

Figura 65 - Número de projetos por dimensão das empresas



Fonte: Autoridade de Gestão do PO Algarve

As PME assumem um papel de destaque no total de empresas apoiadas nos SI, nomeadamente as microempresas, que detêm 217 operações aprovadas.

Os setores do *Comércio* e dos *Serviços* são os que registam maior grau de representação na procura dos SI no PO regional, com cerca de 170 projetos aprovados, enquanto a *Indústria Transformadora* regista apenas 5,6% das empresas com candidaturas apoiadas no Algarve.

3.2.5.2 Interreg V-A POCTEP 2015-2020

Da sistematização das linhas de ação e das prioridades identificadas por cada uma das regiões do Algarve, Alentejo e Andaluzia, resultou uma matriz com as prioridades comuns para a Eurorregião AAA, que consubstancia a RIS3 Transfronteiriça da EURO AAA, que enquadra os projetos apoiados pelo POCTEP.

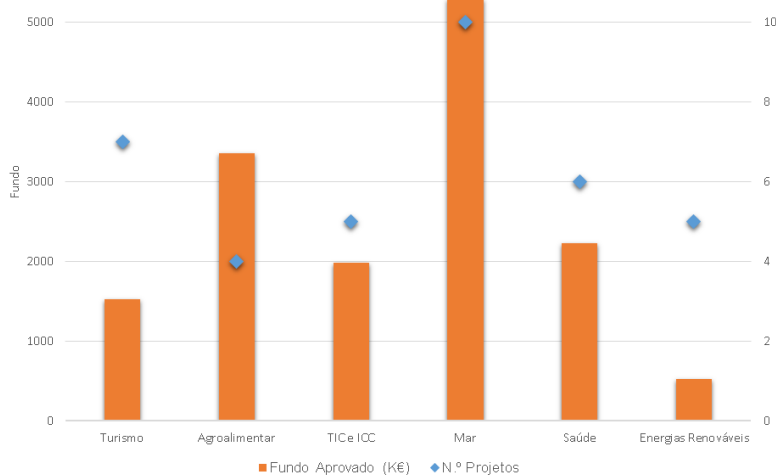
Figura 66 - Articulação das prioridades inseridas nas RIS3 do Algarve, Alentejo e Andaluzia

Área de articulação temática	Algarve	Alentejo	Andaluzia
Ambiente Mediterrânico			
Agroalimentar e Floresta	Agroalimentar e Floresta	Alimentação e Florestas	Agroindustria y alimentación saludable
Turismo	Turismo e Lazer	Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo	Turismo, cultura y ocio
História	Valorização do território e dos produtos locais, através da articulação com o património e o turismo apoiadas pelas TIC	Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo	Turismo, cultura y ocio
Localização Geográfica			
Mar	Mar, Pescas e Aquacultura		Aprovechar las nuevas oportunidades en economía azul
Logística		Aposta em atividades baseadas nos sistemas inteligentes de transporte	Movilidad y logística
Energia	Energias renováveis	Economia Verde, Energia e Mobilidade Inteligente	Energías renovables, eficiencia energética y construcción sostenible
Qualificação Social			
TIC	TIC e indústrias culturais e criativas	Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social	TIC y economia digital
Indústrias Criativas	TIC e indústrias culturais e criativas		TIC y indústrias criativas
Saúde e bem-estar	Ciências da vida/ Saúde/ Recuperação	Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social	Salud y bienestar social Ciencias da vida/salud/ recuperación

Fonte: RIS3 Algarve

Num exercício complementar de afetação dos projetos aos domínios da RIS3 Algarve, verifica-se que neste programa prevalecem os investimentos nos domínios do *Mar* e do *Turismo*, sendo que no que respeita ao fundo, o *Mar* e os domínios do *Agroalimentar* e da *Saúde*, superam o *Turismo*. Destaque também para o domínio das *TIC* e *ICC*, fruto, sobretudo, do projeto estratégico incidente na área das *Indústrias Culturais e Criativas*, que representa cerca de 2 milhões de euros de participação comunitária.

Figura 67 - Número de projetos e fundo aprovado no POCTEP V-A, por domínio da RIS3 Algarve

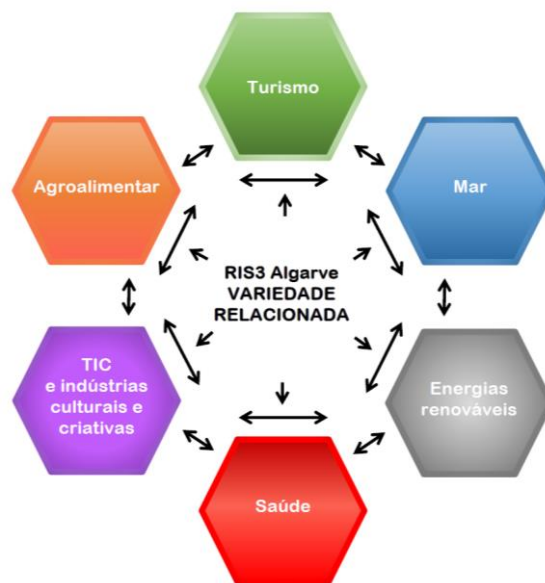


Fonte: Elaboração própria

3.2.6 Variedade Relacionada

Parte dos projetos evidenciam a concretização do conceito de variedade relacionada (intra e intersetorial) e de articulação multinível, presentes na base do modelo da hélice quádrupla. A evolução esperada para os diversos setores foi baseada numa lógica, onde o *Turismo* seria a âncora para os demais, promovendo projetos que multiplicassem as relações e parcerias entre os diversos domínios, o que permitiria ser mais resiliente e combater eventuais choques exteriores, promovendo a diversificação económica.

Figura 68 - Variedade Relacionada



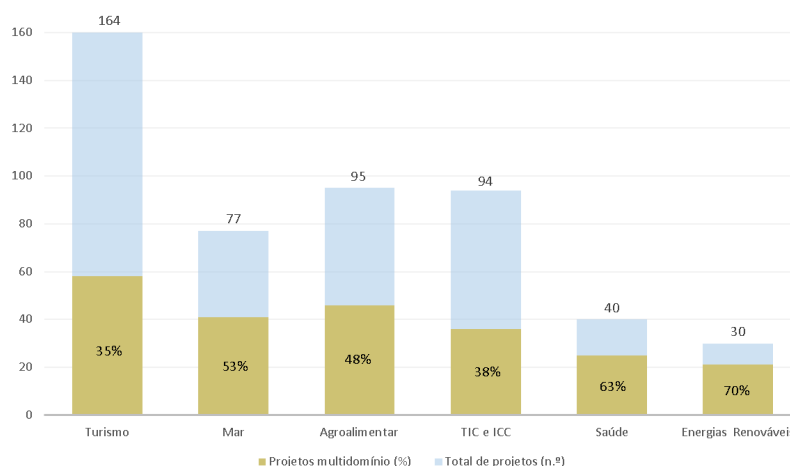
Fonte: Elaboração própria

Analisando a variedade relacionada dos projetos aprovados, exclusivamente no PO Regional, conclui-se que praticamente metade desses projetos são multidomínio, isto é, que relacionam pelo menos dois dos domínios da RIS3 regional. Pese embora o número diferente de projetos, o domínio das *Energias Renováveis* lidera com 70% dos projetos multidomínio, seguindo-se a *Saúde* com 62%, o *Mar* com 53%, o *Agroalimentar* com 48%, as *TIC e ICC* com 38% e por último o *Turismo* com apenas 35% de projetos multidomínio.

variedade relacionada presente em 50% dos projetos RIS3

Há, no entanto, projetos que podem relacionar os seis domínios, como acontece na maioria dos casos dos projetos aprovados pelo Sistema de Apoio às Ações Coletivas (SIAC). Destes destacam-se os projetos promovidos pela Universidade do Algarve

Figura 69 - Número de projetos por domínio RIS3 Algarve (total e multidomínio)



Fonte: Elaboração própria

Figura 70 - Projetos SIAC da Universidade do Algarve

O **ALGARVE CRIAtch** foi um projeto da UALG em parceria com a ANJE Algarve e a NERA, que visava apoiar a criação e início de empresas de base tecnológica, com base num Concurso de Ideias, bem como promover a criação de redes transnacionais de cooperação e transferência de tecnologia. Foram realizados 95 diagnósticos enquadrados nos diferentes domínios da RIS3 Algarve e identificadas 32 tecnologias junto dos centros de investigação.

O projeto **CRIA TT2.0** foi uma aposta da UALG na transferência de tecnologia e inovação dos seus Laboratórios e Centros de Investigação para o Mercado, contribuindo assim para a adoção de tecnologias inovadoras e para a afirmação da competitividade e da sustentabilidade da economia regional. Foram realizadas 16 comunidades de inovação, envolvendo um total de 312 empresas que trabalharam em colaboração com investigadores da Universidade, tendo resultado 48 diagnósticos identificadas 40 tecnologias com potencial de transferência para o mercado.

O projeto **CRIA START +**, promovido pela UALG com a NERA e a CIM-AMAL, visava estimular o empreendedorismo, a criação de empresas e a identificação de ideias inovadoras na região, capacitar os empreendedores no domínio empresarial, acelerar a maturação especializada das ideias de negócio, promover a capacitação e dinamização da Rede de Parcerias de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social do Algarve e garantir a publicitação e efeito demonstrador de boas práticas.

O projeto **OBSERVE – Observatório da Sustentabilidade da Região do Algarve**, promovido pela UALG constitui um instrumento de monitorização e avaliação cujo principal objetivo é fornecer indicadores de desempenho ambiental, económico, social e institucional que possam apoiar a tomada de decisão para um crescimento sustentável da região, enquanto destino turístico, numa procura de melhoria da qualidade ambiental, equidade social, eficácia económica e aumento da consciência pública e participação dos cidadãos. A informação é disponibilizada numa plataforma aberta.

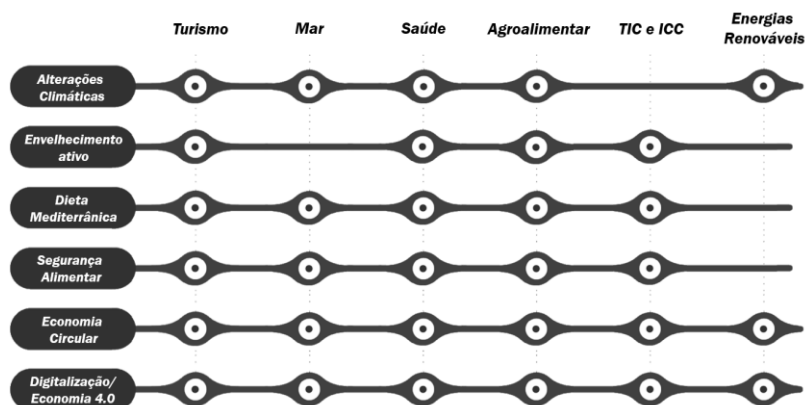
Fonte: Elaboração própria

3.2.7 Dos domínios prioritários aos desafios sociais

Numa análise prospetiva importa perceber como se posicionam estrategicamente os principais setores económicos da Região, que sustentam as escolhas da RIS3 Regional, quer do ponto de vista produtivo, quer do ponto de vista da investigação e desenvolvimento.

Da discussão efetuada pelos grupos de trabalho da RIS3 Algarve resultaram seis desafios sociais, nomeadamente alterações climáticas, envelhecimento ativo, dieta mediterrânica, segurança alimentar, economia circular e digitalização/economia 4.0, com fortes ligações aos seis domínios prioritários da RIS3 regional, cujas relações se evidenciam.

Figura 71 - Cruzamento dos domínios RIS3 Algarve com os desafios societais



Fonte: Elaboração própria

No alinhamento dos Objetivos de Política da COM com as escolhas do Algarve ao nível da RIS3, quer nos domínios de especialização, quer nos desafios societais, que estrategicamente mobilizou, há que considerar também o preconizado nas Agendas de I&I da FCT, já disponíveis ou em desenvolvimento, e perceber de que forma pode o Algarve posicionar-se para capitalizar oportunidades no próximo período de programação.

3.2.7.1 Turismo

Enquanto principal atividade económica da região, o turismo evidenciou nos últimos anos um desempenho favorável, afirmando o seu papel liderante no contexto nacional. Atente-se particularmente aos indicadores de desempenho, que atestam o comportamento positivo do setor na região destacando-se dois fatores:

- A região consegue crescer em volume, mas sobretudo em qualidade da procura. Efetivamente, registaram-se crescimentos no número de hóspedes e no número de dormidas (sobretudo de portugueses), mas essa subida traduz-se de forma particularmente expressiva no acréscimo dos proveitos;
- O Algarve, historicamente, apresenta problemas de sazonalidade, que parecem estar a ser dirimidos, considerando o significativo acréscimo registado nas dormidas em época baixa (+ 24,2%), bastante acima da variação no total de dormidas (+10,3%).

Figura 72 - Indicadores de desempenho da procura turística do Algarve

INDICADOR	2016	2019	Varição 2016/2019
Dormidas totais de outubro a maio	7.594.770	9.436.291	24,2%
Voltas de golfe	1.276.473	1.350.127	5,8%
Movimento de passageiros (Aeroporto de Faro)	7.630.909	9.009.170	18,1%
Dormidas totais	19.005.838	20.957.797	10,3%
Dormidas totais de estrangeiros	14.870.869	15.921.160	7,1%
Dormidas totais de portugueses	4.134.969	5.036.636	21,8%
Hóspedes	4.189.237	5.074.868	21,1%
Proveitos globais no Algarve	908.400.000	1.227.400.000	35,1%

Fonte: PMETA 2.0 (2020)

Tais resultados/evolução parecem evidenciar o planeamento e estruturação da oferta por parte das entidades públicas e privadas, pelo que para consolidar o posicionamento do destino turístico Algarve e na senda da Estratégia para o Turismo 2027 (Resolução do Conselho de Ministros N.º 134/2017), a Região de Turismo do Algarve empreendeu a versão 2.0 do seu Plano de Marketing Estratégico do Turismo, com o horizonte temporal 2020-2023, que revê o plano original para o período 2015-2018.

A visão delineada para o destino turístico traduz um caminho de sustentabilidade assente em três eixos de atuação interdependentes: competitividade, qualidade e contributo para a agenda 2030.

Figura 73 - Visão e eixos de atuação do Turismo do Algarve



Fonte: PMETA 2.0 (2020)

Para a consecução da visão, encontram-se mobilizados ativos estratégicos que afirmam o destino turístico face aos demais concorrentes, quer pelo seu carácter diferenciador, quer pelo seu quadro qualificador, aos quais acrescem, de forma transversal, as pessoas, enquanto os ativos de suporte, essenciais à construção e fruição do destino.

Figura 74 - Ativos estratégicos do Turismo do Algarve



Fonte: PMETA 2.0 (2020)

De igual forma, o posicionamento estratégico do destino turístico, visa responder às mais recentes tendências do setor, quer ao nível tecnológico; quer as associadas à própria forma de viajar, não descurando igualmente as motivações inerentes à consciência ambiental e à multiplicidade dos perfis de procura.

A oferta turística regional estrutura-se em 17 produtos/segmentos, que embora com diferentes níveis de desenvolvimento, traduzem apostas seguras ou disruptivas, em produtos tradicionais já amplamente consolidados e com elevado reconhecimento internacional ou de aposta em segmentos emergentes e responsivos às tendências do setor, num caminho de diversificação e afirmação do destino, para todo o ano, combatendo assim a sazonalidade. Das diretrizes do Conselho de Marketing do Turismo do Algarve e da Associação Turismo do Algarve resultou a classificação dos produtos agrupados em quatro tipologias.

Figura 75 - Classificação dos produtos/segmentos turísticos do Algarve



Fonte: Elaboração própria com base no PMETA 2.0 (2020)

Não será de descurar o facto de a oferta turística regional ser grande consumidora e utilizadora dos recursos naturais e territoriais, de forma exaustiva e modeladora da paisagem, gerando impactes diretos ao nível socioeconómico e ambiental, sendo premente acautelar a conflitualidade de usos, a capacidade de carga e a mitigação de ameaças e riscos. Tal evidencia a perecibilidade do território e a urgência do seu correto ordenamento, dado que é um recurso escasso e deve ser encarado dessa forma, ainda mais numa região turística, que o utiliza como suporte e como meio de promoção.

Para os diferentes produtos turísticos, a Região de Turismo do Algarve identificou os mercados, tradicionais ou emergentes, em função das dinâmicas de procura registadas, das tendências e dos segmentos de aposta, os quais se expressam, sobretudo no reforço dos países europeus, mas também em mercados crescentes na América do Norte ou Brasil.

Figura 76 - Matriz de classificação dos mercados turísticos

	MERCADOS																			
	Reino Unido	Portugal	Alemanha	Irlanda	Países Baixos	França	Espanha	Bélgica	Polónia	Canadá	EUA	Itália	Suécia	Suíça	Brasil	Áustria	Dinamarca	Noruega	Finlândia	Rússia
MERCADO PRIORITÁRIO	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓													
MERCADO DE APOSTA								✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
MERCADO A MONITORIZAR																		✓	✓	✓

Fonte: Associação Turismo do Algarve in PMETA 2.0 (2020)

Para a promoção da competitividade e qualificação do destino turístico Algarve, importará traçar metas objetivas, mas ambiciosas, por ora, para 2023, que ajudem a trilhar o caminho de sustentabilidade proposto, num amplo e partilhado compromisso entre os diferentes atores regionais.

Figura 77 - Metas 2023 para o Turismo do Algarve

NÚMERO INDICADOR	INDICADOR	Valor de partida (2019) (*)	Meta 2023	Objetivo de crescimento (CAGR) 2019-2023	Objetivo de crescimento (%) 2019-2023
1	Dormidas totais de outubro a maio	9.436.291	9.680.998	0,71%	2,59%
2	Volts de golfe	1.350.127	1.375.028	0,46%	1,84%
3	Movimento de passageiros (Aeroporto de Faro)	9.009.170	9.144.308	0,37%	1,50%
4	Dormidas totais de estrangeiros	15.921.160	16.423.703	0,78%	3,16%
5	Dormidas totais do mercado interno alargado	6.164.884	6.551.431	1,53%	6,27%
6	Proveitos globais no Algarve	1.227.400.000	1.296.428.031	1,38%	5,62%
7	Estabelecimentos hoteleiros que otimizam o consumo de água	65% (*)	72%	-	+5 pp
8	Estabelecimentos hoteleiros que otimizam o consumo de energia	61% (*)	68%	-	+7 pp
9	Estabelecimentos hoteleiros que separam resíduos	64% (*)	69%	-	+5 pp
10	Colaboradores ao serviço da hotelaria com carácter sazonal	28,1% (*)	26%	-	-1,8 pp
11	Fornecedores locais no total do consumo dos estabelecimentos hoteleiros	68,4% (*)	71%	-	+2,6 pp

(*) Para os indicadores de 7 a 11, os últimos dados são referentes a 2017

Fonte: PMETA 2.0 (2020)

Dez desafios e oportunidades para o Turismo no Algarve

Por *Júlio Mendes e Manuela Guerreiro (Cinturs)*

Com a passagem da Economia de Serviços para a Economia da Experiência, sendo o turismo uma indústria que vende sonhos e experiências, abrem-se novos desafios e oportunidades para os destinos turísticos num contexto de crescente agressividade concorrencial.

1. Pensar no turista do amanhã. Conectado através de redes sociais e plataformas digitais assume-se cada vez mais como viajante em busca de experiências memoráveis. Passou-se para um novo paradigma assente na imprevisibilidade de um consumidor informado, exigente, e cada vez menos fiel às marcas e aos destinos.
2. Competir com base na diferenciação. Sensibilizar os *stakeholders* da cadeia de valor para a relevância do conceito de experiências associadas ao destino, considerando os atributos de atratividade, as características tangíveis e intangíveis, assentes no *sense of place* e interação entre turistas e população.
3. Reduzir a sazonalidade. A apetência crescente dos turistas por meios de hospedagem inseridos na vida real local, constitui uma oportunidade para o desenvolvimento turístico do interior do Algarve, com base em memórias sobre uma estada relacionada com a genuinidade dos locais.
4. Aprofundar as identidades locais. Pela preservação e valorização das identidades, da cultura e história locais, pela certificação de produtos e serviços no âmbito da oferta turística e o envolvimento profundo da população residente nas atividades turísticas.
5. Qualificar os sistemas as pessoas e os palcos. A qualidade percebida da experiência depende de uma estrutura complexa de fornecedores locais, que carece de uma Gestão Integrada da Qualidade (GIQ) no destino turístico, estimulando a cadeia de valor do destino.
6. Projetar um destino inteligente. O uso intensivo de tecnologias de informação por parte dos turistas constitui uma oportunidade, na recolha e divulgação de informação que contribua para a melhoria da qualidade da experiência turística, desenvolvendo a capacitação e inteligência do destino.
7. Desenvolver parcerias. A Governança no destino turístico deve estimular toda a cadeia de valor de modo a que ter uma visão holística. Importa dinamizar a coordenação entre os setores público/privado, assegurando mecanismos que levem à colaboração de todos nas estratégias de desenvolvimento e na tomada de decisão.
8. Experimentar o destino. A estratégia de reposicionamento do destino, deve refletir a ideia de que todos, compreendem e estão sintonizados com a visão experiencial do turismo, motivados para potencializar o imaginário acerca do lugar, facilitando a cocriação de experiências.
9. Práticas de gestão sustentável e ambientalmente responsável. A problemática das alterações climáticas tem contribuído para uma maior consciencialização dos consumidores sensíveis às questões ambientais, apostando em destinos verdes, na reutilização de recursos, na valorização do património e identidade dos lugares.
10. Promover a qualidade de vida dos residentes. Assume-se como o foco principal da estratégia de desenvolvimento turístico dos territórios. A sustentabilidade social passa por garantir o alargamento da atividade turística ao território, com uma oferta articulada e disseminada pela região ao longo do ano.

Assim, para o domínio do Turismo, a Agenda da FCT sobre “*Turismo, Lazer e Hospitalidade*” prevê que deverá desenvolver-se em torno de eixos, nomeadamente que valorizem o território, que potenciem a economia e o conhecimento e, ainda, que gerem redes e conectividade, apostando nos ativos diferenciadores do País, tais como, a história, a cultura e a identidade. Neste âmbito, os agentes regionais deverão privilegiar os seguintes domínios de investigação: Territórios e recursos; Cultura e globalização; Comportamentos e perfis; Competitividade e Sustentabilidade.

3.2.7.2 Mar

Na Agenda sobre o “*Mar*” as grandes áreas são o conhecimento integrado do oceano, a exploração responsável e sustentável dos recursos marinhos, a avaliação dos riscos naturais e antrópicos dos impactos das alterações climáticas de âmbito global e o desenvolvimento de medidas para a sua mitigação e por último o conhecimento do passado.

Os principais desafios para Portugal, no que diz respeito aos recursos marinhos e ao desenvolvimento sustentável, prendem-se com as pescas, a aquacultura, os recursos genéticos e compostos bioativos, as energias renováveis e também os recursos minerais e energéticos.

No subsector das pescas, face à possibilidade da futura escassez de recursos, o desafio será manter a sustentabilidade dos mesmos com base no conhecimento e tecnologia, mas também fomentar oportunidades associadas ao Turismo (rotas de pesca, turismo científico ou pesca desportiva). Na aquacultura a aposta poderá incidir no desenvolvimento tecnológico em mar aberto e também no uso de espécies adequadas às condições nacionais. Na exploração dos recursos genéticos o desafio será o mapeamento e caracterização destes recursos, avaliação dos impactos da sua exploração e a produção *ex situ*.

Na área das energias e recursos minerais, os desafios consistem também na sua identificação e mapeamento, no desenvolvimento da tecnologia e na avaliação e mitigação dos impactos associados à sua exploração.

Nestas duas grandes áreas de atuação: sustentabilidade e modernização da aquacultura, e recursos genéticos e produtos de elevado valor acrescentado, foram identificadas 6 grandes prioridades: segurança alimentar, rastreabilidade/certificação de origem dos produtos da pesca e aquacultura; novas formas de cultura e produção, novas dietas, novos produtos alimentares e valorização de coprodutos; aquacultura em mar aberto e sistemas de recirculação; produção de juvenis; biotecnologia azul; e, desafios tecnológicos e legais para mapeamento, exploração e valorização da biodiversidade (*hotspots*).

Tais prioridades permitirão colocar o País e a região na linha da frente fortalecendo a sua imagem e posição como líder em biotecnologias marinhas e tecnologia aquática.

Complementarmente dever-se-á avaliar e estimar o valor económico do património cultural marítimo existente, e ainda avaliar a contribuição dos ecossistemas marinhos e costeiros para a Conta Satélite do Mar, reforçando igualmente a promoção da literacia oceânica, elementos particularmente importantes no contexto de uma agenda Mar para as RIS3 nacional e regional.

Crescimento Azul no Algarve

Por *Alice Newton (CIMA)*

Numa lógica de uso sustentável dos recursos marinhos para o crescimento económico, da melhoria dos modos de vida e do emprego, preservando a saúde do ecossistema marinho, perspetiva-se o desenvolvimento da Economia Azul na região do Algarve, particularmente no contexto dos 5 setores identificados pela União Europeia para o Crescimento Azul: aquacultura, turismo costeiro, biotecnologia marinha, energia oceânica e mineração no fundo do mar.

No setor Aquacultura, uma estratégia regional de concentração num nicho de mercado para espécies nativas de alto valor, poderá suportar-se em espécies como a *Artemia*, *Ostrea edulis* (ostra plana), *Venus verrucosa*, *Holothuria nativa* (pepino do mar), *Echinoidea* (ouriço do mar), *Pollicipes pollicipes* (Perceves) e *Hippocampus* (cavalo marinho). A cultura de lulas juvenis, choco e polvo capitalizam a parte íngreme da curva de crescimento e os altos preços associados, impulsionados por eventual reconhecimento de denominação de origem. Promover serviços dos ecossistemas é um valor acrescentado adicional. Há também um grande potencial para o cultivo de algas e fitoplâncton.

O Turismo costeiro é o mais desenvolvido no Algarve, com grandes progressos na acessibilidade e gestão das praias, especialmente em linha com os galardões “Bandeira Azul” e “Costa de Qualidade”. O desenvolvimento de setores de nicho, sobretudo no ecoturismo, como observação de aves e cetáceos tem contribuído para diminuir a sazonalidade, importa porém monitorizar e estabelecer códigos de conduta. Os cruzeiros costeiros têm levantado questões como a segurança, pressão e capacidade de carga, que urge observar. Tem marinas de alta qualidade que poderiam acolher alguns eventos internacionais, por exemplo regatas e atrair turismo de iates costeiros.

A Biotecnologia marinha constitui um setor em crescimento com enorme potencial na região. Ex-alunos da Universidade do Algarve lideram o desenvolvimento deste setor, em áreas muito distintas, combinadas com a saúde, com a segurança alimentar ou a acústica submarina. Regista-se ainda uma grande oportunidade de associar este setor com a aquacultura, especialmente para o fitoplâncton, cujos bioprodutos têm uma ampla gama de aplicações na indústria alimentar, biocombustíveis, produtos de beleza e de cuidados pessoais, bem como para produtos farmacêuticos e biopesticidas.

Energia oceânica: o Algarve tem uma longa tradição de utilização da energia oceânica na forma de moinhos de maré. Claramente, há potencial para a geração de energia oceânica, seja maré, onda, corrente ou vento marítimo. A questão é como maximizar o desenvolvimento deste setor, preservando a integridade do fundo do mar e a estética da costa. A implantação de turbinas eólicas fixas no mar, não só pode destruir fundos marinhos, como perturbar espécies como aves e para além do mais podem causar intrusões visuais. Mais uma vez, existe muito potencial para conciliar, por exemplo, energia oceânica e a aquacultura.

Na região, a mineração no fundo do mar tem-se restringido à extração de areia e cascalho, existindo potencial para exploração dos nódulos de terras raras e de metais, existentes entre o Algarve e a Madeira, mas também para o sequestro de carbono em sedimentos marinhos. As licenças para exploração de petróleo e gás foram fortemente contestadas nos últimos anos, sobretudo pelos potenciais danos ambientais à integridade do fundo do mar e à biodiversidade marinha.

3.2.7.3 Agroalimentar

A atividade agrícola, pela sua territorialização e ligação aos fatores físicos, transforma a paisagem e confere-lhe identidade própria. O Algarve, de um modo geral, continua a ser uma região rural, muito para além do peso económico da sua agricultura. Foi o modo como evoluíram até hoje os sistemas agrícolas, e a forma como evoluirão no futuro, que vai continuar a moldar essa paisagem e a marcar essa identidade. Foi também, e é, em torno dessas práticas agrícolas, que se constituíram tradições, organizaram modos de vida, e se conferiu densidade ao território.

A agricultura (ou as agriculturas) de que falamos, é a que acrescentou aos elementos naturais da paisagem, os socalcos, terraços, muros de pedra, plantações de arvoredo diverso e espaçado na sua superfície agrícola, que é representada por mais de 95% das explorações existentes na região, sobretudo dependente do trabalho do produtor, de familiares e de algum trabalho eventual em determinados períodos do ano, que além das culturas permanentes, desenvolve também outras anuais, umas mais destinadas ao consumo próprio, outras mais vocacionadas para o mercado, e que ocupa cerca de um terço do território regional, considerando a sua superfície total.

Este é o seu verdadeiro peso estratégico: 12 mil explorações agrícolas, outras tantas famílias, 6% da população da região, que “respondem” por 165 mil ha da superfície total, pela coesão do território e por uma boa parte do frágil tecido económico existente no interior do Algarve.

É uma agricultura sobretudo de “sequeiro”, com tradição de utilização parcimoniosa dos recursos hídricos, habituada desde longa data a produzir para exportação, feita a partir de indústrias baseadas em produtos localmente produzidos e transformados (vinho, alfarroba, figo, amêndoa, laranja, ou cortiça, mel, mobiliário, medronho), que tem sabido tirar partido, ou da singularidade dos seus produtos, ou da antecipação que o clima lhe proporciona na chegada aos mercados.

Esta agricultura familiar (não no sentido “fiscal” do termo, mas no sentido sociológico do conceito) é complementada por um segmento de agricultura “de ponta”, vocacionado quase integralmente para exportação, em nichos como os frutos vermelhos, as ornamentais ou as flores, alguma horticultura, a produção de plantas, que também merece referência.

Apesar da resiliência destes sistemas e das comunidades que lhes estão associadas, da adaptabilidade que têm exibido ao longo dos muitos séculos pelos quais se têm perpetuado, eles têm sido objeto de fortes ameaças: climáticas (áreas suscetíveis à desertificação); demográficas (despovoamento, envelhecimento); económicas (falta ou inadequação de apoios públicos, mercados inexistentes ou pouco acessíveis, falta de recursos, variações desfavoráveis de preços relativos), mas também políticas (centralização, políticas públicas de desenvolvimento pouco favoráveis, falta de infraestruturas, complexidade na regulamentação).

Por um lado, embora com alguns solos com elevado potencial relativamente a algumas culturas, uma boa parte apresenta fraca aptidão agrícola. As áreas disponíveis não permitem encarar soluções extensivas e de escala. Tem também problemas de escassez de recursos hídricos que, embora naturalmente associadas ao clima mediterrânico, têm exibido tendência para pronunciado agravamento nos anos mais recentes.

Associado aos problemas demográficos gerais, a agricultura tem uma população particularmente envelhecida, com todos os problemas associados, e a escassez do fator trabalho limita igualmente as suas opções, ou obriga-a a depender de contingentes de mão-de-obra externa, maioritariamente precária.

Por outro, existem oportunidades que derivam da aceitação no mercado (regional, nacional ou externo) para a maioria das principais produções do Algarve ou da valorização dos produtos endógenos propiciada por programas como a *Dieta Mediterrânica* ou o *Prato Certo* no âmbito da iniciativa (Portugal - Inovação Social), que devem sustentar o aprofundamento de relações com os setores da hotelaria e restauração.

*dieta
mediterrânica e
consumos de
base local*

Também, as novas medidas que se vão desenhando para o futuro quadro comunitário de apoio, parecem ir ao encontro de muitas destas preocupações: promoção da bio-economia; manutenção da atividade produtiva em todas as regiões; vitalidade das zonas rurais; preocupações acrescidas pela biodiversidade e pela proteção de paisagens diversificadas, constituindo o *Pacto Ecológico Europeu* ou a *Estratégia Farm to Fork* exemplos muito significativos.

*pacto ecológico
europeu*

É fundamental o reconhecimento da multifuncionalidade das explorações, garantindo uma remuneração adequada aos serviços prestados no domínio da proteção do ambiente, dos recursos naturais ou outros, sendo necessário que a viabilidade destas explorações não assente exclusivamente em “transferências”.

Novos fatores de viabilidade e sustentabilidade têm também de ser introduzidos:

- otimização das infraestruturas de armazenamento de água, aposta clara na eficiência hídrica e no aproveitamento de origens alternativas de água;
- desenvolvimento de modelos de gestão agrícola adaptados e adequados aos sistemas tradicionais presentes na região, com recurso a práticas e tecnologias que promovam a produtividades e, ao mesmo tempo, garantam a conservação dos solos, a biodiversidade e a sustentabilidade hídrica;
- aposta no desenvolvimento de culturas regionais (seleção e desenvolvimento de variedades de fruteiras regionais, castas) mais adaptadas às condições edafo-climáticas;
- aposta no desenvolvimento das raças autóctones em sistema extensivo (vaca e cabra algarvias, ovelha churra);
- inovação ao nível do produto (*babyleafs*, microvegetais, flores comestíveis);
- desenvolvimento e divulgação de técnicas de rega eficiente;
- inovação ao nível dos processos (desenvolvimento tecnológico adaptado a diferentes escalas);
- divulgação de “boas práticas” em vários domínios;
- formação técnica em agricultura biológica, ou outros modos de produção compatíveis com a “estratégia” (CSA - *Climate Smart Agriculture*, SG – *Save and Grow*, ou outras práticas);
- reforço das cadeias curtas de comercialização e dos mercados de proximidade;
- reforço da participação da agricultura familiar nos processos de decisão;
- regulamentação que compatibilize a segurança alimentar e a fiscalidade com estes objetivos estratégicos;
- proteção dos solos agrícolas de outros usos.

A Agenda da FCT dedicada ao “*Agroalimentar, Florestas e Biodiversidade*” reforça as preocupações e aponta as tendências para 2030, que assentam no decréscimo populacional, no despovoamento das zonas rurais ou do interior, nos eventos meteorológicos extremos e na redução da precipitação, sendo necessário adotar práticas agrícolas e florestais sustentáveis e apostar na sua valorização comercial através da diferenciação de produtos. Devem existir medidas de mitigação da pegada ecológica (e hídrica) da produção, permitindo uma utilização mais eficiente dos recursos, promover uma alimentação mais saudável assente em produtos minimamente processados, criar novos produtos comercializáveis (vegetais, animais, microbianos ou outros), em linha com o desafio da Segurança Alimentar. De igual forma, dever-se-ão implementar tecnologias digitais e TIC no processo produtivo e no suporte à decisão, inovando nos produtos e processos de forma a valorizar a rusticidade e unicidade dos recursos agroalimentares.

Particularmente no setor agroalimentar, a implementação de princípios de economia circular, conduzirá à utilização integral dos recursos e à sua melhor valorização, reduzindo os desperdícios, valorizando os subprodutos e os resíduos, ainda, desenvolvendo soluções de apoio à gestão que permitam otimizar a produtividade das culturas e a já referida eficiência dos recursos. Será preciso desenvolver soluções energeticamente sustentáveis, e apostar nas novas tecnologias de sensorização, automação e robotização. Devemos ainda ter em consideração que a agricultura de precisão pode ter um retorno interessante, e no caso da fileira florestal é necessário internacionalizar, diversificar e aumentar o valor dos produtos.

3.2.7.4 TIC e Indústrias Culturais e Criativas

No setor das TIC estão em desenvolvimento duas Agendas Temáticas da FCT, uma em fase de pré-finalização, centrada no “*Trabalho, Robotização e Qualificação de Emprego em Portugal*”, e outra ainda em elaboração sobre “*Sistemas Ciberfísicos e Formas Avançadas de Computação e de Comunicação*”, que podem ser essenciais para a implementação e desenvolvimento de projetos como a *Região Inteligente Algarve* (RIA).

O *Projeto RIA* dinamizado pela CCDR Algarve em parceria com a Universidade do Algarve, a Região de Turismo do Algarve e CIM-AMAL, visa reforçar a capacitação e digitalização da economia, através da constituição de uma plataforma aberta de dados, que propicie o desenvolvimento regional. Para a implementação e operacionalização da plataforma RIA, encontra-se em estudo toda a componente tecnológica, quer da infraestrutura de servidores, armazenamento e redes, quer da plataforma (portais) que serão o “*front-end*” do projeto, mas também das interfaces inerentes à persecução da integração de qualquer outro software, hardware ou sensores que venham a ser incluídos. Dada a abrangência e multiplicidade de oportunidades criada por esta plataforma, optou-se por numa primeira fase avançar em duas frentes: *smart destination* e *smart mobility*, estando previsto o desenvolvimento dos respetivos planos de ação e modelos metodológicos.

As indústrias culturais e criativas (ICC) no Algarve, apesar da ligeira quebra em 2013, têm apresentado, no geral, uma taxa de crescimento ligeira, mas consistente. Em 2017 existiam na região 2.974 empresas culturais e criativas²¹, mais 32% do que em 2012, que absorviam 2% da população empregada, neste caso também com um ligeiro crescimento. A maioria

²¹ Estatísticas da Cultura 2018, INE

destas empresas exerce atividade nas áreas do teatro, música, dança e outras atividades artísticas, arquitetura, agências de publicidade, design, fotografia, e atividades de tradução e interpretação. Apesar de residual, destaca-se o crescimento da indústria cinematográfica, vídeo, produção televisiva e edição de música.

No atual contexto, constitui um desafio reaproximar a cultura da sua dimensão de agente qualificador e devolvê-la à sua vocação primeira, a de gerar mudança, a de gerar conhecimento e massa crítica, podendo as ICC desempenhar um papel relevante de aproximação, divulgação e valorização dos recursos e identidade da região.

Adicionalmente, como resultado do *Projeto CHIMERA* que contou com a colaboração do CRIA-UAIG e apoio do INTERREG MED, foram identificados alguns cenários que permitiram ter uma visão geral das dificuldades, mas também das oportunidades, do setor das ICC no Algarve, sendo de destacar que: a) apesar do crescimento da classe criativa na região, esta é maioritariamente constituída por profissionais independentes que não conseguem aceder a condições de trabalho e a mecanismos de apoio adequados ao seu perfil e reais necessidades, especialmente quando comparados com as TIC; b) o baixo nível cultural dos públicos, que contribui para a fraca valorização e procura destes serviços; c) apesar da existência de equipamentos e agentes culturais e criativos na região, a sua débil organização e interação condicionam negativamente a criação de massa crítica no setor, tal como o desenvolvimento de sinergias e projetos inovadores em colaboração; d) ausência de estruturas de governança intermédias independentes (com capacidade de decisão) e/ou de agentes intermédios que facilitem a articulação entre os diferentes agentes; e) défice de competências em gestão e marketing dos diferentes agentes culturais; f) desadequação dos mecanismos de financiamento, atendendo às reais necessidades e perfis dos profissionais deste setor, que é compreendido por integrar: arte, artes performativas e criativos, com as tecnologias de informação e comunicação, quando ambos apresentam modelos de negócio distintos.

*projeto CHIMERA
evidencia
oportunidades
para as ICC*

Neste quadro, foram identificadas diversas oportunidades a considerar para o desenvolvimento e crescimento do setor criativo na região:

- Mapear os diferentes *stakeholders* do setor e as respetivas ofertas;
- Reforçar o trabalho em rede entre os diferentes *players*, tanto dentro do próprio setor (cultura, criativos com TICE) como deste com os restantes setores de atividade (agroalimentar, turismo, saúde, entre outros), estimulando o desenvolvimento de projetos em colaboração;
- Capacitar o setor nas diferentes competências necessárias ao desenvolvimento e crescimento de um negócio;
- Reforçar o desenvolvimento de novas ofertas formativas (formais e não formais), atendendo às reais necessidades do setor e sistematizar a oferta formativa já existente;
- Desenvolver mecanismos de financiamento adequados aos perfis (microempresas e trabalhadores independentes com baixa capacidade de investimento) e necessidades específicas (aquisição de equipamentos, software, consumíveis, formação e consultoria) destes empreendedores.

Dieta Mediterrânica

Por *Grupo de Trabalho para a Salvaguarda da Dieta Mediterrânica*¹

A Dieta Mediterrânica (DM) é reconhecida pela UNESCO e pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como estilo de vida associado a um padrão alimentar de excelência a preservar. Enquanto herança cultural e civilizacional, no atual contexto da globalização e da padronização de hábitos, tem assumido interesse e importância crescentes, enquanto estilo de vida saudável que contribui para o bem-estar das populações e para o desenvolvimento sustentável, através da promoção do potencial endógeno como instrumento de valorização do território, dos seus recursos e produtos, com particular relevo para o País e para o Algarve.

Até 2030 prevê-se que os principais desafios para a região do Algarve, à semelhança de outras regiões com influência mediterrânea, sejam minimizar e contrariar o impacto das alterações climáticas, garantir a sustentabilidade dos recursos e segurança alimentar, a equidade na distribuição da riqueza e assegurar o desenvolvimento sustentável do território. A implementação das práticas preconizadas pela DM concorrem para dar resposta a estes desafios.

Estabeleceram-se assim quatro objetivos estratégicos, sendo o primeiro a valorização e preservação do património cultural, pela adoção de boas práticas na sua utilização e salvaguarda, levando ao desenvolvimento e crescimento sustentável das comunidades e da região. Assim, toma relevo a promoção de produtos e técnicas artesanais, a preservação do Património Cultural e Imaterial (acesso e usufruto) e a valorização e preservação da arquitetura tradicional. Importa assumir o património cultural como agente diferenciador e qualificador do turismo e das atividades económicas em geral.

O segundo, a valorização e promoção dos recursos autóctones, que contribuem para a preservação da biodiversidade característica da região e uso responsável dos recursos, nomeadamente através da valorização das espécies mais resilientes e da paisagem autóctone, da preservação da diversidade genética das espécies cultivadas e biodiversidade, da divulgação e gestão integrada dos recursos marinhos e costeiros, naturais e hídricos da região, face às ameaças das novas condições climáticas.

Outro objetivo será a consolidação do padrão alimentar mediterrânico como um modelo de alimentação saudável e sustentável. Este padrão alimentar resulta de uma permanente adaptação ao meio e à paisagem, equilibrado e com baixo impacto ambiental. Aqui importa promover a investigação aplicada sobre promoção da saúde, prevenção da doença, sustentabilidade e segurança alimentar, através de estratégias de educação alimentar dirigidas a diferentes públicos-alvo e o desenvolvimento e implementação de estratégias de capacitação e o fortalecimento do potencial transacionável dos produtos da DM pela valorização da produção local e tradicional.

O quarto objetivo diz respeito à valorização e reforço da transferência do conhecimento dos diferentes domínios da DM, sensibilizando os diferentes agentes regionais para a sua dimensão multidisciplinar e interdisciplinar e para a adoção real de estratégias de governança *bottom up*, cruciais para a salvaguarda do património mediterrânico da região. Será importante promover a investigação fundamental e aplicada nos domínios de atuação da DM, desenvolver e implementar um Observatório Regional, bem como iniciativas de educação e capacitação não formal para a sua promoção, ajustada aos diferentes atores regionais, promovendo a literacia em DM junto dos diferentes níveis de ensino.

¹ Ana de Freitas, Ana Lúcia Cruz, Anabela Romano, Célia Quintas, João Bernardes, Maria Palma Mateus, Nídia Braz

Na Agenda FCT sobre “*Cultura e Património Cultural*” as áreas em destaque são a regeneração patrimonial urbana, a sustentabilidade das paisagens culturais, a governança inclusiva e os modelos inovadores de negócio na área do património cultural.

*agenda FCT
Cultura e
Património*

Os desafios neste setor detalham-se em quatro temas enquadradores: Trânsitos Culturais (novo paradigma); Identidades e Memórias; Sustentabilidade e Ambientes em Mudança; Processos Criativos, Produção Cultural e Sociedade Plural, Língua, Tecnologias, Cultura Digital e Produção de Valor, cuja solidariedade se apresenta como um estímulo à inovação, à criatividade, à unidade na diversidade e ao desenvolvimento inclusivo do território e das pessoas no quadro nacional e internacional.

Neste âmbito, a Dieta Mediterrânica, património imaterial da Humanidade, pode e deve ser alavancado enquanto desafio societal a privilegiar no contexto da ciência e tecnologia.

Importará, ainda, estabelecer ligações entre o património cultural tangível, intangível e digital, bem como apostar em incubadoras criativas, potenciando o desenvolvimento de TIC aplicadas ao Património e ao Turismo. Sagres, enquanto Marca de Património Europeu (MPE), deve ser alavancada e potenciar o desenvolvimento de oportunidades multisetoriais, alimentando o imaginário em torno das Descobertas Marítimas, com forte vínculo territorial regional.

3.2.7.5 Saúde

Na Saúde a Agenda da FCT sobre “Saúde, Investigação Clínica e de Translação” as áreas em destaque são o envelhecimento populacional (ativo e saudável), a medicina personalizada e os biomarcadores, assim como a saúde digital e as tecnologias médicas.

*agenda FCT
Saúde*

Face ao reduzido número de anos de vida com saúde depois dos 65 anos, importa encontrar soluções para inverter essa tendência, apostando em novas formas de inovação (*User Innovation*), em que doentes, cuidadores informais, colaboradores externos e profissionais de saúde propõem soluções para resolver os problemas de saúde.

Envelhecer com saúde

Por **Sandra Pais** (DCBM)

A estrutura etária regional caminha a passos largos para um processo de envelhecimento, a que urge responder com medidas para os maiores de 70 anos. Na área da saúde e do apoio social, nomeadamente ao nível do aumento do número de camas em estruturas de apoio residencial e em unidades de longa duração, pelo alargamento dos serviços de apoio domiciliário e das unidades móveis de saúde supervisionadas pela ARS.

O envelhecimento populacional acarreta inúmeros desafios do ponto de vista da saúde, nomeadamente a polimedicação, o sedentarismo, a obesidade e a presença de várias comorbilidades, sendo necessário estudar e testar novos modelos de prestação de cuidados de saúde e de apoio social, com: i) o alargamento dos sistemas de saúde à distância, teleassistência e telemedicina; ii) a investigação em novas abordagens terapêuticas e/ou com potencial terapêutico nas áreas das doenças crónicas não transmissíveis, centradas na minimização do número de consultas, na gestão da farmacoterapia e em abordagens não farmacológicas como a dieta e/ou o exercício, procurando aumentar a autonomia dos doentes, a melhoria dos seus níveis funcionais e da sua qualidade de vida; iii) a investigação nos cuidados para a doença mental e demências; iv) a promoção de investigação e inovação na área do *digital health*; apoio ao desenvolvimento e implementação de sistemas de monitorização de parâmetros à distância; melhoria de registos eletrónicos, otimização e interação entre processos administrativos nos cuidados de saúde primários, hospitais, na rede nacional de cuidados continuados integrados, nas estruturas residenciais para pessoas idosas e nos lares residenciais para pessoas com deficiência e v) a melhoria da articulação e comunicação entre os cuidados de saúde e as estruturas de apoio social.

Este perfil de envelhecimento implica, também, respostas concertadas para criação de estruturas de reabilitação, cuidados paliativos e de apoio à hospitalização domiciliária; na promoção do aumento da participação cívica e da rede de cuidadores informais ou à promoção de programas de requalificação profissional que assegurem formação ao longo da vida que favoreçam o prolongamento da vida ativa e transição para a reforma

Há que aproveitar as amenidades do território (patrimoniais, turísticas e transportes) para fazer face ao significativo aumento do turismo no segmento +65 anos, potenciando oportunidades na denominada economia da longevidade/economia grisalha, e incentivando a modificação de estilos de vida através da promoção da atividade física e perda de peso, que condicionam e modificam a predisposição para as principais patologias associadas ao envelhecimento.

O envelhecimento demográfico no Algarve coloca igualmente um enorme desafio ao nível da falta de mão de obra e da necessidade de atrair jovens e imigrantes para a região. Para estes, será necessário identificar um conjunto de medidas de apoio à habitação, de incentivo à natalidade e à primeira infância, evitando assim um envelhecimento, também, na base da pirâmide etária.

3.2.7.6 Energias Renováveis

É fundamental desenvolver planos de médio a longo prazo que permitam à região capitalizar as suas vantagens competitivas no cenário atual de transição energética, seguindo uma abordagem *bottom-up* e recorrendo a metodologias com base nas melhores práticas.

A *Estratégia Regional para a Energia 2030* propõe um conjunto amplo de objetivos para o Algarve que passam, essencialmente, pela aposta intensiva na produção energética por fonte renovável e próxima do consumo; pela afirmação como primeira região europeia “*multiple microgrid*”, com implementação de projetos pioneiros e inovadores de produção limpa que potenciem o caráter demonstrador, acelerando e atraindo *startups* de base tecnológica (IoT, *data analytics*, e *smart energy*); pela promoção da digitalização interligando a *Smart Grid Strategy* às oportunidades das *Smart Cities*, e pelo desenvolvimento de recursos e soluções específicas no cruzamento dos domínios da energia, turismo, mar e TIC.

*aposta na
produção
energética por
fonte renovável*

A iniciativa *Culatra 2030 – Comunidade Energética Sustentável* pretende criar uma estação piloto em energias renováveis na Ilha da Culatra, posicionando o Algarve como centro de excelência em investigação e formação em energias renováveis, com vista à descarbonização da economia, através da criação de pontes efetivas entre a comunidade local, entidades públicas, a investigação no setor renovável e as empresas da região. Nesse sentido, a capacidade de projetos-piloto demonstrarem viabilidade técnica, económica e ambiental é primordial, em paralelo com as linhas de investigação a desenvolver em torno de questões práticas e suscetíveis de operacionalizar o projeto, quer em termos de produção de energia, quer em *storage* e gestão mais eficiente de energia. Com o apoio do secretariado da *Clean Energy for EU Islands*, a Culatra concluiu a sua agenda de transição energética, que urge agora implementar, em linha com a estratégia regional de energia para 2030.

Na Agenda FCT sobre “*Sistemas Sustentáveis de Energia*” as áreas de ID&I prioritárias incluem:

*agenda FCT
Energia*

- Cidades e edifícios inteligentes: suficiência e eficiência energética, nos espaços urbanos, no parque habitacional e de serviços (edifícios existentes e novos);
- Eficiência energética e sustentabilidade na indústria e na agricultura;
- O consumidor-produtor e o seu papel central na gestão avançada do sistema elétrico e na eficiência dos consumos;
- Digitalização do sistema elétrico, redes inteligentes (smart grids) e integração e otimização da geração renovável variável no tempo explorando soluções avançadas de flexibilidade operacional;
- Descarbonização da energia: produção de eletricidade e calor a partir de fontes renováveis;
- Novos combustíveis produzidos a partir de fontes renováveis (incluindo a solarquímica e o hidrogénio), biocombustíveis, e tecnologias associadas;
- Armazenamento de energia para produção de eletricidade e calor, incluindo o carregamento/descarregamento de baterias em veículos elétricos;
- Descarbonização da mobilidade e transportes em todos os setores.

Num sistema descarbonizado e descentralizado, todos os vetores energéticos funcionam de forma conjunta e harmonizada. Assim, deve ser dada especial atenção à descarbonização do gás natural, incorporando gases renováveis nessas redes, devendo o Algarve ser uma região piloto nesta matéria, acelerando a descarbonização do setor hotelaria, indústria e doméstico. No domínio dos gases renováveis deve também equacionar-se a questão da mobilidade, dinamizando-se um programa para acelerar a introdução de gases renováveis em frotas de transporte onde a existência de baterias não se afigura uma solução viável.

Sustentabilidade Energética

Por *Cláudia Sequeira e Francisco Calhau (ISE)*

Uma estratégia integrada para o desenvolvimento da região do Algarve pressupõe uma visão coordenada e abrangente, em que o tema Energia deve interagir, de forma sustentável, com as políticas económica, ambiental e de ocupação de solo, de forma realista e coesa, mas também ambiciosa e inovadora.

Para tal, sistematizam-se ações enquadradas em 4 vetores estratégicos, em que os setores público e privado asseguram funções distintas mas determinantes.

No Vetor 1 - Reduzir a pegada ecológica pela redução de impactos negativos (menos consumo, menos emissões, menos resíduos), destacam-se no domínio público, as ações inerentes à iluminação pública (melhor gestão e autonomia das redes) e as *smart-grid*, ligando as redes de energia a várias escalas, de micro e média produção, de forma a garantir menos perdas de energia por excedente, melhorando a sua resiliência e autonomia. No domínio privado, a adoção de um plano regional para implementação gradual de regras mais apertadas no que respeita ao consumo de energia, aquando de processos de licenciamento de construção de imóveis.

No Vetor 2 - Utilizar recursos disponíveis (energias renováveis e abordagem bioclimática) sublinham-se as ao nível do domínio público as ações que incentivem o investimento na produção e armazenamento de eletricidade aos níveis regional, municipal e local; a utilização da energia solar térmica, fotovoltaica e eólica nos edifícios públicos; a utilização de fontes de energia renováveis para produção de eletricidade, por exemplo, para processos de dessalinização de água do mar por osmose inversa; incorporação da produção de eletricidade renovável no licenciamento de espaços comerciais e unidades de alojamento turístico; eletrificação total da linha ferroviária do Algarve, privilegiando o transporte de mercadorias por via ferroviária - linha de alimentação elétrica sob base de produção de energia na região; aposta em redes de transportes elétricos, criando *charging stations* alimentadas por fontes renováveis e a promoção de I&D para outras formas de produção de energia disponível (marés, ondas, geotermia, atrito em pavimentos rodoviários). Para o domínio privado realça-se a aposta em soluções bioclimáticas para a construção (materiais de base local, arquitetura solar, isolamento natural das construções, ventilação natural para arrefecimento), reduzindo o consumo ligado a refrigeração via climatização mecânica, bem como a promoção da microprodução de eletricidade de base renovável, mas também na alteração dos ciclos e processos produtivos associados à indústria e aos serviços.

O Vetor 3 - Melhorar a pegada ecológica e o ambiente que nos rodeia (produzir, repor, compensar, melhorar), privilegia no domínio público, a aposta na produção generalizada de eletricidade de base renovável, a várias escalas, interligando as redes de forma a utilizar excedentes/variações noutras áreas, a armazenagem em baterias, a purificação do ar das cidades, a mobilidade local e regional, enquanto no domínio privado incide na promoção de uma política energética ligada à construção que vise a criação de um quadro urbanístico, que conduza à autossustentabilidade energética e promova o aproveitamento de construções existentes, sempre que possível.

Por fim, o Vetor 4 - Visão do conjunto - ciclo de vida (abordar todo o processo, desde a conceção, implementação, exploração e fim de vida) destacam-se no domínio público a promoção de soluções de indústria, agricultura, construção e turismo que se baseiem em recursos locais e no domínio privado, a exigência de que o licenciamento de uma construção, inclua uma análise de ciclo-de-vida da mesma, a 50 anos, evidenciando a neutralidade carbónica a longo prazo.

O turismo no Algarve pode beneficiar desta abordagem para efeitos de marketing, em linha com as temáticas da sustentabilidade, da baixa pegada ecológica ou da neutralidade carbónica, associadas ao destino turístico.

3.2.7.7 Economia Circular

Em linha com a *Agenda Regional para Economia Circular*, a região deve abraçar um novo modelo económico, baseado na inovação para a desmaterialização, obtendo dos recursos, maior valor e utilidade, pelo maior período possível. Para tal, foram estabelecidas áreas prioritárias e definidos potenciais de circularidade para o turismo, para a gestão de resíduos e para a pesca, definindo-se igualmente um vasto leque de propostas de ação, a implementar por diversos atores, de forma integrada e concertada.

*agenda regional
para a economia
circular*

Na Agenda FCT sobre “*Economia Circular*” pretende-se passar do conceito de fim-de-vida da economia linear para fluxos circulares de reutilização, restauração e renovação. Com incidência na governança e no território, no metabolismo urbano e regional, na consciencialização, no desenvolvimento de competências e de ferramentas, potenciando a aplicação vertical no design de novos produtos, processos e serviços; na gestão sustentável dos ciclos de recursos; na governança e território e nos novos modelos de negócio, comportamento e consumo. De igual forma, a aplicação transversal em educação e formação; nas tecnologias da informação e comunicação e na governança e instrumentos de gestão e política, refletindo-se tematicamente na consolidação de simbioses industriais, na promoção da bioeconomia circular e da afirmação de territórios mais circulares.

*agenda FCT
Economia
Circular*

Uma bioeconomia sustentável, em linha com o objetivo estratégico para o desenvolvimento das zonas rurais, na agricultura e na silvicultura, coloca oportunidades relevantes para o Algarve e para as atividades prioritárias inerentes aos domínios de especialização inteligente da RIS3 Regional, em linha com o referencial conceptual constante no Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PAC).

Para tais aplicações dever-se-á apostar numa abordagem coletiva, colaborativa e de *living labs*, envolvendo o sistema científico e tecnológico, as empresas, as autoridades, os utilizadores finais e a sociedade civil.

3.2.7.8 Alterações Climáticas

No contexto da Agenda FCT sobre “*Alterações Climáticas*”, que porventura constitui a mais transversal das agendas face aos domínios de especialização inteligente regional foram identificados quatro subtemas no âmbito da investigação: Sistema climático e Alterações Climáticas; Impactos, vulnerabilidades e riscos em sistemas e setores; Adaptação de sistemas e setores; e Mitigação e políticas de neutralidade carbónica. E dois subtemas de inovação: Inovação tecnológica de produtos, processos e serviços; e Governança, inovação institucional e societal.

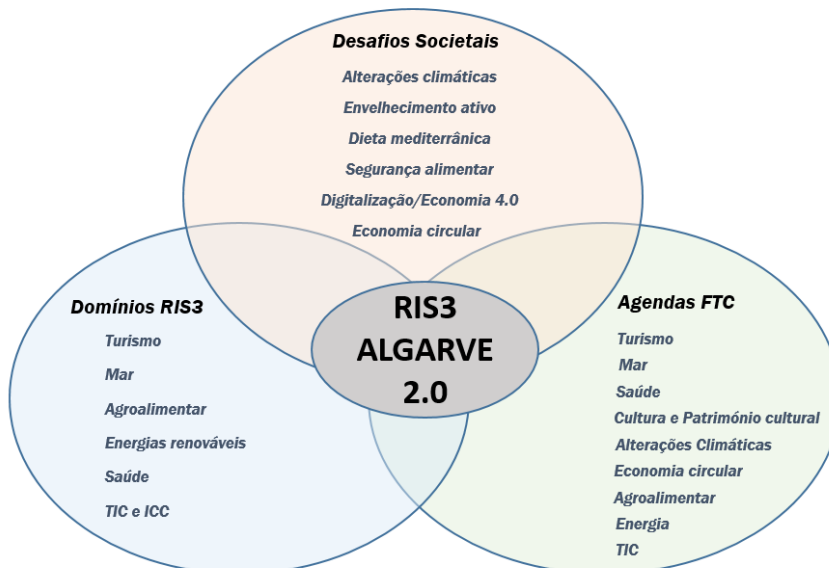
Neste âmbito face às vulnerabilidades ambientais do Algarve, ganham relevância questões como o aumento da capacidade de projeção e cenarização dos impactos das Alterações Climáticas, podendo no território regional encontrar-se espaço de afirmação para a constituição de *Living labs* para o estudo de medidas de adaptação e mitigação, com o devido carácter demonstrador, de avaliação e monitorização estratégica.

3.2.8 Abordagem sistémica da RIS3 Algarve 2.0

Da interação sistémica e multidimensional entre os domínios de especialização inteligente regional, os desafios societais identificados e as agendas da FCT cujas temáticas capitalizam o potencial de conhecimento e I&D instalado, preconiza-se o quadro conceptual da RIS3 Algarve 2.0, robustecida pela ciência e tecnologia, por atores, cada vez mais capacitados e por uma maior interação entre o meio empresarial e os centros de investigação, numa recíproca transferência de *know how* e conhecimento, imperiosa para a competitividade regional.

Em termos de resultados, a RIS3 não se concretiza num ciclo de financiamento, em particular num contexto de um ecossistema pouco maduro, como o do Algarve. Mas isso não impede que se atinjam os grandes objetivos da transformação para os quais a EREI contribuiu, nomeadamente o reforço do conhecimento inteligente, de progressão na cadeia de valor e de intensificação das práticas colaborativas. O lema da RIS3 Algarve é fazer do “velho” novo. Tal como foi sinalizado por muitos dos conselheiros, a estratégia da Região assenta em duas preocupações, por um lado ter a região a funcionar todo o ano, minimizando impactos da sazonalidade, e por outro, não ter menos turismo, mas fazer crescer os restantes domínios da economia regional. Para atingir estes objetivos, é fundamental uma RIS3 baseada em escolhas e com mais capacidade de afirmação e decisão regional, reforçando a presença em redes temáticas de conhecimento nos domínios mobilizados, com carácter consolidado ou emergente, potenciando a participação em *Clusters, Hubs*, Centros de Competências ou Grupos Operacionais, em setores tão distintos como o Mar, Agroalimentar, Saúde, Turismo ou TIC.

Figura 78 - RIS3 Algarve 2.0 - Abordagem multidimensional



Fonte: elaboração própria



Um Algarve mais verde e hipocarbónico

4. Um Algarve mais verde e hipocarbónico

O *Objetivo de Política 2 - uma Europa mais Verde e Hipocarbónica* presente nas *Recomendações do Semestre Europeu dirigidas a Portugal (COM)*, integra as dimensões da transição energética, da economia circular, da adaptação climática e da gestão de riscos, que assumem particular relevância no contexto regional.

4.1 Da crise à ação climática

Os alertas oriundos dos painéis internacionais de cientistas e os relatórios científicos publicados não deixam dúvidas de que o mundo enfrenta uma crise climática, sobretudo devido à rapidez e abrangência com que se prevê que as alterações ocorram. Os impactes nos ecossistemas e territórios e, conseqüentemente, na sociedade e economia, dependem da conjugação de diferentes fatores, desde logo os decorrentes das características e condições pré-existentes, incluindo a capacidade de adaptação e resposta. De acordo com o Relatório de Riscos Globais 2019²² do Fórum Económico Mundial, 90% de um painel de 1000 decisores consideram que as ameaças mais graves que se colocam nos próximos 10 anos são os eventos climáticos extremos e a possibilidade de insucesso das políticas de mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Sabe-se hoje que, mesmo que se alcançasse um corte drástico nas emissões atmosféricas antropogénicas, determinadas alterações em curso continuariam por muitas dezenas ou centenas de anos até se retroceder a um ponto de equilíbrio. Contudo, segundo relatório recente da Organização Meteorológica Mundial, em 2018 voltou a registar-se novo máximo na emissão de gases com efeito de estufa, o que, a par de outros registos que dão conta de recordes sucessivos da temperatura, coloca em causa a possibilidade de se cumprirem as metas definidas no Acordo de Paris. Em 2019 as alterações climáticas foram também consideradas como a terceira causa responsável pelo declínio da biodiversidade e pelo colapso dos ecossistemas.

É assim essencial reforçar a ação em termos de mitigação, mas é igualmente imperioso avançar-se para a implementação de medidas concretas de adaptação, com a consciência de que as mesmas não podem ser proteladas. Todo este processo implica uma corresponsabilização e uma abordagem obrigatoriamente transversal no que se refere aos agentes da mudança, às áreas a considerar e aos meios a mobilizar.

Significa isto que é necessário envolver e comprometer diferentes níveis de governação, cidades, empresas, escolas, famílias e cidadãos. Mas significa também, por exemplo, a necessidade de alterar modelos de produção e consumo, nomeadamente no que se refere à energia e à utilização de recursos e materiais - forçando a transição para uma economia mais circular, de reavaliar a intervenção no território e a ocupação e uso do solo, alterar opções e práticas associadas, nomeadamente, à floresta, agricultura, construção ou transportes e de consolidar a capacidade de resposta a riscos e ameaças.

Tendo presente a necessidade de mudança real e ação urgente, visando manter o aumento médio da temperatura global no limite de 1,5°C, “considerado cientificamente como o máximo admissível para minimizar disrupções gravosas associadas aos riscos e impactes

²² O relatório refere os resultados do mais recente “Inquérito à perceção dos riscos globais”, lançado pelo FEM

provocados pelas alterações climáticas”, a Comissão Europeia apresentou recentemente o *Pacto Ecológico Europeu*. O Pacto constitui a base da nova estratégia de crescimento, visando reduzir as emissões, aumentar o emprego, melhorar o bem-estar e garantir um planeta saudável para as gerações futuras, a partir de sete áreas de atuação prioritárias²³.

nova estratégia de crescimento assente no pacto ecológico europeu

Portugal tem elaborado, nos últimos anos, diferentes documentos estratégicos e instrumentos de política setorial (anexo 3) com orientações e metas, definindo linhas de ação e medidas a implementar para enfrentar este desafio global, sendo o Quadro Estratégico para a Política Climática, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030, a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, o Plano Nacional de Energia e Clima, o Roteiro para a Neutralidade Carbónica e o Plano de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P3AC) as principais referências nesta matéria.

4.2 A neutralidade carbónica como objetivo

Um dos compromissos assumidos pelo País passa por alcançar a neutralidade carbónica em 2050, o que pressupõe a redução das emissões de gases com efeito de estufa, a alteração dos padrões de produção e consumo energético e o aumento da capacidade de sequestro de CO₂. Para concretizar esse desígnio, foi desenvolvido o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), em articulação com o Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030). O compromisso de atingir a neutralidade carbónica significa alcançar um balanço neutro entre as emissões de GEE e o sequestro de carbono, tendo sido definidos diferentes vetores de descarbonização e linhas de atuação para uma sociedade neutra em carbono, considerando-se especialmente prioritários para o Algarve:

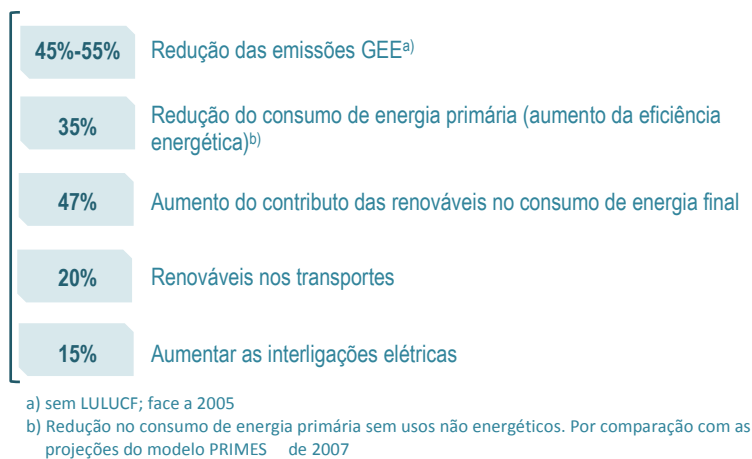
ação concertada para a descarbonização até 2050

- Promover a transição energética da economia: reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em todos os setores de atividade, designadamente energia e indústria, mobilidade e transportes, agricultura e florestas, resíduos e águas residuais e serviços;
- Dar prioridade à eficiência energética: reduzir o consumo de energia primária nos vários setores, apostar na eficiência energética e no uso eficiente de recursos, privilegiar a reabilitação e a renovação do edificado, promover a incorporação de materiais, tecnologias e equipamentos sustentáveis e inovadores, disponibilizando edifícios de emissões zero;
- Reforçar a aposta nas energias renováveis e reduzir a dependência energética: reforçar a diversificação de fontes de energia através de uma utilização crescente e sustentável de recursos endógenos, promover o aumento da eletrificação da economia e incentivar I&D&I em tecnologias limpas;
- Promover a mobilidade sustentável: descarbonizar o setor dos transportes, fomentando a transferência modal e um melhor funcionamento do transporte coletivo, promover a mobilidade elétrica, ativa e partilhada, a descarbonização do transporte de mercadorias e o uso de combustíveis alternativos limpos e de base renovável;
- Promover uma agricultura sustentável e potenciar o sequestro do carbono: reduzir a intensidade carbónica do setor, apostando numa agricultura de conservação e precisão, reduzindo as emissões associadas à pecuária e ao uso de fertilizantes, promovendo a dieta mediterrânica e o consumo de proximidade, e fomentar uma floresta equilibrada e resiliente, gerida de forma eficaz, contribuindo para aumentar a capacidade de sumidouro natural.

²³ A CE definiu como prioritária a atuação em torno da energia limpa, indústria sustentável, construção e renovação, mobilidade sustentável, biodiversidade, do prado ao prato e eliminação da poluição.

- Transitar para uma economia circular e de baixo carbono: alterar o paradigma de utilização dos recursos, abandonando o modelo económico linear, priorizando materiais e produtos mais duradouros e reutilizáveis, prevenindo a produção de resíduos, aumentando as taxas de reciclagem e reduzindo muito significativamente a deposição em aterro;
- Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento para a neutralidade nos vários setores de atividade;
- Promover o envolvimento da sociedade: incentivar a ação individual e coletiva, a adoção de comportamentos sustentáveis e a alteração dos padrões de produção e consumo a favor da sustentabilidade, designadamente através da educação e sensibilização ambientais.

A atuação concertada nas diferentes áreas é fundamental para se alcançarem as metas estabelecidas a nível nacional para 2030:



Embora as questões que hoje se colocam tenham ganho um cariz de urgência, o Algarve tem procurado alcançar o objetivo de ser uma região mais sustentável. Reconhece-se que há ainda muito caminho a percorrer, mas assinala-se que, nesta matéria e no atual período de programação, a região assumiu o compromisso de afetar cerca de 12,7% do orçamento do programa operacional regional, a que corresponde um valor indicativo de 40,6 milhões de euros, à temática das alterações climáticas, através de domínios que promovem a eficiência energética e a mobilidade sustentável.

No Algarve, nos últimos anos, observou-se um aumento da eficiência energética da economia. A relação entre o consumo final de “energia elétrica, de produtos de petróleo e de gás natural” e o PIB a preços correntes diminuiu, apresentando a região um desempenho mais favorável (66 tep²⁴/euro) do que o País (93 tep/euro), naturalmente influenciado pelo tipo de atividades aqui prevalentes. A evolução no setor empresarial regional foi assinalável; o consumo de energia final do setor face ao VAB (empresarial) passou de 65 tep/milhões €, em 2011, para 47 tep/milhões €, em 2017. Contudo, deve ter-se presente o bom desempenho da economia algarvia nos anos mais recentes, sendo importante avaliar a evolução dos consumos em termos absolutos.

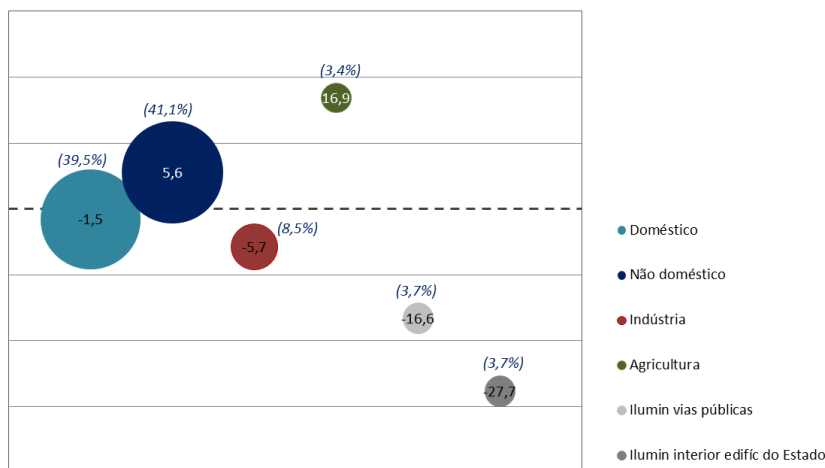
*aumento da
eficiência
energética da
economia
regional*

²⁴ tep – tonelada equivalente de petróleo

O consumo total de energia elétrica manteve-se praticamente inalterado (-0,6%) se compararmos 2017 com 2011, embora o número de consumidores tenha aumentado 3,7%.

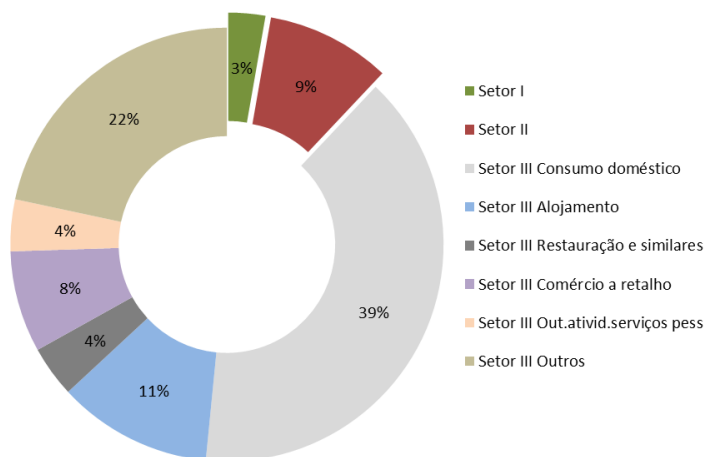
Cerca de 41% do consumo é originado pelo setor “não doméstico”²⁵ e 39,5% pelo “doméstico”, tendo-se registado uma subida no primeiro caso (5,6%) e uma descida no segundo (-1,5%). Na indústria, a terceira maior classe de consumo, registou-se contração de 5,7%, enquanto na “iluminação de vias públicas” e “iluminação interior de edifícios do estado” a descida rondou 23%. No conjunto das seis categorias, a agricultura apresenta o menor consumo, embora o mesmo tenha aumentado 17% entre 2011 e 2017, e de forma particularmente intensa entre 2016 e 2017 (63%). Dentro da categoria “não doméstico”, o alojamento, a restauração e o comércio a retalho originam 23% do consumo total regional.

Figura 79 - Algarve. Distribuição do consumo de energia elétrica em 2017 (% , fora do círculo) e taxa de variação 2011-2017 (% , interior do círculo), por categoria de consumo



Fonte: DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural

Figura 80 - Algarve. Distribuição do consumo de energia elétrica em 2017, por setor e atividade



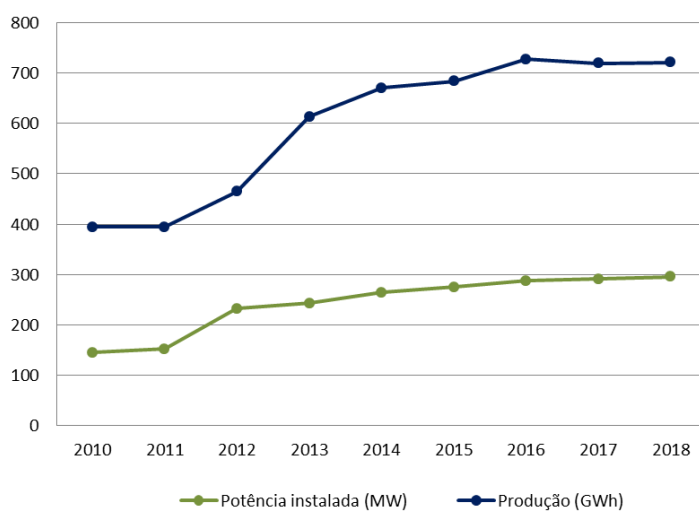
Fonte: DGEG

²⁵ Na categoria "Não doméstico", estão incluídos os consumidores de eletricidade em todos os setores económicos, exceto os consumidores particulares (doméstico), os consumidores da indústria, agricultura e transportes e também das novas categorias entretanto criadas ("Iluminação das vias públicas" e "Iluminação interior de edifícios do Estado").

Uma parte cada vez mais significativa da energia elétrica tem origem em renováveis. Em Portugal, o contributo das renováveis para a produção total de eletricidade alcançou 55,2% em 2018 e a potenciação da produção a partir destas fontes é considerada estratégica para a descarbonização do País.

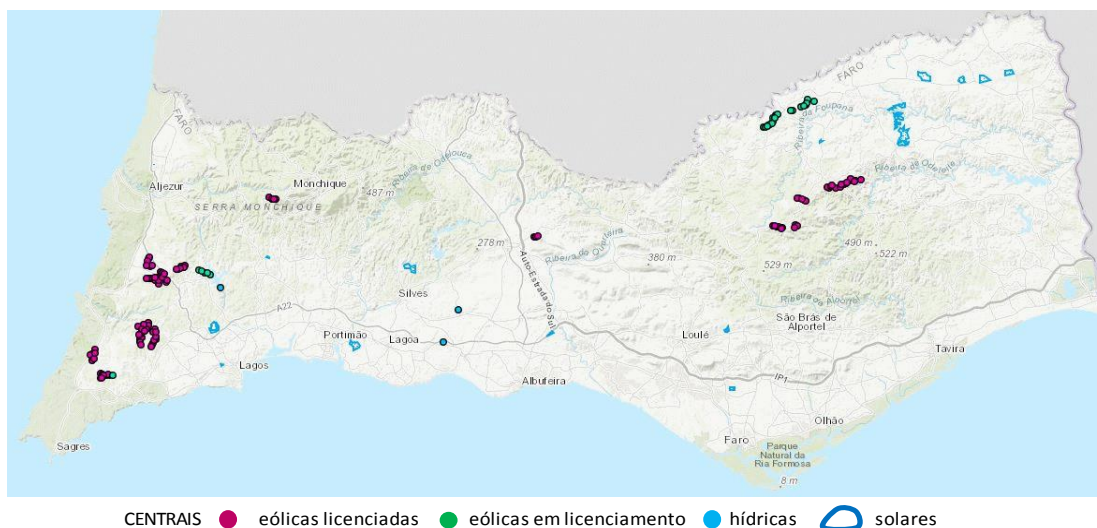
O Algarve também continua a apostar nesta via e, apesar de ter uma importância modesta na produção nacional de eletricidade “verde”, aumentou a sua quota de 1,4% para 2,4%. A potência instalada na região duplicou nos últimos oito anos e a produção aumentou 83%, com grande preponderância da eólica, que origina mais de 80% da produção total (2018), estando em curso o licenciamento de novas centrais. No caso das fotovoltaicas prevê-se um crescimento relevante no futuro próximo, embora não seja ainda possível aferir a potência a instalar e localização das centrais.

Figura 81 - Algarve. Evolução da potência instalada e da produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis



Fonte: Estatísticas Rápidas, nº178, agosto 2019, DGEG

Figura 82 - Algarve. Centrais de produção de energia a partir de fontes renováveis



Fonte: geoapps.dgeg.pt

Se considerarmos a energia elétrica produzida a partir de renováveis instaladas na região com o consumo aqui efetuado, numa abordagem puramente teórica, na medida em que não há uma relação recíproca efetiva entre energia consumida e produzida localmente, verifica-se que a eletricidade “verde” produzida na região corresponde a 32% dos consumos. Apesar da contenção verificada no consumo de energia elétrica, continua a ser imperativo promover o uso de fontes de energia renovável e fomentar a eficiência energética e a eco-inovação em todos os setores de atividade económica, no setor habitacional e nas infraestruturas e equipamentos públicos, num quadro global de reforço da implementação do que foi definido nas diferentes políticas setoriais relativamente às alterações climáticas, levando a que a preocupação “carbono e emissões” esteja obrigatoriamente presente nas decisões, opções e práticas dos vários setores e atores regionais.

A evolução dos consumos energéticos com base em combustíveis de origem fóssil divergiu da tendência observada na energia elétrica. Entre 2011 e 2017 observou-se um aumento de 14,6% nas vendas totais de combustíveis líquidos e gasosos. Nos três anos mais recentes, com a retoma da economia, a venda de gasóleo rodoviário, que corresponde a quase 58% das vendas, cresceu 20%. Essa situação também está bem expressa no consumo de combustível automóvel por habitante que passou de 0,60 tep/hab, em 2011, para 0,65 tep/hab em 2017, ao contrário do que sucedeu a nível nacional, onde se verificou um decréscimo e se regista atualmente um rácio de 0,57tep *per capita*.

aumento do consumo de combustíveis fósseis

Assinale-se ainda que, entre 2014 e 2018, se observou um crescimento do parque automóvel regional²⁶ (18,5%), superior ao ritmo do País (14%). Por outro lado, o número de veículos novos vendidos por 1000 habitantes é significativamente superior no Algarve (41,6 face aos 27 no caso de Portugal) e essa diferença acentuou-se nos últimos anos.

aumento do parque automóvel e do tráfego médio diário

A monitorização da mobilidade e transportes efetuada pela CCDR Algarve confirma a subida do tráfego médio diário face a 2017 em 11 dos 15 postos de contagem dos eixos rodoviários secundários (incluída a EN125) para os quais existe histórico.

Embora se desconheça a quota dos transportes coletivos rodoviários nestes fluxos, o número de passageiros-quilómetro transportados pelas empresas exploradoras de transportes terrestres aumentou globalmente quase 24% se compararmos 2015 e 2018, pese embora se verifique uma variação homóloga negativa face a 2017. No caso do transporte rodoviário o crescimento foi de 19,5%; no ferroviário alcançou 29%. A implementação de medidas de incentivo à utilização de transportes públicos, já em 2019, aparenta ter surtido algum efeito, pelo menos nalguns percursos, aguardando-se a disponibilização de informação que permita avaliar melhor os resultados do programa de apoio à redução tarifária.

redução tarifária estimula o número de passageiros no transporte rodoviário e ferroviário

Relativamente ao transporte de mercadorias é também maioritariamente efetuado por modo rodoviário. Nos últimos anos assistiu-se a um ligeiro aumento da proporção de viagens dos veículos pesados de mercadoria cujo local de carga é o Algarve, em resultado da recuperação económica, embora essa proporção (4,2%) seja discreta, comparativamente às demais regiões. A maioria dos movimentos ocorre dentro da região, considerando o peso da mercadoria transportada (79%) apenas em veículos pesados de mercadorias em transporte nacional. A restante mercadoria carregada localmente tem como destino principal a área metropolitana de Lisboa (10%) e o Alentejo (7,5%). Entre 2014 e 2018 verificou-se um incremento de cerca de 19% no peso das mercadorias com origem e destino na região.

²⁶ Considera-se o parque automóvel seguro; dados da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensão

Figura 83 - Peso (mil t) da mercadoria em transporte nacional nos veículos pesados de mercadorias, por local de origem e destino da mercadoria

Local de origem da mercadoria	Local de destino da mercadoria					
	Total	Norte	Centro	AMLisboa	Alentejo	Algarve
Total	132.933	40.495	43.205	30.147	14.140	4.946
Norte	38.192	31.053	4.862	1.299	898	80
Centro	45.849	6.512	31.118	5.496	2.439	284
AMLisboa	27.646	1.620	3.547	18.663	3.194	622
Alentejo	17.123	1.252	3.612	4.269	7.298	692
Algarve	4.123	58	66	420	311	3.268
Taxa var. face a 2014 (%)	19,6	107,1	22,2	45,8	-4,3	18,7

Fonte: INE, Inquérito ao transporte rodoviário de mercadorias

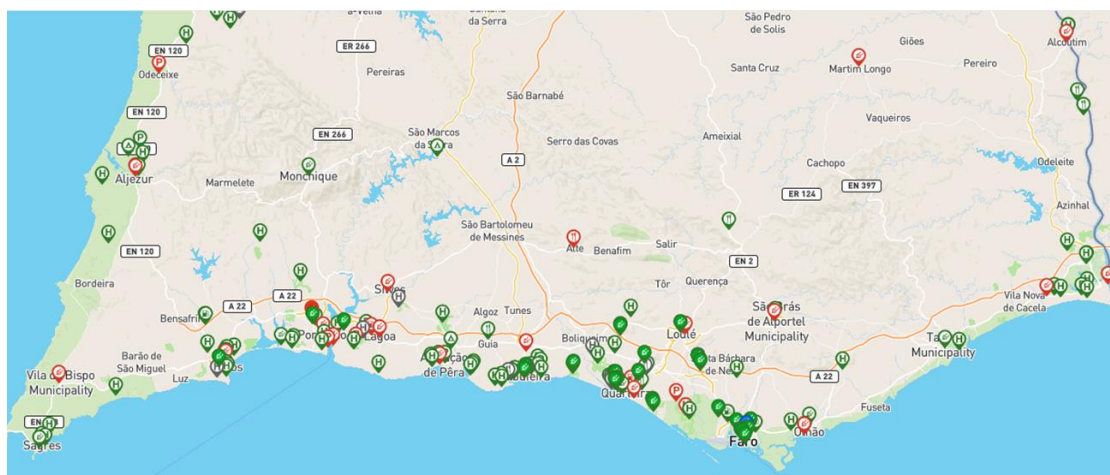
Ainda que exista pouca informação disponível sobre a mobilidade elétrica e a utilização de modos suaves nas deslocações trabalho/casa/escola, sabe-se que são insignificantes no conjunto dos movimentos pendulares, à semelhança do que ocorre no País.

Não se conhece o número de veículos automóveis híbridos ou elétricos em circulação ou registados na região, mas percebe-se um aumento da sua presença nas cidades. Algumas autarquias algarvias avançaram já para a compra de veículos elétricos de serviço mas a sua proporção nas frotas municipais é diminuta, estando em curso a 3ª fase do programa de apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública visando reforçar a aquisição de veículos “zero emissões”.

peso residual da mobilidade elétrica e modos suaves

O mesmo se verifica no setor empresarial, referindo-se como exemplo a aprovação de dois projetos no valor de 2,6 milhões de euros (com apoio comunitário) para compra de 15 veículos para duas empresas de transporte coletivo de passageiros, em Portimão e Albufeira, e o lançamento da primeira rent-a-car 100% elétrica, anunciado para 2020.

Figura 84 - Estações de carregamento de veículos elétricos



Fonte: www.electromaps.com

Ao nível da “infraestrutura” assistiu-se a desenvolvimentos significativos nos últimos anos. Existem cerca de 165 estações de carregamento para veículos elétricos, considerando todas as tipologias, isto é, rede Mobi.E e postos de carregamentos existentes em hotéis, parques de campismo, restaurantes, centros comerciais e estações de serviço. A sua distribuição geográfica é, naturalmente, mais concentrada no litoral entre Faro e Lagos, sendo importante densificar a rede na zona Sotavento e garantir maior cobertura nas zonas de baixa densidade.

A transição para uma sociedade descarbonizada obriga a repensar a cidade e as opções urbanísticas das últimas décadas, fortemente influenciadas pela omnipresença do automóvel; implica, uma visão informada sobre os efeitos esperados das alterações climáticas e um planeamento e ações integradas e consequentes, no que respeita a corredores de mobilidade. A pequena dimensão das cidades e vilas algarvias e, em muitos casos, a sua proximidade a zonas-dormitório periféricas, ou entre localidades, bem como a altimetria suave, são um dos aspetos que favorece a alteração dos padrões de deslocação pendular.

*repensar a cidade
para suscitar a
alteração dos
padrões de
mobilidade*

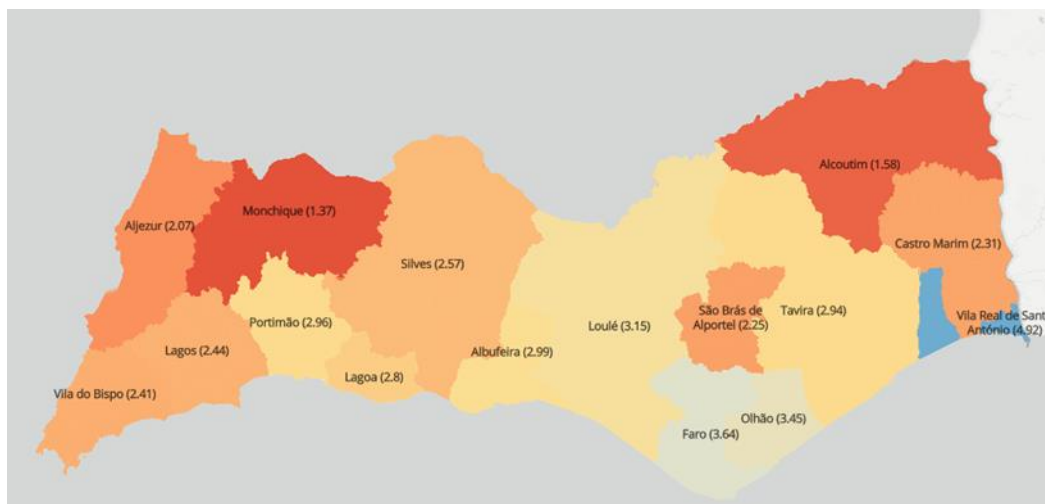
Torna-se por isso premente a aceleração da construção de vias dedicadas e reajustamento/adequação de espaços existentes que facilitem e incentivem a deslocação a pé e utilização em segurança de modos alternativos de deslocação em espaço urbano, incluindo zonas de estacionamento, iniciativas que já estão previstas no PAMUS Algarve. Apesar da maioria dos concelhos algarvios já dispor de ciclovias, elas são sobretudo não dedicadas e orientadas para o lazer. Veja-se a título de exemplo a Ecovia/Ciclovía Litoral Sul, que atravessa os centros urbanos de Sagres a Vila Real de Santo António ou as rotas associadas à Costa Vicentina e ao Guadiana. Assinale-se que a Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030 estabeleceu como meta alcançarem-se os 10 mil km de ciclovias e 7,5% de deslocações em bicicleta em 2030, sendo para tal necessário introduzir corredores dedicados, redefinindo prioridades de ocupação dos espaços urbanos.

Relativamente à oferta de modos ligeiros e suaves, tem-se assistido à introdução gradual de sistemas de utilização partilhada nalguns concelhos, pese embora a existência, ou inexistência, de condições de circulação e de segurança possa influenciar o nível de adesão a estes modos alternativos. Do levantamento efetuado, foi possível identificar três concelhos com iniciativas já implementadas ou a implementar no corrente ano:

- Lagoa: 21 bicicletas de aluguer, distribuídas por Ferragudo, Carvoeiro e Sr^a da Rocha
- Loulé: Vilamoura - 200 bicicletas de aluguer, 32 estações de estacionamento; Vale do Lobo - 30 bicicletas elétricas de aluguer, 5 estações de estacionamento; Quarteira – 5 estações de estacionamento; bicicletas gratuitas de uso partilhado na Escola Profissional de Alte, Agrupamento de Escolas Dr.^a Laura Ayres, em Quarteira e Escola EB2,3 Dr. António de Sousa Agostinho, em Almancil; cidade de Loulé – Lançado concurso para bicicletas de uso partilhado em Março de 2019
- Faro: 200 trotinetes elétricas de aluguer, estando em curso concurso para aquisição de bicicletas para uso partilhado; Universidade do Algarve – 100 bicicletas gratuitas para utilização pela comunidade académica, sob a forma de empréstimo temporário.

Em 2019 foi lançada a ferramenta *Bike Friendly Index*²⁷ (BFI) que mede o quanto cada concelho é “amigo” da utilização de bicicleta enquanto modo de transporte urbano.

Figura 85 - *Bike Friendly Index* 2018 (PT=2,3)



Fonte: Figueiredo, A.P. e Vale, D.S. (2018) *BikeFriendlyIndex* – Um índice para avaliação da amigabilidade de um concelho para a utilização da bicicleta enquanto modo de transporte urbano

Vários concelhos do Algarve apresentam um índice acima da média nacional (2,3). Em Faro, Loulé e Vila Real de Santo António, únicos concelhos para os quais é disponibilizada informação detalhada, é fornecida a indicação da existência de 42,8 Km de ciclovias urbanas. No entanto, a proporção da população que utiliza bicicleta é insignificante, não chegando a 1% nos dois primeiros casos, subindo para 3,9% em Vila Real de Santo António, colocando-se a questão da adequação das infraestruturas às necessidades e deslocações quotidianas, assente num planeamento coerente e integrado de vias que permita reforçar a segurança e aumentar a confiança dos cidadãos para adesão aos modos suaves.

A evolução do consumo de combustíveis e o grau de motorização não pode ser dissociada do contexto de crescimento económico dos anos mais recentes e do aumento da confiança dos consumidores e agentes económicos, que torna mais expansivos. Há ainda que ter presente a dimensão turística do Algarve e o aumento da procura, assinalando que o crescimento do parque automóvel absorve o efeito da forte expressão regional das agências de aluguer de automóveis que apresentam uma elevada taxa de substituição da frota. A população turística contribui, assim, de forma decisiva para o aumento dos consumos, enviesando fortemente as avaliações *per capita*.

*atividade turística
influencia
consumos e
crescimento
económico*

Apesar da tecnologia automóvel ter evoluído, do aumento das vendas de híbridos e elétricos (neste último caso, com Portugal a posicionar-se como o 6º País do mundo com maior número de carros vendidos) e das medidas visando promover uma maior utilização de transportes públicos²⁸ e de modos suaves, os fatores crescimento económico/procura

²⁷ Bike Friendly Index – “o índice é composto por 5 dimensões, aferidas através de um conjunto de 12 indicadores medidos para os concelhos de Portugal Continental. Mais informação em www.bikefriendlyindex.com

²⁸ A proposta de Orçamento de Estado para 2020 para além da continuidade do apoio à mobilidade elétrica na Administração Pública, propõe a criação de um Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público, através da disponibilização anual de um montante máximo de 15 milhões de euros

turística e a grande preponderância da utilização de transporte rodoviário, em especial o transporte particular, podem condicionar a redução significativa do consumo de combustíveis fósseis nos próximos anos e, conseqüentemente, das emissões de CO².

Em termos regionais há trabalho já desenvolvido com enfoque nesta área: o *Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Algarve*²⁹ (PIAAC Algarve), relativamente à mobilidade e transportes, assinala, nomeadamente, os impactos nas infraestruturas de transporte e nos utilizadores/utentes dos transportes, com base no “agravamento [esperado] na maioria dos parâmetros climáticos com relevância para o setor”; o *Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável no Algarve* (PAMUS)⁵ apresenta um conjunto bem definido de objetivos e de medidas específicas a serem implementadas ao nível local, com base no diagnóstico e cenários identificados, sendo particularmente relevantes para a descarbonização a concretização das medidas relacionadas com os objetivos estratégicos:

*PIAAC Algarve e
PAMUS
concretizam
abordagem
regional*

I - Melhoria de eficiência energética e ambiental do setor dos transportes

III - Melhorar a eficiência e eficácia do transporte de pessoas e bens

IV - Promover padrões de mobilidade mais sustentável pela aposta no transporte público e nos modos suaves

V - Promover a racionalização da utilização do transporte individual (e a melhoria da segurança nas deslocações)

Para além do que são as competências e atribuições dos municípios e da Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), esta última constituída como Autoridade Intermunicipal de Transportes, nomeadamente em termos de serviço público de transporte rodoviário de passageiros inter-regional, existe um conjunto de outras medidas e investimentos que urge implementar na região, no sentido da descarbonização, de acordo com o preconizado nos diferentes documentos orientadores e planos de ação.

Desde logo, é necessário alterar a atual oferta ferroviária na linha do Algarve para uma versão mais “verde”, acompanhando-a da melhoria do serviço, de forma a aumentar a procura e utilização deste meio de transporte, quer por turistas, quer por residentes nas deslocações diárias entre localidades próximas. O investimento na eletrificação da via está previsto no *Programa Ferrovia 2020*, estando a decorrer o procedimento de Avaliação do Impacto Ambiental dos troços Faro – Vila Real de Santo António e Tunes-Lagos.

De igual modo, importa implementar soluções mais ligeiras de transporte coletivo adequadas à procura, em termos de horários e sazonalidade, principalmente entre locais de residência e polos empregadores ou outros de dimensão significativa, como por exemplo o aeroporto de Faro, onde trabalham alguns milhares de pessoas, o campus universitário e o complexo hospitalar em Gambelas, ou grandes áreas comerciais instaladas na região.

O incentivo à partilha de automóvel particular para deslocações inter-concelhias mais longas e com menor oferta de transporte coletivo é outra modalidade que deve merecer atenção.

²⁹ Estudo coordenado pela AMAL

Existem já diversas plataformas em funcionamento, mas utilizadas sobretudo para deslocações esporádicas e entre regiões. Ainda nesta linha, merecerá reflexão a eventual criação de uma plataforma regional para partilha de carros dos diversos níveis da administração pública, destinada às deslocações em serviço, mas também o transporte a pedido para colmatar falhas de cobertura.

As vias para se garantir a diminuição das emissões dos GEE são várias e têm que ser articuladas, promovendo o envolvimento e potenciando sinergias a várias escalas e em todos os setores. Neste sentido, para além das mudanças no campo da mobilidade e transportes é preciso avançar noutras direções, incluindo a desmaterialização e a digitalização de serviços, incluindo o fomento do teletrabalho nos casos em que tal seja viável, a introdução de materiais e tecnologias mais eficientes, duradouras e suscetíveis de maior circularidade, e o reforço da economia de proximidade através da promoção das cadeias curtas de produção, distribuição e consumo, que a pandemia do COVID 19 veio acelerar e colocar na agenda como uma necessidade efetiva.

*aposta na
desmaterialização
e digitalização de
serviços*

4.3 Promover a adaptação aos efeitos das alterações climáticas

As alterações climáticas geram efeitos e impactos que afetam os territórios ao nível ecológico, social e económico, provocando perdas substanciais em vários setores de atividade, na saúde humana, segurança de pessoas e bens, bem como em territórios específicos mais expostos como as zonas costeiras. Sendo as alterações climáticas um processo bastante complexo e com elevados riscos para o ser humano, ecossistemas e bens materiais, torna-se vital promover a adaptação a nível local, de forma estruturada, através da implementação de medidas efetivas que permitam diminuir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência dos sistemas e da sociedade.

*resiliência e
necessidade de
adaptação*

De acordo com as projeções de diferentes cenários climáticos, Portugal apresenta-se particularmente vulnerável no contexto dos países europeus, sendo algumas dessas vulnerabilidades mais marcadas no Algarve. Segundo Filipe Duarte Santos³⁰, um dos principais peritos portugueses em alterações climáticas, “*Estamos a ficar com o clima próximo de Marrocos, da Argélia ou da Tunísia e o Algarve está na linha da frente*”³¹.

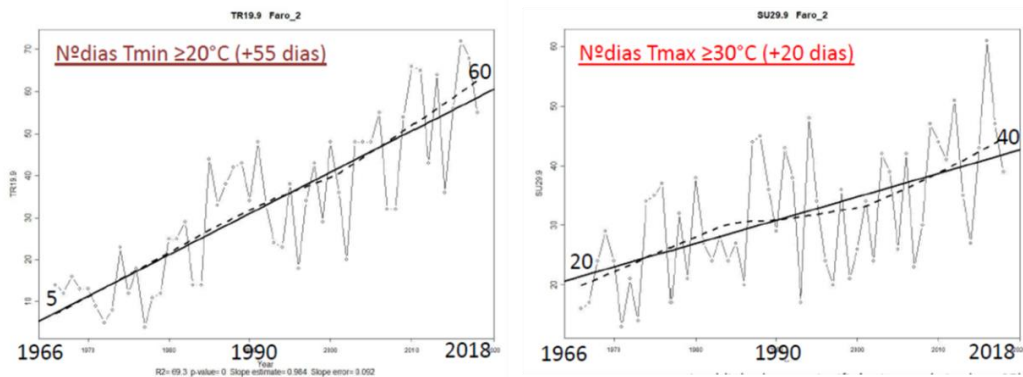
Os dados históricos dos últimos 52 anos, relativos às diferentes variáveis climáticas medidas na estação meteorológica de Faro, traduzem de forma objetiva as mudanças em curso, ainda que noutras áreas do território regional a tendência desta evolução possa ser mais vincada.

A subida da média da temperatura mínima (+3º entre 1966 e 2018) corresponde à evolução mais marcada. Os registos indicam um aumento dos dias com temperatura mínima $\geq 20^\circ$ e dos dias com temperatura máxima $\geq 30^\circ$, a diminuição do número de noites e de dias frios e o aumento do número de noites e de dias quentes. Os valores referentes à precipitação anual apresentam uma descida de 7% e um aumento dos dias secos consecutivos, enquanto os registos (1941-2017) da estação de Vila Real de Santo António confirmam o aumento da frequência e intensidade de secas.

³⁰ Filipe Duarte Santos é Presidente do Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e liderou a equipa responsável pela elaboração do Plano Intermunicipal de Combate às Alterações Climáticas do Algarve, estudo encomendado pela Associação de Municípios do Algarve

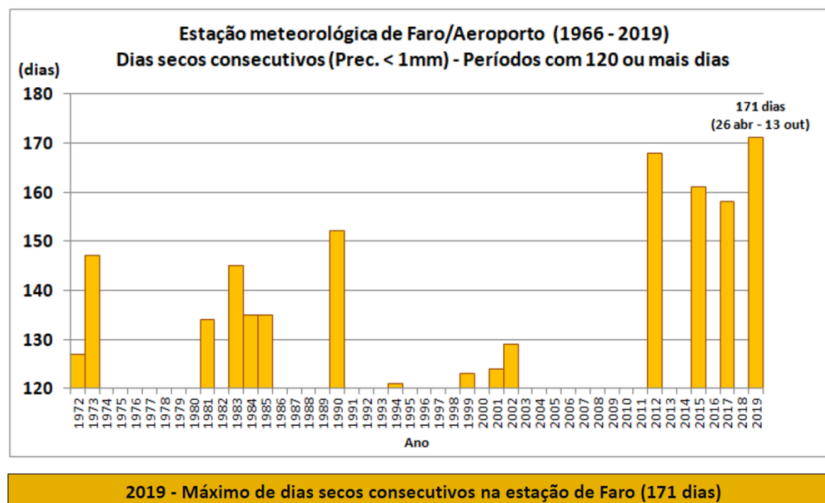
³¹ in Revista de Imprensa do Jornal Económico, 22 Março 2019

Figura 86 - Evolução dos dias com temperatura mínima $\geq 20^\circ$ e máxima $\geq 30^\circ$ na estação de Faro



Fonte: IPMA, 2020³²

Figura 87 - Evolução dos dias secos consecutivos na estação de Faro



Fonte: IPMA, 2020

De acordo com dados da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação que avaliam o índice de aridez 1980-2010³³, parte significativa do território está classificado como semi-árido e sub-húmido seco. Esta condição, que é mais marcada no Sotavento e, sobretudo, no nordeste da região, está muito associada aos níveis de pluviosidade, humidade e temperatura, que se interligam com a vertente do coberto florestal.

Sotavento mais vulnerável no índice de aridez

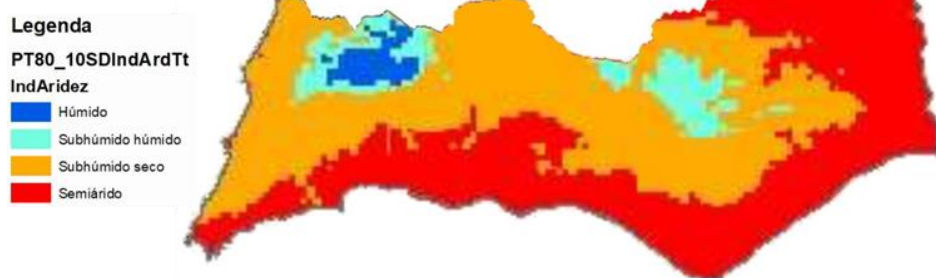
O Resumo não técnico do PIAAC Algarve³⁴, assinala que a oscilação esperada das variáveis climáticas terá um maior impacto nestas áreas, mas toda a região enfrentará uma diminuição dos valores da precipitação média acumulada e uma alteração da sua distribuição ao longo do ano, prevendo-se uma duplicação do número de meses em seca e o aumento ainda mais pronunciado dos períodos de seca extrema, ao mesmo tempo que é expectável a ocorrência mais frequente de chuvas torrenciais.

³² Gráficos constantes na apresentação “Alterações climáticas verificadas e clima futuro em Portugal e no Algarve”, efetuada na VI Reunião do Conselho Local de Acompanhamento da estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas de Loulé por Álvaro Pimpão Silva, do IPMA

³³ Dados e figura 88 constantes na apresentação “Grandes traços da desertificação em Portugal no último meio século”, Lúcio do Rosário

³⁴ PIAAC Algarve - Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas, AMAL (2019)

Figura 88 - Índice de aridez 1980-2010



Fonte: Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação

De igual modo, as diferentes projeções estimam um aumento significativo das médias da temperatura mínima, média e máxima que, nalgumas zonas do Algarve, e no final do século, podem atingir +3,7°C, no primeiro caso, e +4°C no caso da máxima, circunstância que promoverá maior evapotranspiração, maior défice hídrico e um acentuar do índice de aridez. Paralelamente, é previsível um aumento substancial da frequência, intensidade e duração de fenómenos como as noites tropicais e as ondas de calor.

Em termos hídricos, a região caracteriza-se por uma grande variabilidade interanual da precipitação e por uma distribuição bastante irregular nos diferentes meses do ano.

A disponibilidade de água para as diferentes atividades socioeconómicas, com picos de consumo sazonais desfasados dos períodos de maior precipitação, assenta forçosamente na capacidade de regularização existente. Até há cerca de 3 décadas essa regularização era garantida, essencialmente, através dos reservatórios naturais subterrâneos. Nos anos 90 iniciou-se a consolidação da rede de grandes barragens, que culminou com a construção da barragem de Odelouca em 2010. Estes reservatórios artificiais têm uma capacidade de armazenamento total de cerca de 445 hm³ e são hoje a principal origem de água para abastecimento público, garantindo cerca de 25% das necessidades totais de água para a rega agrícola na região.

*preocupação com
disponibilidade
hídrica*

Nos últimos anos a região tem estado em situação de seca moderada a extrema em praticamente todos os meses e em toda a região. Tem-se observado um agravamento das características do regime hídrico das linhas de água, maioritariamente intermitente, o reforço dos episódios torrenciais e, também, uma tendência para uma menor recarga dos aquíferos. No caso das albufeiras, embora a situação apresente maior gravidade no Sotavento, assiste-se com maior frequência à descida do volume de água armazenada. Segundo dados divulgados pela APA, a água disponível nas barragens do Algarve, em outubro e novembro de 2019, apresentava os níveis mais baixos, ou dos mais baixos, da série histórica.

A seca hidrológica na região do Algarve assume hoje um caráter estrutural com tendência de agravamento devido ao efeito expectável das alterações climáticas. Apesar do aumento de resiliência obtido com o reforço da capacidade de regularização, a região continua vulnerável a períodos prolongados de seca, com a situação de grave escassez vivida em 1995 e 2005 novamente a repetir-se. Esta circunstância resulta do aumento dos consumos e também da redução dos valores da precipitação, com destaque para a última década.

A mudança de paradigma na utilização do recurso água impõe-se face à evidência da insuficiente eficácia das medidas até agora adotadas, sendo, por isso, necessário repensar e encontrar novos caminhos em estreita articulação entre a administração, os utilizadores e a comunidade científica, em termos de planeamento, gestão e consumo. A resposta ao problema estrutural da seca tem necessariamente de incorporar, em primeira linha, o reconhecimento, pela sociedade e pelos agentes económicos, da escassez do recurso, e a urgência de alterar comportamentos e opções que conduzam ao uso mais parcimonioso do recurso e a um crescente compromisso com a eficiência hídrica.

Neste sentido está atualmente em elaboração o *Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve*, cuja primeira fase se inicia com o estabelecimento das suas bases, envolvendo os principais *stakeholders*, através da identificação dos fatores críticos e de soluções, numa análise atenta às diferenças de matriz geográfica, administrativa e multisetorial dos utilizadores com maior expressão. Pretende-se que o plano contribua efetivamente para um aumento da eficiência da procura nos setores agrícola, turístico e urbano, encontrando-se em curso, num processo participado, a definição de medidas de curto prazo (2020-2021), médio prazo (2022-2026) e longo prazo (a partir 2027).

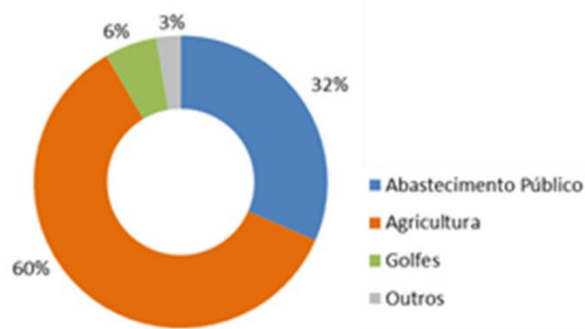
No contexto de escassez, atual e futuro, expresso em todos os cenários climáticos, constitui um desiderato para a região diminuir as necessidades de água para as atividades humanas e económicas instaladas, para garantir o desenvolvimento sustentável. Urge, assim, considerar a eficiência hídrica como eixo estratégico transversal a todas as políticas setoriais regionais, ficando a sua operacionalidade traduzida em critérios ou condição de aprovação de projetos, elegibilidade de financiamentos de medidas de eficiência hídrica no quadro das diversas políticas setoriais, bem como financiamento específico para implementação de medidas de uso eficiente da água, em estreita articulação com os financiamentos para a reabilitação e regeneração urbana das cidades.

*escassez atual e
futura de água*

Concomitantemente, com a definição e implementação das medidas de eficiência hídrica, será necessário avançar para a concretização de soluções que otimizem as infraestruturas de armazenamento existentes e para o aproveitamento de origens alternativas com o objetivo de aumentar a resiliência do abastecimento público e a oferta às demais atividades, no médio e longo prazo. Neste contexto, assume especial destaque a reutilização de águas residuais tratadas que, no curto e médio prazo, terá efetivamente que constituir-se como uma origem de água para usos específicos (rega de campos de golfe, espaços verdes ou usos urbanos menos nobres).

Os valores estimados de consumo de água no Algarve correspondem a 225 hm³/ano, sendo que este volume poderá vir a ser atualizado na sequência da revisão do PGRH, da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Em termos globais, a água disponibilizada provém de origens superficiais e subterrâneas em semelhante proporção. O volume mais significativo de água, cerca de 60%, destina-se à agricultura e, neste caso, a sua origem é sobretudo subterrânea (75%), enquanto no abastecimento público 94% provém das albufeiras. Considerando a importância dos consumos agrícolas, torna-se premente repensar as opções estratégicas neste setor, nomeadamente o crescente recurso ao regadio, garantindo a devida retribuição dos produtores e a valorização dos produtos sem colocar em causa a sustentabilidade ambiental e hídrica.

Figura 89 - Distribuição do consumo de água no Algarve



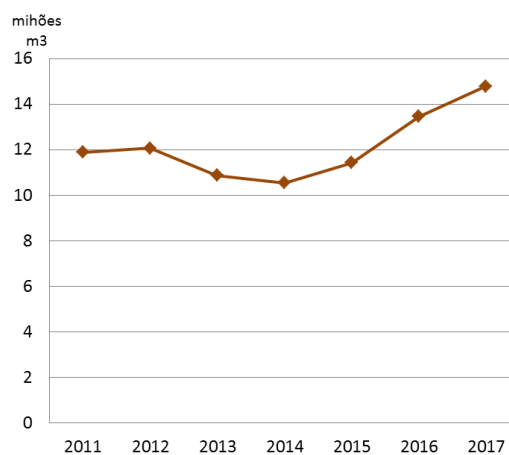
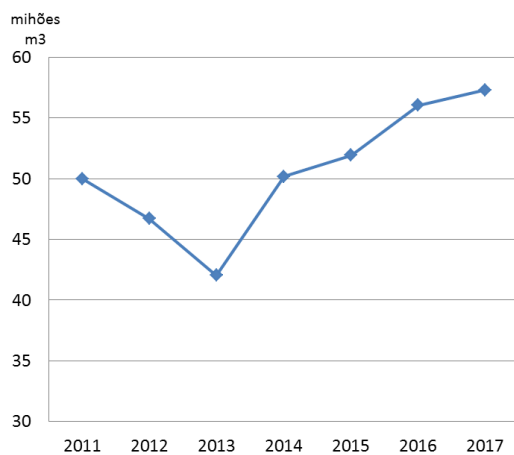
Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

A água distribuída para abastecimento público, ainda que tenha apresentado uma quebra entre 2011 e 2013, possivelmente influenciada pela recessão económica, mas também por condições meteorológicas, subiu cerca de 12% entre 2014 e 2017 (último ano com informação disponibilizada pelo INE).

Uma das questões que urge resolver são as perdas de água nos sistemas de abastecimento público que, em 2017, equivaliam a 26% do volume de água distribuída na rede pública regional.

26 % de perdas de água na rede pública regional

Figuras 90 e 91 - Algarve. Água distribuída na rede pública (esq^a) e perdas nos sistemas de abastecimento de água*** (dt^a)



Fonte: INE, referindo ERSAR, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas
 *** as perdas de água não incluem o concelho de Silves entre 2011 e 2015

Todos os cenários climáticos consultados, independentemente das fontes, preveem uma redução da precipitação e da sua distribuição sazonal, em Portugal continental, até ao final do século, com maior intensidade no sul. Tendo por comparação os valores médios registados no período 1971-2000, o IPMA estima que até ao final do século as regiões mais meridionais do território possam assistir a uma quebra entre os 10% (cenário mais otimista) e os 15% a 30% (cenário mais pessimista).

cenários preveem redução da precipitação

O relatório sobre Recursos Hídricos, que integra o *PIAAC Algarve*, faz uma caracterização aturada da situação, sendo por isso um documento de referência nesta área. Contudo, importa assinalar que algumas previsões setoriais de consumo aí apresentadas tiveram por base a *Carta de Ocupação do Solo de 2010* e desde então se tem assistido a alterações assinaláveis, nomeadamente em termos de área agrícola de regadio.

A disponibilidade de água é, pois, um aspeto fundamental a equacionar no contexto das alterações climáticas na medida em que é essencial assegurar o funcionamento equilibrado dos ecossistemas e realçar o “efeito cadeia” dos mesmos. É importante ter presente que a água e a sua gestão não podem ser abordadas unicamente enquanto “recurso”, numa perspetiva de produção e de suporte à economia e à sociedade, mas como elemento essencial ao equilíbrio da biosfera que nos mantém.

Os recursos subterrâneos e superficiais encontram-se em constante pressão devido à sua exploração para consumo agrícola, doméstico, turístico e industrial, mas até ao momento tem sido possível gerir as necessidades e a sua qualidade não foi posta em causa, situação que poderá estar em risco no futuro, pela conjugação de diversas variáveis. É, portanto, essencial garantir o planeamento e gestão racional deste recurso a curto e a longo prazo, começando por avaliar e compatibilizar as disponibilidades hídricas com a revisão de algumas opções de desenvolvimento da região, geradores de consumos crescentes de água. Nesse sentido é necessário garantir informação adequada, periódica e detalhada sobre a evolução dos consumos, que permita uma correta avaliação das disponibilidades, das necessidades e das procuras de água por setor de atividade e tipologias de consumidores, envolvendo também a Academia neste processo e promovendo I&D.

*soluções
integradas de
gestão de água, na
oferta e procura*

Paralelamente há que estudar possibilidades diferenciadas de recolha e novas origens de abastecimento, explorar e implementar modelos de engenharia natural alternativos que favoreçam a retenção de água (já utilizados pontualmente no Algarve e implementados em larga escala noutros países com condições mais extremas), concretizar rapidamente o reaproveitamento de águas residuais tratadas e investir para garantir um mínimo de perdas nas redes, bem como fomentar o recurso a tecnologias mais eficientes em todos os setores e educar e sensibilizar para a poupança.

Embora o impacte das alterações climáticas possa ser mais ou menos intenso, dependendo de vários fatores, ele será transversal e afetará a biodiversidade, os recursos hídricos, a floresta e a agricultura e demais atividades económicas; terá consequências ao nível dos transportes, nos consumos energéticos, na saúde humana e implicará novas abordagens em termos de planeamento e gestão do território, em particular da zona costeira, de forma a prevenir riscos e garantir respostas que assegurem a segurança de pessoas e bens e a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas. O *PIAAC Algarve* apresenta um conjunto de opções e medidas, decorrentes da avaliação e identificação das vulnerabilidades atuais e futuras associadas aos vários setores, sendo necessário avançar para a sua implementação, cujos objetivos e opções se sintetizam no anexo 4.

*caracterização
dos impactes e
vulnerabilidades
das alterações
climáticas*

Recursos Hídricos no Algarve

Por *Carla Antunes e José Paulo Monteiro (FCT)*

Num clima mediterrânico, como é o do Algarve, com linhas de água de regime hídrico maioritariamente intermitente (ou mesmo efémeras), alta variabilidade intra e interanual da precipitação e com períodos de seca recorrentes, situação com tendência a intensificar-se, num contexto de alterações climáticas que afetarão a quantidade e a qualidade de água disponível, tornado o território cada vez mais vulnerável, é fundamental estabelecer uma estratégia que vise a gestão integrada dos recursos hídricos.

Face às incertezas, a gestão dos recursos hídricos no Algarve apresenta muitos desafios, cujo objetivo principal é o de garantir a autonomia da região, alcançada por um conjunto calendarizado e articulado de ações.

A necessidade de desenvolvimento de uma estratégia para a gestão dos recursos hídricos é também reforçada pelo interesse que o tema tem suscitado recentemente, em reação à situação vivida no presente ano hidrológico. As intervenções sobre este tema incidiram na proposta de criação de novas origens de abastecimento, através da construção de novas barragens, da captação direta de água do Guadiana e encaminhamento para albufeira existente, na intensificação da exploração de aquíferos, na criação de centrais de dessalinização e na reutilização de água residual tratada.

Independentemente da validade técnica e económica de cada uma das origens acima referidas, uma estratégia integrada de gestão da água não pode focar-se exclusivamente na oferta. É essencial igualmente uma caracterização da procura e da sua evolução. O desenvolvimento de novas opções de origens de água, que implicam elevados impactes e investimentos, carece uma aprofundada avaliação. Será a partir desta análise articulada da procura e oferta de água que se deveria fundamentar a racionalização das estratégias mais adequadas para garantir a segurança da gestão de recursos hídricos no Algarve. A adoção de soluções que não assegurem esta articulação corre o risco de corresponder à visão de quem num dado momento tem maior capacidade de persuasão ou influência de decisão do poder político e assim não conduzir à melhor solução de custo benefício, tendo em conta as demais opções existentes.

Para além da questão da articulação, a estratégia de gestão de recursos hídricos necessita também de um enfoque no aumento da eficiência, ou seja, na diminuição do desperdício, reforço da segurança e controlo e monitorização dos recursos, tendo em conta diferentes aspetos, nomeadamente:

- modernização e melhoria do funcionamento das infraestruturas de abastecimento, para redução das perdas de água nos sistemas mais antigos (aumento da eficácia e da eficiência), com a elaboração de um plano onde se definam as intervenções prioritárias;
- promoção das melhores práticas de rega nas explorações agrícolas, reforçando a sustentabilidade hídrica do regadio, através da adoção de práticas de agricultura de precisão, ao nível das tecnologias de rega;
- definição de limiares de base mensal das reservas hídricas em cada bacia hidrográfica e sistema aquífero que, quando não atingidas, deveriam levar ao desencadear de medidas para mitigar os efeitos das secas.
- reforço dos programas de monitorização da qualidade da água, para garantir a proteção das captações de água destinada ao consumo humano e os ecossistemas associados às massas de água subterrâneas e superficiais.

Floresta Mediterrânica – Um sistema multifuncional

Por João Guerreiro (FE)

O reconhecimento da importância da floresta mediterrânica não tem sido uma tarefa fácil. Os proprietários pretendem, com plena legitimidade, retirar o máximo benefício económico das suas parcelas, frequentemente de pequena dimensão. O poder central procura estabelecer programas que condicionem o binómio exploração/conservação, revelando uma diminuta capacidade de intervenção perante um setor maioritariamente afeto ao domínio privado. As autarquias têm concentrado os seus projetos nos espaços urbanos, remetendo as preocupações de dinamização do mundo rural preferencialmente para associações de desenvolvimento local. A população em geral está distanciada das múltiplas funções desempenhadas pela floresta, admitindo contudo a sua valia nos domínios social e ambiental.

Neste âmbito, é difícil garantir uma gestão polivalente da floresta mediterrânica que cobre o Algarve interior. Trata-se de um sistema que integra uma diversidade de funções ambientais, de produções tangíveis, de benefícios coletivos de carácter público, desempenhando ainda um papel decisivo como agente de mitigação dos efeitos das alterações climáticas.

Sublinhe-se que em Portugal apenas 2% da área florestal total está na dependência direta da gestão do Estado. Este desequilíbrio está igualmente refletido no Algarve. O último PROF¹ (2018) revelava que apenas 1,2% dos espaços florestais da região estavam sob gestão pública. E reconhecia que a área ocupada pelos espaços florestais regionais, no seu conjunto, tinha registado uma diminuição significativa nos últimos vinte anos, desde o Inventário Florestal Nacional de 1995.

A importância da floresta incide em vários domínios, que se podem sintetizar em 4: económico, social, ambiental e de lazer. No domínio económico, a baixa produtividade económico-financeira (de curto e médio prazo) que é atribuída à floresta mediterrânica tem obrigado a que o esforço de investimento privado se tenha orientado preferencialmente para opções muito específicas, que permitam gerar receitas a curto prazo. Contudo, esse modelo de intervenção não só introduz desequilíbrios nesses sistemas biofísicos, simplificando-os, como também cria condições de vulnerabilidade frente a diversos riscos (designadamente ao fogo).

A valia da floresta mediterrânica abrange uma enorme paleta de recursos que registam um significativo potencial na tripla perspetiva de produção de materiais e fibras diversos; alimentos referenciados na dieta mediterrânica, serviços ecossistémicos socialmente ainda pouco reconhecidos.

Esta tripla associação constitui, aliás, um complexo único, que se fragiliza quando se valoriza apenas um dos seus componentes e, com frequência, de forma intermitente. Esse tem sido o drama da floresta mediterrânica, maioritariamente privada, mas esquecida pelas políticas públicas que poderiam intervir para condicionar ou fomentar a sua proteção e o seu desenvolvimento.

As funções nobres, de carácter ambiental, paisagístico e social, desempenhadas pela floresta, são normalmente desprezadas. Muitas dessas funções, traduzidas em prestação de serviços ambientais não monetarizados, são fundamentais à vida das comunidades. A intervenção reguladora no ciclo da água, a conservação do solo, a captura de carbono, a manutenção de sistemas faunísticos diversificados, são algumas das funções essenciais desempenhadas pela floresta, designadamente resultantes da sua diversidade, a que se acrescentam na atualidade as diversas componentes relacionadas com a paisagem, o lazer e a reflexão.

Neste quadro, a intervenção no sentido da recuperação da sua diversidade e do reforço das suas funções, nos domínios atrás referidos, obrigaria a definir um acervo de políticas públicas ativas ajustadas à situação concreta e suportadas por elevados níveis de conhecimento.

- Identificação das funções produtivas da floresta mediterrânica, com especial incidência na região algarvia, designadamente das produções diretamente resultantes das espécies florestais (cascas, madeira, frutos, folhas, resinas, cogumelos, trufas, etc.), a que se associam outras componentes relacionadas com a pastorícia (sobretudo de pequenos ruminantes), com a caça, com a apicultura, com a agricultura e, recentemente, com outras atividades (como as várias modalidades de turismo em espaço rural), que constituem a diversidade de funções da floresta mediterrânica.
- Conceção de medidas que permitem alavancar e melhorar a produção, incentivando uma adequada gestão dos sistemas florestais mediterrânicos, designadamente criando condições de contexto favoráveis em torno das seguintes áreas:
 - Apoio ao estabelecimento de viveiros destinados ao fornecimento de plantas adequadas aos sistemas mediterrânicos;
 - Fomento de Unidades de I&D (ou de projetos I&D) nas áreas da sanidade florestal (incluindo a luta contra os agentes bióticos que afetam as espécies), da produção pecuária e dos diversos aspetos que exigem a incorporação de conhecimento a desenvolver através de uma maior mobilização das instituições do sistema científico e tecnológico;
 - Lançamento de uma rede de infraestruturas coletivas nas áreas da transformação e comercialização de matérias primas provenientes do sistema agro-silvo-pastoril (medronho, leite, azeite, queijo, mel, cogumelos, etc.);
 - Fomento do associativismo, recuperando modelos existentes (como as ZIF) e criando novas realidades coletivas destinadas a ganhar escala e capacidade de intervenção nos mercados;
 - Lançamento de ações diferenciadas de formação e qualificação, adaptada aos diversos públicos e criando uma plataforma permanente que facilite a relação investigação/formação/extensão.
- Valorização dos serviços ecossistémicos através de:
 - Melhor identificação e da adoção, no Algarve, do Programa de Remuneração dos Serviços dos Ecossistemas em Espaços Rurais, que permite atribuir compensações financeiras aos produtores florestais com vista à promoção de uma alteração estrutural na ocupação e gestão destes espaços, com apoio do Fundo Ambiental e por um prazo não superior a 20 anos;
 - Generalização do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem a toda a área da serra algarvia², eventualmente com a definição de áreas de grande fragilidade ambiental passíveis de exigirem mecanismos de intervenção/conservação/exploração mais adequados às suas estruturas ecológicas;
 - Definição de mosaicos diferenciados de espécies florestais autóctones, no âmbito dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem, destinadas a garantir a sustentabilidade dos espaços florestais e a reforçar a sua função de sequestrador de dióxido de carbono, mitigadora das alterações climáticas;
 - Desenvolvimento de ações de formação e sensibilização da população em geral (e da população escolar em particular) no sentido de proporcionar uma apropriação coletiva das funções essenciais desempenhadas pela floresta mediterrânica e de explicitar o leque alargado de externalidades positivas que, nos diversos domínios, designadamente no plano do sequestro do carbono, são proporcionados pela multifuncionalidade da floresta mediterrânica.

¹ ICNF (2018) – Programa Regional de Ordenamento Florestal. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

² Atualmente apenas abrangendo a Serra de Monchique

A implementação das opções estratégicas setoriais e das respetivas medidas de adaptação apresentadas no PIAAC Algarve assumem-se como alguns dos desafios que se colocam à região até 2030, em alinhamento e articulação com a implementação da *ENAAAC 2020*, complementadas na vertente da mitigação pela execução das políticas e medidas setoriais definidas pelo *Programa Nacional para as Alterações Climáticas* e pelos objetivos do *Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica 2050*, especificamente no que respeita à necessidade de elaboração para o Algarve de um *Roteiro Regional para a Neutralidade Carbónica 2050*.

*alinhamento e
articulação com
nível nacional*

No alinhamento à implementação da *ENAAAC 2020* importa ter presente o *Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)*, que estabeleceu as medidas prioritárias de adaptação e as linhas de ação com vista à redução dos principais impactos e vulnerabilidades do território, num horizonte de execução de curto médio prazo, respetivamente para 2020 e 2030, que constitui o referencial em matéria de adaptação e é um guia de orientação para a integração da adaptação às alterações climáticas nos planos setoriais e no desenho dos programas de financiamento, apoiando a valorização do território e a construção de uma sociedade mais adaptada às alterações climáticas. O Programa identifica linhas de ação concretas de intervenção direta no território e nas infraestruturas, e outras de carácter transversal, visando dar resposta aos principais impactos e vulnerabilidades identificadas, especificamente:

*linhas de ação no
âmbito do P-3AC*

- Prevenção de incêndios rurais - intervenções estruturantes em áreas agrícolas e florestais
- Implementação de técnicas de conservação e de melhoria da fertilidade do solo
- Implementação de boas práticas de gestão de água na agricultura, na indústria e no setor urbano para prevenção dos impactos decorrentes de fenómenos de seca e escassez
- Aumento da resiliência dos ecossistemas, espécies e habitats aos efeitos das alterações climáticas
- Redução da vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e ao aumento da temperatura máxima
- Prevenção da instalação e expansão de espécies exóticas invasoras, de doenças transmitidas por vetores e de doenças e pragas agrícolas e florestais
- Redução ou minimização dos riscos associados a fenómenos de cheia e de inundações
- Aumento da resiliência e proteção

costeira em zonas de risco elevado de erosão e de galgamento e inundação

- Desenvolvimento de ferramentas de suporte à decisão, de ações de capacitação e sensibilização

4.4 Economia circular: a transição necessária

A mitigação e adaptação às alterações climáticas não podem deixar de ser associadas à economia circular e à bioeconomia.

“Temos que deixar de ser consumidores e passar a ser utilizadores”. Esta frase, da autoria de João Matos Fernandes, Ministro do Ambiente dos XXI e XXII Governos Constitucionais, traduz de forma clara e sintética o que deve ser a mudança do paradigma vigente. Manter a economia linear que caracteriza as atuais relações produção/consumo e a forma como exploramos os recursos e matérias-primas - extração, produção e eliminação - é insustentável.

Muitos dos problemas e desafios que enfrentamos são consequência desta opção, sendo por isso obrigatório alterar o “*status quo*” vigente para uma economia que inclua na sua essência o princípio da ecologia e circularidade, isto é, da preservação e valorização do capital natural e da minimização do desperdício. Tal pressupõe repensar toda a cadeia de valor e avançar para novos conceitos de negócio e desmaterialização, para a redefinição do *design* de produtos e processos, mas também para a criação de modelos de produção mais eco-eficientes, para o prolongamento do ciclo de vida dos produtos, o desenvolvimento de redes de partilha (de infraestruturas, equipamentos, serviços), a valorização de subprodutos e resíduos e a consciencialização e envolvimento da sociedade.

A economia circular tem, pois, um papel fundamental e estruturante para a neutralidade carbónica da economia, tendo-se identificado ao nível nacional como setores importantes para o sucesso do objetivo de neutralidade e para os quais se perspetiva um impacte relevante da circularidade: a mobilidade, o agroalimentar, a fileira florestal, a construção e os resíduos.

Figura 92 - Pressupostos e estratégias de economia circular



Fonte: Adaptado de Agência de Avaliação Ambiental
Holandesa (PBM), in RCM nº190-A/2017, 11 de dezembro

Estima-se que a concretização de uma economia mais circular permita ao País aumentar o PIB em 11%, reduzir em 50% as emissões de GEE (relativamente aos níveis de 2015) e reduzir o consumo de matérias-primas em 32% até 2030, e em 53% até 2050.

No cumprimento do que foi estabelecido a nível nacional pelo *Plano de Ação para Economia Circular*³⁵ o Algarve elaborou uma *Agenda Regional de Transição para a Economia Circular*, desenvolvendo ações e iniciativas definidas e assumidas pelo conjunto de agentes governativos, económicos e sociais, regionais e/ou locais, que incorporam o perfil económico local e o valorizam na abordagem aos desafios societais, apresentando-se como estímulo à colaboração, à troca de conhecimento, à formação de redes colaborativas (empresariais, científicas e/ou outras), ao desenvolvimento de projetos conjuntos e à definição de mecanismos de investimento coordenados. Durante o processo de elaboração da Agenda Regional foi desenvolvido um estudo de análise ao metabolismo regional³⁶ com o objetivo de conhecer e avaliar os fluxos de massa, energia, água e matérias associados à economia regional, à data mais recente (2016).

³⁵ Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro

³⁶ Nisa, Samuel; Estudo de Análise do Metabolismo Regional do Algarve. Versão para debate com municípios, Circular, janeiro de 2019 (estudo encomendado pela CCDR Algarve)

O estudo conclui que “a região consumiu em 2016 cerca de 7,2 milhões de toneladas de materiais para a satisfação das suas necessidades de produção e consumo”, o que representa cerca de 4% do consumo total do País.

Cerca de 2,6 milhões de toneladas de materiais, correspondentes a 36% dos recursos materiais consumidos na região, foram absorvidos pelas empresas como consumo não produtivo (resíduos, consumíveis, *stock*), sendo principalmente constituídos por minerais não metálicos (1,3 milhões t), biomassa (620 mil t) e combustíveis fósseis (410 mil t). Os ramos de atividade que mais contribuíram para este consumo não produtivo foram o “Alojamento, Restauração e Similares” (25%), a “Construção e Atividades Mobiliárias” (contribuindo ambos com 9%) e as “Atividades Extrativas” e a “Administração Pública e Defesa Nacional” (ambos com 7%).

O consumo final de empresas e famílias, cerca de 2,3 milhões de toneladas absorveu 33% do consumo total de materiais na região, o equivalente a 5 toneladas por habitante. Este consumo incluiu sobretudo biomassa (48%), combustíveis fósseis (24%) e minerais não metálicos (19%).

“As importações são a principal origem dos recursos consumidos (619 mil toneladas), enquanto o Fabrico de produtos minerais não metálicos (370 mil toneladas), a Agricultura e Pescas (340 mil) e as Indústrias Alimentares e Bebidas (313 mil) são as origens setoriais locais mais relevantes. A Formação Bruta de Capital Fixo compreendeu cerca de 20% do total de materiais consumidos na região (com praticamente todos os materiais associados ao ramo da construção) e as saídas para o resto do País e para o estrangeiro compreenderam um total de 230 mil toneladas. As principais saídas do Algarve para o resto do País e para o estrangeiro resultam das indústrias extrativas e da fabricação de produtos minerais não metálicos.”

Figura 93 - Resumo do metabolismo regional em 2016

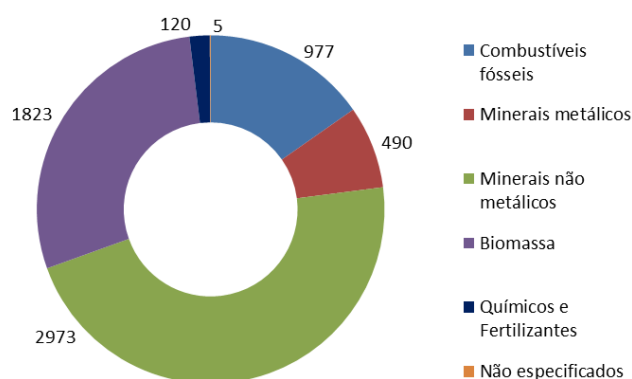
Unid.: 1000 t

Entradas de materiais		Consumo de materiais			Tipo de utilização económica		
Aquisição de materiais	Entrada Direta de Materiais (B=C+D+F+G+H)	Saídas		Consumo Interno de Materiais	Consumo não produtivo (F)	Consumo final (G)	FBCF (H)
Importações diretas para consumo final (A)		Vendas para outras Regiões/Municípios (C)	Exportações (D)	(E=B-C-D)			
619	7.179	562	230	6.388	2.594	2.344	1.449

Fonte: Estudo de Análise do Metabolismo Regional do Algarve, versão para debate com municípios, Circular, janeiro 2019

Se atendermos apenas ao consumo interno de materiais (entrada direta de materiais menos saídas de materiais) e ao tipo de materiais associados a cada classe, torna-se evidente a relevância da “areia” (2,3 mil t) e da “biomassa agrícola” (1,2 mil t) que representam, no conjunto, 49% do consumo interno.

Figura 94 - Consumo interno de materiais no Algarve, 2016 (unid:1000 t)



Fonte: Estudo de Análise do Metabolismo Regional do Algarve, versão para debate com municípios, Circular, janeiro de 2019

No “alojamento, restauração e similares”, ramo de atividade com o maior consumo não produtivo, têm preponderância os consumos de biomassa agrícola, enquanto no caso da “construção” e das “atividades imobiliárias” ressalta o consumo de “areia”. Se nos detivermos no consumo não produtivo de “combustíveis”, verifica-se que os “transportes terrestres” são os maiores consumidores, seguindo-se o “transporte aéreo”, o “alojamento, restauração e similares” e a “construção”.

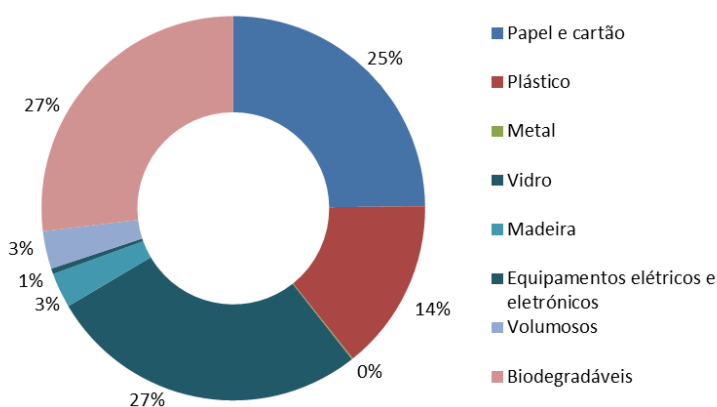
Com base no conhecimento do metabolismo regional identificou-se, numa primeira fase, o potencial de circularidade na Região, tendo sido selecionadas como áreas prioritárias o turismo, a pesca e, já em domínio de gestão de resíduos e efluentes tratados, as lamas e água para reutilização, bem como os resíduos de construção e demolição (RCD) cujo volume justificou de imediato a elaboração de um *Plano de Ação para os RCD*. De facto, o volume de resíduos produzidos na região é elevado e tem vindo a aumentar, situação que não pode ser dissociada do turismo, mas que também traduz a produção de determinadas atividades económicas em particular e, em termos mais globais, as próprias opções e comportamentos de empresas e cidadãos.

aumento
significativo dos
RCD

O *Regime Geral de Gestão de Resíduos* estabeleceu como meta para 2020 “um aumento mínimo para 70% (em peso) relativamente à preparação para a reutilização, a reciclagem e outras formas de valorização material”. Com vista à concretização desta meta foi ainda definida a obrigatoriedade de utilização ou incorporação de, pelo menos, 5% de materiais reciclados no total de matérias-primas usadas em obras.

No caso dos resíduos urbanos (RU), em 2018 foram recolhidas 405,3 mil toneladas o que representa 923 kg de lixo por habitante, valor que é fortemente influenciado pela população flutuante. Cerca de 69% dos RU recolhidos correspondem a recolha indiferenciada, embora esta proporção esteja a diminuir a favor da recolha seletiva (31%), que importa reforçar nos próximos anos. Cerca de 21% dos resíduos provenientes de recolha indiferenciada são preparados para reutilização e reciclagem, estando a região distante da média nacional de 40% e dos objetivos definidos a nível comunitário. A *Estratégia Nacional de Educação Ambiental* integra a preocupação da transição para a economia circular, designadamente ao nível da prevenção, reutilização, separação, recolha seletiva e reciclagem, realçando o papel dos cidadãos enquanto consumidores responsáveis e dos agentes de gestão de resíduos.

Figura 95 - Algarve. Resíduos urbanos recolhidos, por tipo de material reciclável, 2018



Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos

Dos RU geridos, quase 85% têm como destino o aterro sanitário, 9,5% são sujeitos a valorização multimaterial e 6% a valorização orgânica, não sendo ainda efetuado o desejável aproveitamento energético. Acrescente-se que, do total de RU biodegradáveis produzidos, cerca de 81% vão para aterro, existindo aqui um potencial de reciclagem nos próprios locais de produção, nomeadamente para compostagem, o que contribuirá para aumentar o prazo de vida útil dos aterros e para reduzir o número de viagens necessárias para transporte de resíduos e, conseqüentemente, a emissão de CO₂.

Relativamente aos resíduos de construção e demolição (RCD), identificados como significativos no estudo sobre o metabolismo regional, considerou-se prioritária a sua integração no contexto da transição para a economia circular, tendo sido definido um conjunto de linhas de ação para promover a circularidade na gestão dos RCD no Algarve.

O setor da construção é responsável pela extração intensiva de recursos naturais e pela produção de uma quantidade significativa de resíduos, com impacte na criação de passivos ambientais e paisagens degradadas, quando geridos incorretamente.

A transição para uma economia circular na gestão de RCD terá de considerar todo o ciclo de vida da atividade de construção, sendo necessária uma cooperação mutuamente benéfica de todos os envolvidos. Só assim é possível reforçar a capacidade de quantificação e de rastreabilidade deste fluxo e promover a sua valorização, garantindo a responsabilização de todos ao longo da cadeia de valor.

No *Plano de Ação para os RCD* na região do Algarve³⁷ constam 16 domínios de atuação, visando prevenir a produção, melhorar a separação na origem e a recolha, aperfeiçoar a operacionalização da gestão, promover a valorização e reaproveitamento e estabelecer as condições políticas para a gestão de RCD de qualidade.

A *Agenda Regional para a Economia Circular*, sendo um processo em construção, prevê a possibilidade de integração de novas áreas, como o resíduo têxtil (cerca de 2 t/ano enviadas para aterro), o desperdício alimentar ou os resíduos da agricultura e indústrias agroalimentares.

³⁷ CCDR Algarve (2019), Plano de ação para os RCD na região do Algarve – Relatório Final

Destaca-se o potencial de circularidade do turismo, quer pela gestão sustentável dos recursos, refletida, por exemplo, ao nível da seleção de locais para implantação das atividades ou ao nível dos consumos de água e de energia, quer no que respeita à produção e destino final de resíduos.

As fontes alternativas de energia, a inovação associada aos processos e a reutilização de água são potenciais de circularidade a catalisar de imediato; dados da Águas do Algarve apontam para significativa poupança, não só em água como também em fertilizantes, se se utilizar efluente tratado na rega de campos de golfe e de espaços verdes e jardins públicos.

A iniciativa “*Um Mar sem Lixo*” da Docapesca, é um desígnio que deverá ser prosseguido por todos. Existe já muito trabalho em curso e importa que redes à deriva e outros resíduos possam ser recuperados para transformação, em indústrias que tratam estes materiais e os transformam para utilização de forma inovadora, com o setor da pesca a desempenhar um papel crucial nesta matéria. A adesão da comunidade piscatória da ilha da Culatra é um exemplo a seguir pelos restantes núcleos piscatórios da região.

A Agenda Regional inclui um conjunto de linhas de ação, de âmbito geral, legais, infraestruturais, tecnológicas, económicas e no âmbito da educação, sensibilização informação e divulgação, sendo fundamental o envolvimento dos vários parceiros para a sua execução.

No contexto global de resposta aos desafios atuais em torno da utilização dos recursos e das alterações climáticas, convém ainda ter presente a *Estratégia Europeia da Bioeconomia* - e respetivo Plano de Ação, recentemente revista, que visa reforçar a importância dos produtos à base de recursos biológicos como alternativa aos recursos fósseis e a sua importância no desenvolvimento de uma economia sustentável baseada em materiais renováveis. A Estratégia tem como objetivos expandir e reforçar os setores dos produtos biológicos, criar rapidamente bioeconomias em toda a Europa e proteger o ecossistema e compreender as limitações ecológicas da bioeconomia. Portugal tem em curso a elaboração de uma estratégia nacional, que será centrada em três setores - Mar, Florestas e Agricultura - que são coincidentes com os domínios de especialização da RIS3 Algarve, o que deve motivar a permeabilidade de abordagens entre os diferentes Objetivos de Política, nomeadamente ao nível da bioeconomia.

*incentivo ao
recurso a
materiais
renováveis*

A network diagram consisting of numerous nodes connected by thin lines, set against a dark blue background. The nodes are represented by small circles in various colors, including light blue, teal, green, orange, and white. The connections form a complex, interconnected web. A large, solid white circle is partially visible on the right edge of the image.

Um Algarve mais conectado

5. Um Algarve mais conectado

O Objetivo de Política 3 - Uma Europa mais Conectada, nos termos das *Recomendações do Semestre Europeu dirigidas a Portugal (COM)*, incide essencialmente na conexão internacional do País e na inserção da região em contextos de escala macro, quer num quadro de mobilidade, quer nas TIC.

Ao nível da conectividade, a posição estratégica do País no Atlântico fica reforçada pelo facto de estar no centro da rede de cabos submarinos, infraestrutura de ligação de fibra ótica a nível mundial, constituindo o único País do mundo com ligações diretas a todos os continentes.

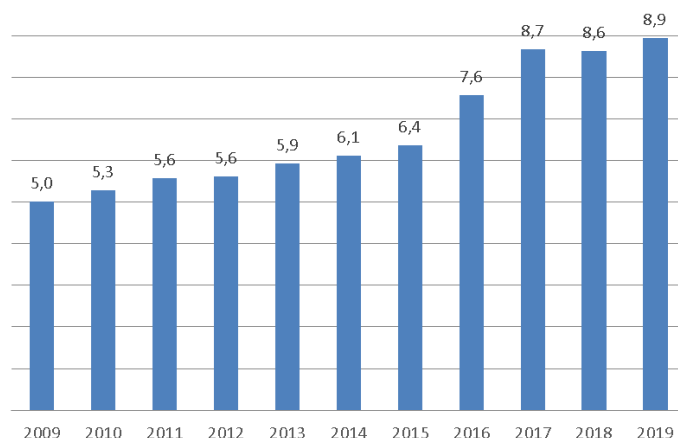
posição privilegiada na fibra ótica

A cobertura regional evoluiu consideravelmente na rede fixa e móvel. Em 2018, de acordo com dados da ANACOM, 36 freguesias algarvias apresentavam uma taxa de cobertura com rede de alta velocidade fixa superior a 50%. No entanto a cobertura territorial não é homogénea; em 6 freguesias a taxa de cobertura varia entre 25% e 50%, em 9 freguesias a cobertura não vai além dos 25% e em 15 freguesias é mesmo inferior a 1%. No mesmo ano contabilizavam-se 219,7 mil pontos de acessos à Internet em banda larga em local fixo, sobretudo residencial, o que traduz um crescimento de 50% nos últimos cinco anos.

Ao nível da conectividade com o exterior, destaca-se o facto da região dispor de um Aeroporto Internacional em Faro. Em 2019 o movimento de passageiros ascendeu a 8,9 milhões, com maior concentração entre maio e setembro, meses com valores superiores a 1 milhão de movimentos. A quase totalidade destes movimentos tem origem no tráfego regular e internacional, sobretudo no espaço europeu, sendo preponderante o movimento de passageiros com origem/destino em Inglaterra, assinalando-se o início de rotas intercontinentais com o Canadá em 2019.

crecente movimento de passageiros e carga no aeroporto internacional

Figura 96 - Movimento de passageiros (em milhões), no Aeroporto Internacional de Faro



Fonte: INE, Inquérito aos aeroportos e aeródromos

O crescente movimento de passageiros e de carga no aeroporto de Faro e a impossibilidade de expansão da pista coloca a necessidade de se avançar para soluções complementares até 2030, fazendo sentido considerar o aeroporto de Beja como infraestrutura de apoio, a um tempo de deslocação entre 75 a 90 minutos, após a modernização da linha do Alentejo.

O terminal de cruzeiros do porto de Portimão regista uma importância estratégica acrescida no curto prazo, com a reintrodução e consolidação da ligação marítima com a Madeira, reforçando o seu papel como centro de cruzeiros para a Macaronésia. Em 2019 o terminal recebeu 57 navios de cruzeiro. O movimento de passageiros tem apresentado flutuações ao longo dos anos. Em 2019 aproximou-se dos 23 mil, representando um decréscimo face aos 2 anos anteriores.

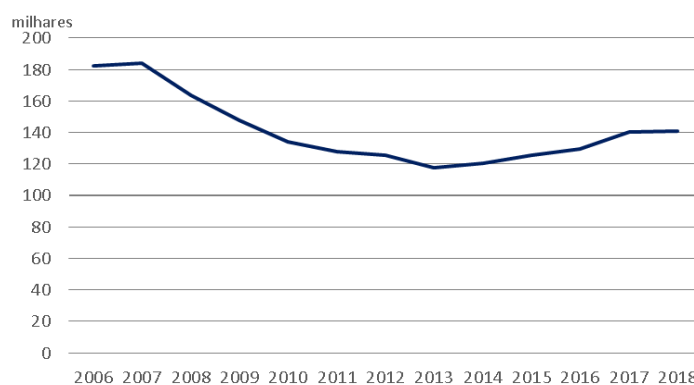
oportunidade de crescimento de passageiros no terminal de cruzeiros

O setor portuário regional tem perdido dinamismo. O movimento de mercadorias no porto de Portimão não ultrapassou as 520 t em 2019 e, no porto de Faro, a mercadoria carregada (100 mil t) está distante dos registos de 2012 a 2015.

A única ligação fluvial que existe entre Portugal e Espanha é estabelecida entre Vila Real de Santo António e Ayamonte. As carreiras operam durante todo o ano e registaram uma quebra acentuada desde a construção da ponte rodoviária internacional. Contudo, desde 2013 verifica-se um movimento crescente, sobretudo de proximidade por parte dos locais e para recreação/turismo.

alternativas modais na ligação a Espanha

Figura 97 - Movimento de passageiros (em milhares), carreira fluvial Vila Real St.º António – Ayamonte



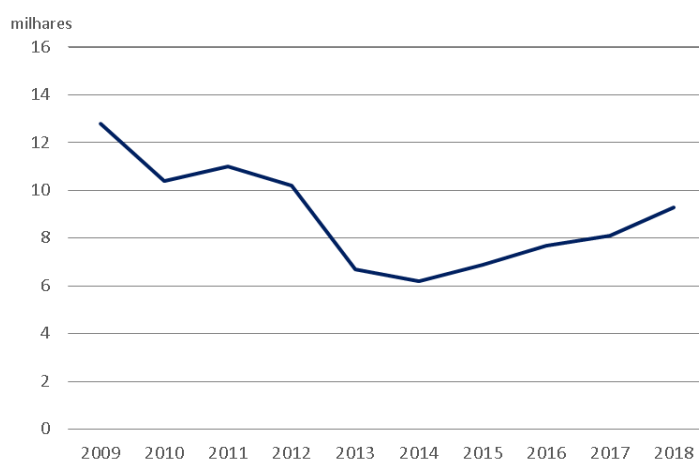
Fonte: Docapesca, SA

A ligação rodoviária entre o Algarve e a Andaluzia é assegurada pela Ponte Internacional do Guadiana em Castro Marim. O tráfego médio diário (TMD) anual atingiu o máximo em 2009, registando uma quebra até 2014 e retomando um percurso ascendente até 2018. Naturalmente que o TMD oscila ao longo do ano, registando valores mais expressivos no período estival, acompanhando a dinâmica sazonal da região.

A carreira Lagos - Sevilha assegura a deslocação pelo modo rodoviário em transporte coletivo. Os valores para os totais anuais apresentam uma evolução favorável até 2015, registando-se uma redução progressiva nos anos seguintes.

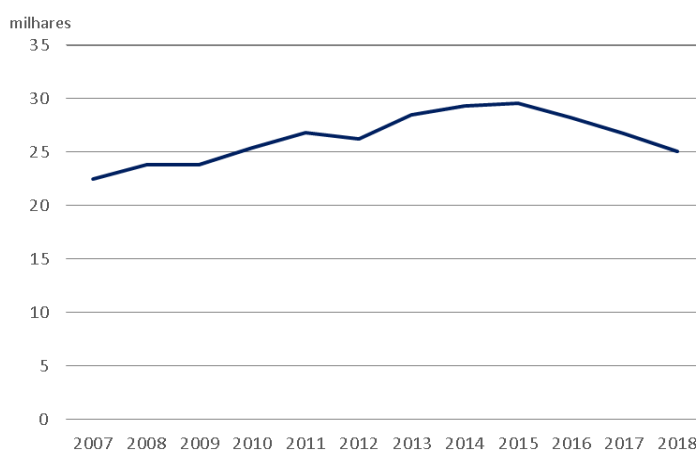
Relativamente à ligação terrestre ao país vizinho, advoga-se o seu reforço pela construção de uma travessia que ligue os concelhos de Alcoutim e San Lucar del Guadiana, promovendo uma maior integração e valorização destes territórios fronteiriços, já amplamente discutida nas últimas décadas, no âmbito das cimeiras entre os dois países.

Figura 98 - Tráfego médio diário (em milhares) na Ponte Internacional do Guadiana



Fonte: IMT

Figura 99 - Movimento de passageiros (em milhares) na carreira rodoviária Lagos - Sevilha



Fonte: EVA Transportes, SA

A inserção da ferrovia regional no âmbito da rede transeuropeia de transporte (RTE-T) está dificultada pela inexistência de infraestrutura, nem sequer programada nos documentos de planeamento estratégico conhecidos. O Algarve apresenta um vazio, quando poderia afirmar-se, naturalmente, como um nó de articulação entre os corredores Atlântico e Mediterrânico, este último ligando a Andaluzia à Ucrânia e, ao longo do percurso, às principais cidades europeias. Veja-se que no *Plan de Infraestructuras, Transporte y Vivienda* (PITIV) 2012 – 2014 do Ministério de Fomento (2015), estava prevista a extensão da rede espanhola de alta velocidade de Sevilha até à fronteira portuguesa, sem, no entanto, ter a devida correspondência no lado português. Apenas o PROT (1991) reservou um canal para a implantação de uma linha ferroviária com ligação a Espanha, mas que não mais teve acolhimento nos documentos de cariz estratégico ou territorial, não tendo sido desenvolvidos quaisquer estudos de viabilidade, de procura potencial ou outros relativos à ligação ferroviária Faro - Huelva - Sevilha. Também no País se registam limitações físicas e de infraestrutura, nomeadamente no atravessamento da serra algarvia, que afetam a competitividade deste modo de transporte e a performance distância tempo da ligação a Lisboa.

*RTE-T sem
incidência
regional*

Numa época em que é essencial concretizar a descarbonização da economia e em que se antecipam possíveis condicionamentos ao tráfego de mercadorias por via rodoviária na União Europeia, importa estudar esta opção, associando-a à construção de uma plataforma logística regional, há muito prevista, que afirme esse papel de articulação funcional e territorial.



Ferrovia - Grandes Eixos de articulação Inter-regional e transfronteiriça

Por *Manuel Margarido Tão (FE)*

De importância maior para o Algarve apresenta-se a sua capacidade de assumir a condição de "elo" entre o Eixo Atlântico e o "Eixo Mediterrâneo".

A ferrovia no Algarve é imprescindível na construção de uma "Euro-Região do Sudoeste Peninsular" onde se encontram igualmente a Andaluzia, o Alentejo e a Extremadura. Dois investimentos emergem como incontornáveis, apesar de envolverem intervenção em territórios exteriores à própria Região do Algarve:

- A ligação Algarve-Huelva, envolvendo um atravessamento ferroviário fixo do Guadiana na zona de Vila Real de Santo António/Castro Marim, assim como 50 Km de traçado novo na Província de Huelva entre Ayamonte e Gibraleón,
- A requalificação da totalidade da Linha do Alentejo, entre Casa Branca e Ourique, incluindo a reabertura ao tráfego entre Beja e Ourique (53 Km).

Ambos os investimentos, conjugados com o Novo Corredor Ferroviário Évora-Caia, contemplado no Horizonte 2020, facultam a existência de uma ferrovia vertebradora de relações funcionais rápidas envolvendo Extremadura, Alentejo, Algarve e Andaluzia, que no tocante ao troço Faro-Sevilha, permitem idealizar uma relação regular numa distância-tempo de 90 minutos (Lisboa-Sevilha em 4h30mn) e inscrevem o Algarve no Corredor "FERMED", integrando o Eixo Mediterrâneo e o Eixo Atlântico.

No caso do investimento a realizar no Alentejo, aplicam-se as condições de "Objetivo 1", com recurso sobretudo ao Fundo de Coesão e ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

No caso de investimento a realizar no Algarve e Huelva, incluindo a Travessia Ferroviária do Guadiana e a adição de segunda via em parte da Linha do Algarve (Tunes-Faro, Faro-Olhão, Fuzeta-Tavira), afigurar-se-ia necessário o recurso ao INTERREG e particularmente ao instrumento CEF (*Connecting Europe Facility*).

Num quadro regional concertado pela esfera municipal no âmbito da CIM-AMAL, em linha com o preconizado no OP 2, a região dispõe de um *Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável* (PAMUS) desde 2017. Este contempla objetivos estratégicos e medidas específicas ao nível das deslocações em modos suaves, da adequação do sistema de transportes públicos às necessidades, da promoção da intermodalidade nos sistemas de transportes coletivos, da política de planeamento e gestão das acessibilidades rodoviárias, prevendo também o desenvolvimento de políticas de estacionamento diferenciadas, a capacitação das autoridades e transportes, a melhoria da eficiência energética do setor e a aposta em medidas de gestão de mobilidade e em tecnologias de informação e comunicação.

*ação municipal
concertada para
a mobilidade
sustentável*

Com o reforço de competências das CIM ao nível da mobilidade, importará encontrar racional e linha estratégica de atuação, para avaliar a execução do PAMUS, ainda recente e com baixa execução, para priorizar o tipo de operações necessárias ao cumprimento das exigentes metas estabelecidas ao nível da descarbonização e da promoção dos modos suaves, compromisso reiterado por um alargado número de atores no âmbito do *Projeto de Mobilidade Urbana Sustentável do Algarve (VAMUS)*.

O *design* funcional e inclusivo das cidades não deve ser descurado e deve nortear uma atuação conjunta, atinente com as mais inovadoras soluções de gestão urbana, em linha com a inteligência, a funcionalidade, a fruição do espaço público e a devida adequabilidade a todo o tipo de perfil de potenciais utilizadores, em que a mobilidade ganha relevância estratégica. Em diferentes escalas, da cidade à região, urge estabelecer as devidas conexões aos centros de transporte, com crescente carácter multimodal, para reforçar redes urbanas, interurbanas e de articulação da região com o exterior.



Cidades inclusivas – Novos paradigmas urbanos

Por Manuela Rosa (ISE)

Atualmente assiste-se a profundas mudanças nos paradigmas urbanos decorrentes de abordagens associadas ao desenvolvimento sustentável, à inclusão social e ao envelhecimento ativo, aliados ao desenho urbano que deriva das Novas Agendas Urbanas.

A dimensão social da sustentabilidade considera objetivos de equidade, igualdade e acessibilidade, bem como a participação ativa de todos na sociedade.

O Objetivo 11 da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas focaliza-se em tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis até 2030, apresentando objetivos específicos associados a cidades inclusivas que devem ser adaptados localmente.

É dada ênfase ao Design Inclusivo e ao Design Universal de infraestruturas, equipamentos e serviços que visam simplificar a vida a todos os cidadãos, fazendo com que os produtos, as comunicações e o meio edificado sejam utilizáveis por um número cada vez maior de pessoas. Esta nova dimensão do conceito de “acessibilidade” é importante para o desenvolvimento das comunidades locais e, também, num contexto de turismo sénior/acessível/inclusivo. A acessibilidade universal deve ser atendida em todos os elementos urbanos e dos sistemas de transporte em particular.

As especificidades das cidades inclusivas estão associadas a cidades inteligentes, que são detentoras de tecnologia de vanguarda e têm abertura de dados. Requer-se o desenvolvimento de ferramentas de Design de Serviços, Internet das Coisas e análise de *Big Data*. As Tecnologias de Informação e Comunicação constituem um instrumento fundamental para a inclusão social (ex. acesso à informação). A estas ações específicas acrescenta-se a necessidade de desencadear processos de educação para o desenvolvimento sustentável, para a educação inclusiva e para a literacia digital.

Considerando as especificidades da região do Algarve há que desencadear estratégias de desenvolvimento que promovam Cidades Inclusivas que visem:

- a requalificação de espaços urbanos degradados e a reabilitação urbana dos centros históricos;
- transportes coletivos acessíveis, autocarros com piso rebaixado e com sistema *kneeling* (ajoelamento), interfaces acessíveis, infraestruturas cicláveis e pedonais acessíveis, passes sociais, redes de transporte público gratuitas;
- a promoção da abordagem do design universal de infraestruturas, equipamentos e serviços que atende às especificidades das pessoas com deficiência, e outras minorias, e pessoas idosas, baseado em processos de co-design;
- a elaboração de mapas de vulnerabilidade e de exposição aos riscos com ênfase nos mapas de risco sísmico e de inundações a incorporar nos planos municipais de ordenamento do território;
- a elaboração de mapas da exposição das comunidades (vulneráveis) aos contaminantes;
- o desenvolvimento de planos de acessibilidade para todos, valorizando a requalificação de espaços verdes;
- requer processos de fixação de comunidades no mundo rural, eventualmente com a compensação financeira aos cidadãos, que mantêm os ecossistemas naturais e, portanto, os serviços ecossistémicos;
- requer planos específicos de resiliência territorial.

5.1 O papel do conhecimento

Por fim, também a Universidade do Algarve tem registado dinâmicas de internacionalização muito significativas. No presente ano letivo, mais de um quinto dos alunos da UAlg são estrangeiros, valor que duplicou em cinco anos. Tais números colocam-na como a instituição de ensino superior com maior percentagem de estudantes não nacionais, atualmente com 86 nacionalidades, detendo o Brasil cerca de mil estudantes representando 10 % do total. A Universidade do Algarve foi a primeira universidade portuguesa a coordenar um consórcio de Mestrado *Erasmus Mundus*, o Mestrado Europeu Conjunto em Gestão da Água e da Costa (*European Joint Masters in Water and Coastal Management*), além deste, atualmente, coordena ou é parceira de vários cursos *Erasmus Mundus*: Ecohidrologia; Enfermagem de Emergência e Cuidados Críticos; inovação Química e Regulação; Recursos Biológicos Marinhos e Qualidade em Análises.

*conhecimento
como fator de
competitividade
internacional*

Já no início do ano, a 10 de janeiro 2020, no âmbito da iniciativa «*Universidades Europeias*» do *Programa Erasmus +*, foi formalmente constituído um consórcio liderado pela UAlg, intitulado *Sustainability Horizon Alliance*, que tem como objetivo criar horizontes de sustentabilidade transversais, quer ambientais, quer sociais ou económicos. Este consórcio conta também com as universidades de Huelva (Espanha), Lahti (Finlândia), Ludwigshafen (Alemanha), Timisoara (Roménia), Tomas Bata (República Checa) e Tuscia (Itália) e pretende ter um forte impacto nas regiões onde se insere, através do ensino à distância, promoção do empreendedorismo e inovação, e criar pontes estratégicas com África, América do Sul e Ásia. Através destas alianças, as Universidades assumem compromissos com a União Europeia, possibilitando financiamento para desenvolver ações, cursos e programas conjuntos, e permitindo a circulação de professores e estudantes.

The background of the entire page is a dark blue color. Overlaid on this background is a complex network diagram. The diagram consists of numerous small, semi-transparent circular nodes of various colors, including light blue, teal, green, orange, and white. These nodes are interconnected by thin, light-colored lines, creating a web-like structure that suggests a social network or a digital communication system. The nodes are scattered across the frame, with some clusters and many isolated points.

Um Algarve mais social

A solid orange circle is positioned in the bottom right corner of the page, partially overlapping the text area.

6. Um Algarve mais social

Nas *Recomendações do Semestre Europeu dirigidas a Portugal (COM)*, o Objetivo de Política 4 – uma Europa mais social visa concretizar o *Pilar Europeu dos Direitos Sociais*, que congrega objetivos em torno de três categorias: mercado de trabalho, condições de trabalho equitativas e a proteção e inclusão social, sobre as quais procuraremos encontrar o posicionamento da região do Algarve para a próxima década.

Quando a União Europeia (UE) e os seus Estados Membros (EM) se comprometeram com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, assumiram um compromisso relativamente a um conjunto de princípios e direitos, que vão desde o direito a um salário justo ao direito a cuidados de saúde, passando pela aprendizagem ao longo da vida, um melhor equilíbrio entre vida profissional e vida familiar, a igualdade de género e um rendimento mínimo.

pilar social estabelece compromissos pelos direitos dos cidadãos

Desde 2018, que o Semestre Europeu tem sido um instrumento chave para cumprir o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e monitorizar as reformas nos EM, sendo a sua implementação apoiada pelo Quadro de Avaliação Social que acompanha tendências e desempenhos nos países da UE e monitoriza áreas abrangidas pelo Pilar. Entre estas a aprendizagem ao longo da vida e o nível de competências digitais, as desigualdades, a taxa de desemprego jovem, rendimento disponível dos agregados ou o impacto de transferências sociais sobre a redução da pobreza, constituindo base para as recomendações para cada Estado-Membro.

6.1 Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho

No que respeita à Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho destacam-se indicadores de aprendizagem ao longo da vida e o apoio ativo ao emprego, meios essenciais para aumentar oportunidades, facilitar transições entre diferentes situações profissionais e melhorar a empregabilidade dos trabalhadores.

Figura 100 - Indicadores principais do Pilar Social - igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho

Indicadores Principais do Pilar Social	Unid	Ano	UE	Portugal	Algarve
Jovens que abandonaram prematuramente o ensino e a formação (Tx de abandono precoce) ³⁸	%	2011 2018	13,4 10,6	23,0 11,8	24,9 20,1
Disparidade na tx de emprego de homens e mulheres	%	2011 2018	nd 6,8	nd 11,6	nd nd
Desigualdade de rendimentos	%	2011 2017	nd 5,1	nd 5,2	nd 5,3
Tx de risco de pobreza ou de exclusão social	%	2011 2018	nd 21,7	nd 21,6	nd 22,9
Jovens que não trabalham, não estudam nem seguem uma formação, 15-24 anos (taxa NEET)	%	2011 2018	nd 10,5	12,6 8,4	15,4 13,0 ³⁹

Fonte: Social Scoreboard

³⁸ A Estratégia 2020 definiu como objetivo reduzir a percentagem de jovens entre os 18 e os 24 anos que abandonam precocemente o ensino e a formação para valores abaixo dos 10 %.

³⁹ Dados referentes a 2016

A elevada taxa de abandono escolar compromete, não só o sistema educativo, como também o desenvolvimento do capital humano. O desempenho escolar dos jovens tem repercussões ao nível das qualificações, do mercado de trabalho e do desenvolvimento económico-social da região, nos percursos profissionais refletindo-se igualmente nas formas de contratação.

Para fazer face ao abandono escolar precoce constitui foram identificadas necessidades de investimento de elevada prioridade para melhorar os sistemas de educação e formação, para promover a igualdade de acesso e a conclusão da educação e aprendizagem dos adultos, e ainda para promover a aprendizagem ao longo da vida de todos os cidadãos, em especial para:

- Intervir atempadamente e prevenir o abandono escolar precoce;
- Investir no ensino escolar, incluindo nas infraestruturas, e melhorar a qualidade do ensino para pessoas com deficiência;
- Promover o ensino e a formação profissional, modernizar os setores da educação e da formação e melhorar as competências básicas da população adulta, nomeadamente nas competências digitais.

O abandono escolar precoce continua a representar um grande desafio para a Região do Algarve. Em 2019, os jovens entre 18-24 anos que deixaram de estudar sem completar o ensino secundário representavam 19,9% no Algarve, proporção largamente superior a Portugal (10,6%).

Figura 101 - Taxa de abandono precoce de educação e formação

Local de residência (NUTS - 2013) (1)	Taxa de abandono precoce de educação e formação		
	2011	2015	2019
Portugal	23	13,7	10,6
Continente	22	12,9	10,1
Norte	22,6	14,3	9,5
Centro	20,3	12,5	7,9
Área Metropolitana de Lisboa	22,8	10,7	10,4
Alentejo	20,1	12,5	12,7
Algarve	24,9	15,9	19,9
Região Autónoma dos Açores	43,8	28,8	27
Região Autónoma da Madeira	30,6	23,6	

Fonte: INE, Inquérito ao emprego

Ajudar os jovens a entrar e permanecer no mercado de trabalho é um elemento essencial das políticas que promovem o crescimento económico e melhores condições de vida pelo que outra das prioridades importantes da agenda da UE tem sido a promoção do emprego jovem e a melhoria das transições da escola para o trabalho. No âmbito da iniciativa «Garantia para a Juventude», os Estados-Membros comprometeram-se a garantir que todos os jovens com menos de 25 anos beneficiam de uma boa oferta de emprego, formação contínua, aprendizagem ou estágio no prazo de quatro meses após terem terminado o ensino formal ou terem ficado desempregados⁴⁰, compromisso reforçado pela sua inclusão no Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

⁴⁰ Recomendação do Conselho de 22 de abril de 2013, relativa ao estabelecimento de uma Garantia para a Juventude.

A redução da percentagem de jovens (entre os 15 e os 24 anos) que não trabalham, não estudam nem seguem qualquer formação na UE (10,5 % em 2018) é, assim, um objetivo fundamental.

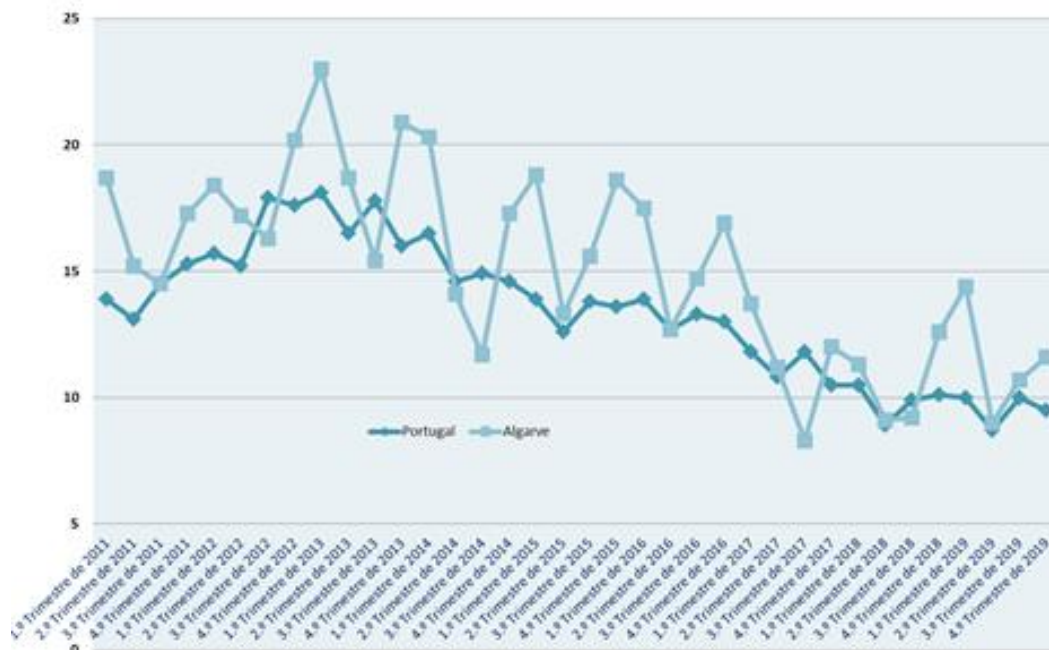
Em Portugal o *Programa Garantia Jovem* (GJ) é coordenado pelo *Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.* com o objetivo de dar aos jovens (idade alargada até aos 29 anos inclusive) uma oportunidade para apostar na sua qualificação e estar em contacto com o mercado de trabalho. Tal concretizou-se na região pelo estabelecimento de protocolos com os municípios, para sinalizar os NEET não inscritos no IEFP, isto é, os jovens que não estão empregados, nem em educação ou formação.

Algarve regista a menor procura do programa GJ

Em 2018 o Algarve continuava a ser a região que registava menor número de pedidos na Plataforma GJ seguido do Alentejo (com 39 e 46 respetivamente) e, do lado contrário, com maior atividade surgem as regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo⁴¹.

É importante referir aqui as características fortemente sazonais da economia e do emprego na região, onde se verifica um aumento da taxa de jovens NEET durante o primeiro trimestre de cada ano.

Figura 102 - Taxa de jovens com idade entre os 15 e 34 anos que não estão empregados, nem em educação ou formação (%)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Quanto à taxa NEET para a região, verifica-se que esta se situa acima dos 11% e, portanto, superior à média nacional (9,5%), bem como à taxa de não participação em atividades de educação, formação e aprendizagem, que em 2016 se situava nos 9% (igualmente acima da média nacional).

⁴¹ Garantia Jovem, Relatório Anual 2018

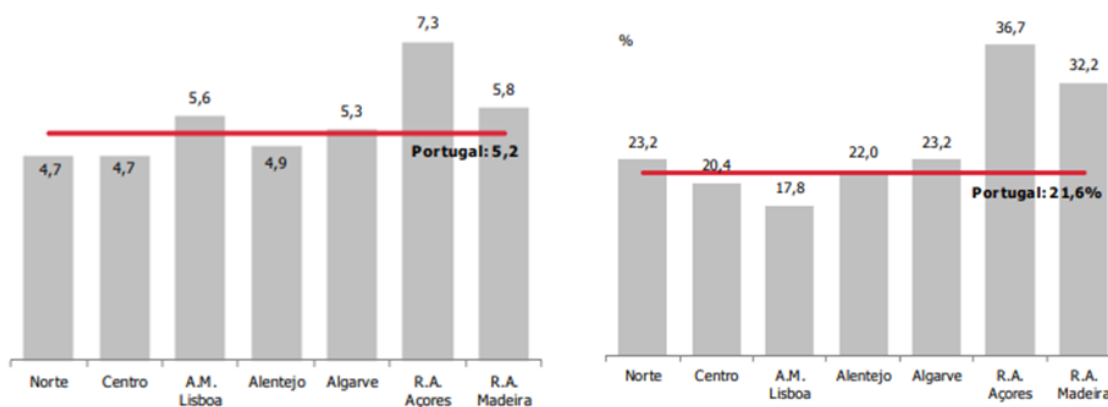
Ainda nesta matéria, releva-se o facto de, entre 2012 e 2018, a taxa de alunos de nível secundário integrados em ofertas formativas de dupla certificação de cariz profissional ter estabilizado em torno dos 36% e, portanto, longe do objetivo de atingir os 50% no final da década.

formação de dupla certificação aquém dos objetivos

Por outro lado, a forma como o rendimento e a riqueza são distribuídos pela sociedade determina até que ponto os indivíduos têm acesso igual aos bens e serviços produzidos pela economia. Um indicador relevante para aferir a disparidade de rendimentos é o rácio entre o rendimento total recebido por 20% da população com maior rendimento e o rendimento recebido por 20% da população com menor rendimento. É de assinalar que em 2018 entre os 28 Estados-membros, a República Checa e a Eslovénia são os dois países com a menor desigualdade de rendimento (3,4). Em Portugal, a desigualdade de rendimento baixou dos 5,7 em 2017 para os 5,2 em 2018 significando que os 20% com mais rendimento ganharam 5,2 vezes mais do que os 20% com menos rendimento. O Algarve constitui a região do País mais próxima da média nacional, mantendo o valor de 5,3 já verificado em 2017, sendo a Região Autónoma dos Açores a que apresenta maior desigualdade.

atenuação de desigualdades nos rendimentos

Figuras 103 e 104 - Desigualdade S80/S20, 2018 (esq^a) e Taxa de pobreza ou exclusão social, 2019 (dt^a)



Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - 2018

No caso da taxa de risco de pobreza ou exclusão social⁴², à exceção da região Centro, todas as regiões apresentaram um ligeiro aumento. Embora a média nacional não tenha sofrido alteração (21,6%), o Algarve subiu para 23,2%. No país, considerando o grupo etário, verifica-se que a taxa mais elevada ocorre entre os indivíduos entre os 0-17 anos (22,3%), tendo sido neste grupo que se verificou uma subida mais marcada (+0,4pp); a taxa desceu (-1,2pp) entre as pessoas com 65 e mais anos.

risco de pobreza incidente nas classes etárias mais jovens

6.2 Condições de trabalho

No que respeita ao capítulo relativo às “Condições de trabalho justo”, necessárias para estabelecer um equilíbrio adequado e confiável na distribuição de direitos e obrigações entre trabalhadores e empregadores, destacam-se a flexibilidade e segurança de forma a facilitar a criação de emprego, a contratação, a adaptabilidade das empresas e a promoção do diálogo social.

⁴² INE - dados (provisórios) do “Inquérito às condições de vida e rendimento”.

Figura 105 - indicadores principais do Pilar Social - condições de trabalho

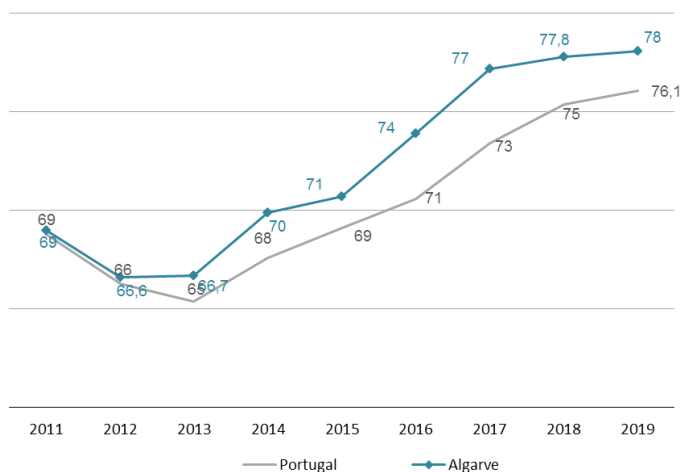
Indicadores principais do Pilar Social	Unid	Ano	UE	Portugal	Algarve
Taxa de emprego (20 - 64 anos)	%	2011 2018	68,6 73,2	68,8 75,4	69,0 77,8
Taxa de desemprego (15-74 anos)	%	2010 2018	nd 6,8	nd 7,0	nd 6,4
Medidas de ativação – participantes nas políticas de mercado por 100 candidatos a emprego	%	2011 2017	nd nd	nd nd	nd nd
Rendimento disponível bruto ajustado dos agregados familiares em termos reais	<i>per capita</i> (index =2008)	2011 2018	nd 106,26	nd 104,53	nd nd
Remuneração dos trabalhadores por conta de outrem por hora trabalhada	%	2011 2018	nd nd	nd nd	nd nd

Fonte: Social Scoreboard

Apesar da redução contínua das disparidades entre homens e mulheres, a taxa de emprego manteve-se mais elevada para os homens em toda a UE. Em 2018, 30,8 % das mulheres empregadas na faixa etária dos 20-64 anos na UE trabalhavam a tempo parcial, em comparação com 8,0 % dos homens⁴³.

Entre 2002 e 2018, a taxa de emprego da população total na faixa etária dos 20-64 anos aumentou 6,4 pontos percentuais na UE-28, passando de 66,8 % para 73,2%.

Figura 106 - Taxa de emprego (%)



Fonte: Estatísticas do Emprego, INE

A taxa de emprego no grupo etário 20-64 anos era de 78% no Algarve em 2018, a mais alta do País (75,4%), superando a meta de 75% apontada pela Comissão Europeia para 2020, tendo ainda ficado acima da média comunitária.

A região lidera ainda a taxa de emprego no grupo etário dos 15-24 anos, que era de 30,8% em 2017, a mais alta do País (25,8%) e a mais elevada da última década estatística na região. A região lidera este indicador desde 2014⁴⁴. Este emprego jovem poderá relacionar-

região lidera a taxa de emprego jovem com mais de 30 %

⁴³ Estatísticas do emprego, Eurostat

⁴⁴ INE - Estimativas Anuais da População Residente e INE - Inquérito ao Emprego, última atualização 08/02/2019.

se com a atratividade do setor terciário e a ocupação sazonal de postos de trabalho na atividade turística e no comércio, levando os jovens a abandonarem muitas vezes a escola precocemente e a desvalorizarem o ensino superior⁴⁵.

O crescimento do emprego não foi feito exclusivamente à custa do desemprego, que diminuiu em mais de 24 mil pessoas (passou de 40,8 mil em 2012 para 16 mil em 2019). Com efeito, também a população inativa disponível para trabalhar, mas que não procura emprego (nomeadamente os desencorajados não inscritos nos Serviços Públicos de Emprego), diminuiu em quase 3 mil pessoas, ao mesmo tempo que a partir de 2018 se verificou a chegada de mão-de-obra de outras proveniências geográficas.

Durante este período observaram-se fluxos intersetoriais: houve reforço do contingente associado aos serviços (+ 22 mil pessoas) e ao secundário (2,7 mil pessoas) e quebra no setor primário (-30%, -4,3 mil pessoas). A proporção de população empregada por conta de outrem foi reforçada, constituindo agora 80% (+3 pp do que em 2012), tendo diminuído a percentagem dos trabalhadores por conta própria isolados e aumentado ligeiramente o peso dos empregadores.

Todavia, a melhoria verificada nos indicadores de emprego e atividade não foi acompanhada por uma melhoria igualmente significativa dos indicadores relativos à qualidade do emprego e à demografia, enquanto instrumento para travar o envelhecimento populacional e assegurar a sustentabilidade demográfica e os recursos necessários ao crescimento da economia.

Relativamente ao desafio da sustentabilidade demográfica, releva-se a quebra da população ativa no grupo etário dos 25 aos 34 anos, que passou de 52,7 mil para 40,7 mil, o que traduz as dificuldades que a região sente em fixar os seus recursos jovens e qualificados. Mesmo o forte crescimento da população empregada entre os 15 e os 24 anos, para além de traduzir uma melhoria significativa no desemprego jovem, pode significar que os jovens, face às dificuldades sentidas no período da crise, agarraram as oportunidades criadas ao nível do emprego, muitas vezes, sem concluírem as qualificações.

quebra progressiva da população ativa

Com efeito, pese embora a evolução da população empregada por nível de escolaridade ser, no período em análise, muito favorável, com o peso da população com um nível de escolaridade menor ou igual ao ensino básico a passar de 55,1% para 45,3%, e o peso dos licenciados a apresentar uma variação positiva acima dos 17%, o facto é que o crescimento da população empregada nas profissões do grupo de “especialistas das atividades intelectuais e científicas” e dos “técnicos e profissões de nível intermédio” foi muito menos significativo e até, no conjunto, apresentou uma variação negativa. Tal traduz a dificuldade com que a região se debate na incorporação de trabalho altamente qualificado nos seus processos produtivos e, portanto, um dos desafios a vencer na próxima década.

Ainda relativamente às questões da qualidade do emprego, a análise da evolução dos indicadores relacionados com as modalidades de contrato, as remunerações e a duração do trabalho, permitem concluir que, neste capítulo, a região apresenta fragilidades, decorrentes do modelo de especialização produtiva, da estrutura empresarial e das dificuldades ainda sentidas na redução da sazonalidade.

fragilidades na qualidade do emprego

⁴⁵ Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Algarve, 2020-2024.

Em dezembro de 2019 o desemprego na UE atingiu mínimos dos últimos anos, registando uma taxa de 6,2%⁴⁶. No entanto, a situação varia significativamente em toda a Europa: na Alemanha, o desemprego é de apenas 3,1%, enquanto na Grécia atinge os 18%.

Em 2019 a taxa de desemprego desceu de 7% para 6,5%, menos 0.5 pp face a 2018, refletindo a tendência de melhoria que se tem verificado nos últimos anos no mercado de trabalho em Portugal. A população desempregada, cerca de 339 mil pessoas, teve uma quebra de 7,2% em relação ao ano anterior, enquanto na população empregada se contabilizaram 4,9 milhões de indivíduos, mais 1% (46 mil pessoas) do que em período homólogo. Ao contrário, no Algarve registou-se um acréscimo de 0,7 pp, como se pode verificar pelo quadro infra.

Como já referido, é de sublinhar as características fortemente sazonais do desemprego no Algarve, sendo a região do País onde os contratos de trabalho a termo têm um maior peso relativo, representando 21,1% da população empregada face à média nacional situada nos 15,3%.

*características
sazonais do
desemprego*

No final de dezembro de 2019, estavam inscritos nos Serviços de Emprego da região 19.479 desempregados, cerca de 6% do total nacional. De notar que quase 21% dos desempregados inscritos não têm qualquer nível de instrução ou têm apenas 4 anos de escolaridade.

Figura 107 - Taxa de desemprego (%)

Local de Residência	2018	2019
Portugal	7,0	6,5
Norte	7,3	6,7
Centro	5,6	4,9
Área Metropolitana de Lisboa	7,4	7,1
Alentejo	7,2	6,9
Algarve	6,4	7,1
Região Autónoma dos Açores	8,6	7,9
Região Autónoma da Madeira	8,6	7,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego - 4º trimestre de 2019

Apesar da redução do desemprego muito significativa, continuam a sentir-se dificuldades na satisfação das necessidades de mão-de-obra na região, que poderá ser resolvido com a melhoria da qualidade do emprego e a qualificação dos trabalhadores. Neste sentido será importante continuar a diversificar a oferta turística para captar novos segmentos, mas também potenciar a colaboração, explorando e aproveitando complementaridades entre os ciclos produtivos dos diferentes setores de atividade.

Segundo o *Relatório do Semestre Europeu de 2019, relativo a Portugal*, o desemprego dos jovens é elevado e persiste a segmentação do mercado de trabalho. Identificaram-se necessidades prioritárias de investimento para melhorar o acesso aos postos de trabalho por parte de todos os candidatos a emprego, bem como para modernizar as instituições e os serviços de apoio ao mercado de trabalho, em especial para:

⁴⁶ Os dados atingiram um valor histórico de 11% em junho de 2013.

- Aplicar medidas ativas e preventivas no mercado de trabalho, proceder à boa conceção de subvenções de recrutamento, proporcionar oportunidades de mobilidade profissional e de formação e colaborar com as comunidades locais, com vista a reforçar as medidas de sensibilização;
- Melhorar a capacidade dos serviços públicos de emprego através da modernização dos seus equipamentos informáticos;
- Intensificar a colaboração com os empregadores;
- Estabelecer parcerias adequadas e assegurar serviços de orientação e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

A diferença de remuneração entre homens e mulheres na UE é de 16%, segundo os dados mais recentes do Eurostat, estando Portugal em sintonia com a média europeia (16,2%⁴⁷). Esta diferença equivale a cerca de 59 dias de trabalho remunerado. Os dados mais recentes do *Gabinete de Estratégia e Planeamento* (GEP-MTSSS) indicam que o fosso salarial entre homens e mulheres está a diminuir, mas as mulheres continuam a ganhar menos 14,8% que os homens, a que corresponde o montante absoluto de 149,7 euros.

*atenuação das
diferenças
remuneratórias
entre homens e
mulheres*

Isto significa que a disparidade salarial em Portugal corresponde a uma perda de 54 dias de trabalho remunerado para as mulheres. As diferenças são ainda mais notórias no caso das mulheres com cargos em quadros superiores que ganham menos 617,7 euros do que os homens, assim como entre as detentoras de ensino superior, com menos 505,5 euros.

Contudo, as diferenças salariais resultam, em grande medida, dos estereótipos de género e da discriminação das mulheres em várias dimensões. Por isso, o combate à desigualdade salarial carece de uma ação estrutural e exige políticas públicas integradas e multisetoriais, tal como previsto na *Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação – Portugal Mais Igual*⁴⁸.

No sentido de promover o combate eficaz às desigualdades remuneratórias entre mulheres e homens e de contribuir para um mercado mais justo e inclusivo, entrou em vigor a Lei 60/2018 de 21 de agosto que cria, pela primeira vez, mecanismos de efetivação do princípio do salário igual para trabalho igual ou de igual valor e da proibição da discriminação salarial em razão do sexo.

O *Barómetro das Diferenças Remuneratórias entre Mulheres e Homens* (o *Gender Pay Gap*), em 2018, para o distrito de Faro era de 6,9% (em desfavor das mulheres), sendo o terceiro mais baixo do País. Este indicador exprime a diferença entre o salário médio por género, independentemente do peso que mulheres e homens têm dentro de cada setor de atividade económica, de cada profissão, de cada nível de qualificação profissional, de cada habilitação literária e de cada escalão de antiguidade no emprego.

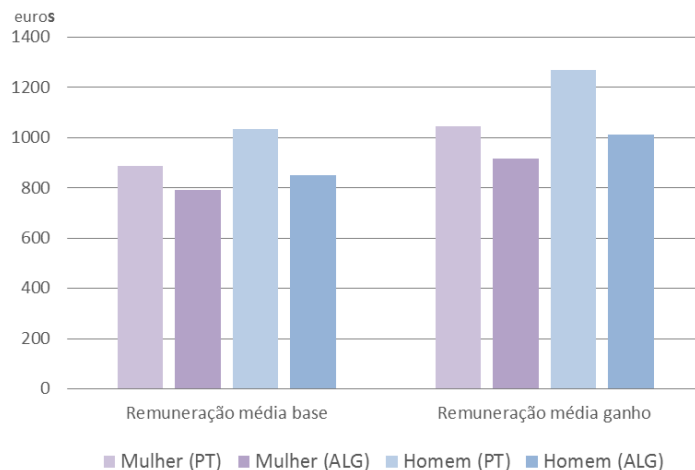
Uma explicação para estas diferenças está no facto dos cargos de chefia, gestão e supervisão serem maioritariamente ocupados por homens, que são assim promovidos mais frequentemente do que as mulheres, e portanto, melhor remunerados. Outra explicação apontada pela *Comissão para a Diferença Salarial* prende-se com o facto de ainda existir um grande desequilíbrio em relação ao tempo que mulheres e homens dedicam às

⁴⁷ Dados referentes a 2017

⁴⁸ CIG, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

responsabilidades familiares (cerca do triplo do tempo entre as mulheres), o que leva a que muitas trabalhem em regime de tempo parcial, com menos horas pagas. Uma forma de combater estes fatores passa pela conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.

Figura 108 - Remunerações em 2018, por sexo



Fonte: Elaboração própria com base no Barómetro 2020, MTSSS/GEP

Neste sentido, a União Europeia pensa apoiar e ajudar os pais e cuidadores a combinarem as suas vidas familiares e as suas carreiras profissionais com base na igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. Segundo o *Relatório do Semestre Europeu de 2019*, relativo a Portugal, identificaram-se investimentos prioritários para promover a igualdade de acesso e uma melhor conciliação entre vida profissional e familiar, incluindo o acesso a serviços de elevada qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, como os serviços de acolhimento de crianças e de acolhimento extraescolar.

De acordo com as séries retrospectivas do INE, o salário médio líquido nacional avançou 2% no terceiro trimestre de 2019 face ao período homólogo, fixando-se agora nos 909 euros mensais, sendo esta subida a mais baixa desde meados de 2017. Esta situação ajuda a explicar a contínua absorção de desempregados neste período, mesmo com o emprego a evoluir de forma mais vagarosa.

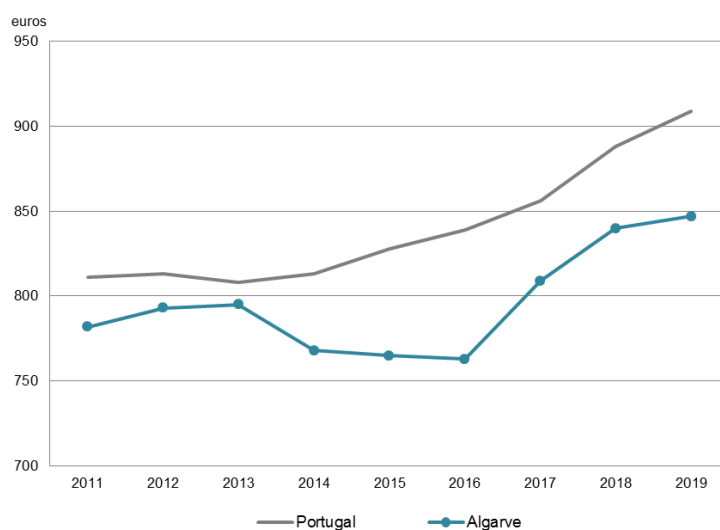
O Algarve, onde à data trabalhavam 220 mil pessoas e que não experimentava desvalorizações salariais desde meados de 2016, também se ressentiu desta compressão. O salário médio líquido dos trabalhadores por conta de outrem recuou em termos homólogos 0,1% no terceiro trimestre (para 836 euros mensais), isto já depois de uma contração de 0,8% no segundo trimestre.

Relativamente ao rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem e à duração do trabalho, a menor qualidade do emprego disponível na região tem como reflexo níveis salariais mais baixos do que a média nacional, e maior duração semanal efetiva do trabalho, componentes igualmente importantes da qualidade do emprego.

*rendimento médio
mensal líquido
inferior ao país*

A questão salarial, não sendo a única, deve gerar reflexão, na medida em que pode condicionar a fixação de profissionais de determinado perfil na região. Efetivamente, a população empregada por conta de outrem recebeu, em 2019, o rendimento salarial médio mensal líquido mais baixo do continente, sendo 63 euros inferior à média do País. Esta diferença é ainda mais significativa no caso dos Serviços (-86€), setor que acolhe 85,6% da população que trabalha nesse regime.

Figura 109 - Rendimento salarial médio mensal líquido



Fonte: Estatísticas do Emprego, INE

Assinale-se que, entre 2012 e 2019, o Algarve foi a única região em que aquele rendimento desceu em três períodos anuais. O Algarve apresentou também a subida menos marcada, quer em termos absolutos, quer relativos, quando comparado o rendimento salarial líquido naqueles dois anos, evolução que não é compatível com a recuperação económica registada.

Pese embora a melhoria dos indicadores do mercado de emprego nos últimos anos, a região possui ainda um nível de desemprego de longa duração (estrutural) particularmente preocupante, quer pelo volume, quer pela persistência.

*persistência do
desemprego de
longa duração
(estrutural)*

Assim, face ao influxo no emprego registado em finais de junho (mas também em julho e agosto, meses em que o volume de desemprego não oscila significativamente) o desemprego de longa duração, registado pelos serviços de Emprego, representaria cerca de 3,6% da população ativa (e 40% do desemprego registado), apresentando algumas características dominantes:

- Quase 1/3 das pessoas possuía idade igual ou superior a 55 anos;
- Cerca de 2/3 não possuía o ensino básico completo;
- Apenas cerca de 5% eram jovens com idade inferior a 25 anos;
- 1/3 eram beneficiários do RSI, dos quais apenas 11% estavam integrados em medidas ativas de emprego e/ou em atividades ocupacionais;
- 1/3 beneficiavam de subsídio de desemprego, sendo igualmente baixo o nível de integração em atividades socialmente úteis;
- Cerca de 10% eram deficientes, ou apresentavam problemas de saúde incapacitante.

A região encontra-se perante um impasse: não possuindo recursos internos, nem fatores de atratividade que permitam captar, em quantidade e qualidade, recursos no exterior, começa a evidenciar dificuldades em alimentar e crescer nos setores de mão-de-obra intensiva que integram o atual padrão de especialização regional, sem contudo, conseguir captar ou

mesmo reter novas competências para os setores emergentes, com maior intensidade tecnológica e, portanto, em dificuldades para sustentar uma maior diversificação da atividade económica.

Face a estas características do desemprego “estrutural”, e tendo em vista promover o seu influxo no emprego, deverá ser equacionada a criação de uma medida de política de emprego e formação integrada, de âmbito territorial, por exemplo na promoção de um envelhecimento ativo, que vise recuperar para o mercado de trabalho uma percentagem muito significativa do desemprego de longa duração. Seria igualmente importante a criação de uma medida de política de emprego que incentive e apoie uma transição mais tardia, mas faseada, do emprego para a reforma, baseada em regimes laborais parciais e flexíveis, promotores de trabalho intergeracional.

Neste contexto, e em matéria de emprego e qualificação, a região deverá assumir como prioridades para a próxima década:

- Estimular a qualidade do emprego e o aumento da empregabilidade dos ativos, em particular dos que estão em situação de desvantagem no mercado de trabalho, quer através de uma maior seletividade das medidas de apoio ao emprego, quer do estímulo à redução da precariedade e à aprendizagem ao longo da vida;
- Estimular a inserção de quadros e técnicos altamente qualificados nas empresas, nomeadamente ao nível da gestão de topo, para apoiar a sua modernização e melhoria da competitividade;
- Promover a captação de mão-de-obra altamente qualificada fora da região, através de estímulos à mobilidade permanente ou temporária;
- Reforçar a aposta na qualificação dos jovens, designadamente nas vias profissionais alinhadas com a *Estratégia de Especialização Inteligente Regional*, numa atenção particular aos NEET, e no apoio à sua inserção qualificada no mercado de trabalho.

6.3 Proteção e inclusão social

Quanto ao terceiro capítulo do *Pilar Social*, dedicado ao “Apoio público / Proteção e inclusão sociais”, são abordados temas como o acesso a benefícios sociais e serviços de qualidade, assistência à infância, assistência médica e assistência prolongada, essenciais para garantir uma vida digna e permitir que os cidadãos se sintam protegidos e participem plenamente do mundo do trabalho e, de maneira mais geral, da sociedade.

Figura 110 - indicadores principais do Pilar Social - proteção e inclusão social

Indicadores Principais do Pilar Social	Unid	Ano	UE	Portugal	Algarve
Impacto das transferências Sociais (excluindo as pensões) na redução da pobreza	%	2011 2018	nd 33,2	nd 23,8	nd nd
Crianças com menos de 3 anos em estruturas de acolhimento formais	%	2011 2017	nd 34,2	nd 47,5	nd nd
Necessidades de cuidados médicos não satisfeitas comunicadas pelo próprio (EU-SILC)	%	2011 2018	nd 1,8	nd 2,1	nd nd
Nível de competência individual nas tecnologias digitais	%	2011 2017	nd 57	nd 50	nd nd

Fonte: Social Scoreboard

O *Relatório do Semestre Europeu de 2019 relativo a Portugal* refere que, de uma maneira geral, a participação nas estruturas de acolhimento para crianças com menos de 3 anos é adequada, mas as famílias pobres dispõem de um acesso limitado às mesmas, sendo o seu provimento insuficiente nalgumas áreas. A oferta de serviços de acolhimento e educação pré-escolar (4-6 anos) situa-se abaixo da média, especialmente nas áreas metropolitanas. Os investimentos prioritários para *promover a igualdade de acesso e uma melhor conciliação entre vida profissional e familiar*, incluem o acesso a Serviços de elevada qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, como os serviços de acolhimento de crianças e de acolhimento extraescolar.

oferta de estruturas de acolhimento para crianças abaixo da média nacional

De acordo com dados publicados pelo INE⁴⁹, em 1989 a população portuguesa com idade entre os 0 e os 17 anos era de 2.594 milhões, tendo diminuído para 1.729 milhões em 2018. O declínio da natalidade foi acompanhado pelo aumento da idade das mães à data do primeiro filho, em cerca de cinco anos, bem como por alterações nas estruturas familiares, passando a proporção de nascimentos fora do casamento tradicional de 14,5% para 55,9%. Tal situação tem vindo a reconfigurar os territórios, quer a nível urbano quer rural.

Em 2017 a região do Algarve possuía 66.146 crianças e jovens no grupo etário 0-14 anos, dos quais 33.683 do sexo masculino e 32.463 do sexo feminino, representando 15% do total da população regional (439.617 indivíduos). A maior parte destas crianças e jovens residia em Loulé (10.491), Faro (9.421) e Portimão (9.140). Quando desagregamos esta população nas faixas etárias 0-4 anos, 5-9 anos e 10-14 anos, estes concelhos mantêm-se como os mais representativos.

Na observação das faixas etárias, a redução no número de indivíduos à medida que descemos nas faixas etárias acentua a perda de rejuvenescimento na base da pirâmide regional (23.558 indivíduos 10-14 anos; 22.553 indivíduos 5-9 anos; 20.035 indivíduos 0-4 anos), caminhando-se para um cenário de duplo envelhecimento.

Em Portugal a oferta educativa para crianças entre os 0 e os 3 anos de idade não faz parte do sistema educativo, sendo da responsabilidade do *Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social* (MTSSS). A oferta existente para as crianças desta faixa etária consiste na rede de Amas, Creches e Creches Familiares.

Nos últimos anos a oferta de serviços para crianças com menos de 3 anos de idade tem aumentado consideravelmente, designadamente a oferta de creche. A cobertura de respostas sociais para a primeira infância (0-3 anos) fixou-se em 49,1%, em 2017 e no Continente, evidenciando um crescimento significativo (75%), por comparação a 2007⁵⁰.

aumento dos equipamentos sociais de apoio às crianças

No entanto, em termos territoriais, a oferta não é homogénea; no Continente os territórios ao longo da faixa litoral norte e centro e em torno dos grandes centros urbanos concentram a maioria destas respostas. Se nos fixarmos no Algarve, são os concelhos de Faro, Loulé e Portimão que concentram 50 ou mais equipamentos. É nas extremidades da região que se encontram as carências mais significativas.

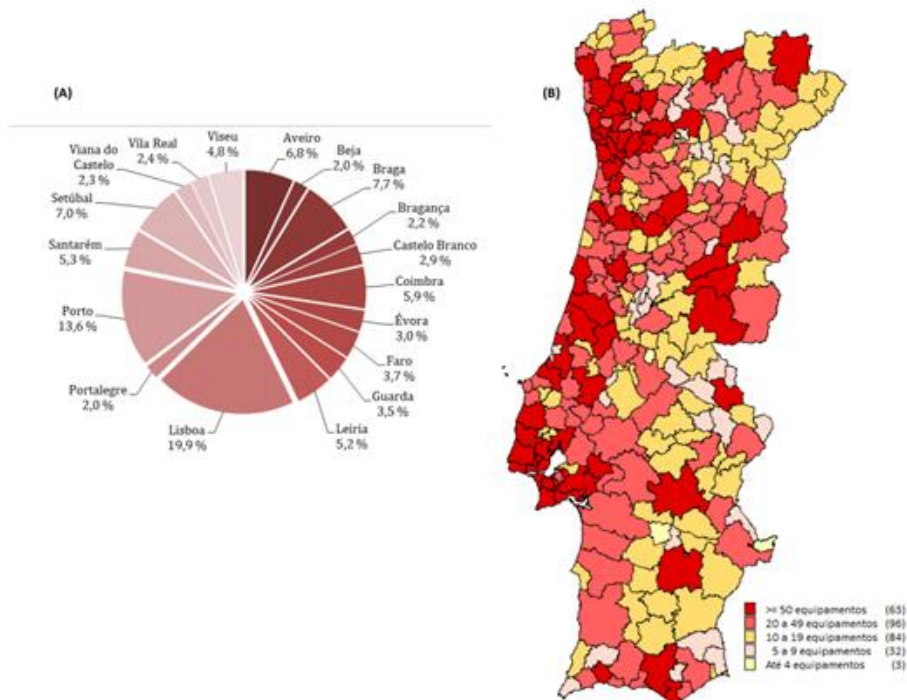
⁴⁹ 20 de novembro de 2019, dia em que se assinalaram os 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança

⁵⁰ <https://eacea.ec.europa.eu>

De acordo com o relatório de 2018 da *Carta Social*⁵¹ a região Norte apresentava a maior proporção do total equipamentos sociais (32 %), assim como de equipamentos de entidades não lucrativas (34 %). Os equipamentos de entidades privadas-lucrativas continuavam a apresentar em 2018 uma elevada concentração na área metropolitana de Lisboa (48 %).

No Algarve a taxa de cobertura em creche era de 40% em 2018; o concelho de Alcoutim apresentava a cobertura mais elevada, 93,5%, existindo nove concelhos com cobertura inferior à média. Algumas das taxas apuradas poderão estar sobrestimadas, uma vez que alguns concelhos são atravessados por movimentos pendulares, daí resultando procura acrescida de lugares em creche por parte de dependentes não residentes.

Figura 111 - Distribuição territorial dos equipamentos sociais, por distrito (A) e concelho (B), 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A taxa de cobertura referente a residências para pessoas idosas é de 7,8%, o que significa que apenas 8 em cada 100 pessoas com mais de 75 anos encontram resposta. Os 2 concelhos com cobertura mais deficitária em 2018 eram Olhão (4,5%) e Castro Marim (4,6%)⁵².

Relativamente às competências digitais, em 2017 existia na UE uma considerável divisão de competências digitais entre a população adulta que vive nas cidades (63%) e a que vive nas áreas rurais (49%)⁵³.

*competências
digitais para
melhorar a
produtividade*

As tecnologias da informação e comunicação afetam a vida quotidiana das pessoas tanto no trabalho como em casa, uma vez que as utilizamos quando, por exemplo acompanhamos as

⁵¹ Rede de Serviços e Equipamentos – Relatório 2018, elaborado pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP), Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)

⁵² Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Algarve, 2020-2024.

⁵³ https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Digital_economy_and_digital_society_statistics_at_regional_level

notícias ou fazemos compras *on-line*. Mas o benefício dessas inovações tecnológicas depende, em certa medida, de uma conexão rápida e confiável à Internet (fixa ou móvel) pelo que o acesso TIC é considerado fundamental para melhorar os níveis de produtividade e a competitividade das regiões. A nova realidade económica exige às empresas o investimento inteligente e na digitalização que lhes permita o crescimento sustentável dos seus negócios. Potencia igualmente novas dimensões não apenas de cariz económico como social e político, que possibilitam novas formas de trabalhar, socializar e compartilhar informações, independentemente da localização geográfica. À medida que uma parcela crescente das tarefas diárias é realizada exclusivamente *on-line*, as competências digitais e o acesso à tecnologia tornam-se cada vez mais importantes como forma de permitir que todos participem da sociedade digital, combatendo a exclusão resultante e evitando a chamada *divisão digital*.

Constata-se que Portugal possui um grande défice em competências digitais, prevendo-se que mais de 90% dos postos de trabalho na UE as exijam. Segundo os dados da *Agência Nacional para a Qualificação e Formação Profissional (ANQEP)* o País apresenta:

- 895.140 adultos (cerca de 10% da população) com nenhum nível educativo e quase 500.000 não sabem ler nem escrever (ou seja cerca de 5% da população);
- 33% dos portugueses com idades entre 25 e 34 anos concluíram o ensino secundário (OECD 2016);
- 52% da população entre os 25 e os 64 anos não concluíram o ensino secundário (Eurostat 2015);

Estes adultos têm dificuldades significativas em competências básicas, de literacia, matemática e digitais, enfrentando assim obstáculos para integrarem o mercado de trabalho e a sociedade moderna da informação e do conhecimento, tendendo a não participar em atividades de Formação ao Longo da Vida. (OCDE, *Skills Strategy*).

Devido ao avanço tecnológico, algumas das profissões atuais tendem a desaparecer, tornando-se fundamental formar profissionais versáteis, repensar os desafios atuais colocados pelas empresas e empregadores, numa economia cada vez mais global e digital⁵⁴, carente de mão-de-obra altamente qualificada. As competências, projetadas até 2030, estão associadas ao próprio exercício da cidadania. Um País com cidadãos mais aptos no mundo digital é também um País com pessoas mais incluídas, mais participativas e mais capazes de lidar com a sociedade⁵⁵.

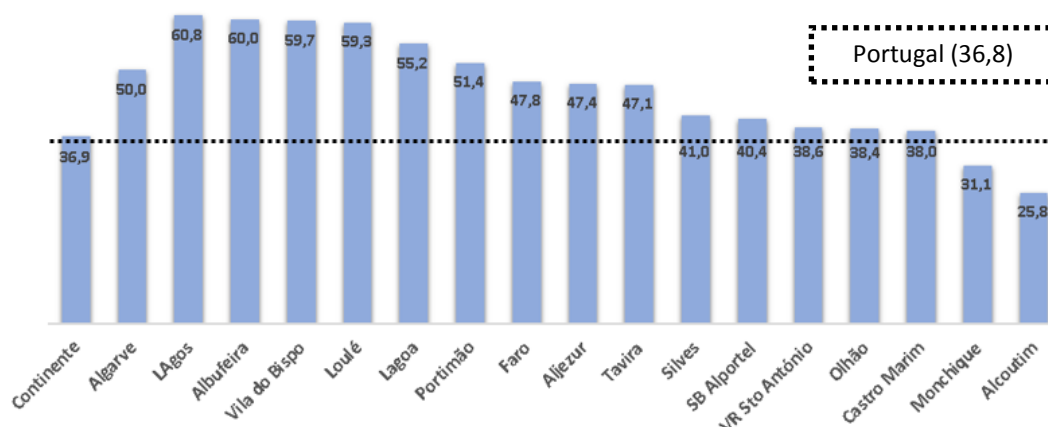
No Algarve, segundo o INE, em 2018, os concelhos de Lagos e Albufeira são os que apresentam maior acesso ao serviço de Internet em banda larga em local fixo por cada 100 habitantes.

Quanto aos agregados domésticos privados com ligação à Internet através de banda larga o Algarve foi a Região que menos cresceu na última década. Mesmo assim, 77,7% dos agregados domésticos privados têm ligação à Internet, em linha com a média nacional que se cifra nos 78%.

⁵⁴ www.oecd.org/skills

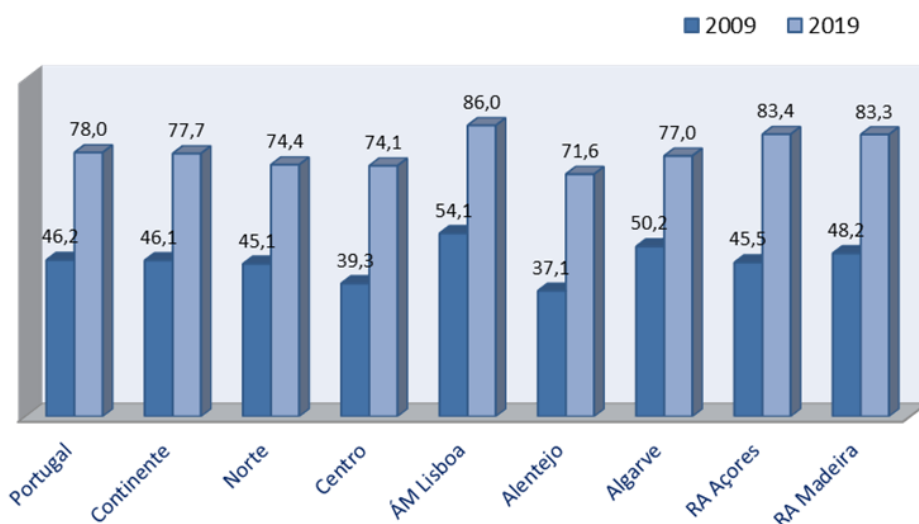
⁵⁵ Comissão Europeia, "Grand Coalition for Digital Skills and Jobs", "Digital Skills and Jobs Coalition".

Figura 112 - Acesso ao serviço de Internet em banda larga em local fixo por cada 100 habitantes



Fonte: INE, Indicadores de comunicações por município, 2018

Figura 113 - Agregados domésticos privados com ligação à Internet através de banda larga



Fonte: INE, PORDATA (Última atualização: 2019-12-02)

6.4 Desafios Sociais

Os desafios sociais e as assimetrias regionais persistentes desde final dos anos sessenta, com o declínio da atividade agrícola e industrial e o envelhecimento e o despovoamento, reforçados por dinâmicas migratórias e alterações profundas nas configurações das classes, famílias e nas relações entre gerações, levaram a uma nova reconfiguração estrutural da sociedade portuguesa e dos territórios, quer a nível urbano, quer rural.

*desafios sociais
com distribuição
assimétrica*

O *Relatório do Semestre Europeu* refere o envelhecimento demográfico como um desafio urgente e com muitas desigualdades no acesso aos serviços de interesse geral, em particular aos cuidados de saúde. Neste foram identificadas necessidades prioritárias de investimento para promover o acesso equitativo e atempado a cuidados de saúde de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis, nomeadamente a cuidados de longa duração, bem como políticas para promover o envelhecimento ativo e saudável, em especial para:

*envelhecimento
demográfico como
desafio urgente*

- Apoiar a requalificação e a melhoria das competências dos profissionais da saúde e dos cuidados de longa duração, contribuindo para a sua permanência e assegurando assim uma prestação adequada de serviços;
- Apoiar a execução de estratégias nacionais com vista ao envelhecimento ativo;
- Realizar investimentos em infraestruturas nos setores da saúde, da assistência social e dos cuidados de longa duração, incluindo os serviços de proximidade e o equipamento médico no setor da saúde, com vista a reduzir as desigualdades neste domínio;
- Melhorar a prestação de cuidados integrados.

Segundo a *Fundação Robert Schuman*, em nenhum País da União Europeia (UE) o número de nascimentos é suficiente para assegurar a renovação das gerações. Com a população em declínio, o velho Continente, cada vez mais envelhecido, perderá 50 milhões de habitantes em idade ativa até 2050, caminhando a Europa para um “suicídio demográfico”.

Um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do País, e mais agravada nos territórios de baixa densidade, vem do baixo nível de qualificações escolares e profissionais da população, sendo urgente investir nos domínios educativo, do emprego e da proteção social⁵⁶.

Os dados sobre a educação permitem perceber que existem grandes desigualdades entre as regiões. É igualmente importante analisar as desigualdades dentro de cada região e a forma como essa estrutura de desigualdades é comparada entre as várias regiões.

Numa análise do desfasamento nas idades de frequência dos vários patamares de escolaridade, do pré-escolar ao ensino superior, verifica-se que, nas situações em que essa diferença é nula ou residual, a incidência percentual de “escolarização real” se aproxima dos 100%, ou seja, o total de crianças e jovens da respetiva coorte geracional ou intervalo de idades estão a frequentar o nível de escolaridade que era esperado.

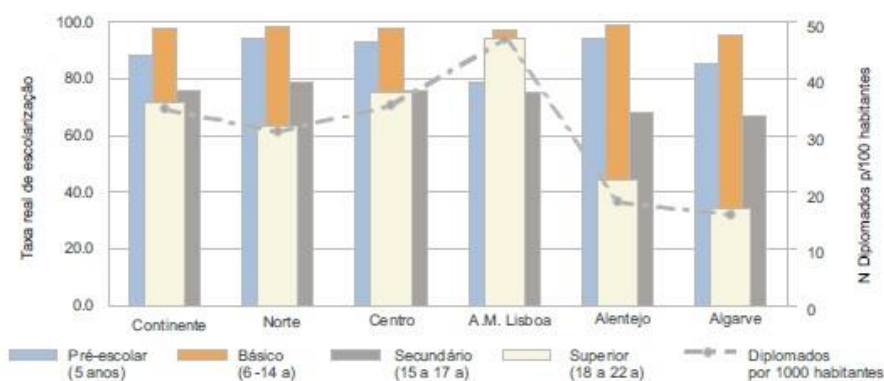
A comparação entre regiões regista fortes assimetrias. Verifica-se que quase 1/4 dos jovens do Continente com idades entre os 15 e os 17 anos, idades em que esperaríamos que frequentassem cursos de nível secundário, não estão neste patamar de escolarização. Nesta faixa etária, mais do que abandono escolar precoce, o fenómeno evidencia a forte incidência de retenções escolares em ciclos de ensino anteriores, ao longo do nível básico. Sendo uma questão transversal às várias regiões, a sua incidência é ainda assim bastante desigual, opondo nos extremos o Norte (com 79% de taxa real de escolarização no ensino secundário) e o Algarve (com 67%).

Relativamente ao rácio de diplomados por cada 1000 habitantes, no ano letivo 2015/16, foi de 94,2% na região de influência da capital e 31,9% no extremo sul do País. Ou seja, muito aquém do que constitui a narrativa oficial em relação às metas sociais de um País que se descreve no contexto da “sociedade de informação e do conhecimento” e que vê no incremento da população com diploma de estudos superiores uma estratégia nuclear de reposicionamento competitivo, quer no quadro de referência da Europa, quer no mundo⁵⁷.

⁵⁶ Retirado do PAR

⁵⁷ Desigualdades sociais e desenvolvimento em Portugal: um olhar à escala regional e aos territórios de baixa densidade

Figura 114 - Taxa real de escolarização em 2016 e Diplomados por 1000/hab em 2015



Fonte: DGEEC

Será também importante pensar a saúde em todas as políticas, dos ambientes saudáveis, dos estilos de vida saudável e da necessidade de orientação dos serviços de saúde para a prevenção e promoção da saúde (OMS, 2017).

dieta mediterrânica e adoção de estilos de vida saudáveis

Fatores como o local de residência, o meio envolvente, o estilo de vida, a genética, a educação, o nível socioeconómico ou a rede social de apoio, são alguns dos determinantes fundamentais. Destes importa destacar os Estilos de Vida (alimentação, atividade física, sono, gestão de stresse ou tabagismo), que representam em si uma importante oportunidade de promoção da saúde. Esta deverá ocorrer ao longo do percurso de vida, atenuando fatores de riscos comuns, incidentes, por exemplo, em doenças crónicas (cerebrocardiovasculares, oncológicas, respiratórias e diabetes). A obtenção de ganhos em saúde pela adoção de estilos de vida saudável deve influenciar positivamente a saúde e um desafio da pessoa, da família e da comunidade, numa atitude preventiva, constituindo uma oportunidade para o desenvolvimento e valorização da Dieta Mediterrânica.

Por sua vez, a aposta na literacia em saúde, nomeadamente através da educação e formação ao longo do ciclo de vida, promovem o incremento da capacidade de decisão saudável e otimizam as oportunidades de participação e segurança para a melhoria da qualidade de vida, quer por via do projeto individual de cuidados de cada cidadão, quer por via da sua gestão na utilização dos serviços de saúde.

De igual forma, o Algarve foi distinguido em 2019, pela Comissão Europeia, como um *Centro de Referência para Envelhecimento Ativo e Saudável*. Esta iniciativa, cujo objetivo é promover a inovação e a transformação digital no domínio do envelhecimento ativo e saudável, resultou de uma parceria alargada com mais de 60 entidades, que tem como principais focos a melhoria da saúde e a qualidade de vida, com ênfase nos idosos; o apoio à sustentabilidade a longo prazo e à eficiência dos sistemas de saúde e assistência social; e o reforço da competitividade da indústria, através de negócios e expansão em novos mercados.

Algarve "reference site" para o envelhecimento ativo

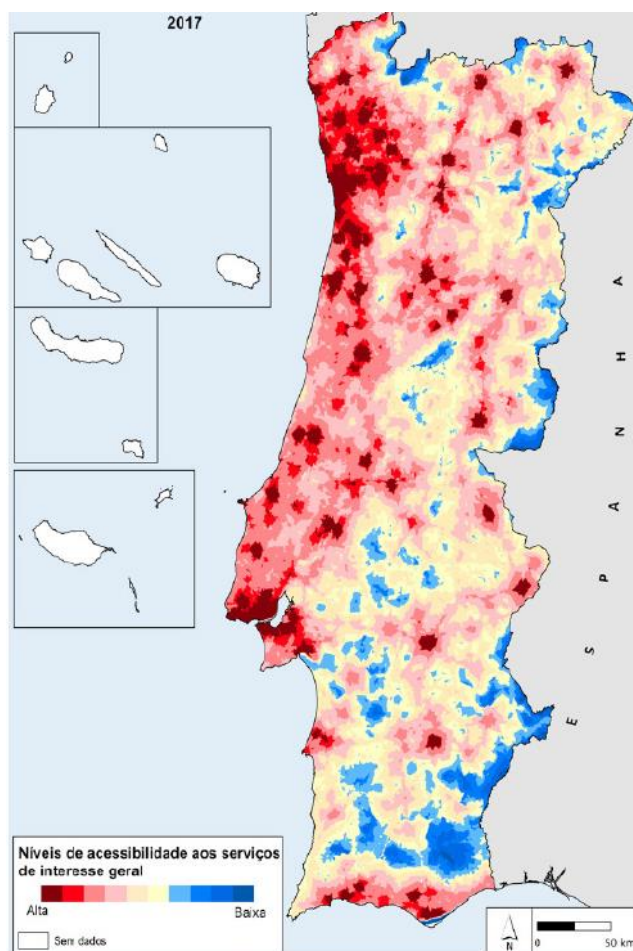
Na política de saúde importa prosseguir na obtenção da igualdade dos cidadãos no acesso aos cuidados de saúde, independentemente da sua condição económica e do local onde residem, bem como garantir a equidade na distribuição dos recursos e na utilização dos serviços de saúde, dotando a região de instrumentos tendentes a uma melhor capacidade de

resposta, adequada às expectativas e necessidades dos utentes. Além das infraestruturas e equipamentos, o reforço da capacidade tecnológica e dos serviços digitais, quer nos processos clínicos, quer nos processos administrativos e de gestão, assumem um papel determinante.

Uma resposta de qualidade nos serviços de saúde perspectiva-se, nomeadamente com a procura de novas soluções e eficiência dos recursos, que permitam uma adequação no âmbito das técnicas de diagnóstico e terapêutica, quer nos cuidados primários, quer nos hospitalares, mas também na promoção da investigação e desenvolvimento tecnológico para a implementação de novas técnicas cirúrgicas, menos invasivas, tratamentos e/ou abordagens terapêuticas, ou ainda, explorar as possibilidades colocadas pela tele saúde.

Muitos dados desta análise fazem parte dos chamados Serviços de Interesse Geral⁵⁸ (SIG) de âmbito social que respondem às necessidades dos cidadãos mais vulneráveis e assentam nos princípios da solidariedade e da igualdade de acesso, podendo estes ser de natureza económica ou não económica, como por exemplo, os regimes de segurança social, os serviços de emprego e habitação social.

Figura 115 - A acessibilidade aos Serviços de Interesse Geral, 2017



Fonte: DGT (2018); Relatório do Desenvolvimento & Coesão 2018, produzido pela AD&C

⁵⁸ Serviços de interesse geral são serviços que as autoridades públicas dos Estados-Membros classificam como sendo de interesse geral e, por conseguinte, sujeitos a obrigações específicas de serviço público. Tais serviços podem ser prestados quer pelo Estado, quer pelo setor privado. Há três categorias de serviços de interesse geral: económicos, não económicos e sociais.

Os Serviços Sociais de Interesse Geral no contexto da União Europeia são uma componente essencial do modelo social europeu. São vistos como estabilizadores em tempos de recessão económica e vitais para atender aos objetivos da coesão social, económica e territorial, o pleno emprego, a inclusão social e o crescimento económico.

serviços sociais de interesse geral como fator de coesão social, económica e territorial

Desempenham igualmente um papel crucial na melhoria da qualidade de vida, na proteção social e indispensável para a continuação do princípio da equidade. Para tal importa, no âmbito de planeamento de políticas públicas, ter em conta as assimetrias territoriais e demográficas e encontrar novas formas para estes desafios.

Nas últimas décadas, os SIG tiveram um desenvolvimento notável devido a investimentos levados a cabo pela administração central e local, constituindo per si um instrumento para o ordenamento territorial, sendo muitas vezes decisivos para a atratividade dos centros urbanos, tornando-se responsáveis pelas dinâmicas de desenvolvimento regional.

No País, o acesso a estes Serviços é marcado por uma realidade que observa duas velocidades: a faixa litoral ocidental e meridional a beneficiar de maior disponibilidade e acessibilidade e o restante território onde é possível percecionar as dificuldades no acesso aos serviços, sobretudo nas áreas raianas.

Se olharmos para a região do Algarve vemos que esta não foge à regra e é nos polos urbanos do litoral que encontramos maior acessibilidade aos Serviços, incidindo sobretudo na faixa compreendida entre Lagos e Olhão, e no eixo do Barrocal (Silves, Loulé e São Brás de Alportel). Perante os grandes desafios societários enfrentados, esta questão obriga-nos a repensar o papel das iniciativas, tanto privadas como sociais, na provisão destes serviços e a melhor maneira de reforçar a competitividade e a sua capacidade de resposta, podendo as iniciativas de empreendedorismo e inovação social, robustecer uma economia social cada vez mais exigente.

Atualmente temos um modelo de provisão a ser desafiado em várias frentes, uma delas no domínio demográfico, devido à perda e ao envelhecimento da população, sobretudo em territórios de baixa densidade, com impacto ao nível da procura, questionando a oferta e a eficiência económica dos serviços. Olhando para o outro extremo da classe etária, onde registamos valores muito abaixo do esperado, encontramos o desafio do sistema educativo e da rede de serviços sociais de apoio. Por outro lado, as regiões densamente povoadas registam fluxos migratórios que colocam pressão acrescida na provisão e exigem mais investimento social, sobretudo ao nível da saúde.

É legítimo aspirar a um envelhecimento ativo, autónomo e saudável, a uma vida longa e feliz e a ciência faz o seu melhor para torná-la possível. Também no domínio da saúde temos novas ameaças, não só as já conhecidas (resultantes do impacto crescente do envelhecimento da população, doenças como as demências, ou as doenças provocadas por «superbactérias» resistentes aos antibióticos), como as doenças emergentes virais, que assumem caráter pandémico (COVID-19), com consequências sociais, económicas e no sistema de saúde, da maior relevância.

É verdade que o investimento em investigação e inovação na área da saúde vai ajudar a desenvolver novos tratamentos médicos, mais eficazes e seguros, a preservar a saúde e a assegurar a viabilidade dos sistemas de saúde, seja pela criação de modelos de avaliação

de impactes sociais e territoriais, por exemplo, ou pela exploração do potencial das tecnologias de informação (teleassistência, telesaúde, serviços *online* e outras). Mas esta nova maneira de pensar e trabalhar exige competências adequadas para aceder a serviços sociais digitais, colocando desta maneira as novas tecnologias ao serviço da sustentabilidade e acessibilidade dos SIG⁵⁹.

No domínio ambiental, e com o agravamento das condições climáticas, podem intensificar-se os fluxos migratórios e, conseqüentemente, o despovoamento de territórios de baixa densidade, exigindo-se novas soluções por parte dos SIG, por exemplo através da adaptação das infraestruturas e dos serviços sociais e de saúde.

Finalmente, no domínio socioeconómico Portugal regista níveis elevados de desigualdade social, com uma população com baixos níveis de qualificação e um mercado de trabalho marcado pela precariedade e segmentado (realidade bastante destacada para a região do Algarve) sendo fundamental ter um quadro de profissionais com as competências exigidas pelo mercado de trabalho, que se encontram em constante mutação. É de salientar que a maioria das empresas valoriza um conjunto de competências que vão para além das competências técnicas, dando, portanto, enfoque a competências pessoais, relacionais e até sociais, como é o caso das atividades de voluntariado. É essencial, de maneira a fazer face a desafios e riscos emergentes, a formação/capacitação na Administração Pública, nos atores locais bem como as entidades da sociedade civil com fins públicos e não lucrativos, conhecidas como organizações do terceiro setor.

Para caminharmos na direção de uma sociedade socialmente coesa serão necessárias soluções multidimensionais, envolvendo a família, a comunidade e a escola, facilitar a transição para a vida ativa com novas oportunidades de formação ao longo da vida, reorientando a formação para áreas com maior empregabilidade, adaptando desta forma o capital humano à evolução das necessidades do mercado de trabalho.

Neste âmbito, é urgente repensar a região, podendo a tecnologia ajudar a fixar novas famílias nas baixas densidades, com base numa estratégia demográfica que aumente a capacidade de oferta de serviços de educação, habitação a preços acessíveis e que aumente a oferta de cuidados de longa duração. Estes serviços, aliados às amenidades territoriais, atuarão como fator atrativo para investimento, mão-de-obra qualificada, levando a maiores oportunidades de emprego, inovação e conhecimento.

*tecnologias no
suporte à saúde*

Mantendo-se o Algarve como uma região em transição, será necessária uma área social que contribua para um Crescimento mais Inclusivo, que assegure condições de equidade e de subsidiariedade, reduzindo as assimetrias, a exclusão social e as diferenças entre territórios, que garanta a criação de emprego mais sustentável no tempo, com respeito pela economia social e pelas relações de proximidade com o território, capacitando os recursos humanos e as organizações para melhorar a sua integração à escala global⁶⁰, desafios reforçados face às novas problemáticas societais.

⁵⁹ Relatório de Desenvolvimento e Coesão, IP (AD&C) de dezembro de 2018

⁶⁰ Retirado do PAR

A network diagram consisting of numerous small, semi-transparent nodes connected by thin, light-colored lines. The nodes are scattered across the frame, with some clusters and many isolated points. The background is a solid, dark blue color. The text 'Um Algarve mais próximo das pessoas' is positioned in the lower right area of the image.

Um Algarve mais próximo das pessoas

7. Um Algarve mais próximo das pessoas

Para o Algarve, no âmbito do OP 5 – uma europa mais próxima dos cidadãos, nos termos previstos nas *Recomendações do Semestre Europeu dirigidas a Portugal* (COM), o desafio passa por concertar uma visão dinâmica, una, compatível com as diferentes aspirações dos atores territoriais e setoriais multinível, em prol de um desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras. Tal objetivo passa sobretudo pela operacionalização das áreas de atuação consideradas da esfera municipal, dado o seu papel determinante e de proximidade na prossecução de abordagens que respondam às vulnerabilidades territoriais e às necessidades dos diferentes públicos e comunidades.

*papel
determinante da
esfera municipal*

A competitividade territorial e o posicionamento estratégico da região passam igualmente, pela capacidade de mobilização dos diferentes Objetivos de Política, para responder de forma conjunta aos desafios regionais, nomeadamente através da concertação dos OP1, OP2, OP3 e OP4, por um Algarve mais inteligente, mais hipocarbónico e resiliente às alterações climáticas, mais conectado e mais sensível às questões inerentes ao pilar social.

A estruturação de um contexto territorial atrativo, infraestruturado e com suporte técnico especializado por parte dos municípios, alicerçada em projetos e redes já estabelecidas, por exemplo no âmbito do *Algarve Acolhe* ou da *Rede Investalgarve*, poderá favorecer a atração e fixação de empresas geradoras de emprego e oportunidades de negócio, bem como profissionais altamente qualificados. Acresce a *Plataforma T-Invest*, com os mesmos fins, em desenvolvimento pelo Ministério da Coesão Territorial. O contexto de inovação não deverá ser descurado, detendo a Universidade do Algarve, um papel determinante.

*redes de apoio às
atividades
económicas*

A assunção de um quadro favorável para a inovação territorial, poderá beneficiar da permeabilidade inerente à provisão de serviços de interesse geral, cuja afetação aos diferentes polos do sistema urbano regional deve obedecer a um racional concertado com os setores responsáveis - Educação, Saúde, área Social e Cultura – procurando a eficiência das redes de serviços públicos e assegurando equidade e igualdade na cobertura e condições de acesso, sejam estes providos de forma tradicional ou inovadora. É precisamente neste âmbito que o Algarve pode posicionar-se de forma competitiva, através da dinâmica registada pelas empresas da área tecnológica, inovando na oferta de soluções e produtos para as pessoas, empresas e entidades prestadoras de serviços.

Embora algumas problemáticas detenham caráter transversal na região, o seu efeito, impacte e resolução, carecem de abordagens diferenciadoras, consoante estejamos em contexto urbano ou rural, no interior ou no litoral. Veja-se a título de exemplo a questão da sustentabilidade demográfica, em que o envelhecimento marca negativamente toda a região, mas com diferenciações muito acentuadas ao nível das respostas e soluções disponíveis, quer estejamos no litoral urbano ou no interior rural.

As particularidades territoriais da região devem dar provimento a soluções de governança, participadas e conducentes à identificação, e sobretudo à resolução, das problemáticas das comunidades e do território, envolvendo os atores chave, que as conhecem, e por isso estarão melhor posicionados para lhes fazer frente. Dever-se-ão fomentar ferramentas participativas como forma de aproximar os cidadãos dos decisores.

Alinhando os diferentes objetivos de política, o Algarve, mais do que seguir tendências de planeamento, tem de visitar as abordagens recentes, muitas das quais ainda só iniciaram caminho, e capacitar os atores regionais para encontrar instrumentos robustos que sirvam, as problemáticas, o território e as comunidades, posicionando-os para enfrentar os desafios sociais e as vulnerabilidades vigentes.

Com esse objetivo surgiu o *Projeto “Articular para Intervir III”*, apoiado pelo Programa Operacional Regional. Na parceria liderada pela CCDR Algarve, reforçam-se os laços territoriais e aproxima-se a administração do território, em rede e de forma subsidiária, através das três Agências de Desenvolvimento Local do Algarve (ADL): Associação In Loco, Associação Terras do Baixo Guadiana e Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste, enquanto agentes descentralizados privilegiados, pela confiança reconhecida por parte dos restantes atores e população regional, com quem trabalham de forma próxima e duradoura há várias décadas.

*Articular para
Intervir - projeto de
capacitação
institucional*

Este projeto tem por objetivo estratégico reforçar as capacidades das entidades parceiras para a prossecução de uma abordagem estratégica ao modelo de governança, a delinear em rede, de forma colaborativa e participada, através do envolvimento dos *stakeholders* e comunidades da região.

Complementarmente pretende-se capacitar a parceria e as redes de atores locais, visando concretizar os seguintes objetivos específicos: a) avaliar criticamente as oportunidades e desafios colocados ao desenvolvimento regional; b) delinear estratégias que respondam de forma eficaz e preditiva aos desafios; c) concertar soluções que visem mitigar vulnerabilidades sociais, ambientais e económicas no território algarvio, em linha com as agendas regionais prioritárias; d) promover um território mais coeso e inclusivo; e) dinamizar iniciativas promotoras de um desenvolvimento regional sustentável; f) fomentar o trabalho colaborativo e em rede em prol da competitividade, sustentabilidade e afirmação regional; g) prospetivar uma visão regional de forma corresponsável com os atores e comunidades locais, por via de ferramentas participativas; h) estimular a criação de dinâmicas de cooperação institucional e a partilha de boas práticas; i) envolver os agentes regionais (institucionais e população) favorecendo a igualdade de oportunidade e o sentimento de pertença; j) inovar nas abordagens e processos metodológicos e adequá-los aos públicos, temas e territórios específicos e k) conhecer e disseminar *benchmarks* e as melhores aprendizagens nacionais e internacionais, com efeito replicador na região.

Sobretudo nos territórios mais vulneráveis, de baixa densidade, ou com problemáticas sociais relevantes, dever-se-á recuperar a dimensão de animação territorial detida no passado pelas ADL, contribuindo com apoio efetivo e de proximidade, na concretização das *Estratégias de Desenvolvimento Local* (EDL) e na promoção de dinâmicas inovadoras alinhadas com a competitividade, o empreendedorismo e a empregabilidade, tendo como base a promoção e valorização dos recursos endógenos locais e a dinamização de experiências transversais a esses territórios. As EDL carecem, também, da devida revisitação para procurar responder a essas premissas.

*recuperação da
animação territorial
e apoio de
proximidade*

Nesta linha, importa dar continuidade e aprofundar as intervenções iniciadas no atual período de programação, previstas no *Plano de Ação para o Desenvolvimento dos Recursos Endógenos* (PADRE) elaborado pela AMAL em conjunto com os Municípios.

Com este Plano de Ação pretende-se fomentar o aproveitamento dos recursos endógenos, devendo ser reforçada a articulação com os incentivos a ações no domínio empresarial, sem esquecer a componente urbana para a revitalização dos pequenos centros e contribuindo para a estruturação destes territórios de baixa densidade. A relevância da abordagem intermunicipal deve ser acentuada, propiciando o fortalecimento e impacto das dinâmicas complementares a estabelecer nos centros urbanos do interior, entre si, e destes com o litoral.

No atual quadro destacam-se as operações estruturantes de carácter intermunicipal, lideradas pelas 3 ADL já referidas, que abarcam vários Municípios dos chamados “Territórios Rurais e de Baixa Densidade”:

- *Rota Serrana de Autocaravanismo*: Rede pública de áreas de serviço para Autocaravanas” a implementar junto das sedes de freguesia da Serra Algarvia com o objetivo de fomentar a circulação e a visitação, ao longo do Eixo Transversal Serrano (EN124/267) entre Alcoutim e Aljezur, seguindo de perto o percurso da Via Algarviana – liderada pela Associação In Loco.
- *Rede Regional de Mercados*: Requalificação e valorização dos espaços existentes (Mercados do Interior – Baixa Densidade) e montagem de uma rede com vista à promoção do consumo dos produtos locais, com ações de animação ao longo do Eixo da Serra e Barrocal para residentes e atração de novos visitantes – liderada pela Associação Vicentina.
- *Ready – Turismo Ativo*: Criação de uma rede de percursos pedonais ou cicláveis, ao longo da Serra e Barrocal com pontos de apoio às atividades a desenvolver, nomeadamente Centros de apoio à atividade de BTT – liderada pela Associação Terras do Baixo Guadiana.

Com efeito, a região depara-se com importantes dilemas e desafios no domínio da qualificação do território o qual está sujeito a múltiplas tensões resultantes, nomeadamente das dinâmicas de uso e transformação do solo e dos impactes decorrentes das alterações climáticas, a que o PADRE deve procurar responder.

Os desafios de ordenamento e qualificação do território suportam a competitividade dos diversos sub-sistemas territoriais. Se por um lado, na frente dos centros urbanos, há necessidade de sustentar uma imagem atrativa e acolhedora junto dos visitantes e turistas prolongando “cartões de visita, mas também (re)criando condições físicas de habitabilidade e serviços, de gestão de sistemas e redes que alimentam a qualidade de vida dos residentes (novos, velhos e potenciais); por outro, na frente de transição Barrocal-Serra, na Costa Vicentina e no Baixo Guadiana, há necessidade de ampliar argumentos de atratividade e diversificação da base económica regional, urgência de respostas aos dilemas da desertificação e da ação climática e à proteção e gestão de riscos naturais, tecnológicos ou mistos, com ocorrência cada vez mais frequentes e com consequências cada vez mais nefastas.

Perante este conjunto de desafios é importante que as entidades que integram o sistema de proteção civil, Corpos de Bombeiros e Serviços de Proteção Civil, estejam dotadas de meios modernos e adequados e de recursos capacitados para o efeito. Além da importância de proceder ao reequipamento destes profissionais, emerge a necessidade de infraestruturas

que permitam a aquisição de conhecimentos, nomeadamente, uma unidade local de formação e um campo de treinos. De igual forma, para dotar o sistema de capacidade de decisão operacional é imprescindível proceder à revisão e atualização do Estudo do Risco Sísmico e de Tsunamis, bem como do simulador sísmico e de tsunamis do Algarve, a elaboração de cartografia de risco e a instalação de um sistema de alerta e aviso. A cooperação científica e tecnológica das instituições de investigação da Defesa Nacional, nomeadamente o Instituto Hidrográfico, pode, juntamente com a Universidade do Algarve, incrementar este desígnio, abrindo novas frentes de atuação no âmbito do referido Plano de Ação e das EDL.

Perante as problemáticas evidenciadas, a conceção deste Objetivo de Política coloca na esfera municipal a responsabilidade de, por via do seu alargado quadro de competências, juntamente com setores competentes, encontrar as respostas mais adequadas às dimensões e às especificidades diferenciadoras registadas ao nível intrarregional, em linha com o modelo territorial policêntrico proposto.

Neste contexto, também a Política de Cidades, partindo das linhas de intervenção iniciadas recentemente ao nível dos *Planos de Ação para a Regeneração Urbana* (PARU), da responsabilidade de cada Município, deverá prosseguir em três vertentes:

- Regeneração Urbana das zonas centrais (núcleos históricos e áreas ribeirinhas) procurando intensificar as atividades económicas e aumentar o número de residentes, através de ações de reabilitação articulada do edificado público e privado, bem como do espaço público, não descurando a perspetiva ambiental (criação de espaços verdes, zonas pedonais ou proteção e valorização do Litoral).
- Bairros socialmente desfavorecidos/bolsas de pobreza, através de intervenções integradas com especial atenção à habitação social, espaço público, serviços de proximidade e dinamização de programas para as pessoas, articulando os diferentes fundos da política de coesão.
- Uma dimensão mais estratégica assente na criação de redes de inovação e competitividade para ganhar escala e obter afirmação, visibilidade externa e eficiência nos serviços.

A Política de Cidades que tinha beneficiado na geração do QREN de um instrumento como as *Redes Urbanas de Competitividade e Inovação* (RUCI), que teve na região uma intervenção de referência a nível nacional, traduzida no Programa Estratégico do Algarve Central (Loulé, São Brás de Alportel, Faro, Olhão, Tavira e, posteriormente, Albufeira), que trabalhou matérias tão distintas como a simplificação administrativa, a eficiência energética de edifícios públicos, a mobilidade interurbana ou a programação cultural em rede, foi uma das áreas descontinuadas no atual período de programação.

Num contexto alargado e mobilizador de financiamento e temáticas transversais aos diferentes objetivos de política, visitar um instrumento como as RUCI, pode e deve merecer a devida avaliação e ponderação no desenho do próximo período de programação, atendendo a abordagens territoriais, ou temáticas, de âmbito intermunicipal.

Como parte indispensável ao sucesso das intervenções surge o sistema de mobilidade e transportes, eficiente e sustentável, que pugne pela descarbonização das deslocações, pelo

*política de cidades
para territórios e
comunidades
vulneráveis*

planeamento dos principais corredores destinados a modos suaves que sirvam os polos geradores de tráfego e o fomento da intermodalidade.

Os padrões de mobilidade, assentes numa região deficitária ao nível dos transportes públicos, devem ser estudados, sobretudo nos territórios do interior e na conexão destes com o litoral, num esforço de permeabilização recíproca e indutora de dinâmicas económicas, de emprego, de atração de residentes e visitantes. Tal abordagem, carece de soluções à medida, enquadradas por exemplo, por via de transporte a pedido adequado às diversas realidades registadas, quer em dimensão de procura, quer em estruturação de oferta, face ao padrão de ocupação territorial e à dispersão populacional registada.

sistema de mobilidade e transportes adequado a novos padrões e públicos

A habitação ganha também a dimensão de problema, pelo que será de encarar regionalmente, de forma concertada e proactiva, políticas de habitação adequadas e diferenciadas de acordo com o perfil dos destinatários (recuperação de edifícios nos centros históricos; recuperação de processos construtivos ancestrais com divulgação de boas práticas; dinamização do mercado de arrendamento e/ou medidas de dinamização do parque habitacional devoluto/vago nos centros urbanos; construção a custos acessíveis e dinamização da nova construção por via do investimento público, garantindo uma regulação do mercado através da definição de preços não especulativos no arrendamento).

proatividade na definição de políticas de habitação

Esta política deverá ser concertada com outras atuações, nomeadamente ao nível das amenidades urbanas/qualidade de vida nos principais aglomerados e na já referida provisão de serviços de interesse geral, que assegurem cobertura ampla de rede e com flexibilidade de horários; nas áreas da infância, da saúde e dos equipamentos sociais, suscetíveis de atrair e fixar recursos humanos qualificados, nacionais ou estrangeiros.

Estas políticas de habitação e de serviços de apoio de proximidade surgem, também, como uma resposta adaptativa a novas tendências de organização flexível de atividades e de relação com o trabalho, em que os aglomerados urbanos recuperam uma nova centralidade nas estratégias de localização dos agentes de iniciativa, pessoal e empresarial.

As particularidades da Ria Formosa, com forte ocupação urbana, económica e humana, aliada às vulnerabilidades e oportunidades de um contexto ambiental e paisagístico único, colocam em evidência a reflexão sobre a necessidade de um instrumento de política, que de forma integrada, incida neste território. Assim propõe-se a constituição de um *Programa de Valorização da Ria Formosa*, procurando mobilizar oportunidades de desenvolvimento suportadas por conhecimento científico; pela capacitação dos trabalhadores, do setor primário e de setores mais qualificados e exigentes; das atividades tradicionais como a moluscicultura; pela ação conjunta para adaptação e mitigação às alterações climáticas, num esforço combinado de descarbonização, circularidade da economia, sustentabilidade energética e ordenamento do território, qualificante e valorizador, também dos recursos e produtos endógenos, por via de processos de certificação.

Ria Formosa, laboratório vivo

Pelas suas condições biofísicas ímpares, este território possui um enorme potencial de piloto e demonstrador, para testar e desenvolver produtos e serviços inovadores, suscetíveis de escalar e afirmar a competitividade regional, conciliada com um suporte territorial altamente protegido, assim colocado em valor, potenciando um laboratório de práticas sustentáveis, assente na I&D e em processos de descoberta empreendedora local.

O incentivo ao desenvolvimento de ações conjuntas com regiões vizinhas proposto no âmbito do OP5, motivou o trabalho empreendido com a CCDR Alentejo para a conceção estratégica, em curso, de uma proposta de *Intervenção Territorial Integrada* (ITI), em torno dos desafios da água, que emergem da vulnerabilidade dos territórios a abarcar, que integram, total ou parcialmente, concelhos das NUTIII do Baixo Alentejo, Litoral Alentejano e do Algarve.

Estes territórios enquanto espaço de resiliência aos efeitos das alterações climáticas, onde o elemento água possui um papel central, caracterizam-se pelas distintas orografias, por constituírem fonte de inúmeros recursos minerais, por concentrarem a nascente de linhas de água fundamentais para as bacias dos rios Guadiana, Sado e Mira e de inúmeras ribeiras do Algarve, além do papel de retenção assumido pelas reservas de água subterrânea, em particular no Algarve. A biodiversidade é preponderante neste território, constituindo o Parque Natural do Vale do Guadiana e as duas paisagens protegidas locais da Rocha da Pena e da Fonte Benémola, espaços de preservação e conservação dos valores naturais por excelência, a que acrescem as serras do Cercal, Espinhaço de Cão, Monchique, Caldeirão e Monte Figo, salientando-se a importância dos habitats e espécies aí existentes, que justificam a sua integração em Rede Natura 2000.

A baixa ocupação populacional, o povoamento disperso e o progressivo envelhecimento promovem o abandono das terras, induzindo a processos de perda económica, social e cultural, agravadas por problemáticas tão abrangentes quanto a desertificação, o passivo ambiental e as alterações da paisagem que acentuam os riscos de incêndio.

Esta ITI deverá promover ações concertadas de aumento da resiliência dos ecossistemas aos efeitos das alterações climáticas, associando a proteção e valorização dos corredores ecológicos, a redução ou minimização de vulnerabilidades e riscos resultantes de fenómenos extremos e a promoção de intervenções e atividades económicas sustentáveis, pela gestão eficiente no uso da água (na procura); pela otimização e eficiência nos sistemas de captação e distribuição e pela promoção da reutilização de águas residuais (na oferta), assegurando o bom estado ecológico das massas de água.

As tipologias de ação a desenvolver neste âmbito deverão incidir, por exemplo, no conhecimento e investigação aplicada; no desenvolvimento de projetos conjuntos entre empresas e centros de I&D; na implementação de modelos de previsão, gestão e monitorização da qualidade da água, dos solos, dos ecossistemas e da biodiversidade; nas ações tendentes à difusão de novas técnicas, práticas e culturas; ou em ações de conservação e valorização dos corredores ecológicos.

Para tal, será fundamental criar uma infraestrutura tecnológica de produção e transferência de conhecimento, a sediar neste território, em estreita colaboração com os atuais centros de competência e com as instituições do ensino superior do Algarve e do Alentejo, potenciando o acordo já estabelecido entre as Universidades do Sul e incentivar a produção de conhecimento, *in situ*. A ITI Água, deverá contribuir para promover e atrair investimento inovador e demonstrador, coincidente com as especificidades e com as atividades predominantes nos territórios abrangidos, valorizando e densificando as cadeias de valor dos recursos e/ou produtos locais, com fatores de inovação e design, que estimulem a promoção territorial e empresarial em mercados internos e externos e atraiam novos residentes,

qualificados e empreendedores, para reverter os progressivos processos de perda registados.

Neste desígnio inter-regional que deverá ser articulado com as demais abordagens territoriais integradas, procurar-se-á salvaguardar valores, materiais e imateriais, características identitárias comuns e transversais, que se prolongam além das fronteiras físicas e administrativas, devendo por isso ser olhadas de forma una e conjunta, mitigando limitações burocráticas e favorecendo as comunidades locais, as empresas, as organizações do território e a produção científica local, aliando o trabalho desenvolvido em prol da inovação territorial pelos *clusters*, centros de competências e grupos operacionais.

Esta abordagem integra-se num quadro catalisador proporcionado pelo OP5, mobilizando em simultâneo os OP1, 3 e 4. Numa lógica plurifundo, considera-se fundamental integrar toda a arquitetura de financiamento dos FEEI, independentemente da sua proveniência em termos financeiros, mas que sirva as duas regiões e propicie um planeamento integrado e concertado das políticas públicas e ações a adotar. O foco deverá alocar-se aos objetivos a atingir e não aos atores a envolver na sua gestão, que devidamente mobilizados e sem restrições de âmbito, podem potenciar resultados e aumentar níveis de desempenho e de convergência inter-regional. Com este fim, além das duas CCDR, foram envolvidas na discussão estratégica, as ADL das duas regiões com responsabilidade na gestão dos Grupos de Ação Local Rurais.

Acresce ainda a dimensão da cooperação territorial europeia, estimulada pelo Artigo 17 (3) da proposta de regulamento (2018) 375 Disposições Comuns, que estabelece a integração da cooperação territorial na Política da Coesão, nos programas “*mainstream*”, convergindo, igualmente, para a integração da correspondente estratégia de bacia marítima, no caso de Portugal, da *Estratégia Atlântica*, constituindo uma responsabilidade, não só do Interreg, mas de todos os programas, favorecendo uma cooperação adicional. Este *embedding* não significa redução do orçamento disponível para a programação, mas sim, uma maior coordenação e enquadramento de políticas e de procedimentos, maximizando a visibilidade e impacte territorial e social dos projetos.

*embedding com
cooperação
territorial europeia*

Desde logo, os mais de 30 anos de cooperação transfronteiriça entre as regiões do Algarve, Alentejo e Andaluzia, permitem alinhar abordagens estratégicas para os territórios de fronteira, inovando nas escalas de atuação (da eurocidade, à eurrregião ou à macrorregião alargada a Extremadura espanhola), mas também na alocação de fundos e na sua gestão, privilegiando ações concertadas com os desafios sociais vigentes. Uma RIS3 Transfronteiriça para a Eurrregião AAA ganha relevância propiciada pela incorporação desta dimensão na estratégia regional.

*promoção da RIS3
transfronteiriça da
Euro AAA*

Reforça-se, uma vez mais, que será da conjugação dos diferentes Objetivos de Política que se obterão maiores ganhos, de escala e impacto, na promoção de um desenvolvimento regional sustentável.



IV. A governação do Algarve 2030

IV. A GOVERNAÇÃO DO ALGARVE 2030

O Algarve tem vulnerabilidades territoriais e administrativas. Apesar de neste quadro de financiamento ter testado abordagens territoriais diferenciadas do resto do País⁶¹, deve, com base na abertura do OP5, ousar e equacionar fazer diferente, cruzando dimensões experimentais e não formais, para as quais importa encontrar espaço de diálogo e sobretudo tomadores diligentes que sejam capazes de implementar um modelo de governança assente em novas geografias, em função de velhos e novos desafios, para a promoção da coesão territorial.

*gestão inovadora
com novas
geografias e atores,
para abordagens
temáticas e
territoriais*

Não constituindo uma abordagem revolucionária no contexto da programação, é, no entanto, uma alteração de paradigma significativo no percurso que Portugal tem feito, assente no empoderamento dos níveis formais (áreas de competência e intervenção das CIM e dos Municípios). O que se propõe é complementar essas abordagens formais (centradas no nível de governo Municipal, CIM e Regional) com dimensões não formais, à escala supra NUTS II (por exemplo com o Alentejo ou com a Andaluzia) ou infra NUTS III, obrigando a identificar territórios piloto, questões estruturantes, novos atores e novos modelos de governança, como poderá resultar numa abordagem intermunicipal integrada, à imagem, por exemplo, da bem-sucedida experiência da RUCI do Algarve Central, ou do programa proposto para a Ria Formosa.

Como vimos, potenciam-se abordagens temáticas, inter-regionais e transfronteiriças, que só por si, conduzem a uma gestão inovadora, e uma perceção e aferição dos impactos das políticas públicas a escalas diferenciadoras. O próprio PNPT identifica os territórios vulneráveis às mudanças críticas, indiciando a necessidade de adotar um sistema de governança adequado à implementação territorializada de medidas de política pública multissetoriais e multi-escalares, o que confere a estas novas abordagens, capacidade redobrada para alavancar (mesmo que em territórios piloto) a resposta a alguns desafios sociais. Para uma abordagem temática, considera-se fundamental conhecer e avaliar problemáticas e oportunidades contíguas comuns, permitindo ganhar escala, eficiência e contribuir para aumentar níveis de desempenho e de convergência.

Esta abordagem territorial alargada, potencia igualmente um modelo de gestão baseado em dimensões de plurifundo, promotoras de perceções e aferição dos impactos das políticas públicas a escalas diferenciadoras, eventualmente mais próximas e consentâneas com as especificidades locais, supramunicipais, intra e inter-regionais.

Uma arquitetura flexível e subsidiária ao nível da programação estratégica e posteriormente na governança dos fundos, reforçará, por um lado, o trabalho cooperativo e em rede, por outro, a afirmação identitária, no seio de contextos escalares distintos.

Assim, a implementação de uma estratégia integrada para a próxima década carece de um modelo de governança sólido, assente numa base colaborativa e corresponsável entre os diferentes níveis da administração (nacional, regional e local), traduzido sobretudo na articulação multinível entre o papel liderante e coordenador da NUT II assumido pela CCDR Algarve, o papel de gestão de proximidade ao nível da NUT III, liderado pela CIM-AMAL e

⁶¹ Como é o caso da implementação do PADRE (PROVERE no resto do País), condicionado às Estratégias de Desenvolvimento Local dos Grupos de Ação Local Rurais

ainda o relevante papel de animação territorial a desempenhar pelas entidades gestoras dos Grupos de Ação Local (GAL), já fortemente enraizadas, sobretudo nos territórios de baixa densidade, nas comunidades piscatórias e nos bairros urbanos desfavorecidos. Tal papel traduz um processo dinâmico de intervenção, apenas passível de acontecer, se nascer do encontro de sinergias entre os diferentes atores⁶². O conhecimento técnico instalado nos organismos regionais deve ser mobilizado, reforçando e afirmando a especificidade e competência diferenciada.

Acresce ainda o modelo de governança a desenvolver para a gestão dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), que em linha com os anteriores períodos de programação financeira, não deve ser alheio à escala e às especificidades regionais do Algarve.

De igual forma, estabelecer paralelismos e leituras críticas entre essas especificidades regionais e as prioridades territoriais e horizontais estabelecidas, quer na *Estratégia PT2030*, quer na visão sistémica do PNROT para a próxima década, afigura-se algo desafiante, pelo facto de se observar uma clivagem de escala, de intenção e sobretudo de foco. Se há dimensões de análise que se coadunam em abordagens multinível, quer pela transversalidade temática detida ou pela abrangência territorial, há outras que divergem, não encontrando respaldo estratégico, objetivo e funcional, num contexto regional restrito, ainda que, aparentemente facilitado pelo contexto geográfico e político administrativo do Algarve. Tal paralelismo dificulta-se quando estabelecido com os Objetivos de Política propostos pela Comissão Europeia no *Anexo D do Relatório do Semestre* (fevereiro 2019) com as prioridades para o financiamento da política de coesão em Portugal, para o período 2021-2027, assumidos como mote na presente abordagem estratégica.

O OP5 introduz um horizonte de expectativa muito relevante, dado que abre aos estados membros a possibilidade de desenhar novos instrumentos, com geometrias variadas e com capacidade de mobilizar (verbas e tipologias) dos restantes Objetivos de Política, de que são exemplo as abordagens propostas ao nível da ITI com a Região do Alentejo, da cooperação territorial europeia ou do foco intermunicipal a estabelecer num quadro de política de cidades. Também as RIS3, nacional e regional, prospetivam um quadro de promoção da competitividade do Algarve, evidenciando a necessidade de constituir uma Agência Regional de Inovação, que afirme o potencial produtivo e de I&D, que estabeleça as pontes entre ambos e que promova uma ação concertada de *marketing* territorial, capaz de atrair investimento, empresas e emprego qualificados, complementando o ecossistema regional de inovação, a suportar no modelo de governança regional.

*agência regional
de inovação para
promoção do
potencial
produtivo e de
I&D*

A dimensão financiamento não pode, nem deve ser descurada da governança da *Estratégia Algarve 2030*. É certo que os financiamentos da política de coesão não esgotam as fontes de financiamento disponíveis, para concretizar o objetivo de desenvolvimento regional sustentável ambicionado. No entanto, sobretudo nas últimas três décadas, acabaram por ter um papel determinante para consolidar e afirmar a competitividade e a qualidade de vida na região.

As principais infraestruturas da região na área do ambiente (saneamento básico, barragens, instalações de gestão de resíduos urbanos e estações de tratamento de águas e de águas residuais), das acessibilidades (aerogare do Aeroporto de Faro, Via do Infante e acessos à

⁶² Animação territorial, Caminhos para a Inovação Social, 2008

ponte do Guadiana) e da educação (Universidade, Instituto Politécnico e Escola de Hotelaria) foram construídas, até meados da década de 90, com financiamento do orçamento europeu.

No final dessa década e inícios de 2000, foi dada prioridade a áreas como a educação, saúde, cultura, desporto e apoios aos setores produtivos, tendo como propósito criar e consolidar as redes de equipamentos fundamentais para o suporte do desenvolvimento e da coesão social e territorial da região.

Nos últimos quinze anos os financiamentos foram maioritariamente direcionados para as questões da competitividade e inovação empresarial, com maior foco nas áreas do conhecimento e do emprego, tendo subjacente a melhoria da produtividade, sustentabilidade e internacionalização da economia regional. Também no que se refere aos investimentos territoriais, os apoios foram direcionados para a valorização do território, proteção do litoral, eficiência energética, salvaguarda dos recursos culturais e patrimoniais e para a regeneração urbana, reforçando o seu papel competitivo e diferenciador, num claro reforço da identidade regional.

Mesmo sabendo que o próximo período de programação se manifesta particularmente desafiante para a região do Algarve, com a previsível quebra da taxa média de participação, que se cifrará nos 55%, os fundos europeus continuarão a deter uma quota parte muito significativa na promoção da coesão territorial, aos quais se deverá acrescentar a mobilização de outras fontes de financiamento de âmbito nacional e comunitário. Importará, por exemplo, assegurar a contrapartida nacional para projetos públicos, dificuldade já evidenciada no atual período de programação, por exemplo ao nível dos equipamentos educativos, e que tenderá a agravar-se.

*fontes de
financiamento
complementares*

Mas também, providenciar por via do Orçamento de Estado, o financiamento de áreas de atuação não enquadradas nos programas operacionais *mainstream* com incidência na região, ficando a descoberto e em desvantagem comparativa com as restantes regiões. Neste âmbito exemplifica-se o caso das bolsas de doutoramento, os cursos técnicos superiores profissionais (cTeSP) e os cursos profissionais no ensino secundário, cuja implementação ficou comprometida na região.

Tal situação, evoca ainda a necessidade de integrar estas temáticas e as problemáticas regionais num contexto e orçamento nacional, pois caso contrário, assistiremos a um processo recessivo e contrário aos objetivos de coesão, revertendo o caminho de convergência percorrido e posicionamento regional no País e no contexto europeu.

Se atendermos, por exemplo, ao *Programa Nacional de Investimentos 2030* (PNI 2030), para o Algarve, as intervenções circunscrevem-se à modernização da ligação ferroviária Lisboa-Algarve com o objetivo de reduzir os tempos de viagem e potenciar a acessibilidade à Região (100 M€, no horizonte 2021-2025), e às variantes urbanas na EN125, enquadradas no *Programa de Alargamentos/Aumentos de capacidade da rede viária*. Embora estruturantes, mas limitadas às áreas de atuação previstas (mobilidade e transportes, ambiente e energia), estes investimentos são claramente insuficientes para fazer face às problemáticas sentidas na região, e sobretudo aos desafios já evidenciados, adiando uma vez mais a resolução de necessidades sentidas na linha do Algarve e na sua ligação ao Aeroporto Internacional de Faro.

*PNI 2030 com
alcance regional
limitado*

As orientações e prioridades do investimento público nacional continuam a acomodar timidamente as dimensões-problema e as necessidades de intervenção do Algarve nos domínios dos equipamentos sociais, da mobilidade e transportes, da proteção do ambiente (costeiro e interior) e das infraestruturas económicas para a Competitividade. Tais dimensões-problema e necessidades tem gorado as legítimas expetativas das comunidades e dos atores da região, tendo em consideração o seu posicionamento estratégico em termos nacionais no contexto turístico, que motiva a sobrecarga de redes de infraestruturas e de equipamentos, altamente pressionados, mas sem a devida compensação ou correção.

Essa correção contribuiria para programar recursos financeiros mais ambiciosos em resposta ao conjunto significativo de macro problemas ambientais e outros da esfera paisagística e territorial relativamente aos quais foram criadas medidas e disponibilizados recursos financeiros no sentido da sua resolução, em anteriores períodos de programação dos Fundos Estruturais, mas que continuam a justificar plenamente um esforço sistemático de afetação dos recursos provenientes do Fundo de Coesão, para além da dotação FEDER que venha a ser afeta ao futuro PO Regional para o horizonte 2021-2027.

Uma identificação clara das prioridades regionais, constituirá igualmente um bom ponto de partida para evidenciar e quantificar, junto da administração central, o racional orçamental adequado, para fazer face às necessidades sentidas. Neste âmbito, urge identificar os instrumentos territoriais e os planos de ação a empreender, para numa lógica de continuidade e revisitação dos exercícios realizados para o atual período de programação (cuja elaboração nalguns casos foi concluída no final do primeiro triénio), possam tornar-se efetivos e consequentes. A fraca concretização deveu-se, por um lado, à necessidade de elaborar os instrumentos (Planos e Mapeamentos) previstos no processo de planeamento, e por outro, às dificuldades orçamentais, administrativas e burocráticas, sentidas pelos promotores públicos que na saída da crise financeira se confrontaram com subidas de preços generalizadas, concorrência das obras privadas, resultantes da alteração de conjuntura, obrigando a vários procedimentos concursais por ausência de concorrentes.

Para evitar novamente um atraso inicial no arranque das operações por via da elaboração de novos instrumentos de Planeamento (Planos de Ação ou Mapeamentos) e tendo em consideração que a ambição dos instrumentos disponíveis no âmbito do PT 2020 não se esgotou minimamente, propõe-se assim que seja dada continuidade à sua implementação no futuro período de programação, após a atualização e eventual aprofundamento com base em racionais a definir com os setores competentes.

*antecipar
processos de
planeamento para
a próxima década
(planos de ação e
mapeamentos)*

Os Planos de Ação a visitar seriam assim os seguintes:

- PADRE - *Plano de Ação de Desenvolvimento dos Recursos Endógenos* - da responsabilidade dos Municípios através da AMAL.
- PAMUS - *Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável* (composto de três planos sub-regionais) da responsabilidade dos Municípios através da AMAL.
- PARU - *Plano de Ação de Regeneração Urbana* - um para cada centro urbano (cidade ou 1º nível do PROT) da responsabilidade de cada Município.
- PAICD - *Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas* - um para cada centro urbano com DLBC urbana aprovada, da responsabilidade do Município respetivo.

A estes planos de ação acresce o desenvolvimento de um *Plano de Valorização da Ria Formosa*, que promova um laboratório de práticas sustentáveis, com caráter de piloto e demonstrador, cruzando o conhecimento científico, as empresas e envolvendo as comunidades no desenho de produtos e soluções, capacitando-as em simultâneo para o seu uso, gestão, monitorização e disseminação.

A programação do PT2020, feita em contexto de restrição, obrigou à elaboração e aprovação prévia à realização de investimento, de um conjunto de mapeamentos de infraestruturas nas áreas da saúde, educação, equipamentos sociais, cultura e património e ciência e tecnologia. Igualmente no âmbito da ciência, deve ser revisitado o financiamento do roteiro nacional de infraestruturas de interesse estratégico, reforçando o papel dos agentes regionais. A concretização dos diferentes Objetivos de Política, bem como o reforço da importância do pilar social, leva a que a dimensão das infraestruturas no Anexo D do relatório do semestre, surja como prioridade para a reversão de estrangulamentos estruturais. Importa por isso, que parte das questões levantadas possam encontrar suporte no modelo territorial policêntrico, alinhado com o PNPOP, como forma de garantir níveis de disponibilidade, acessibilidade, custo, comodidade e aceitação equivalentes para todos os cidadãos da região.

O frágil sistema urbano regional, baseado numa hierarquia administrativa/autárquica e não funcional, terá certamente dificuldades em concertar posições e dimensionamentos, cabendo à esfera regional e setorial, o papel orientador e de coordenação nos processos de mapeamento e priorização de investimentos, em função, não só da dimensão urbana, como do potencial policêntrico que deriva de abordagens complementares que a revisão do PROT Algarve 2007 promoveu, mas ainda não implementou⁶³. O planeamento da mobilidade e dos transportes, essencial nessa concretização, carece de racional adequado, com responsabilidade reforçada na alçada municipal.

O novo ciclo de negociações será complexo, pelo que não será viável continuar a defender necessidades genéricas de racionalização ou fecho de redes, sem que não se detenha previamente, inventários e caracterizações específicas do estado da arte das diferentes dimensões de equipamentos e perspetivas muito claras dos objetivos e funções que lhe atribuímos no contexto das estratégias territoriais.

Há que mobilizar uma visão para a estruturação dos territórios, com diferenças muito significativas a nível regional e assumir as comunidades, em toda a sua diversidade e riqueza, como o destino das políticas públicas. Será assim necessário apurar o realizado, rever caso a caso as tipologias necessárias, sempre com prioridade para a remodelação/reabilitação do existente e sobretudo hierarquizar as necessidades privilegiando soluções integradas e de escala supramunicipal, quando aplicável. Dever-se-á igualmente olhar a outras dimensões, que por opção política e, sobretudo, limitação de fundo, não mereceram consideração no atual exercício, por exemplo, ao nível dos equipamentos para a formação e qualificação profissional ou nas respostas sociais integradas na rede nacional de cuidados continuados.

⁶³ Policentrismo, O PROT Algarve e o contributo de Albufeira para uma região urbana policêntrica, A. Marreiros, 2010



V. Visão Estratégica

V. VISÃO ESTRATÉGICA

Na revisitação dos instrumentos de planeamento e programação estratégica do desenvolvimento regional elaborados para o horizonte 2020, predominava uma perspetiva ambiciosa para a Região que assentava na produção de bens e serviços de alto valor acrescentado, ancorada no domínio do Mar e alavancada pelo setor do turismo, condições identificadas como essenciais para estimular a competitividade da economia e a coesão social e territorial.

abordagem multi-dimensional para novas ameaças e riscos no pós 2020

A competitividade, a sustentabilidade e a inteligência regional passam pela delineação de uma estratégia que envolva todas as dimensões da economia e da sociedade, pressupondo uma elevada qualidade do ambiente, da paisagem, das infraestruturas e dos equipamentos urbanos.

Tendo presente os dados de balanço e a situação de partida deste novo ciclo pós-2020, o que está em causa é reforçar os elementos estruturantes da Visão para a região, pela incorporação de conhecimento e inovação na valorização dos recursos endógenos diferenciadores; a preservação de elementos de identidade territorial, ora sujeitos a novas ameaças e riscos; a qualificação de estruturas físicas e amenidades do território, enquanto instrumentos indispensáveis à atratividade de investimentos e de residentes; e a capacitação multinível e intersectorial dos agentes de transformação do território, dos recursos humanos, das empresas, das instituições públicas e associativas.

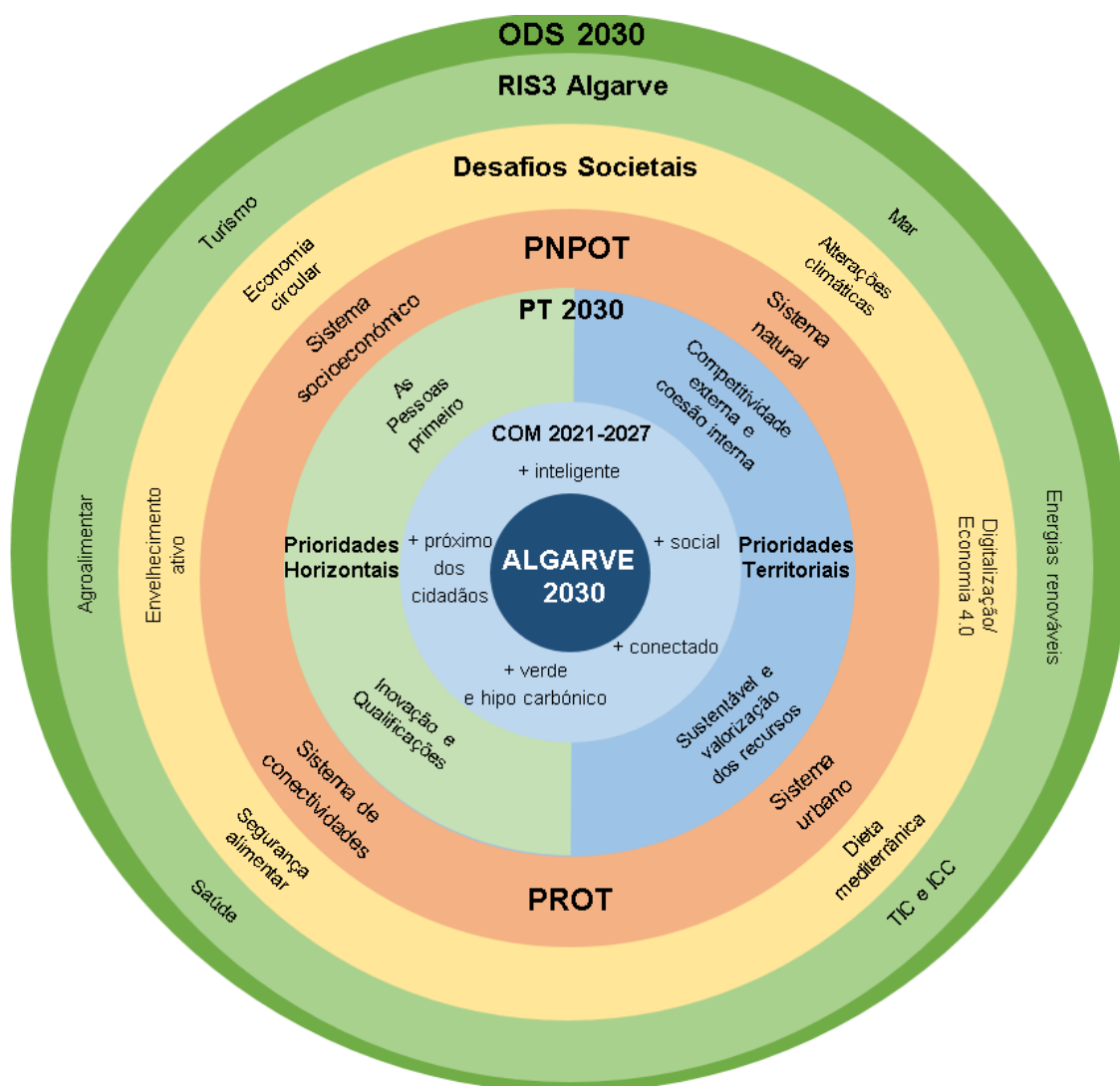
Estes elementos estruturantes carecem da sólida construção de parcerias e da mobilização de recursos, segundo prioridades focadas na qualificação do território e na afirmação da capacidade competitiva dos ativos regionais, procurando minimizar os riscos associados à especialização regional, dependente do Turismo. A combinação virtuosa dos elementos estruturantes conduzirá à seguinte visão estratégica:

Uma região reconhecida internacionalmente pela qualidade de vida e identidade, dotada de atores capacitados para fazer face aos novos desafios, por via de escolhas sustentáveis, conducentes a um Algarve +Inteligente, +Verde e Hipocarbónico, + Conectado, +Social e +Próximo das pessoas.

A análise dos níveis de alinhamento dos Objetivos de Política de âmbito regional é conduzida por patamares de relação com os Objetivos de Política da Coesão pós-2020 e com as Agendas Temáticas; na racionalidade e coerência das intervenções à luz das orientações do PNROT; e na relação com os *Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável* da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Acresce um último patamar de alinhamento com a RIS3 Algarve 2.0, que estabelece desafios prioritários coerentes com os domínios de especialização inteligente e com as agendas temáticas de investigação e inovação da FCT, cujo racional pode sustentar escolhas mais assertivas e consequentes na diversificação da base económica regional.

desenvolvimento sustentável como desígnio regional

Figura 116 - Visão Estratégica Algarve 2030



Fonte: elaboração própria

O território regional, base de todas as dinâmicas e sistemas, deve organizar-se para responder equitativamente e de forma inclusiva, a todos, independentemente das unidades territoriais onde se encontrem.

Assim, para cada um dos Objetivos de Política, estabelecem-se linhas de força, que com base no diagnóstico prospetivo efetuado, e de forma complementar, direcionam a região na próxima década para um desenvolvimento sustentável.

OP1 : Um Algarve mais inteligente

Consolidar o ecossistema de inovação como fator de competitividade
Estimular a digitalização da economia em particular nos domínios de Especialização Inteligente (RIS3)
Reforçar a colaboração entre os produtores de conhecimento e o tecido empresarial
Acelerar a transição de processos de produção de bens e serviços, numa lógica mais circular
Diversificar mercados para atenuar a dependência da balança comercial e turística
Fomentar consumos locais através de parcerias entre os setores do turismo, da agricultura e pesca

A RIS3 Algarve 2.0 emerge como o fio condutor da competitividade regional, em particular as empresas. Nesta, o papel da Universidade do Algarve é crucial na animação do ecossistema de inovação, na produção e transferência de conhecimento, na capacitação e estímulo empreendedor do tecido económico da região, em particular nos domínios de especialização inteligente (Turismo, Mar, Agroalimentar, Energias Renováveis, Saúde e TIC e ICC) para fazer face aos novos desafios societários, maioritariamente assentes em mudanças de paradigma económico, da digitalização à circularidade.

competitividade regional assente nas escolhas da RIS3 Algarve 2.0

Na digitalização, a transição e as mudanças e oportunidades são transversais e refletem-se na globalidade dos setores de atividade, públicos e privados, da educação à saúde, da agrodigitalização à gestão de *stocks* de pesca, ou das redes inteligentes de energia às indústrias culturais e criativas aplicadas à gestão e relação com mercado e públicos. Como assistimos na crise pandémica do COVID 19, registaram-se obstáculos que dificultam este caminho, desde logo nas diferenças ao nível das competências digitais, à desigualdade de acesso das famílias a equipamentos e *internet*, o nível de cobertura territorial das redes de telecomunicações, mas também a própria economia assente em microempresas concentradas em setores tradicionais e com baixos níveis de literacia digital entre os seus gestores e trabalhadores.

reforço dos processos de digitalização

Uma maior circularidade, obter-se-á com uma forte aposta na minimização do desperdício, mantendo resíduos e subprodutos na economia. Por exemplo na agricultura, na pesca, na construção civil ou no turismo, a ação deverá ser concertada entre os agentes económicos e os consumidores/clientes, potenciando práticas mais assertivas, em todo o ciclo de vida dos produtos, da produção ao consumo.

De igual forma, também as dinâmicas e tendências demográficas recentes, colocam desafios prementes, que podem ser estimuladas por novas abordagens e soluções tecnológicas, mas também de I&D, combinando setores como a saúde, o agroalimentar e as TIC e convergindo com desafios inerentes às alterações climáticas, à segurança alimentar ou à descarbonização, capitalizando oportunidade alinhadas com as Agendas de I&I da FCT.

Das comunidades de inovação, baseadas em processos de descoberta empreendedora, entre os centros de investigação e as empresas, deve resultar o desenvolvimento de novos produtos, soluções e serviços, que com carácter inovador, promovam o desempenho económico regional, capitalizando emprego adequadamente remunerado e a desejável qualidade de vida.

Dever-se-á fomentar, também, uma participação mais ativa por parte dos atores regionais em *clusters* temáticos ou redes colaborativas, existentes ou novas, com vista à obtenção de escala e visibilidade, multiplicação de oportunidades de I&D e de valorização de recursos endógenos, por exemplo a alfarroba, frutos secos, o medronho ou o mel.

No Turismo, atividade económica dominante, a aposta passa pelo contínuo processo de qualificação de ativos e pela renovada estruturação de produtos, baseados em experiências, que respondam aos novos paradigmas de procura, desde o perfil dos turistas, à forma de viajar, à consciencialização ambiental ou às tendências tecnológicas, a acompanhar no quadro do Observatório para o Turismo Sustentável do Algarve, recentemente reconhecido pela Organização Mundial de Turismo.

Dada a vulnerabilidade do setor turístico a fatores externos, só com a diferenciação de produtos e serviços qualificados, numa forte aposta na certificação e estabelecimento de práticas sustentáveis, se poderá concorrer globalmente, procurando não só fidelizar os mercados emissores tradicionais, como captar novos segmentos e mercados mais exigentes. Nesta frente, ganha relevância o estreitamento de relações com setores produtivos tradicionais, sobretudo na agricultura e pesca, fomentando circuitos de comercialização e consumo de base local.

A diversificação de mercados deve constituir um desígnio estratégico para a balança comercial regional, através do claro reforço da conectividade empresarial, por via de processos inovadores de capacitação, pela animação de redes colaborativas que visem a exportação ou pela promoção de encontros B2B com prospetores internacionais. Este esforço contribuirá para atenuar a elevada dependência, quer nas importações, quer nas exportações, de apenas 3 países (Espanha, Países Baixos e França) que totalizam cerca de um quarto das transações registadas.

Numa lógica de inteligência territorial, a plataforma RIA (Região Inteligente Algarve) constitui uma ferramenta de suporte à decisão, potenciando inúmeras oportunidades de negócio alavancadas pela excelência dos serviços oferecidos pelas empresas sediadas no Pólo Tecnológico e pelo *Algarve Smart Destination Digital Innovation Hub*, que atraem empresas e profissionais altamente qualificados, revertendo tendências recentes de oferta, associadas ao perfil produtivo dominante.

OP2 : Um Algarve mais verde e hipocarbónico

Promover a descarbonização e a transição energética (mobilidade, energias renováveis e eficiência energética)

Aumentar a resiliência territorial, económica e social aos novos desafios climáticos

Preservar os ecossistemas e os recursos naturais e fomentar a eficiência hídrica e a economia circular

Ativar os territórios com proteção ambiental na afirmação da qualidade de vida e de um turismo com práticas mais sustentáveis

Potenciar a mobilidade suave através da adaptação dos centros urbanos, com perfis mais inclusivos e seguros

As alterações climáticas e os seus esperados impactos na região, quer em termos ambientais, quer económicos e sociais, requerem a maior atenção por parte de todos os níveis da administração e de cada um de nós, enquanto comunidade, naquelas que são as escolhas ao nosso alcance para poder mitigar tais impactos. A resiliência territorial depende dessas escolhas, adaptando os setores social e económico a processos que impliquem um menor consumo de recursos e assente em compras, mais sustentáveis, locais e da época, promotoras dos circuitos curtos e dos princípios da dieta mediterrânica.

Desta forma, reforça-se a redução da pegada ecológica regional e o compromisso com a neutralidade carbónica. A adoção de medidas de descarbonização nos diferentes setores da economia, nos padrões de mobilidade e nos modos de transporte, contribuirá para um desempenho ambiental favorável, reconhecido por todos, incentivando práticas com efeito multiplicador e conduzindo a uma região mais ecológica e com elevados níveis de sustentabilidade, incentivando a alteração de processos produtivos inovadores e circulares, quer na indústria quer nos serviços.

Também nas relações laborais se pode incrementar o recurso ao teletrabalho, favorecendo a diminuição de movimentos pendulares excessivos, entre casa e o trabalho, numa região altamente deficitária em transportes públicos, e por isso, com elevada dependência do automóvel particular, sendo para tal necessário incrementar processos de desmaterialização e a digitalização de serviços, nomeadamente na educação, saúde e administração pública em geral.

Ao nível energético, pela adoção de medidas de eficiência ou pela utilização de fontes renováveis, cujos incentivos deverão ser reforçados, mas também na gestão da água e dos resíduos, a região reúne competência e escala adequada para afirmar-se como um laboratório de sustentabilidade, para testar soluções, com carácter demonstrador de largo espetro, promotoras de lógicas mais circulares, que dada a universalidade das problemáticas, poderão obter uma alta replicabilidade.

A disponibilidade hídrica centra uma parte considerável da discussão a 10 anos, sendo imprescindível reconhecer a escassez do recurso água e colocar a tónica não só na oferta, cujas propostas devem ser devidamente estudadas, de forma a priorizar a otimização do armazenamento existente e o aproveitamento de origens alternativas, como na meticulosa gestão de uma procura mais eficiente e adaptada aos novos desafios da água, que se colocam em particular nos territórios do Sul, aos diversos usos e setores económicos da região, em linha com o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve.

O papel assumido pelo vasto território com algum estatuto de proteção (áreas protegidas e Rede Natura 2000), assim como os corredores ecológicos, as áreas florestais públicas e privadas e as massas de água terrestres e marinhas - aqui se incluindo as pradarias marinhas e as áreas marinhas protegidas, que disponibilizam importantes serviços ecossistémicos e contribuem para o resgate de carbono, é determinante no Algarve, pois qualificam e diferenciam a região, enquanto ativo estratégico para a promoção da biodiversidade, da qualidade de vida e afirmação do destino.

No entanto, a reconhecida qualidade ambiental está insuficientemente considerada enquanto mais valia regional, sendo fundamental dar um salto qualitativo na valorização territorial, com vista ao desenvolvimento sustentável e competitivo do Algarve, numa lógica incremental de transição ecológica de longo prazo.

o papel dos serviços de ecossistemas e da biodiversidade na valorização territorial e na qualidade de vida

OP3 : Um Algarve mais conectado

Promover a intermodalidade afirmando o potencial da região como eixo de articulação funcional
Reforçar a capacidade liderante em redes internacionais de infraestruturas e conhecimento
Aproveitar o reconhecimento da marca Algarve para potenciar a internacionalização de produtos e serviços

O posicionamento geográfico do Algarve, coloca-o numa localização privilegiada para constituir uma rótula de articulação funcional entre o Mediterrâneo e o Espaço Atlântico, beneficiando ainda da proximidade ao Norte de África e, sobretudo, da já longa tradição de cooperação com a região espanhola de Andaluzia. No entanto, a ausência de infraestruturas de transporte ao nível ferroviário, bem como de uma plataforma logística regional, há muito prevista, condicionam, só por si, a assunção desse papel, carecendo de investimento adequado, para conjuntamente com outros nós da rede nacional, como Sines, desenvolver o País e a sua inserção competitiva na escala ibérica e europeia.

papel charneira na articulação modal entre o Mediterrâneo e o espaço Atlântico

A intermodalidade a desenvolver com o Aeroporto Internacional de Faro, com os portos de Faro e Portimão e com o terminal de cruzeiros, também nessa última cidade, pode e deve ser reforçada, para alavancar a conexão de proximidade com o País vizinho, e daí ao resto da Europa, aproveitando portas que a atividade turística já abriu, não só para passageiros, como para mercadorias.

Neste âmbito, importa internacionalizar além do destino turístico, reforçando as cadeias de valor dos produtos e serviços desenvolvidos na região que, pela sua qualidade, têm merecido a aceitação do mercado externo, contribuindo para minorar o défice da nossa balança comercial. São disso exemplo setores tão distintos como a agricultura, a pesca ou a área tecnológica, elevando padrões de especialização consentâneos com a RIS3 regional, ganhando relevância novos produtos diferenciadores e de qualidade (mariscos, vinhos, plantas ornamentais ou *software* de gestão na área turística), alicerçados em I&D, através de *startups* ou *spin offs* com génese na academia.

O reforço da presença dos atores regionais em redes de infraestruturas de ciência e tecnologia, com assinalável peso dos setores do Mar e da Energia, traduz um caminho de competitividade e reconhecimento, pelos pares, que deve ser continuamente incentivado, catalisando também a atração de talento e de profissionais altamente qualificados. Nesta componente, também o *Digital Innovation Hub* na área da *smart destination* e o trabalho desenvolvido pelo Polo Tecnológico do Algarve e pelo futuro Parque de Ciência e Tecnologia, assumem papéis preponderantes.

participação ativa em projetos e redes de I&D

O papel da Universidade e dos centros de investigação é preponderante, primeiro na formação e depois na promoção do espírito empreendedor que possa capitalizar parcerias e projetos internacionais no âmbito dos diferentes programas e iniciativas. Os valores identitários podem estimular este caminho, constituindo a Dieta Mediterrânica um bom exemplo, com realização da primeira edição do curso internacional dedicado ao tema, coordenado pela UAlg, no último trimestre de 2019, incidindo em matérias tão diversas como a segurança alimentar, o património, a cultura e o turismo ou a saúde e a promoção de estilos de vida menos sedentários.

OP4: Um Algarve mais social

Inovar nas respostas e nos serviços de interesse geral para enfrentar os desafios demográficos numa região assimétrica

Promover a inclusão, a literacia e a capacitação digital da população por forma a acelerar a transição digital da economia e a afirmação da região no quadro da sociedade do conhecimento

Estruturar as redes de qualificação, públicas e privadas, de nível médio e superior, por forma a reforçar as sinergias e complementaridades e alimentar as necessidades emergentes nos domínios RIS3

Potenciar os fatores de atratividade de jovens e profissionais altamente qualificados, tendo em vista a reversão da tendência demográfica negativa e a melhoria dos fatores de competitividade regional

Investir na qualidade do emprego, ajustando a uma região que promove padrões elevados de qualidade de vida

O desafio demográfico manifesta-se de forma assimétrica no Algarve. Se por um lado, temos Albufeira como um dos concelhos mais dinâmicos e que mais crescerá a nível nacional, por outro, temos concelhos como Alcoutim ou Monchique que, mantendo as tendências recentes, perderão cerca de 50 % da sua população nos próximos 20 anos.

Também as estruturas etárias se revelam díspares, com a generalidade dos concelhos a registar um forte envelhecimento, naturalmente mais vincado, no interior serrano e no baixo Guadiana, estando a população mais jovem, concentrada nos concelhos do litoral, sobretudo entre os concelhos de Lagos e Olhão. Esta diferenciação coloca desafios redobrados à provisão de serviços de interesse geral, sobretudo para a infância e para a terceira idade, mas também na própria renovação de gerações, sendo por isso urgente, atrair população jovem que possa contribuir para um maior equilíbrio da pirâmide etária algarvia.

oportunidades no envelhecimento ativo e saudável

As assimetrias regionais devem motivar os diferentes atores, para com eficácia e qualidade, cobertura e igualdade de acesso, oferecer soluções integradas, conducentes às múltiplas necessidades locais, fruto das vulnerabilidades sociais registadas, que não se esgotam, naturalmente, no perfil demográfico. A inovação e o empreendedorismo social, podem constituir-se como ferramentas poderosas na capacitação de atores, sobretudo de base local, mas também dos agentes do terceiro setor, para impulsionar projetos que revertam situações de desemprego, carência ou desestruturação social.

A recente distinção do Algarve enquanto sítio de referência para o envelhecimento ativo, constitui uma oportunidade de inovação na saúde, mas também em termos do desenvolvimento turístico no setor da denominada economia grisalha, atraindo novos residentes de elevada faixa etária e com um poder de compra superior à média nacional.

As necessidades de mão de obra evidenciadas pelo perfil demográfico, devem motivar o recurso às medidas ativas de emprego e aos incentivos à mobilidade geográfica para atrair profissionais para a região, mas também a oferta de formação adequada, para qualificação profissional assente em competências (*hard* e *soft*), para responder aos novos desafios, privilegiando percursos formativos que possam acelerar processos de intensificação da especialização inteligente, quer nos setores consolidados, quer nos emergentes.

A reversão das dificuldades sentidas na incorporação de trabalhadores qualificados e altamente qualificados nos processos produtivos da região evidencia a necessária aposta nos setores da RIS3, para reforçar o peso da população empregada integrada no grupo de

perfil produtivo da região dificulta a concretização do

“técnicos e profissões de nível intermédio” e “especialistas das atividades intelectuais e científicas” para, de forma focalizada e customizada, responder com políticas ativas que visem a melhoria das competências dos trabalhadores.

As oportunidades que resultam das condições de trabalho e dos níveis de inclusão motivam abordagens que concretizem, ao nível regional, os desígnios do pilar social europeu, favorecendo a qualidade do emprego, nomeadamente através duma aposta incremental nas qualificações e no seu adequado reconhecimento nos contratos coletivos de trabalho, esbatendo diferenças, de cariz igualitário e remuneratório, e na base, combatendo ainda acentuado abandono escolar e fomentando a escolarização, que ao nível do ensino secundário (15-17 anos) regista os valores mais baixos no contexto nacional, tornando este grupo particularmente vulnerável no mercado do trabalho.

A forma inovadora como se possa vir a estruturar a oferta dos serviços de interesse geral evidencia a necessidade de uma aposta alargada nos processos de digitalização associados aos cuidados de saúde, de âmbito social e na educação, implicando a literacia digital de empresas, profissionais, cuidadores, utentes, professores e alunos, como vimos, com perfis desiguais de acesso e de competências. Neste âmbito, também devem ser reforçados os mecanismos de apoio à contratação de profissionais altamente qualificados, que possam impulsionar e empreender essa missão.

OP5 : Um Algarve mais próximo das pessoas

Consolidar o sistema urbano policêntrico para promoção da coesão territorial e inserção competitiva da região em escalas macro

Valorizar e qualificar o território, as pessoas e os recursos endógenos para afirmar um desenvolvimento regional integrado

Induzir práticas de inteligência territorial, através de escolhas mais eficientes, sustentáveis e promotoras de produção local de conhecimento

Responder aos desafios sociais através de novas geografias, novos atores e novas abordagens de governança

As pessoas constituem o foco de toda a estratégia para a próxima década, que visa, numa primeira instância, promover a sua qualidade de vida. É para esse fim que o território e os recursos devem ser mobilizados, organizando-se de forma sistémica e complementar.

Face aos atuais desafios, mais do que nunca, a conexão entre os agentes territoriais e setoriais é fundamental. O sistema urbano policêntrico previsto na revisão do PROT Algarve (2007) deve agora emergir e fazer vigorar o papel diferenciador a assumir por cada um dos polos, quer no litoral, quer no interior, mas também na interação entre ambos, com ganhos recíprocos.

A dimensão territorial aliada a funções específicas, com a devida provisão de serviços de interesse geral, com fatores de competitividade intrínsecos aos recursos e aos ativos locais, com amenidades e espaços cuidados, com uma programação cultural diversificada e abrangente, constituirá um fator de atração e fixação de investimento, emprego e população.

Nesta dimensão, importará aprofundar uma agenda urbana para a habitação, com abordagens complementares de âmbito social e económico, inerentes ao próprio posicionamento regional para competir na atração de investimento.

A consolidação da abordagem policêntrica reforçará igualmente o trabalho conjunto em novas escalas, com os atuais ou com novos atores, incidindo em problemáticas e/ou territórios comuns. Neste âmbito pretende-se cimentar experiências de escala intermunicipal, inter-regional, transfronteiriça ou europeia, por via de instrumentos e projetos de cooperação, em temáticas transversais e de cariz societal, não limitadas por barreiras administrativas, de que constitui exemplo a proposta de ITI a estabelecer com a Região do Alentejo, em torno dos desafios da água e procurando mobilizar a totalidade dos Objetivos de Política.

*atores capacitados
para atuações
territoriais
diferenciadas e
complementares,
de nível
multiescalar*

As características ímpares da Ria Formosa potenciam também o estabelecimento de um laboratório territorial de soluções inovadoras e de práticas sustentáveis, com caráter piloto e demonstrador, assente em I&D e em processos de descoberta empreendedora, potenciando uma forte conexão com as linhas de ação preconizadas no Objetivo de Política 1 que visa a inteligência e a competitividade regional.

Com base nos ativos ambientais e patrimoniais, que qualificam e valorizam o território regional, estão reunidas condições para um desenvolvimento sustentável e *low touch economy*, potenciando abordagens mais circulares, mais sociais e criativas, envolvendo diferentes e novos atores.

O posicionamento de Faro como cidade candidata a *Capital Europeia da Cultura em 2027* convida a repensar todo o território regional, numa abordagem funcional integrada, inclusiva e sustentável, com forte pendor participativo, que poderá elevar a dimensão cultural, no seu sentido mais lato, a processos de reabilitação social e urbana, de inovação empreendedora com forte cariz identitário e de capacitação multinível das comunidades.

A capacitação institucional é um fator determinante para a governança da estratégia e para favorecer uma abordagem próxima e promotora da coesão territorial, através de uma adequada gestão dos planos de ação e instrumentos territoriais a empreender. Estes derivam maioritariamente da revisitação dos desenvolvidos no atual período de programação, mas ainda com alcance e concretização reduzidos. Nessa revisitação, importará, de forma crítica, concertar os diferentes Objetivos de Política, aliando às componentes que são da clara esfera municipal, aquelas que são do âmbito empresarial e do sistema científico e tecnológico, para atingir um desenvolvimento regional integrado, sustentável e competitivo.

1. Investimentos Prioritários

Os investimentos prioritários conducentes à concretização da visão estratégica para o Algarve 2030 balizam-se, mais uma vez, num quadro de alinhamento com os Objetivos de Política, e traduzem iniciativas e/ou equipamentos de âmbito regional ou sub-regional que reforcem o seu papel no contexto nacional e internacional.

OP1 - Um Algarve mais inteligente

- Agência Regional de Inovação - captação de investimento, talento e transferência de conhecimento
- Plataforma RIA: Região Inteligente Algarve - acelerador de ideias de negócio, *start-ups* na área tecnológica
- Algarve Acolhe - estruturação, dinamização e promoção das Áreas de Acolhimento Empresarial em linha com domínios de especialização da RIS3 Regional

OP2 - Um Algarve mais verde e hipocarbónico

- Disponibilidade hídrica - gestão eficiente do ciclo da água e desenvolvimento de novas soluções de concertação oferta e procura
- PIAAC - concretização das ações de mitigação e adaptação adequadas ao território regional
- Estratégia Regional de Energia 2030 - operacionalização das ações conducentes à transição energética

OP3 - Um Algarve mais conectado

- Requalificação e ordenamento integrado da EN125
- Ligação ferroviária ao Aeroporto Internacional de Faro e desenvolvimento de estudo de ligação a Andaluzia
- Plataforma logística regional para articulação funcional entre o espaço Atlântico e Mediterrâneo

OP4 - Um Algarve mais social

- Hospital Central Universitário do Algarve
- Rede de Serviços de Interesse Geral – coesão social e territorial
- Programa regional de habitação - estruturação de oferta de habitação a custos controlados e habitação social
- Estruturação de rede de centros de formação e qualificação média e superior

OP5 - Um Algarve mais próximo das pessoas

- Regeneração urbana - centros urbanos, núcleos rurais e frentes marítimas, ribeirinhas e portuárias
- Amenidades territoriais qualificadoras - design inclusivo e mobilidade suave
- Valorização patrimonial - Sagres, lugar de globalização e Geoparque Algarvensis

A estes projetos acrescem naturalmente outros que, de forma reticular, potenciam a competitividade regional, assegurando, localmente, funções de qualificação e atração territorial, de investimento, de empresas, de emprego e residentes, em cada um dos concelhos ou unidades territoriais, a identificar nos futuros exercícios de revisitação dos mapeamentos de infraestruturas (sociais, saúde, educação, cultura e ciência e tecnologia).

Ciente das dificuldades, não só de financiamento, adivinha-se uma década desafiante para a região. De forma persistente, participada e ambiciosa, com atores capacitados, mobilizados e corresponsáveis, a região do Algarve concretizará o caminho de construção de um futuro sustentável e com maior qualidade de vida.



Anexos

Anexo 1

Algarve. Taxa de variação e distribuição do VAB- Valor Acrescentado Bruto

Ramo de atividade	Tx.variação (%)	Contributo para VAB regional (%)	
	2010/2016	2010	2016
Agricultura, prod.animal,caça,floresta e pesca	4,8	3,1	2,9
Indústrias extrativas	-29,8	0,2	0,1
Indústrias transformadoras	-0,8	2,5	2,3
Prod. e distrib. de eletríc., gás, vapor e ar frio	84,5	1,1	1,9
Captação, trat. e distrib. de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	15,9	1,8	1,8
Construção	-38,8	7,1	3,9
Comércio p grosso e a retalho;reparaç. veículos autom. e motociclos	11,7	12,5	12,5
Transportes e armazenagem	16,3	3,3	3,5
Atividades de alojamento e restauração	46,4	18,1	23,8
Informação e comunicação	-2,8	1,6	1,4
Atividades financeiras e de seguros	-20,3	3,7	2,6
Atividades imobiliarias	19,8	15,8	17,0
Ativid.consultoria, científicas, técnicas e similares	3,9	2,4	2,2
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	28,6	3,3	3,8
Adm.pública e defesa; seg.social obrigatória;	-8,1	7,3	6,0
Educação	-16,0	7,0	5,3
Saúde humana e ação social	4,9	5,7	5,3
Activ. artísticas, de espectáculos, desport. e recreat.	27,8	1,7	1,9
Outras atividades de serviços pessoais	8,2	1,3	1,2
Activ. das famílias empregadoras de pessoal doméstico e activ. produção das famílias para uso próprio	-2,4	0,6	0,6

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2011)

Anexo 2

Mapeamento de Infraestruturas C&T (2017)

Concelho	Designação	Tipo de infraestrutura	Natureza	Observações
Albufeira	CAE - Centro de Acolhimento Empresarial de Albufeira ¹⁾	Centro de negócios/co-working	Público	4 salas de incubação e 22 postos de trabalho
Castro Marim	Espaço Multifuncional de Empresas ³⁾	Incubadora de empresas	Público	12 gabinetes
Faro	ACRAL – Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve	Incubadora de empresas	Privado	7 gabinetes
Faro	Algarve Office Center	Centro de negócios	Privado	20 gabinetes
Faro	ANJE – Núcleo do Algarve	Ninho de empresas	Privado	21 gabinetes e 1 posto de trabalho
Faro	AREA 25	Centro de negócios/co-working	Privado	Área partilhada (360 m2)
Faro	CRIA (Universidade do Algarve)	Pré-Incubação/Incubadora de empresas	Público	24 espaços (gabinetes e pavilhões)
Faro	Faro Avenida Business Center	Centro de negócios/co-working	Privado	7 gabinetes e 10 postos de trabalho
Lagoa	Lagoa Business Center	Centro de negócios/co-working	Privado	38 gabinetes e 2 postos de trabalho
Loulé	Coworking Studio (Motivo Gráfico)	Co-working	Privado	2 gabinetes e 10 postos de trabalho
Loulé	IEFP – Ninho de empresas de Loulé	Ninho de empresas	Público	11 gabinetes e 5 pavilhões/oficinas
Loulé	NERA ⁸⁾	Pré-incubação e Centro Empresarial de Negócios	Privado	24 gabinetes
Loulé	Unykvis	Co-working	Privado	Em remodelação
Portimão	All Work Portimão	Centro de negócios/co-working	Privado	5 gabinetes e 5 postos de trabalho
Tavira	Level Up	Centro de negócios/co-working	Público	7 gabinetes e 4 postos de trabalho

Novas Infraestruturas

Concelho	Designação	Tipo de infraestrutura	Natureza	Observações
Alcoutim	QRIAR - Incubadora Criativa do Algarve	Incubadora	Privado	Polos Magalhães ICC - 2 em Alcoutim e 1 polo em Querença, Tôr e Alte
Faro	Alandra Square	Cowork	Privado	alandrasquare.pt
Faro	Atelier Cowork	Cowork	Privado	atelier-cowork.business.site
Faro	SFS Cowork	Cowork	Privado	
Faro	Grow in Portugal	Incubadora	Privado	
Faro	MITHS	Incubadora ICC	Privado	Empresa EPOPEIA
Lagos	Espaço Jovem	Cowork	Comunitário	coworklagos.pt
Lagos	Centro – Work & Event Space	Cowork e escritórios	Privado	centro-lagos.com
Loulé	Mucancas	Cowork	Privado	mucancas.com
Loulé	Golden Creative	Hot Desk / Open Plan Seating, Dedicated Desk, Private Office	Privado	goldencreative.pt
Loulé	The Green Building		Privado	the-green-building.com
Loulé	QRIAR - Incubadora Criativa do Algarve	Incubadora	Privado	Polos Magalhães ICC - 2 em Alcoutim e 1 polo em Querença, Tôr e Alte
Loulé	Loulé Design Lab	Incubadora / Cowork	Público	louledesignlab.pt
Loulé	Incubadora ICC	Incubadora ICC	Público	Polo Magalhães ICC
Loulé	Casulo – Incubadora de Inovação Social	Incubadora	Público	casuloloule.com
Loulé (Quinta do Lago)	Regus	Escritórios e coworking	Privado	www.regus.pt/office-space/portugal/loule/loule-quinta-do-lago
Olhão	Altice Labs	Incubadora	Privado	Incubadora de empresas de base tecnológica em Pechão
Portimão	Startup Portimão (AIA)	Incubadora/Centro de negócios	Público	startupportimao.pt
Portimão	Hub Ativo	Escritórios e cowork	Privado	hubativo.com
São Brás de Alportel	NEXTIN	Cowork	Privado	Inaugurado a 8 out 2019. Associação In Loco
São Brás de Alportel	Espaço co-working Jovem	Cowork	Público	Inaugura dia 21/3/2020
Tavira	Museu 0	Incubadora ICC	Privado	Polo Magalhães ICC no Museu 0 em Sta. Catarina Fonte do Bispo

Anexo 3

Principais documentos estratégicos nacionais de referência e instrumentos de política setorial relacionados com a descarbonização e alterações climáticas

- Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2020/2030), Julho 2015
- Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020), Julho 2015
- Plano Nacional Integrado Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), Dezembro 2018
- Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050), Junho 2019
- Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC), agosto 2019
- Programa Nacional de Investimentos (PNI 2030), em elaboração
- Estratégia Nacional para o Ar (ENAR 2020), RCM 46/2016, a 26 de agosto
- Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC), RCM 190-A/2017
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), revisão a aguardar publicação;
- Estratégia Nacional para as Cidades Sustentáveis 2020, RCM 61/2015, de 11 de agosto
- Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020+), revisão em consulta pública
- Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2014 -2020 (PNGR), RCM 11-C/2015, de 16 de março
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020), Despacho n.º 4385/2015, 30 de abril
- Programa de Desenvolvimento Rural para 2014 -2020 (PDR 2020), Decisão de Execução da Comissão C(2014) 9896, de 12 de dezembro de 2014
- Estratégia para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2018-2025, em revisão
- Código de Boas Práticas Agrícolas (CBPA), Despacho n.º 1230/2018, de 5 de fevereiro
- Estratégia Nacional para as Florestas (ENF), atualização, RCM n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro
- Plano Estratégico Transportes e Infraestruturas (PETi3+) para 2014-2020, RCM n.º 61-A/2015, de 20 de agosto
- Programa de Mobilidade Sustentável para a Administração Pública - ECO.mob 2015-2020, RCM n.º 54/2015, de 28 de julho
- Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas (ENCPE 2020), RCM n.º 38/2016, de 29 de julho;
- Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA 2020), para o período 2017 -2020, RCM n.º 100/2017, de 11 de julho
- Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis 2013-2020 (PNAER), RCM 20/2013, de 10 de abril
- Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH)
- Plano Nacional para a Promoção de Biorrefinarias, RCM n.º 163/2017, de 31 de outubro
- Estratégia Nacional para o Mar (ENM 2013 -2020), RCM n.º 12/2014, de 12 de fevereiro
- Estratégia Industrial e Plano de Ação para as Energias Renováveis Oceânicas, RCM n.º 174/2017, de 24 de novembro
- Plano Nacional de Ação para Eficiência Energética 2013 -2016 (PNAEE), RCM 20/2013, de 10 de abril
- Programa de Eficiência Energética na Administração Pública - ECO.AP, RCM 2/2011, de 12 de janeiro
- Relatório de Monitorização da Segurança de Abastecimento do sistema Electroprodutor Nacional (em avaliação)
- Relatório de Monitorização da Segurança de Abastecimento do sistema de Gás Natural (em avaliação)
- PNEC 2030 Secção A - Plano Nacional - Capítulo 1. Visão geral e processo
- Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade para o período 2018-2027, em avaliação
- Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural para o período 2018-2027, em avaliação
- Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente EI&I, 2014-2020, dezembro de 2014
- Agendas relevantes para a I&D&I da FCT, em elaboração
- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, RCM 55/2018, 7 de maio de 2018
- Estratégia Nacional para a Bioeconomia Sustentável (em elaboração)

Anexo 4

Alterações climáticas. Opções estratégicas

(adaptado de PIAAC Algarve)

Biodiversidade	
<p>Novos desafios se colocam, para além das ameaças a que os habitats do Algarve se encontram atualmente expostos. As novas pressões decorrentes das alterações climáticas podem provocar a migração de espécies e habitats para norte, em altitude, ou mesmo o seu desaparecimento, tornando-se relevante a criação de corredores ecológicos entre territórios da Rede Natura 2000, de forma a facilitar a persistência dos mesmos.</p>	<p>Objetivo de adaptação: investir e melhorar o conhecimento da biodiversidade algarvia para responder atempadamente a modificações nas comunidades biológicas como consequências das alterações climáticas.</p> <p>Opções estratégicas: melhorar a qualidade e gestão dos habitats; adaptar a proteção da biodiversidade às alterações climáticas.</p>
Recursos hídricos	
<p>Tema abordado de forma mais pormenorizada no texto da estratégia, aí se assinalando vulnerabilidades e desafios</p>	<p>Objetivo de adaptação: reforçar a capacidade de armazenamento, a eficácia e a reutilização de águas, face a uma diminuição da disponibilidade hídrica</p> <p>Opção estratégica: aumentar a disponibilidade de recursos hídricos.</p>
Florestas	
<p>Projeta-se um aumento da duração da época de fogos, que se estenderá para além dos meses tradicionalmente mais críticos, podendo alargar-se entre maio e outubro. Também se espera que a época de fogos seja mais intensa, devido ao aumento progressivo das condições meteorológicas propícias para a sua ocorrência. As alterações no regime e época de fogos implicam ainda uma adaptação no planeamento de emergência, nomeadamente através do seu ajuste a esta nova realidade. Muitas espécies florestais presentes no Algarve encontram-se adaptadas a um clima quente e seco, com exceções, como é o caso do sobreiro e do medronheiro, que sofrerão uma retração da sua área de distribuição climática potencial. A influência do clima sobre estas espécies poderá limitar a sua ocorrência a locais com solos pobres, diminuindo a sua produtividade, salientando-se que a quase totalidade do território florestal abrangido pelo Programa Regional de Ordenamento Florestal, cerca de 90,7%, é considerado suscetível à desertificação, prevendo-se um agravamento</p>	<p>Objetivo de adaptação: apostar nas espécies florestais autóctones e valorizar as variedades locais, que são naturalmente adaptadas às condições climáticas da região e menos exigentes em água.</p> <p>Opção estratégica: minimizar a suscetibilidade das florestas aos incêndios florestais; responder à deslocação geográfica dos limites de tolerância das espécies.</p>
Economia	
<p>Esperam-se implicações substanciais nos diferentes setores da Economia, com destaque para o Turismo. Por um lado, é expectável que durante o período de verão ocorra uma diminuição das condições de conforto para atividades no exterior, podendo por outro lado ocorrer ganhos de conforto térmico nos meses de abril-maio e outubro-novembro.</p>	<p>Objetivo de adaptação: aumentar a resiliência das atividades económicas e garantir a reputação positiva do turismo da região do Algarve face às alterações climáticas.</p> <p>Opções estratégicas: manter a atratividade para as atividades económicas e reputação do destino turístico no contexto das modificações no conforto térmico para atividades no exterior; manter a atratividade e reputação das atividades económicas no contexto do potencial aumento da erosão costeira e respetivas consequências; manter a atratividade turística e reputação do destino turístico no contexto da potencial degradação dos serviços prestados pelos Sítios de Importância Comunitária; incorporar a adaptação às alterações climáticas no setor do turismo.</p>

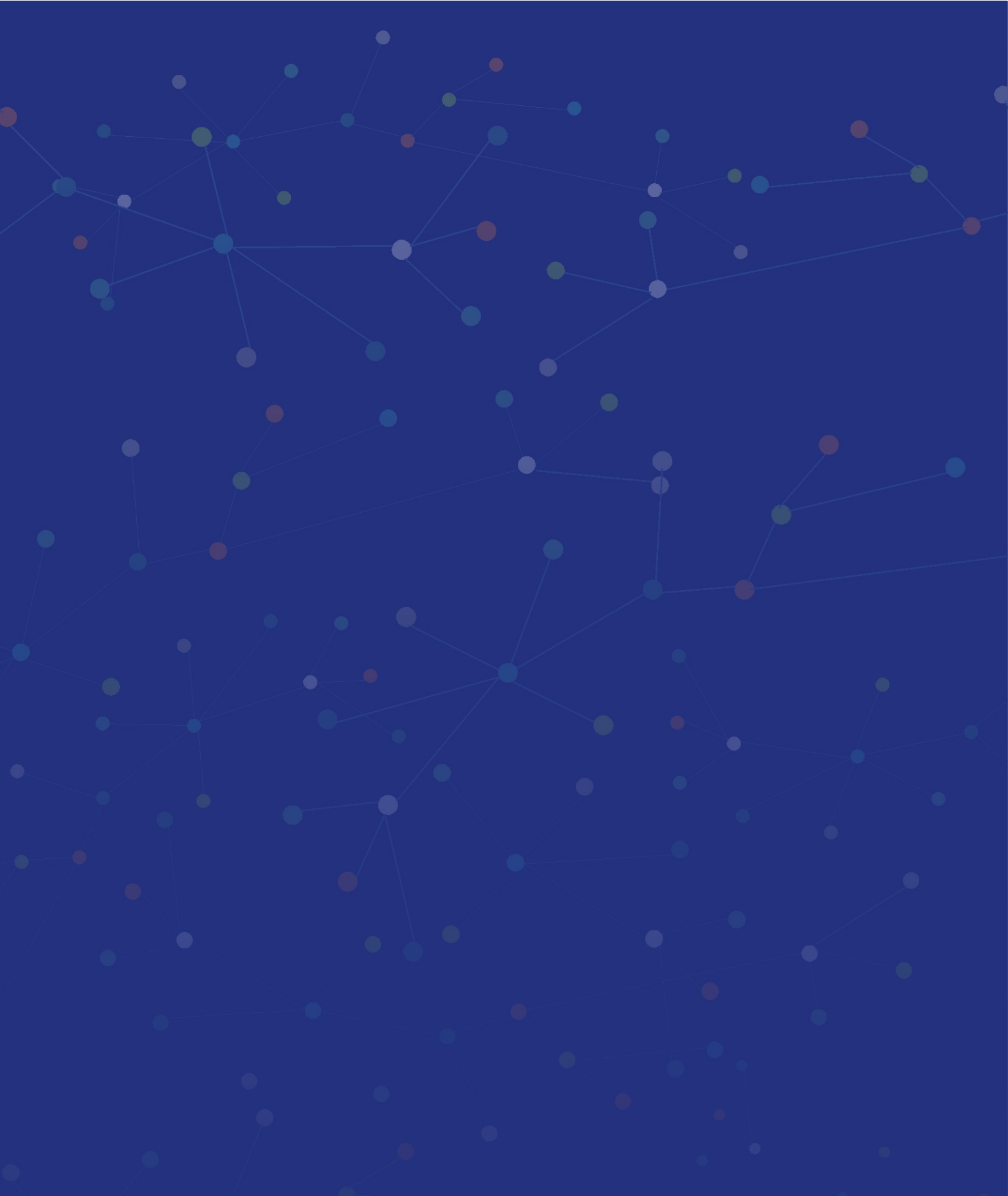
Energia	
<p>O aumento das temperaturas terá também consequências para o setor da Energia, com maior necessidade de arrefecimento das habitações e edifícios.</p>	<p>Objetivo de adaptação: apostar na eficiência energética e nas energias renováveis, melhorar o conforto térmico nos edifícios e proteger as pessoas.</p> <p>Opção estratégica: promover a eficiência energética nos edifícios e indústria.</p>
Transportes e comunicações	
<p>Nos Transportes, devido a eventuais impactos tanto nos utilizadores como nas infraestruturas de transporte, os mesmos terão de responder às alterações associadas às temperaturas elevadas.</p>	<p>Objetivo de adaptação: mobilidade confortável e segura.</p> <p>Opções estratégicas: adequar as práticas de projeto, renovação e manutenção da infraestruturas aos padrões climáticos futuros; melhorar as condições de qualidade e segurança de utilização dos transportes.</p>
Agricultura	
<p>Os impactos associados ao aumento das temperaturas e à diminuição da pluviosidade terão consequências nos setores da Agricultura e nos Recursos Hídricos, conduzindo, entre outros aspetos, a maior evapotranspiração das plantas e necessidades acrescidas de irrigação, com situações de perda de produtividade.</p>	<p>Objetivo de adaptação: promover uma agricultura moderna, adaptada às alterações climáticas, com eficiência crescente na utilização dos fatores de produção, nomeadamente água e solo.</p> <p>Opções estratégicas: minimizar as consequências da escassez de água; manter a fertilidade do solo e prevenir a degradação e erosão; promover a capacidade de adaptação na comunidade agrícola</p>
Saúde humana	
<p>Na Saúde humana são esperados impactos na morbilidade, sobretudo associada a doenças do foro respiratório, devido a alterações na qualidade do ar e à possível ocorrência de doenças transmitidas por vetores, mas também um aumento da mortalidade decorrente de temperaturas elevadas e ondas de calor, particularmente no caso de pessoas com saúde mais fragilizada.</p>	<p>Objetivo de adaptação: promover uma região com população mais saudável e preparada para os efeitos das alterações climáticas.</p> <p>Opção estratégica: minimizar a vulnerabilidade da população a situações de temperatura elevada, prevenir doenças transmitidas por vetores e minimizar os impactos sobre a população, em caso de ocorrência destas doenças, minimizar a vulnerabilidade da população à poluição atmosférica.</p>
Zonas costeiras e mar	
<p>Face às vulnerabilidades decorrentes da subida do nível médio do mar são esperados no Algarve impactos relevantes em diferentes áreas costeiras, onde a afetação da segurança de pessoas e bens se agrava em resultado da evolução da linha de costa, de galgamentos oceânicos ligados à ocorrência de tempestades e de inundações de origem oceânica, bem como da intrusão de água salgada e do aumento em magnitude e frequência de cheias e inundações nos estuários, sendo essencial delinear um plano de ação focado nas áreas mais críticas.</p>	<p>Objetivo de adaptação: gerir e adaptar a costa à subida do nível médio do mar.</p> <p>Opção estratégica: proceder ao recuo da ocupação em zonas costeiras vulneráveis, proteger zonas costeiras vulneráveis, promover a acomodação em zonas costeiras vulneráveis.</p>

Ordenamento do território e segurança de pessoas e bens

Ao nível do ordenamento do território, os planos e programas terão que incluir a problemática das alterações climáticas, necessidades de monitorização e adaptação aos riscos acrescidos para as populações, a biodiversidade e os ecossistemas, pelo que a elaboração do PIAAC-AMAL é, assim, particularmente relevante e oportuna, pois poderá informar, ao nível da adaptação às alterações climáticas, a elaboração ou revisão dos planos e programas que incidem sobre este território. Salienta-se neste âmbito a importância de se proceder à revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve e à execução do Programa de Ação do Programa Nacional de Ordenamento do Território nos domínios aplicáveis ao Algarve.

Objetivo de adaptação: promover uma região mais protegida e preparada para os efeitos das alterações climáticas.

Opção estratégica: minimizar a vulnerabilidade a cheias e inundações, ajustar o planeamento de emergência às alterações climáticas, aumentar o conhecimento face às alterações climáticas e sensibilizar a população.



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
